

GISÉLE NEVES MACIEL

**LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA (PNLD 1999-2014):
EDITORAS, AVALIAÇÕES E ERROS NOS CONTEÚDOS
SOBRE SANTA CATARINA.**

Tese submetida ao Programa de
Pós-graduação em Geografia da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau
de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Raquel
Maria Fontes do Amaral Pereira.

FLORIANÓPOLIS
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Maciel, Giséle Neves

LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA (PNLD 1999-2014) :
EDITORAS, AVALIAÇÕES E ERROS NOS CONTEÚDOS SOBRE SANTA
CATARINA / Giséle Neves Maciel ; orientadora, Raquel Maria
Fontes do Amaral Pereira - Florianópolis, SC, 2016.
386 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

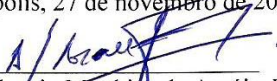
1. Geografia. 2. PNLD. 3. Editoras. 4. Avaliações. 5.
Livros didáticos de Geografia. I. Fontes do Amaral
Pereira, Raquel Maria . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Giséle Neves Maciel

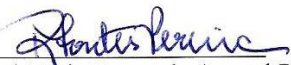
**Livros didáticos de Geografia (PNLD 1999-2014):
editoras, avaliações e erros nos conteúdos sobre Santa
Catarina**

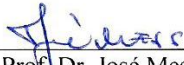
Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do
Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma
final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

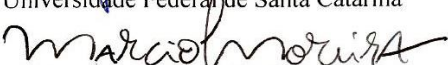
Florianópolis, 27 de novembro de 2015.



Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araújo Junior
Coordenador do PPGG/UFSC

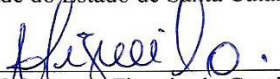
Banca Examinadora:

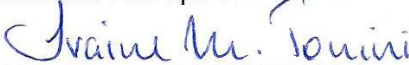

Profa. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. José Messias Bastos
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. Márcio Ricardo Teixeira Moreira
Instituto Federal de Santa Catarina


Profa. Dra. Isa de Oliveira Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina


Dra. Célia Cristina de Figueiredo Cassiano
Prefeitura Municipal de São Paulo


Profa. Dra. Ivaine Maria Tonini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao mistério, ao imensurável, ao inominável. Àquilo que o espírito não traduz pela mente, mas sabe-se parte.

Agradeço à minha família, pelo amor e apoio; Mãe (te amo, D. Lurdes); Jana e Dudu; Nane, Silvia e o solar Ernesto; Samuel, Eliane e Enzo; e a tia Lita. As memórias da importância de vocês na minha vida são inúmeras. Duas vezes obrigada à Jana, que compartilhou muito dessa caminhada. Também agradeço à torcida do meu pai e da Tainá.

Aos amigos do coração, Fernando, Dani, Dai, Leila, Renata e Nádia. Sinto vocês por perto não importa a distância. Às amigas que caminham pelo rio, Ana Paula e Carla, gratidão. À Sara, à Fernanda e à Cris, obrigada pela paciência, pela convivência. E um agradecimento terno e saudoso ao Leo e à sua família.

A cada professor que contribuiu com minha formação, da pré-escola até o doutorado, obrigada! Meu agradecimento e meu carinho à professora Maria Graciana, mestre fundamental na minha formação pessoal e acadêmica.

Meu reconhecimento e minha gratidão pelo trabalho de orientação da professora Raquel Fontes, que, mesmo nos momentos onde a saúde lhe faltou, não faltaram clareza e rigor na condução deste trabalho. Aos membros das bancas de seminário de pesquisa, qualificação e defesa, efetivos e suplentes, muito obrigada pelas considerações e sugestões feitas a esta tese! Também agradeço a todos que participaram da pesquisa, por meio de entrevistas e questionários.

Agradeço muito à Mariana Lange, profissional séria e competente que acompanhou cada fase do desafio de escrever essa tese. Há tons de vermelho e azul nas linhas deste texto... Também a ela, agradeço a indicação de Daniel Mendonça. A ele, agradeço a delicadeza e a eficiência com as quais revisou este longo texto. À Evillyn, agradeço os toques mágicos na formatação do texto para o A5.

Agradeço aos alunos com quem tive o privilégio de conviver, ensinar e aprender.

Agradeço à concessão da bolsa-Capes, e assim, a cada contribuinte brasileiro que financiou este doutorado.

Agradeço à menina que fui, à mulher que sou hoje, e cumprimento aquela que virá com o aprendizado de novos dias.

E a você tese: acabamos, obrigada e tchau.

*E não acomodar com o que incomoda.
Não acomodar com o que incomoda.*

(Fernando Anitelli)

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral discutir aspectos referentes às editoras de livros didáticos e às mudanças nos processos de avaliação do PNLD (1999-2014), comprovando a permanência de erros em livros didáticos de Geografia nos conteúdos sobre Santa Catarina. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado em 1985 e considerado em 2001 o maior programa de avaliação e distribuição gratuita de livros didáticos do mundo, mas antes dele, houve três comissões de avaliação: a CNLD (1938), a Conac (1966) e a Calst (1970). O desenvolvimento do programa é analisado tendo em perspectiva a conjuntura político-econômica da década de 1990. A fim de garantir a compra de livros de boa qualidade produzidos por diferentes editoras, a partir de 1996 o governo federal só adquiriu as obras que haviam sido aprovadas pelo processo de avaliação do programa. A partir de 1999 foram avaliadas e aprovadas as obras destinadas às séries finais do ensino fundamental. Após cada processo de avaliação (que ocorre de três em três anos) são elaborados os Guias dos Livros Didáticos, um material que contém resenhas sobre as coleções didáticas e que deve subsidiar as escolhas destas, que são realizadas pelos professores da rede pública de ensino. As indicações são repassadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que por meio de negociação com as empresas adquire as coleções com menor preço. Houve muitas reclamações por parte das editoras quanto aos resultados das primeiras avaliações, mas como cerca de 55% do faturamento do setor se deve às vendas feitas ao programa, essas empresas foram se adaptando à avaliação, ao mesmo tempo que esta foi passando por mudanças significativas em seu funcionamento. Atualmente 83% das coleções (destinadas às séries finais do ensino fundamental) adquiridas pelo programa estão concentradas nas mãos de quatro grandes grupos editoriais Abril (atual SOMOS), Santillana, FTD e Saraiva. Há ainda uma grande centralização do capital de algumas editoras com a entrada de empresas estrangeiras no setor. A consulta aos documentos do PNLD e aos Guias dos Livros Didáticos também evidenciou importantes modificações na estrutura e apresentação do resultado das avaliações, o que parece ter tornado mais difícil a exclusão dos livros didáticos que não atendiam aos critérios estabelecidos pelo programa. Infere-se que as editoras se beneficiaram com estas mudanças. Por meio da consulta aos livros didáticos de Geografia destinados ao 7º ano do ensino fundamental, verificou-se a permanência de erros nos conteúdos referentes ao estado de Santa

Catarina em livros aprovados por diferentes edições do PNLD, contrariando assim os Critérios Eliminatórios Comuns (e os Específicos da disciplina de Geografia), que determinam a exclusão de livros que contenham incorreções.

Palavras-chave: PNLD. Editoras. Avaliações. Livros didáticos de Geografia.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss general aspects related to publishers of textbooks and to changes in procedures for the assessment PNLD (1999-2014), proving the permanence of errors in geography textbooks in the contents about Santa Catarina. The Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) was created in 1985 and considered in 2001 the biggest program of evaluation and free distribution of textbooks in the world, but before him, there were three committees: the CNLD (1938), the Conac (1966) and the Calst (1970). The development the program is analyzed taking into perspective the political and economic situation of the decade of 1990. In order to ensure the purchase of good quality books produced by different publishers, from 1996 the federal Government just acquired the works that had been approved by the program review process. From 1999 were evaluated and approved the works for the final series of elementary school. After each assessment process (which occurs every three years) are the guides of Textbooks, a material that contains reviews of educational collections and which should subsidize these choices, which are held by the teachers of public schools. There have been many complaints from publishers about the results of the first evaluations, but how about 55% of revenues in the industry is due to sales made on the show, these companies were adapting the assessment, at the same time that this was going through significant changes in its operation. Currently 83 of the collections (for the final series of elementary school) acquired by the program are concentrated in the hands of four large editorial groups April (are), Santillana, FTD and hail. There is still a great centralization of capital of some publishers with the entry of foreign companies in the sector. The query to PNLD documents and Guides of the Textbooks also showed important modifications in the structure and presentation of the results of evaluations, which seems to have become more difficult to the exclusion of the textbooks that did not meet the criteria established by the program. Infers that the publishers have benefited from these changes. By consulting the geography textbooks intended for the 7th year of elementary school, permanence of mistakes in the contents pertaining to the State of Santa Catarina in books approved for different editions of the PNLD, thus contradicting the Elimination Common Criteria (and the specifics of the discipline of Geography), that determine the exclusion of books containing inaccuracies.

Keywords: PNLD. Publishers. Reviews. Geography textbooks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico sobre a preocupação das coleções com aspectos a serem trabalhados na disciplina de Geografia.	161
Figura 2 - Gráfico sobre os recortes temáticos das coleções de Geografia PNLD 2008.	162
Figura 3 – Regiões geoeconômicas de Santa Catarina.	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comissões de avaliação de livros didáticos de 1938 a 1984.	38
Quadro 2 – Ficha de avaliação CNLD 1941.	43
Quadro 3– As ações governamentais referentes aos livros didáticos anteriores ao Programa Nacional do Livro Didático.	61
Quadro 4 – Etapas de funcionamento do PNLD (2015).....	81
Quadro 5 – Livros que os alunos recebem por ano do PNLD.....	82
Quadro 6 – As principais ações do PNLD de 1985 a 2014.	90
Quadro 7 – Origem e aquisição das editoras com importante participação nas vendas ao PNLD para as séries finais do ensino fundamental.	136
Quadro 8 – Pareceristas da avaliação de Geografia PNLD 1999	142
Quadro 9 – Equipe de Pareceristas do PNLD Geografia 2002.....	148
Quadro 10 – Demonstração dos elementos componentes da Ficha de Avaliação 2002.....	150
Quadro 11 – Equipe de Pareceristas do PNLD Geografia 2005.....	154
Quadro 12 – Equipe de Pareceristas do PNLD Geografia 2008.....	160
Quadro 13 – Equipe de Pareceristas do PNLD Geografia 2011.....	169
Quadro 14 – Equipe de avaliadores do PNLD Geografia 2014.....	178
Quadro 15 – Aspectos estruturantes utilizados nas fichas de avaliação dos PNLDs de Geografia.....	182
Quadro 16 – Equipe de coordenadores das avaliações de Geografia. .	185
Quadro 17 – Coleções aprovadas nas edições do PNLD 2002, 2005, 2008, 2011 e 2014.	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação setorial dos empréstimos aprovados pelo Banco Mundial para o Brasil – 1987-1994.....	67
Tabela 2 – Participação das editoras nas aquisições de livros didáticos pelo MEC – PLIDEF (1977-84).....	98
Tabela 3 – Participação das editoras	103
Tabela 4 – Editoras que concentraram as vendas ao MEC em 1994...	105
Tabela 5 – Número e valores dos exemplares adquiridos para o ensino fundamental no PNLD 2008.....	117
Tabela 6 – Valores dos exemplares adquiridos para o ensino fundamental no PNLD 2011 entre editoras que detêm coleções de Geografia.....	119
Tabela 7 – Valores dos exemplares adquiridos para o ensino fundamental e médio entre as editoras que detêm coleções de Geografia em 2014.....	119
Tabela 8 – Número de coleções de Geografia aprovadas entre as edições do PNLD de 2002 a 2014.....	136
Tabela 9 – Porcentagem de coleções aprovadas nos PNLDs de Geografia de 2002 a 2014.	184

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

Conac – Comissão Nacional de Avaliação (do livro didático)

Calst – Comissão de Avaliação e Seleção do Livro-Texto

EF – Ensino Fundamental

EM – Ensino Médio

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GLD – Guia do Livro Didático

INL – Instituto Nacional do Livro

LDs – Livros Didáticos

MEC – Ministério da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PLID – Programa do Livro Didático

PLIDEF – Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

Nota de edição: Este trabalho contém inúmeras tabelas, figuras e quadros que foram criados em folha padrão A4. Por conta das normas de acervo da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, todos esses itens tiveram de sofrer alteração em sua configuração original para caberem na folha padrão A5. Porém, o conteúdo foi respeitado e condiz em sua totalidade com a versão aprovada pela banca desta tese.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 AS PRIMEIRAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO.....	37
2.1 A Comissão Nacional de Avaliação do Livro Didático – CNLD....	37
2.2 Comissão Nacional de Avaliação – CONAC.....	48
2.3 A Comissão de Análise e Seleção de Livro-Texto (CASLT).....	54
2.4 O contexto da implantação do Programa Nacional do Livro Didático	62
2.5 O contexto político e as primeiras avaliações do PNLD na década de 1990.....	64
2.6 Um panorama sobre o funcionamento atual do PNLD.....	79
3 AS EDITORAS NO PNLD	95
3.1 Editoras e programas de distribuição de livros didáticos entre 1930 e 1984.....	95
3.2 Relações entre capital e cultura/cultura e capital no setor editorial de livros didáticos	98
3.3 A concentração editorial nos primeiros anos de implantação do PNLD	102
3.4 A centralização de capital editorial e o aumento da concentração das vendas ao PNLD.....	109
4 AS MUDANÇAS NOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO PNLD E OS GUIAS DE GEOGRAFIA	139
4.1 Avaliação e Guia Livro Didático de Geografia 1999	139
4.2 Avaliação e GLDG 2002.....	143

4.3 Avaliação e GLDG 2005.....	151
4.4 Avaliação e GLDG 2008.....	156
4.5 Avaliação e GLDG 2011.....	165
4.6 Aspectos da avaliação e GLDG 2014	174
5 A PERMANÊNCIA DE ERROS EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: UM RECORTE SOBRE OS CONTEÚDOS REFERENTES A SANTA CATARINA	187
5.1 Os primeiros erros encontrados em livros didáticos: das teorias acadêmicas aos conteúdos presentes nos livros escolares de Geografia.	187
5.2 Erros de conceituação, informação e atualização dos conteúdos: uma amostra dos livros aprovados em 2005	193
5.3 A permanência de erros sobre SC em livros didáticos de Geografia aprovados no PNLD de 2011.	199
5.4 Livros didáticos de Geografia no PNLD 2014: síntese recente de uma antiga problemática	216
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	234
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	245
8 APÊNDICES	261
9 ANEXOS	335

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu da preocupação com as correções dos conteúdos dos livros didáticos de Geografia distribuídos aos alunos de escola pública por meio do Programa Nacional do Livro Didático. Embora tenha seu início em nível de doutorado datado em 2011, sua gênese remonta ao período da realização da monitoria na disciplina de Geografia do Brasil II, no curso de Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina, em 2004. O teor do estudo desenvolvido nessa tese é resultante de um caminho trilhado entre pesquisa e ensino, teoria e prática, licenciatura e pós-graduação.

Depois de constatar a presença de diversos erros nos conteúdos dos livros didáticos (LDs) a respeito da industrialização do Brasil e do desenvolvimento econômico da região Sul, o que deu origem à pesquisa de mestrado defendida em 2008, deparei-me com a permanência das mesmas incorreções que encontrara nos livros aprovados em 2005 e 2008. Em meio à preparação de aulas para as séries finais do ensino fundamental, entre 2009 e 2010, constatava que era importante continuar o estudo dessa temática.

Trata-se nesta tese de algo que é compreendido como uma *tríade*: livros didáticos de Geografia–editoras–avaliações do PNLD. Sabe-se do risco de contemplar um objeto de estudo tão amplo, porém considera-se que a imbricação desses elementos é o grande objeto a ser investigado. As limitações dessa escolha certamente poderão estimular a continuidade dos estudos nessa temática, não apenas pelas mãos que teceram esse estudo, mas também por outros sujeitos comprometidos com o ensino de Geografia e com a discussão da qualidade dos LDs dessa disciplina. Busca-se dimensionar a totalidade dos aspectos e dos resultados da imbricação dessa tríade, entendendo como totalidade “um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações”. (CIAVATTA, 2001, p. 123).

As primeiras reflexões sobre o tema partiram da sequência livros didáticos–avaliações–editoras, mas o método de exposição da pesquisa não segue os passos do método de investigação, já que “a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”. (MARX, 1983, p. 26). Os livros que eram lidos com olhos de curiosidade e espanto eram um produto final de um processo de editoração, avaliação e distribuição, até que a leitura destes motivasse

uma investigação científica. Por isso, a sequência apresentada ao leitor segue a ordem (apresentação do PNLD) editoras–avaliações–livros didáticos de Geografia.

Embora a universalização da distribuição dos LDs no país tenha se dado com o desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na década de 1990, a utilização desse material no ambiente escolar, como se sabe, é muito anterior. A presença dos livros didáticos no Brasil remonta às primeiras décadas do século XVIII, enquanto material editorado, e é ainda mais remota em outros países onde a editoração e a escolarização em massa já estavam mais desenvolvidas. O pesquisador francês Alan Choppin (1998), um dos maiores estudiosos dos LDs, destaca a importância e a tradição escolar na utilização desse material em diferentes países de cultura ocidental. Outra grande estudiosa do tema, a brasileira Circe Bittencourt (2008), em um de seus estudos sobre o tema, discute o desenvolvimento do saber escolar por meio dos LDs. A autora também destaca que diversos aspectos das ciências – que também são disciplinas escolares – estão fortemente presentes nos livros escolares.

A relação entre livros didáticos e Estado também é antiga. A distribuição desse material aos alunos em idade escolar foi e ainda é uma das grandes ações de investimento na educação. Muitas pesquisas apontaram a preocupação do Estado com o que os livros ensinavam às crianças, já que também passava por eles a formação ideológica dos sujeitos. Como exemplo, destaca-se o famoso livro de Umberto Eco e Mônica Bonazzi (1980), “Mentiras que parecem verdades”, em que os autores apresentam diversos exemplos, extraídos de livros didáticos destinados às séries primárias, que demonstram o caráter nacionalista e religioso (católico) da Itália nas abordagens sobre família, relações de trabalho e sociedade. Outro exemplo, observado em 2005, e que ressalta a importância desse material, foram as manifestações dos chineses “com a decisão do governo japonês de revisar livros didáticos de história, amenizando as atrocidades cometidas pelo Japão durante a ocupação da China de 1931-45”. (RUWITCH; SIEG, 2005).¹

Voltando a atenção para o Brasil, é importante assinalar que antes do PNLD existiram outros mecanismos de distribuição de livros didáticos, entre os mais conhecidos o PLID (Programa do Livro Didático) e a Colted (um sistema de coedição). O que não é tão corrente nos estudos sobre essa temática é o fato de que esses programas também contavam com a realização de avaliações de seus conteúdos. Na

¹ Extraído da Uol Internacional de 18 de abril de 2005.

verdade, essa constatação foi uma surpresa trazida pela investigação sobre a origem desse programa, quando da consulta ao importante estudo realizado por Filgueiras (2011). Anteriores ao PNLD, existiram: a Comissão Nacional de Avaliação (Conac), criada em 1966 e extinta em 1969; a Comissão de Análise e Seleção de Livro-Texto (Calst), em vigência entre 1970 e 1980; e a primeira comissão de avaliação de LDs, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), criada por meio do Decreto-Lei nº 1006/38. Essas três comissões de avaliação são espécies de organizações antecessoras da avaliação do PNLD.

Criado em 1985, o PNLD trouxe como grande inovação o fato de possibilitar a escolha dos livros didáticos pelos professores, e objetivava distribuir LDs a todos os alunos da rede pública que cursavam o então 1º grau. No entanto, o MEC não disponibilizava os recursos necessários para contemplar todos os alunos da rede pública. Somente em meados da década de 1990, no governo FHC, houve o investimento necessário à aquisição e distribuição dos livros aos alunos do ensino fundamental (CASSIANO, 2007). Mas a garantia do aumento das vendas dos livros pelas editoras veio acompanhada de (algo que parecia) uma novidade: somente os livros aprovados em uma avaliação pedagógica realizada poderiam ser escolhidos pelos professores e adquiridos pelo governo. Em 2002, o PNLD é citado no *Guinness Book* como o maior programa de avaliação e distribuição de livros didáticos do mundo.

Atualmente, o programa avalia e distribui livros didáticos para os ensinos fundamental (EF) e médio, educação no campo e EJA, atendendo a todas as séries desses segmentos de ensino. São distribuídos livros de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, do 2º ano das séries iniciais à 3ª série do ensino médio (EM); de Inglês ou Espanhol para as séries finais do EF; além dos livros de Física, Química, Biologia, Sociologia e Filosofia aos alunos do EM. Desde 1996, quando houve a primeira avaliação e distribuição dos livros para as primeiras séries do ensino fundamental, estima-se que mais de 12 bilhões de reais tenham sido investidos na avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos por meio do PNLD. Seu funcionamento pode ser assim sintetizado: depois de participarem do processo de avaliação, os livros são apresentados no Guia dos Livros Didáticos para que os professores possam realizar as escolhas das coleções: estas são repassadas via sistema eletrônico (Novo Siscort), sendo registradas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que negocia o valor dos livros com as editoras. É uma compra que garante um custo baixo por exemplar em razão de sua escala. Em 2014, o PNLD investiu

mais de um bilhão e trezentos milhões de reais na avaliação, aquisição e distribuição de cerca de 140 milhões de livros didáticos.

Mas antes da criação do PNLD muitas editoras já tinham os livros didáticos como maior nicho de mercado. No final da década de 1960 o novo padrão gráfico-editorial estadunidense foi sendo implantado no Brasil e rapidamente utilizado na produção dos livros escolares. A ampliação do mercado editorial brasileiro de LDs, que tinha foco nas vendas aos programas governamentais de distribuição de livros, lembra o processo ocorrido nos EUA décadas antes, quando as editoras passaram a protagonizar a direção intelectual de grande parte da educação (WARDE, 2011). Considerando as especificidades de um país subdesenvolvido, o vínculo estreito com o setor editorial ocorreu numa realidade de precarização na formação dos professores, de falta de recursos destinados às escolas, além do fato de a maioria das famílias não poder arcar com os custos da compra de livros escolares. Nesse cenário as editoras Moderna, Saraiva FTD, Ática, IBEP, Ao Livro Técnico e Scipione passam a registrar um grande número de vendas ao MEC.

Do quadro de concentração editorial nas vendas ao programa, contata-se que na década de 1990, com a abertura econômica que permitiu maiores facilidades quanto à entrada de capital estrangeiro e as diretrizes para a educação desenhadas por organismos como o Banco Mundial, terá início um intenso processo de centralização do capital de importantes editoras de LDs (o que também ocorreu em outros setores da economia). Soares e Cassiano, já apontaram em seus estudos a formação de um oligopólio envolvendo o setor. Outro aspecto a ser observado é a continuidade da concentração nas coleções de Geografia aprovadas nos PNLDs de 2002 a 2014. A maior parte das coleções pertence aos grandes grupos editoriais, como a Abril Educação, a Moderna, a Saraiva e a FTD.

As negociações entre as editoras e o MEC passaram por importante modificação após o condicionamento da compra dos livros, segundo a aprovação destes em uma avaliação pedagógica. Em 1993 houve uma primeira avaliação, que teve a divulgação da lista de aprovados adiada várias vezes, até que em 1996 realizou-se uma nova avaliação dos livros destinados às séries iniciais do ensino fundamental, com a inscrição das obras, pelas editoras, com base em um edital elaborado pelo PNLD. Dos 347 títulos avaliados, 266 livros foram reprovados por erros de conceito, preconceito, desatualização ou falta de qualidade física. Apesar das manifestações de editores e autores contrários aos resultados da avaliação, alegando falta de critérios no

processo, havia dois conjuntos de critérios que orientavam as análises: os Critérios Eliminatórios, referentes à correção dos conceitos e informações, à correção e pertinência metodológica e à contribuição para a construção da cidadania, e Critérios Classificatórios, relativos à estrutura editorial, aos aspectos visuais, às ilustrações e ao Manual do Professor (BRASIL, 1998, p. 15-16-17).

Em 1999, realizou-se o PNLD para os livros das disciplinas das séries finais do EF, que eram avaliados de forma isolada, ou seja, cada livro correspondente a uma série (ano) podia ser considerado aprovado ou reprovado sem precisar compor obrigatoriamente uma coleção. Havia três categorias que os classificavam quanto à qualidade: recomendados com distinção, recomendados e recomendados com ressalvas, e essas categorias eram graficamente simbolizadas por estrelas: três estrelas, livro aprovado com distinção; duas estrelas, livro aprovado; e uma estrela, livro aprovado com ressalva. A realização da avaliação ocorria na cidade de Brasília, sem que os pareceristas pudessem comunicar-se. A análise do livro era registrada na Ficha de Avaliação. Cada livro era avaliado por dois pareceristas (esquema de análise chamado de duplo-cego). Caso houvesse discrepância cabia ao coordenador a decisão final sobre a aprovação ou exclusão da obra.

No processo seguinte, a avaliação passou a ser realizada de maneira descentralizada, por meio de convênios firmados com algumas universidades, e houve uma grande mudança no processo: a análise das obras passou a considerar as “coleções e não mais livros isolados, com o objetivo de garantir o desenvolvimento curricular” (BRASIL, GLDG, 2001, p. 12). Assim, caso a equipe se deparasse com a exclusão de um livro por considerá-lo reprovado teria de excluir toda a coleção do autor. Considera-se que essa mudança causou grande pressão às equipes de avaliação e facilitou a aprovação de livros didáticos de Geografia com erros em seus conteúdos. E em 2005 as categorias e a representação das estrelas sobre a qualidade das obras, foram extintas. Sobre essa mudança, um dos coordenadores de avaliação na Geografia afirmou: “a gente da equipe de Geografia foi contra a extinção dessa diferenciação qualitativa. Mas nós perdemos pelas pressões, gente do próprio mercado, que o MEC foi aceitando uma... digamos assim, uma diferenciação muito tênue entre as coleções”².

Além das mudanças observadas nas avaliações, também se constataam alterações na forma de apresentação das coleções nos guias dos livros didáticos de Geografia. Com o passar dos anos, os guias

² Entrevista concedida por Eliseu Sposito, em 11/11/2014.

foram perdendo o caráter de *guia* claro e sintético. A partir da análise comparativa desses materiais, verifica-se que a explicitação da qualificação das coleções se detalhou de forma exagerada em questões secundárias, e não sobre questões referentes aos critérios mais importantes analisados na avaliação. Os guias de 2008 e 2014, principalmente, trazem muitos aspectos a serem analisados sem que haja uma identificação mais ágil por parte dos professores que, com base nas informações do guia, deverão realizar as escolhas das coleções. Se já contamos com seis processos de avaliação de LDs de Geografia, por que não explicitar a diferenciação de qualidade entre as coleções?

Pensando no caminho percorrido nas edições do PNLD para os LDs de Geografia destinados ao EF, qual o sentido de se falar em erros nos livros didáticos publicados por grandes editoras e avaliados por um sólido processo de avaliação? O *sentido* se dá exatamente pela negação de sentido: ainda há erros crassos presentes nos LDs aprovados no PNLD, e nesta pesquisa serão discutidos os erros nos conteúdos sobre o estado de Santa Catarina. Como exemplo a assinalar essa afirmação, destaca-se o trecho extraído de um livro didático editado em 2012 e aprovado pelo programa em 2014:

Vale do Itajaí, em Santa Catarina: aí estão as cidades de Blumenau e Brusque e, mais ao Norte, Joinville. É uma região de colonização alemã, com predomínio de pequenas e médias propriedades agrícolas, que praticam a policultura aliada à pecuária. Aí se localizam inúmeras indústrias têxteis e alimentícias, entre outras. (VESENTINI; VLACH, 2012, p. 259).

Por ora, destacam-se: o erro de localização do município de Joinville, que se situa no Nordeste Catarinense, e não na região do Vale do Itajaí, tendo como atividade econômica de maior destaque a indústria (principalmente a metal-mecânica); o fato de que o Vale do Itajaí, onde se situa a cidade de Blumenau, não está localizado na porção norte do estado, sendo amplamente reconhecido pela produção têxtil; e, por fim, o fato de as pequenas e médias propriedades agrícolas e agropecuárias estarem situadas na região do Oeste e Extremo-Oeste Catarinense, integradas às agroindústrias. Os erros presentes nesse trecho contrariam os Critérios Eliminatórios e ferem um dos princípios da ciência geográfica – o da extensão/localização (DE MARTONNE, 1953, p. 18). A citação destacada acima é apenas um exemplo das várias incorreções

verificadas em LDs de diferentes autores e editoras que serão discutidas nesta tese.

As incorreções encontradas contrariam o item IV do Capítulo V, da Seção II, do Art. 19 do Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, que compõe os Critérios Eliminatórios Comuns, os quais exigem a “correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos”, além de não atender aos Critérios Eliminatórios Específicos da disciplina de Geografia, os quais exigem:

conceitos e informações corretas que permitam a compreensão da formação, do desenvolvimento e da ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e suas relações;
conceitos e informações corretas que permitam compreender a formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações;
conceitos e informações relacionadas de maneira correta, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade. (Edital PNLD, 2011, p. 43-44)³.

Eis uma das grandes contradições envolvendo os livros didáticos: se os critérios de avaliação são bem definidos e há reclamações por parte das editoras que têm obras excluídas, por que ainda são encontrados livros com erros *em reprise*, apesar de alguns deles serem de fácil correção? É possível apontar e discutir as incorreções presentes no LDs, mas infelizmente não se pode atestar se as equipes de avaliação solicitaram a correção desses erros ou se eles passaram despercebidos porque o MEC proíbe o acesso aos arquivos gerados pelas avaliações.

Nos últimos anos tem havido um número crescente de estudos sobre as abordagens dos conteúdos dos livros didáticos de Geografia, dentre os quais: “Imagens nos livros didáticos de Geografia: seus ensinamentos, sua pedagogia...” (TONINI, 2002); “A Geografia que se ensina e a abordagem da natureza nos livros didáticos” (SILVA, 2004); “Geografia e ensino no Brasil e em Cuba: um estudo histórico-

3

Disponível

em:

<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/edital_pnld_2011.pdf>. Acesso em: 19 jun. de 2013.

geográfico comparado” (OLIVEIRA, 2007); “O ambiental nos livros didáticos de geografia: uma leitura nos conteúdos de geografia do Brasil” (DESIDÉRIO, 2009); e “Formação sócio-espacial e a transição do feudalismo ao capitalismo no ensino de história e geografia de nível fundamental” (KLEIN, 2009); “Classes sociais no ensino de Geografia: uma análise através de livros didáticos no ensino médio” (AMORIM, 2015); e “Avaliação da cartografia presente no livro didático de geografia no contexto educacional brasileiro” (FONSECA, 2015). Porém, não foram encontradas bibliografias que discutissem o tipo de abordagem (e as incorreções) presentes nos livros didáticos de forma a evidenciar um possível descumprimento dos Critérios de Avaliação. Também não foram encontradas pesquisas que analisassem detidamente as mudanças ocorridas nas avaliações, bem como as modificações na apresentação das coleções didáticas nos Guias de Geografia.

Entende-se ser necessário e urgente discutir o alcance e as limitações das avaliações do PNLD para Geografia, tendo em vista a continuidade da aprovação de livros com incorreções nos conteúdos, destacando aqui as incorreções referentes ao estado de Santa Catarina. Há um número muito grande de alunos e professores que fazem uso do livro didático. Os instrumentos que exigem a correção dos conteúdos já existem – os Critérios de Eliminação. O que precisa ser analisado e debatido é por que eles não vêm sendo devidamente aplicados. Essa situação favorece as editoras, mas não propicia o acesso a conteúdos de Geografia devidamente qualificados. As considerações feitas por Bittencourt (2007) explicitam bem a importância do livro didático na educação básica da rede pública no Brasil:

O livro didático é material essencial na vida escolar. Essa é a realidade do ensino escolar, principalmente o ensino público. O professor usa o livro didático para preparar a aula [...] muitos nos perguntam: que livro eu devo usar? Então o livro tem esse papel fundamental.⁴

Como proposta de estudo a ser desenvolvido como tese de doutorado, o então projeto de pesquisa foi aprovado pela linha de Formação Sócio-Espacial: Mundo, Nações e Regiões, pertencente à área

⁴ Palestra proferida pela Dra. Circe Bittencourt no auditório do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em 26 de novembro de 2007.

de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC. Defendeu-se que, além das discussões pertinentes à geografia econômica no tocante às movimentações do capital editorial no mercado de LDs, a análise dos conteúdos nos livros destinados ao 7º ano se embasaria em muitos conceitos relativos à formação sócio-espacial brasileira (SANTOS, 1982), bem como nos estudos que destacam a importância da pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1986) no desenvolvimento econômico da Região Sul, especialmente em Santa Catarina. A compreensão de que a educação (e os materiais a ela destinados) está submetida às questões da materialidade também reforçou a ligação dessa pesquisa com áreas próximas à geografia – com a história, a educação e a economia.

A problemática desta pesquisa consiste em investigar se aspectos do mercado editorial e as mudanças ocorridas nas avaliações podem ter contribuído para a permanência de erros nos conteúdos de livros didáticos de Geografia.

Como objetivo geral pretende-se discutir os principais aspectos referentes às editoras e às mudanças nos processos de avaliação do PNLD (1999-2014), comprovando a permanência de erros em livros didáticos de Geografia nos conteúdos referentes a Santa Catarina. Para tanto foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Investigar e descrever o processo histórico de criação, implantação e desenvolvimento do PNLD (além de apresentar as comissões de avaliação anteriores).

- Analisar e discutir aspectos relativos à concentração e centralização no mercado editorial de livros didáticos.

- Apresentar e analisar as alterações nos processos de avaliação do PNLD, bem como a perda de síntese nos guias dos livros didáticos de Geografia.

- Demonstrar e discutir a permanência de erros no conteúdo de livros didáticos de Geografia aprovados pelo programa, com ênfase nos conteúdos sobre o estado de Santa Catarina.

Inferi-se como hipótese geral que o fato de vários livros didáticos de Geografia ainda apresentarem erros nos conteúdos sobre Santa Catarina aponta uma provável falta de aplicação dos Critérios Eliminatórios do PNLD na avaliação dos livros. Analisando-se as avaliações do programa, supõe-se que as mudanças impostas a esses processos favoreceram as editoras, pois mesmo apresentando livros com erros – o que contraria importantes critérios da avaliação – as maiores empresas do setor continuam recebendo aprovação de suas coleções.

Para desenvolver esta investigação, buscaram-se estudos em que a relação processual entre educação e economia fosse contemplada, estruturando o referencial teórico desta tese. Destacam-se as análises realizadas com base em: Filgueiras (2011), que fez um histórico sobre as comissões de avaliação existentes antes do PNLD, analisando o quadro político e social de 1938 a 1980; Romanelli (1995), de quem são extraídas informações sobre o acordo MEC-USAID (Brasil e EUA); Saviani (2004, 2010) que analisa os avanços e retrocessos das diferentes Leis de Diretrizes e Bases da Educação; Hofling (2000), que apresenta dados históricos sobre as vendas das editoras ao governo federal por meio dos programas de distribuição de livros; Cassiano (2007), que examinou profundamente o desenvolvimento do PNLD e a entrada do capital espanhol no setor de didáticos.

Na segunda parte da pesquisa são utilizados os estudos de: Castro (1996), que explicitou as relações de favorecimento entre os representantes das grandes editoras e o governo federal; Warde (2011), que demonstrou a imbricação entre as editoras de livros didáticos e a formação da cultura de tipo americanista, por meio da educação, nos EUA. O estudo dessa autora lançou importantes esclarecimentos quanto aos conceitos de Gramsci (2012) sobre hegemonia e às análises de Neves (2005) quanto à relação economia-educação. Compreende-se que os livros didáticos são produzidos por padrão de editoração hegemônico e mais que isso – são meios transmissores de concepções e comportamentos. Além destes também foram utilizados estudos de: Uribe (2006), que apresentou os diversos empréstimos realizados pelo Banco Mundial aos países da América Latina e do Caribe, de Soares (1998), que evidencia a mudança de estratégia do BM após a década de 1970, o qual passou a priorizar os investimentos em educação; Anderson (1995), que esclarece importantes aspectos sobre o neoliberalismo na América Latina; Marx (1971), que definiu a distinção entre concentração e centralização de capital; Chesnais (2005), que retrata a finança mundializada – algo identificado entre as maiores editoras do setor (de capital aberto); Soares (2007), que aponta a formação de oligopólio no setor de didáticos; e Perez (2008), que apresenta as transações de capital realizadas no grupo Abril. Ao longo dos capítulos são feitos apontamentos sobre os ciclos longos da economia, com base nos estudos de Rangel (1985).

Na terceira e quarta parte desta tese analisam-se os processos de avaliação do PNLD para Geografia e os erros em conteúdos dos LDs sobre Santa Catarina, respectivamente. Foram utilizadas diversas informações contidas nos Guias dos Livros Didáticos de Geografia de

1998 a 2013, evidenciando as mudanças e permanências na apresentação das coleções nos guias e demonstrando a continuidade dos Critérios Eliminatórios que determinam a exclusão de livros com incorreções. No último capítulo, utilizam-se: o estudo de Santos (1982) que esclarece as características da formação sócio-espacial brasileira e as pesquisas desenvolvidas por Mamigonian (1986 e 2000), que aborda as especificidades do desenvolvimento na Região Sul do Brasil e discute as teorias correntes sobre a industrialização brasileira, destacando os ciclos longos da economia mundial e os ciclos médios observados no plano nacional (RANGEL, 1985). Também são importantes os estudos desenvolvidos pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2012) sobre o quadro atual do setor industrial nesse estado. Os livros didáticos consultados serão mencionados mais adiante, na apresentação dos procedimentos metodológicos.

As principais fontes de pesquisa são: os estudos desenvolvidos sobre essa temática apresentados na forma de artigos, dissertações, teses e debates realizados em grupos de trabalho de eventos científicos, além da análise de documentos oficiais que tratam do funcionamento do PNLD; dados oficiais sobre os investimentos dispendidos pelo MEC para a compra dos livros, evidenciando a concentração das vendas em poucas editoras; legislação que assegura os Critérios de Avaliação do programa definidos no Decreto nº 7.084, de 27/01/2010; entrevistas e aplicações de questionários a coordenadores, avaliadores de diferentes avaliações, além de questionários aplicados a autores de LDs e professores de Geografia da educação básica; guias dos livros de Geografia de 1999, 2002, 2005, 2008, 2011 e 2014; os editais dos PNLDs para Geografia de 2011 e 2014; livros didáticos dessa disciplina destinados ao 7º ano do ensino fundamental aprovados nos PNLDs de 2011 e 2014, além de alguns livros de edições anteriores (2005 e 2008).

Quanto aos procedimentos metodológicos, o primeiro passo foi delimitar as questões fundamentais sobre cada uma das esferas a serem estudadas. Para isso, apresenta-se um histórico do programa que viabiliza o acesso aos livros para os alunos e professores da rede pública, o desenvolvimento do mercado editorial, as avaliações dos livros de Geografia e, finalmente, os conteúdos dos LDs em que foram encontrados diversos erros a respeito do estado de Santa Catarina.

Para apresentar o histórico de desenvolvimento do PNLD e discutir os aspectos referentes à participação das editoras, além das bibliografias consultadas, serão apresentados quadros sistemáticos e tabelas que exponham os elementos qualitativos e dados quantitativos sobre cada uma dessas esferas. Busca-se evidenciar a forte concentração

das vendas de LDs ao programa entre quatro grandes grupos editoriais (Abril, Moderna, FTD, Saraiva). Essa concentração também é verificada quando se analisa o número de coleções de Geografia destinadas ao EF aprovadas entre 1999-2014.

A fim de discutir as mudanças ocorridas nos processos de avaliação serão apresentadas informações específicas de cada edição que evidenciem as mudanças no funcionamento das avaliações, como no caso da análise por coleções e não por livros isolados. Objetiva-se também demonstrar a permanência dos principais critérios de avaliação pertinentes à correção das informações e conceitos dos livros didáticos. E, para analisar as mudanças ocorridas nos guias dos LDs de Geografia (referentes às avaliações dos livros para as séries finais do ensino fundamental) serão especificadas as principais características de cada edição dos guias – 1999, 2002, 2005, 2008, 2011 e 2014. Procurando esclarecer algumas questões pertinentes à realização das avaliações de Geografia, serão apresentadas informações extraídas das entrevistas realizadas com ex-coordenadores, além daquelas obtidas por meio da aplicação de questionários com avaliadores, autores, um revisor de edição de LDs e um professor da educação básica.

Para comprovar a permanência de incorreções presentes nos livros didáticos consultados, são analisados os erros presentes nos conteúdos sobre o estado de Santa Catarina. Esse recorte de análise foi necessário devido à amplitude de temas tratados em um livro com assuntos a serem estudados durante todo um ano letivo, e também por haver maior proximidade com as questões de ordem teórica e empírica devido ao fato de a autora ser natural desse estado e estudá-lo durante os cursos de graduação e pós. Apresentam-se no decorrer do capítulo 4 alguns exemplos de incorreções encontrados em livros de Geografia aprovados em 2005 e 2008, mas o maior foco desta parte da pesquisa é evidenciar os erros encontrados nos últimos dois processos de avaliação. Os livros de Geografia aprovados no PNLD 2011 estão listados a seguir:

- Geografia. 7º ano. Melhem Adas. 5ª ed. São Paulo. Editora Moderna. 2010.
- Geografia. 7º ano. João C. Moreira e J. Eustáquio de Sene. 1ª ed. São Paulo. Scipione. 2010.
- Geografia Crítica. 7º ano. José W. Vesentini e Vânia Vlach. 4ª ed. São Paulo. Editora Ática. 2010.

- Geografia Espaço e Vivência. 7º ano. Andressa T. Alves Boligian et al. 3ª ed. ref. São Paulo. Saraiva Livres Editores. 2009.
- Geografia Sociedade e Cotidiano. 7º ano. Dadá Martins et al. 3ª ed. reformulada. São Paulo. Edições Escala Educacional. 2009.
- Geografias do Mundo. 7º ano. Diamantino Pereira e Marcos Carvalho. 1ª ed. renovada. São Paulo. Edições FTD. 2009.
- Para Viver Juntos Geografia. 7º ano. Fernando Sampaio et al. Editora Scipione. 1ª Ed. São Paulo. Edições SM. 2009.
- Geografia Perspectiva. 7º ano. Cláudia de Magalhães et al. São Paulo. Editora do Brasil. 2009.
- Projeto Araribá Geografia. 7º ano. Sônia Danelli. 2ª ed. São Paulo. Editora Moderna. 2007.
- Geografia Projeto Radix. 7º ano. Beluce Bellucci e Valquíria Garcia. Geografia. 2ª ed. São Paulo. Editora Scipione. 2009.

Em razão do inesperado número de coleções aprovadas no PNLD de Geografia deste ano – 24 – optou-se por fazer um recorte no número de livros (do 7º ano) a serem analisados. O critério utilizado foi selecionar uma coleção de cada editora que obteve aprovação nesta edição. Estes foram, inicialmente, os 13 livros selecionados entre as coleções de Geografia do PNLD 2014:

- Expedições Geográficas. 7º ano. Melhem Adas e Sergio Adas. 1ª ed. São Paulo. Moderna, 2014.
- Geografia: Um Olhar Sobre o Planeta Terra. 7º ano. Roberto Giansanti et al. 1ª ed. São Paulo. Editora AJS, 2012.
- Geografia, Sociedade e Cotidiano. 7º ano. Dadá Martins et al. 4ª ed. São Paulo. Escala Educacional, 2012.
- Geografia e Participação. 7º ano. Celso Antunes et al. 2ª ed. São Paulo. IBEP, 2012.
- Geografia nos Dias de Hoje. 7º ano. Cláudio Giardino et al. 1ª ed. São Paulo. Editora Leya, 2012.
- Geografia Espaço e Vivência. 7º ano. Levon Boligian et al. 4ª ed. São Paulo. Saraiva, 2012.
- Geografias do Mundo. 7º ano. Diamantino Pereira e Marcos Carvalho. 2ª ed. São Paulo. Editora FTD, 2012.
- Geografia para Viver Juntos. 7º ano. Fernando Sampaio et al. 3ª ed. São Paulo. Editora SM, 2012.

- Mundo da Geografia. 7º ano. Igor Moreira. 1ª ed. São Paulo. Editora Positivo, 2012.
- O Mundo da Geografia. 7º ano. Laercio de Melo e Hairton Bettes. 1ª ed. Curitiba. Editora Terra Sul, 2012.
- Perspectiva Geografia. 7º ano. Magalhães et al. 2ª ed. São Paulo. Editora do Brasil, 2012.
- Projeto Velejar. 7º ano. Eustáquio de Sene e João Moreira. 1ª ed. São Paulo. Editora Scipione, 2012.
- Telares Geografia. 7º ano. Wiliam Vesentini e Vânia Vlach. 1ª ed. São Paulo. Editora Ática, 2012.

Como o livro da coleção “O Mundo da Geografia. 7º ano” de Laercio de Melo e Hairton Bettes, publicado pela Terra Sul não foi encontrado, a amostra dos livros aprovados em 2014 passou a ser composta de 12 livros.

As citações extraídas dos LDs que contêm erros sobre Santa Catarina foram destacadas no texto da tese e contrapostas a informações e dados obtidos em pesquisas desenvolvidas em âmbito acadêmico ou órgãos institucionais. Foram evidenciados os erros que claramente contrariam os Critérios Eliminatórios da avaliação.

Esta tese apresenta o desenvolvimento do texto em quatro capítulos, visando analisar e discutir: o desenvolvimento do PNLD, apresentando as comissões de avaliação a ele anteriores; aspectos do mercado editorial de livros didáticos, como a concentração das vendas ao governo e o processo de centralização do capital das maiores empresas do setor; as mudanças nos processos de avaliação do PNLD de Geografia, apesar da manutenção dos principais critérios de avaliação, apontando as modificações na elaboração dos guias dos LDs dessa disciplina; e, finalmente, a permanência de erros em livros didáticos de Geografia nos conteúdos sobre Santa Catarina que foram aprovados em diferentes edições de avaliação do PNLD.

2 AS PRIMEIRAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Muito antes do PNLD: livros avaliados, autorizados e adquiridos.

2.1 A Comissão Nacional de Avaliação do Livro Didático – CNLD.

No levantamento sobre as avaliações do PNLD, não se esperava descobrir a existência de processos de avaliação de livros didáticos muito anteriores a esse programa. Apenas a Comissão Nacional do Livro Didático era então conhecida. Esse fato que representou uma grande surpresa, se deu por meio da leitura do trabalho de Filgueiras (2011)⁵, que analisou, com base em fontes primárias, cada uma das comissões de avaliação. Constatou-se que vários aspectos do PNLD foram certamente buscados em fontes passadas. No quadro 01 apresentado a seguir, pode-se conhecer os períodos de vigência dessas comissões:

Nome da comissão	Período de funcionamento	Órgão ao qual estava subordinada
Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)	1938-1965*	Ministério da Educação
Comissão Nacional de Avaliação (CONAC)	1966-1969	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Coteld) subordinado ao INL
Comissão de Análise e Seleção de Livro-Texto (CASLT)	1970-1980	Instituto Nacional do Livro (INL) até 1976 e posteriormente à FENAME

⁵ As informações obtidas por Filgueiras, que teve acesso a fontes primárias com os pareceres elaborados pelas diferentes comissões de avaliação dos livros didáticos, foram fundamentais para o desenvolvimento das ideias apresentadas nos primeiros itens desta pesquisa. Por essa razão, ao longo do primeiro capítulo, serão feitas várias referências à tese da autora, intitulada “Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984) ”.

Quadro 1 – Comissões de avaliação de livros didáticos de 1938 a 1984.

Fonte: Informações extraídas de Filgueiras, 2011.

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

* Oficialmente a CNLD só foi extinta por portaria em 1969.

No dia 14 de novembro de 1930, pelo Decreto nº 19.402, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública⁶, cujo surgimento foi um dos pilares da nova configuração política instaurada com a Revolução de 1930. Além dos decretos em legislação específica para a educação, a Constituição de 1934 estabelecia funções e ações que seriam responsabilidade do Estado, entre as quais: fixar o Plano Nacional de Educação; tornar gratuito o ensino primário; ministrar o

⁶ Embora o Ministério da Educação tenha sido criado apenas em 1930 e a CNLD em 1938, a presença de livros didáticos no Brasil é bem anterior, assim como a presença da escola de educação básica, a qual precedeu o ensino superior. Registram-se aqui os principais títulos e autores de livros didáticos de Geografia entre 1817 e 1980: **Corografia Brasilica**, de Aires de Casal (1817); **Compendio elementar de Geographia geral e especial do Brasil**, de Thomaz Pompêo de Souza Brasil (1851); e **Breves noções de Geografia Universal**, de 1873. Na década de 1930, apresentaram-se melhores condições para a elaboração e publicação de livros didáticos de Geografia com conteúdos que acompanhavam os avanços realizados em outros países. Destacavam-se as publicações de Delgado de Carvalho, **Metodologia do Ensino Geográfico** de 1925; **Geografia Humana, Política e Econômica**, de 1934; **Geografia Física e Humana**, de 1940; **Geografia Regional do Brasil**, de 1943; **História Antiga e Medieval**, de 1945, para citar alguns. Também tiveram destaque os livros de Fernando Raja Gabaglia, com **Leituras geográficas: para o ensino secundário**. Rio de Janeiro. Editora F. Briguiet & Cia, de 1933 e Mário da Veiga Cabral, com **Geografia do Brasil: 3ª série**. Rio de Janeiro. Editora Jacintho Ribeiro dos Santos, de 1945. Entre 1934 e 1974, os livros didáticos de Aroldo de Azevedo foram os títulos mais utilizados no país. Algumas de suas obras didáticas mais conhecidas são: **Geografia Humana** (1934); **Geografia Geral** (1943), **Geografia Humana do Brasil** (1950); **As Regiões Brasileiras** (1962) e **O mundo que nos rodeia** (1974). Esse autor publicou mais de trinta livros didáticos. A década de 1970 pode ser considerada um período de transição, e autores como Celso Antunes, Melhem Adas e Igor Moreira passaram a se destacar na publicação de livros didáticos, que começavam a ser publicados em novos formatos de editoração quanto aos aspectos gráficos. Nos anos 1980, destacavam-se como novos autores na disciplina de Geografia William Vesentini, pela editora Ática e Eustáquio de Sene, pela Scipione, com livros destinados ao antigo segundo grau.

ensino do idioma pátrio e uniformizar a ortografia nacional, ficando a cargo do Conselho Nacional de Educação definir o Plano Nacional de Educação.

Sobre o teor político e econômico da Revolução de 1930, conforme Viana (2004, p. 43), ocorreu no Brasil uma revolução passiva, em que a classe dos produtores aliou-se aos senhores de terra, que se comprometeram a modernizar e dinamizar o país, mas sem sair do poder. Mamigonian (2000) distingue essa classe dos senhores que lideraram a chamada aliança vitoriosa: “A oligarquia gaúcha [...] autoritária e reformista, de formação ideológica positivista, conduziu um processo de modernização pelo alto, a chamada via prussiana, como já havia ocorrido na segunda metade do século XIX, na Alemanha, Itália e Japão”. (MAMIGONIAN, 2000, p. 47).

É importante observar que, no plano econômico internacional, o capitalismo mundial estava sob as consequências da Crise de 1929, a fase B do 3º Kondratiev, um período recessivo da economia mundial. Rangel (1985, p. 30) ressalta que, nos momentos de aprofundamento das crises no centro da economia capitalista, o Brasil apresentou diversos episódios de reação econômica, voltando suas atividades para o mercado interno, vivenciando importantes processos de substituição de importações (PSI)⁷. Na década de 1930 o país viveu um intenso PSI, fortemente incentivado por ações estatais, que estimularam as atividades industriais, o crescimento do mercado interno, tendo como uma das consequências espaciais um grande movimento de urbanização.

No plano educacional, já sob o Estado Novo⁸, a nova Carta Constitucional (elaborada pelo jurista Francisco Campos a pedido de

⁷ Os Ciclos Longos da Economia (ou ondas longas) têm aproximadamente 50 anos de duração, sendo que os primeiros 25 representam uma fase de expansão da econômica mundial (fase A) e os anos posteriores representam uma fase de retração econômica (fase B). O esquema geral dos ciclos foi apresentado pelo economista russo Nicolai Kondratiev na década de 1920. Com base nessa teorização, e por meio do estudo dos chamados Ciclos de Julgar (que têm duração de sete a onze anos), Ignácio Rangel, economista brasileiro, constatou diferentes momentos em que o Brasil ora aprofundou os laços de divisão internacional do trabalho nos períodos de ascensão dos Ciclos Longos, ora conduziu a economia a um crescimento voltado para dentro, nos períodos de recessão da economia mundial (RANGEL, 1985, p. 30). Ver deste autor: **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. JZE Editor. RJ. 1985.

⁸ Constituições do Brasil: 1ª Constituição de 1824 (Brasil Império); 2ª Constituição de 1891 (Brasil República); 3ª Constituição de 1934 (Segunda República); 4ª Constituição de 1937 (Estado Novo); 5ª Constituição de 1946; 6ª

Getúlio Vargas) determinava que caberia à União: “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”. (Constituição de 1937). No mesmo ano, o Instituto Cairu⁹ fora transformado no Instituto Nacional do Livro (INL), criado pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. O órgão ficou encarregado de aumentar a produção dos livros didáticos nacionais, mas apesar da existência desse instituto o controle sobre a adoção dos livros estava sob a responsabilidade dos estados da federação.

O ministro da Educação Gustavo Capanema¹⁰, que ocupou o cargo de 1934 a 1945, enviou um documento ao presidente Vargas

Constituição de 1967 (Regime Militar); 7ª Constituição de 1988 (Constituição Cidadã).

A quarta constituição do país foi marcada pelo centralismo do Estado e pelo aumento dos poderes do executivo, ao ponto de o presidente da nação ter o poder de governar por meio de decretos-leis. O Parlamento, as Assembleias Nacionais e as Câmaras Municipais foram dissolvidas e os governadores estaduais passaram a ser interventores que precisavam da confirmação do presidente da República para assumir o cargo – muitos foram substituídos e nomeados por Vargas. Havia ainda o decreto do Estado de Emergência, amparado pelo artigo 186, que suspendia as liberdades civis. Segundo Fausto (2013, p. 312), o “Estado Novo concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente”.

⁹ Há autores que apontam 1929 como o ano de criação do INL. No entanto, o único decreto-lei encontrado foi o de 1937, que transforma o Instituto Cairu em Instituto Nacional do Livro. Ver <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del093.htm> Acesso em: 08 ago. 2014.

¹⁰ “Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), em 1900. Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. [...] Em 1927, iniciou sua vida política ao eleger-se vereador em sua cidade natal. [...] Nas eleições presidenciais realizadas em março de 1930 apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançado pela Aliança Liberal – coligação que reunia os líderes políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. [...] Capanema foi designado pelo presidente [Vargas] para dirigir o Ministério da Educação e Saúde. Nomeado em julho de 1934, permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Sua gestão no ministério foi marcada pela centralização, a nível federal, das iniciativas no campo da educação e saúde pública no Brasil. Na área educacional tomou parte do acirrado debate então travado entre o grupo “renovador”, que defendia um ensino laico e universalizante, sob a responsabilidade do Estado, e o grupo “católico”, que advogava um ensino livre da interferência estatal, e acabou conquistando maiores espaços na política ministerial. [...] Imbuído de ideais nacionalistas, promoveu a nacionalização de cerca de duas mil escolas localizadas nos núcleos

denominado “Livros Escolares: projeto de exposição de motivos”. Nesse documento (não datado) Capanema defendia a necessidade de regulamentar a seleção dos materiais didáticos utilizados no país para o ensino elementar. Além de considerar o interesse do Estado em exercer o poder de aprovar ou reprovar os livros didáticos, é necessário reconhecer que nessa época o país contava apenas com duas instituições de ensino superior e poucas escolas formadoras de professores para a educação básica. Assim, muitos intelectuais ligados à educação consideravam que as novas diretrizes pedagógicas, discutidas nas décadas de 1920 e 1930, poderiam ser divulgadas nos cursos das Faculdades de Filosofia e Institutos de Educação e por meio do livro didático, para os professores.

Em 1937 e 1938, respectivamente, dois importantes órgãos ligados à educação foram criados: o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) pelo do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Essa comissão tinha poderes de legislar e controlar a produção e a circulação dos livros didáticos no país, destinados às séries escolares pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias. A partir de então, a função de avaliar e recomendar a adoção dos livros passava definitivamente para a esfera federal.

De acordo com os termos do Decreto-Lei nº 1006/38, observa que eram funções da CNLD: examinar os livros didáticos que lhe fossem apresentados e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso; estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país; promover, periodicamente, a organização

de colonização do sul do país, medida intensificada após a decretação de guerra do Brasil à Alemanha, em 1942. No campo do ensino profissionalizante foi criado, através de convênio com o empresariado, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Na área de saúde foram criados serviços de profilaxia de diversas doenças. [...] Capanema buscou, como ministro, estabelecer um bom relacionamento com os intelectuais brasileiros, tendo sido auxiliado nessa tarefa pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, seu chefe-de-gabinete. [...] Morreu no Rio de Janeiro, em 1985”. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/gustavo_capanem a. Acesso em: 27 mai. 2014.

de exposições nacionais dos LDs cujo uso tenha sido autorizado na forma dessa lei.

O mesmo decreto determinava ainda que “a CNLD deveria ser integrada por sete membros, designados pelo Presidente da República, escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecimento moral”¹¹. Para aqueles que têm algum conhecimento sobre as avaliações do PNLD, seja professor da educação básica, seja pesquisador no ensino superior, a menção aos chamados “critérios de avaliação” remete à definição e aplicação das regras a serem consideradas no processo de avaliação, e posterior distribuição, de LDs aprovados pelo MEC. Constatou-se que a Comissão Nacional do Livro Didático, em 1938, já possuía critérios definidos para análise dos livros, denominados, vejamos só, Critérios Eliminatórios, que eram formados por dois conjuntos: um sobre questões político-ideológicas e outro sobre questões pedagógicas, que contemplavam a didática e os conteúdos das áreas de conhecimento, além de aspectos gráficos das obras¹².

Atualmente, os critérios fundamentais do PNLD são divididos em dois conjuntos: Critérios Eliminatórios e Classificatórios. A inspiração não parece ter sido fruto do acaso, mas sim buscada nas fontes do passado. Outro dado importante que pode trazer mais uma sensação de *déjà vu* histórico é a menção às fichas de julgamento dos livros.

Os pareceres da CNLD (encontrados principalmente no arquivo da Companhia Editora Nacional, adquirida pela IBEP) eram notas que indicavam a aprovação ou reprovação dos livros didáticos. Apenas alguns continham o registro de críticas aos conteúdos, e a maioria não continha o nome dos pareceristas (FILGUEIRAS, 2011). Embora os pareceres fossem preenchidos de maneiras diversas, havia uma ficha de julgamento, que bem poderia ser chamada de ficha de avaliação, que orientava a análise dos membros da comissão. No Quadro 02, apresentado na página seguinte, é possível observar detalhes da referida ficha.

¹¹Disponível

em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=19340&norma=34467>. Acesso 23 mar. 2014).

Os nomes dos membros da CNLD estão apresentados no anexo A, na página 335.

¹² O Art. 20 do Decreto-Lei nº 1.006/38 p. 4-5.

I - Formato	
1. Dimensões	a) altura, b) largura e grossura
II - Material	
2. Capa	a) resistência, b) gosto
3. Papel	a) cor, b) qualidade
4. Tinta	a) cor, b) qualidade
III - Feição Gráfica	
5. Composição	a) tipo e corpo, b) variedade, c) entrelinhas, d) comprimento, e) correção
6. Paginação	a) facilidade de leitura, b) distribuição das gravuras
7. Impressão	a) da capa, b) do texto e das legendas, c) das gravuras
IV - Valor Didático	
8. Noções científicas	a) exatidão, b) ajustamento ao programa de ensino, c) método de exposição, d) propriedade dos exemplos, e) emprego de citações, f) uso de termos técnicos
9. Linguagem	a) correção geral, b) clareza, c) concisão, d) propriedade em relação à matéria, e) propriedade em relação ao grau de ensino, f) propriedade em relação ao nível intelectual correspondente à série ou à classe
10. Gravura	a) variedade, b) propriedade, c) exatidão, d) ajustamento ao texto, e) precisão das legendas
Total de pontos obtido pelo livro	
Porcentagem atingida no conjunto das Divisões I, II, III e IV	

Quadro 2: Ficha de avaliação CNLD 1941.

Fonte: Extraído de Filgueiras (2011, p. 45)¹³.

¹³ Para cada item da ficha, as seguintes notas deveriam ser atribuídas: 0 – quando o elemento fosse julgado deficiente; 5 – quando o elemento fosse

O processo de avaliação dos livros didáticos pela CNLD se dava a partir da designação, pelo presidente da comissão, de um relator e dois revisores. Após as seções específicas a serem analisadas, o livro era encaminhado para análise da seção de redação. As decisões sobre as seções respeitavam maioria de votos. Após passarem pelo aval da comissão, os livros didáticos autorizados deveriam exibir em suas capas um número de registro e a frase “Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação”¹⁴.

No início da década de 1940, os livros que fossem aprovados com restrições poderiam ser novamente submetidos à CNLD, no mesmo ano, para verificação das correções. Em 1941, Euclides Roxo solicitou ao Ministro Capanema a contratação de mais pareceristas em razão do baixo número de livros avaliados pela comissão, já que até aquele momento apenas 140 dos quase 2.000 livros submetidos à avaliação haviam sido analisados. A divulgação das listas de livros didáticos aprovados e reprovados trouxe grande preocupação às editoras, tanto que em 1941 o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais solicitou à CNLD que apenas a lista dos manuais escolares aprovados pela comissão fosse publicada em Diário Oficial. Argumentou-se que a divulgação dos manuais não aprovados não trazia nenhum benefício ao ensino, mas desprestígio e grandes prejuízos aos autores e editores. Essa solicitação do sindicato foi aceita pela comissão, entretanto aquela que pedia a participação do autor ou editor do livro em sessão plenária para prestar esclarecimentos e que o membro do parecer recorrido não fosse o mesmo relator do primeiro recurso impetrado não foi acatada pela CNLD (FILGUEIRAS, 2011).

De acordo com o Decreto nº 6339 de 11 de março de 1944, a CNLD passou a funcionar por meio de subcomissões especializadas, que se reuniam e deliberavam separadamente e de forma independente da

considerado satisfatório; e 10 – quando o elemento superasse as exigências, ou se tornasse dispensável. “Em seguida as notas dos itens eram somadas formando uma única nota em cada divisão (Formato, Material, Feição Gráfica e Valor Didático). A pontuação total a ser atribuída era de 350 pontos. Não poderiam ser autorizados os livros que obtivessem nota zero em qualquer elemento da divisão IV – Valor Didático (Noções científicas, Linguagem, Gravura), ou menos de 50% do total de pontos atribuídos, em conjunto, nas divisões Formato, Material e Feição Gráfica”. (FILGUEIRAS, 2011, p. 46).

¹⁴Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=19340&norma=3446>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

comissão central¹⁵. Essa modificação atendia, de certa forma, à solicitação feita por Euclides Roxo em 1941, que pedia a contratação de mais pareceristas. Além da grande demanda de trabalho, outra dificuldade se impunha à comissão. Frente à nova Lei Orgânica do Ensino Secundário n. 4.244/42, muitos livros submetidos à avaliação não haviam feito a adequação de seus conteúdos aos novos programas, e o Estado, por sua vez, não exigira essa adequação em tempo hábil para que as editoras realizassem as modificações necessárias.

No fim do Estado Novo, dois importantes decretos referentes aos LDs são publicados: o Decreto-Lei nº 8.222, de 26 de novembro de 1945, o qual sancionou que os livros didáticos de membros da comissão submetidos à avaliação receberiam parecer de dois catedráticos da especialidade que exercessem em escolas superiores oficiais ou reconhecidas; e o Decreto-lei nº 8.460, de 26 de dezembro, que reestruturou a legislação sobre o livro didático, tornando legal a escolha dos livros didáticos, aprovados pela CNLD, pelos professores das escolas¹⁶.

Se os livros didáticos passaram por uma avaliação sistemática da CNLD por tantos anos, é de se indagar sobre as correções ou adaptações realizadas pelas editoras. Nesse sentido, Filgueiras (2011) descreve que

Para verificar se os manuais escolares aprovados pela CNLD apresentaram alterações em seu conteúdo e aspecto gráfico, foi feita uma busca nos livros didáticos da BLD/USP. Na análise dos livros, foi possível observar pequenas mudanças nos manuais escolares nos anos 1950. Foram observados manuais publicados antes da avaliação e os mesmos manuais após receberem o registro da Comissão e do Ministério da Educação. **A comparação desses manuais, das diferentes disciplinas escolares indicaram que as avaliações não modificaram substancialmente os livros didáticos.** Foram encontrados livros que

¹⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6339-11-marco-1944-416238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

¹⁶ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

tiveram parte de seu conteúdo retirado após a avaliação da CNLD, contudo, a maioria dos manuais apenas se adequaram à reforma curricular de 1951. (FILGUEIRAS, 2011, p. 88, **grifo nosso**).

Ver-se-á no capítulo 3 deste trabalho que as avaliações realizadas a partir de 1999, em muitos aspectos, também não provocaram modificações substanciais nos conteúdos dos livros didáticos de Geografia no que se refere às correções das informações de teor específico.

Além de tratar das comissões de avaliação, considera-se importante destacar a função desempenhada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep)¹⁷ e a criação das campanhas de análise e elaboração de materiais didáticos. Entre 1952 e 1965, enquanto a CNLD ainda realizava seus trabalhos de avaliação dos LDs, havia comissões dentro do Inep que se dedicavam a analisar os materiais didáticos da época a CALDEME (Campanha de Análise de Materiais de Ensino) e a CELEME (Campanha de Inquérito e Levantamento do Ensino Médio e Elementar), ambas criadas em 1952.

Durante a década de 1950, diferentes grupos ligados às Faculdades de Filosofia das universidades, conjuntamente a grupos existentes em órgãos do aparato estatal, como o Inep, passaram a questionar a organização e os programas do ensino secundário, e por consequência os conteúdos dos livros didáticos. Esses questionamentos estiveram presentes nos debates acerca do novo projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1948 a 1961, quando finalmente ocorreu a sua aprovação. A sociedade em geral reivindicava a ampliação do atendimento às crianças na rede escolar e o acesso dos jovens ao ensino secundário.

Destaca-se nesse período a importante atuação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), que observando o contexto mundial do fim da Segunda Guerra e início da Guerra Fria, solicitou aos Estados membros que realizassem um “exame crítico de seus manuais escolares, tendo particularmente em conta os trabalhos dos seminários de 1950, sobre o melhoramento dos manuais escolares, assinaladamente os de história, e [...] geografia a

¹⁷ O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) tinha a função de desenvolver estudos e pesquisas para orientar as ações do MEC e assessorar tecnicamente os sistemas municipais, estaduais e privados de ensino.

serviço da compreensão internacional”. (UNESCO apud FILGUEIRAS 2011, p. 55)¹⁸.

Em razão da grande importância atribuída por Anísio Teixeira¹⁹ aos LDs para a melhoria da educação, a CALDEME passou a elaborar manuais de ensino para uso dos professores e a CELEME desenvolveu estudos sobre o ensino secundário. Entretanto, a elaboração de alguns manuais, ou guias, como ficaram conhecidos, arrastou por anos: o manual de Português e Literatura, por exemplo, que fora encomendado em 1953, dez anos depois ainda não havia sido concluído.

Em seu discurso de posse, o então diretor do Inep apontou a “indústria de livros didáticos fáceis e fragmentados como uma das várias mazelas da educação”²⁰ e suas críticas tecidas à CNLD eram bem contundentes. Pode-se deduzir que houve um descompasso entre o modelo de avaliação da CNLD, que se baseava nos programas oficiais de ensino para avaliar e autorizar a circulação dos livros didáticos, e as campanhas criadas no Inep, que produziam vários trabalhos sobre atualização e renovação do ensino.

Também no Inep foi criado em 1955 o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que incorporou as campanhas de análise dos materiais didáticos. Um ano depois, no mesmo instituto

¹⁸ Em espanhol, conforme no documento encontrado: “[...] los Estados miembros a emprender o a proseguir el examen critico de sus manuales escolares, teniendo particularmente en cuenta los trabajos de los seminários de 1950, sobre el mejoramiento de los manuales escolares, señaladamente los de historia, y sobre la enseñanza de la geografía al servicio de la comprensión internacional”. La reforma de los manuales escolares y del material de enseñanza. Paris: Imprenta Lahure. 1951.

¹⁹ Anísio Teixeira (1900-1971) figurou entre os intelectuais que assinaram em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que defendia a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade, “propugnando pela escola única, constituída sobre a base do trabalho produtivo, e pela defesa do Estado como responsável pela disseminação da escola brasileira” (VIDAL, 2013). Foi juntamente com Darcy Ribeiro um dos responsáveis pela criação da Universidade de Brasília, sendo seu reitor por nove anos. Foi afastado de suas funções pelo regime militar. Anísio também é considerado um dos principais expoentes da chamada Escola Nova no Brasil, tendo sido influenciado pelas ideias de John Dewey (1859-1952), filósofo e educador de tradição, estadunidense, defensor do chamado pragmatismo. Assim como Dewey, Anísio ressaltava em seus estudos e ações a importância da democracia, da educação e da experiência (CHAVES, 1999).

²⁰ Discurso de posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 4 de julho de 1952. Extraído de Munakata (2000, s/p).

criou-se o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), que era parte de um programa maior de cooperação educacional entre Brasil e Estados Unidos. Esse programa contava com a participação de professores de diferentes instituições de ensino, em especial das Escolas Normais, passando a ser desenvolvido junto à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, como projeto piloto de capacitação de professores e de apoio à elaboração de materiais didáticos para o ensino primário.

Ao que tudo indica, o Inep não sugeriu, ou não pôde promover, uma modificação dos programas oficiais pelos quais a CNLD balizava suas avaliações. Apesar da criação das campanhas, e das críticas realizadas à Comissão Nacional do Livro Didático, essa comissão ainda executou suas principais funções até 1969. Finalizando as considerações sobre as campanhas realizadas pelo Inep, considera-se que o livro didático fora entendido pelo instituto como um dos instrumentos mais diretos para a renovação dos conteúdos e das metodologias que deveriam chegar aos alunos e professores.

2.2 Comissão Nacional de Avaliação – CONAC

A década que poderia ter sido marcada pela continuidade e pelo aprofundamento das discussões e inovações do ensino sofreu um grande abalo com o Golpe Militar, em 1964. Saviani (2004) ressalta que no fim da década de sessenta ocorreu um declínio das ideias inovadoras, foram fechados o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais, e todas as esferas do ensino no país foram reorientadas em razão do golpe militar²¹.

À frente das ações de reorientação do ensino e dos órgãos competentes por ele responsáveis estavam em 1966 a Colted – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – e no ano seguinte a Fename – Fundação Nacional do Material Escolar. A Coteld foi criada com base nas orientações da XXII Conferência Internacional de Instrução Pública (realizada em Genebra, em 1959 e organizada pela UNESCO), que sugeriam o investimento dos Estados na elaboração e distribuição gratuita de livros didáticos aos alunos. Por meio do Decreto nº 59.355, de 21 de junho de 1966, a comissão deveria “incentivar, orientar,

²¹

Disponível

em:

<<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos”²².

Além dos nove participantes do Colegiado máximo da Colted, participavam das reuniões: Miss Alice Palmer e seu assessor Sr. Campbell, da United States Agency for International Development; o professor Décio Guimarães de Abreu; e o General Propício Alves – assessores do presidente do Sindicato Nacional dos Editores. A USAID (Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional) estava atrelada à chamada Aliança para o Progresso, que consistia numa organização criada pelos EUA com o objetivo “declarado” de prestar assistência ao desenvolvimento no Terceiro Mundo.

Um objetivo não declarado desse acordo era construir uma espécie de “muro político-ideológico” que protegesse o continente sul-americano do comunismo. No contexto da Guerra Fria, os EUA não pouparam esforços para manter a hegemonia da ordem capitalista. Chaves afirma que para alcançar tal objetivo as agências de desenvolvimento norte-americanas “utilizaram-se de medidas afetas à educação [preconizadas] pela Organização das Nações Unidas e a UNESCO”. (CHAVES, 2008, p. 8).

O Acordo MEC/USAID/SNE, como ficou conhecido, foi assinado em 6 de janeiro de 1967 e esteve em vigor até 31 de dezembro de 1969. Visava (segundo os documentos públicos divulgados) por meio das diretrizes da Aliança para o Progresso, modernizar o sistema educacional do Brasil. Para o ensino escolar, deveria desenvolver publicações técnicas, científicas e educacionais, devendo disponibilizar mais de 50 milhões de livros em três anos, a serem distribuídos gratuitamente aos alunos.

Num dos documentos de elaboração do convênio, datado de 1965, o Conselho Federal de Educação, órgão máximo do MEC, detentor de plenos poderes, conforme a LDB de 1961, respaldava o acordo MEC-USAID, assinalando que:

Funcionários categorizados do Conselho, do Ministério e da DES (Diretoria do Ensino Secundário) entendem que a orientação e assessoramento por parte dos consultores norte-

²² Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2878883/pg-41-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-06-1967/pdfView>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

americanos, possuidores de ampla experiência no planejamento do ensino em nível estatal, serão de grande valia na correção [de] deficiências. (ROMANELLI, 1995, p. 214).

Santos (2005) analisou os fundamentos ideológicos contidos no aparato teórico do acordo MEC-USAID, afirma que os empréstimos fornecidos para os “programas de educação das massas, no Brasil, chegaram a ser dez vezes maiores do que os empréstimos para programas relacionados ao ensino superior, pois era necessário livrar o povo da influência comunista”. (SANTOS, 2005, p. 120). No final da década de 1970, Arapiraca (1979) já havia demonstrado a maneira como foram realizadas as reformas no ensino secundário, com ênfase no ensino profissionalizante das classes mais pobres por meio das escolas politécnicas, dando informações sobre o volume de empréstimos contraídos pelo Brasil por intermédio do convênio, via financiamento do BM e do BIRD.

Romanelli (1995), em uma profunda pesquisa sobre a história da educação no Brasil (1930-1973), destaca que os benefícios financeiros do acordo foram maiores para o país fornecedor – EUA – do que para o Brasil, pois a maior parte dos treinamentos, bolsas de estudo no exterior e financiamento das despesas de alojamento, transporte e manutenção do pessoal brasileiro designado para trabalhar nas comissões com os assessores estadunidenses eram de responsabilidade do governo brasileiro.

O mesmo estudo ressalta que ainda mais problemática que a questão dos recursos envolvidos no convênio foi de fato a ação da USAID no país que “atingiu de alto a baixo todo o sistema de ensino”. Observe-se:

- a) Níveis: primário, médio e superior;
- b) Ramos: acadêmico e profissional (com ênfase no primário);
- c) Funcionamento;
 1. Reestruturação administrativa;
 2. Planejamento;
 3. Treinamento de pessoal docente e técnico;
- d) **Controle do conteúdo geral do ensino através do controle da produção e distribuição de livros técnicos e didáticos.** (ROMANELLI, 1995, p. 213, **grifo nosso**).

Enquanto as editoras comemoravam o investimento no setor, para que se atingisse a meta de distribuir mais de 50 milhões de exemplares aos alunos das escolas públicas do país, o conteúdo geral do ensino podia ser controlado pelos assessores estadunidenses por meio das ações do acordo MEC-USAID. O fato de que o incremento de recursos na área educacional tinha, em grande parte, origem nos cofres brasileiros fez com que os maiores benefícios financeiros ficassem para o país que elabora os trabalhos desenvolvidos pela agência – os EUA (ROMANELLI, 1995).

Retomando a análise sobre a Colted e concernente às informações acima transcritas, destaca-se a declaração do professor Theobaldo Miranda Santos, que considerava a seleção de livros realizada por esta comissão em 1967 muito influenciada pela “missão pedagógica” dos convênios entre Brasil EUA (FILGUEIRAS, 2011). Nessa seleção houve inclusive a participação de membros que atuaram no PABAAE, criado em 1956. A elaboração dos conteúdos dos livros didáticos e sua avaliação passaram concretamente por professores e técnicos ligados ao acordo MEC-USAID.

Assim como a Colted, a Assessoria de Avaliação foi criada em 1966 para centralizar o processo de análise dos livros didáticos. Sua primeira ação foi selecionar os livros para a formação de mil bibliotecas destinadas às escolas normais. Posteriormente, a Colted preparava-se para distribuir os livros didáticos para os três segmentos do ensino, mas antes era necessário avaliá-los. Dessa forma, a Assessoria de Avaliação era responsável por definir normas e critérios de avaliação que seriam utilizados pela Comissão Nacional de Avaliação – CONAC, comissão responsável pela avaliação final dos LDs²³. Como a Colted não obteve recursos suficientes para distribuir livros a todos os alunos da rede pública de ensino no país, optou pela distribuição de livros apenas às escolas das capitais. Percebe-se que muitos membros da CONAC haviam atuado nos projetos educacionais das décadas de 1950 e 1960, em trabalhos realizados pelo INEP, pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais (de Minas Gerais), que destacavam a importância do currículo e das metodologias de ensino.

Diferentemente das comissões anteriores que estavam centralizadas apenas na esfera federal, a CONAC (ligada à Assessoria

²³ As diretorias de ensino dos estados deveriam criar Comissões Estaduais de Avaliação (Ceac), que encaminhariam à Comissão Nacional de Avaliação (CONAC) as listas de livros selecionados pelos estados.

de Avaliação) contava com a participação de professores das comissões estaduais de avaliação de materiais didáticos. No final da década de 1960, foi realizado um projeto-piloto com a participação de professores das capitais que lecionavam no ensino primário haviam realizado treinamentos organizados pela Colted.

Os professores do ensino básico puderam selecionar os chamados livros-textos, com auxílio de um questionário. Entretanto, os avaliadores do projeto-piloto constataram que grande parte das indicações de livros feitas pelos professores demonstrou ser baseadas “em catálogos de publicidade, sem obedecer a nenhum critério de qualidade ou até mesmo de simples atualização – pois várias das obras sugeridas deixaram de ser editadas há mais de vinte anos”!²⁴

As conclusões do relatório final sobre a seleção feita pelos professores do ensino básico apontavam a má qualidade da maioria dos livros didáticos em circulação avaliados no período. Foram registrados nesse relatório três princípios gerais elaborados pela Colted, para orientar as futuras aquisições de livros didáticos:

1. A exemplo do que ocorre em todos os países do mundo ocidental, deverá a COLTED adquirir, tanto no presente Plano Piloto, como no futuro, só os livros que forem previamente aprovados por equipes de avaliação devidamente constituídas, em âmbito estadual e o nacional. Assim torna-se imprescindível uma comissão permanente de avaliação para dar continuidade aos estudos iniciados. O trabalho de análise dos títulos terá por objetivo fornecer elementos para que os próprios autores e editores, alertados para o problema, tenham a preocupação de rever e aprimorar as edições dos livros didáticos.
2. A partir do Plano Piloto, todos os livros didáticos adquiridos deverão, obrigatoriamente, ser acompanhados dos respectivos manuais do professor.
3. Qualquer programa de distribuição de livros deverá ser acompanhado de cursos de treinamento para professores, a fim de fornecer a esta orientação indispensável à boa utilização dos livros didáticos nas diversas séries e áreas,

²⁴ Relatório de Ruy Baldaque, 28 de novembro de 1968, apud Filgueiras (2011 p. 193).

respeitando-se as características de cada Região ou Estado. (Relatório de Ruy Baldaque apud FILGUEIRAS, 2011, p. 193).

Por meio do Projeto Piloto de 1968, a Colted distribuiu cerca de 5.952.426 livros didáticos para alunos das primeiras séries do ensino básico, atendendo às escolas das capitais, tendo investido para isso dez milhões de cruzeiros²⁵.

No ano seguinte²⁶, dois acontecimentos importantes causaram impacto sobre essa comissão. Primeiro: o novo diretor executivo do órgão, nomeado pelo ministro da Educação Tarso Dutra, o coronel Ary Leonardo Pereira, ou seja, um servidor militar passava a dirigir a comissão, que antes tinha como diretor um servidor civil. Segundo: o SNEL (Sindicato Nacional de Editores de Livros) e a CBL (Câmara Brasileira do Livro) apresentaram um documento questionando a legitimidade do Decreto-Lei nº 979, de 20 de outubro, que modificara as atribuições da FENAME, encarregando-a de editar livros didáticos, alegando que o Estado estava criando uma editora. Somando-se a isso, surgiram denúncias envolvendo as transportadoras dos livros destinados à formação das bibliotecas da Colted nas escolas, que mencionavam fraudes de diferentes tipos. Instaurou-se um inquérito para averiguar as denúncias, além de um grupo-tarefa encarregado de propor uma “reestruturação” da comissão (criada em 1965) e da FENAME

²⁵ Vinte e cinco editoras tiveram exemplares adquiridos pelo plano piloto. Foram elas: J. Ozon, Editor, Editora do Brasil, Série Cadernos Didáticos, F. Brigueit & Cia, Editora Minerva, Editora Elyas Ltda, Casa Mattos, AGIR S. A., Editora Vozes, Tecnoprint, Gráfica S. A, Ao Livro Técnico, Editora Globo, Bruno Buccini Editor, IBEP, Editora do Mestre, Gráfica Editora Aurora, Livraria São José, Conquista – Emp. Publicações Editora e Distribuidora de Livros Escolares, Editora Bernardo Álvares, Companhia Editora Nacional, Editora Paulo de Azevedo, Livraria José Olympio Editora, Companhia Melhoramentos de São Paulo, Companhia FTD Editora (FILGUEIRAS, 2011).

²⁶ Apesar da criação da Colted (1966), a Comissão Nacional do Livro Didático (criada em 1938) só foi extinta pela Portaria Ministerial nº 594, em 1969. Em meio às novas comissões criadas pelo Inep para debater e avaliar os materiais didáticos, e posteriormente com a criação da Comissão de Avaliação da Colted, parece que a CNLD ficou incumbida simplesmente de verificar se os livros didáticos apresentavam os conteúdos exigidos pelos programas oficiais, autorizando sua circulação. Filgueiras (2011) informou não ter encontrado outros documentos referentes às avaliações da CNLD que datassem da década de 1960.

(Filgueiras, 2011). Como desfecho, “a Colted foi extinta em 9 de junho de 1971, por meio do Decreto nº 68.728, e suas funções foram incorporadas ao Instituto Nacional do Livro”. (Decreto nº 68.728, 1971)²⁷.

Encerrando as considerações sobre as ações da Comissão de Avaliação do Livro Didático (CONAC), enfatiza-se a contribuição da Colted, enquanto programa responsável pela distribuição dos LDs, no desenvolvimento de materiais didáticos para um número crescente de alunos que adentravam as escolas públicas.

2.3 A Comissão de Análise e Seleção de Livro-Texto (CASLT)

As novas ações destinadas à aquisição e distribuição de material didático viriam a ser influenciadas pelas modificações instauradas na Constituição de 1967. Esta, além de ter aberto espaço para a reforma do ensino superior em 1968²⁸ com a Lei nº 5.540/68, que entre outras mudanças tornou o exame de vestibular classificatório, também abriu espaço para a instauração da Lei nº 5.692/71, a qual tornou obrigatório o ensino para as crianças entre sete e quatorze anos e determinou ainda a organização dos sistemas estaduais (descentralização), a unificação do primário e do ginásio sob a organização do 1º grau e a regulamentação do então colegial para 2º grau. O Conselho Federal de Educação foi o órgão responsável por elaborar, executar e fiscalizar os itens da reforma do ensino no país. Com a obrigatoriedade do ensino para crianças e pré-adolescentes, por exemplo, a necessidade de distribuição de livros didáticos se multiplicou.

Após a reforma de 1971, o Instituto Nacional do Livro sob o Decreto nº 68.728/71 tornou responsável pela produção, edição e distribuição de livros técnicos e didáticos, devendo ainda definir as diretrizes do programa editorial e os planos de ação do MEC. Por meio das “Normas para a análise dos livros didáticos de 1º grau” procurou

²⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Acesso em: 23 mar. 2014.

²⁸ No mesmo ano, em dezembro de 1968, foi instaurado o AI-5 e decretado o recesso do Congresso Nacional.

adequar a seleção dos livros à reforma do ensino, que havia criado novas disciplinas para o curso secundário²⁹.

No mesmo ano foi criado o Programa do Livro Didático (PLID) e em sequência, visando a reorganizar as ações do programa para cada segmento de ensino, surgiram o Programa do Livro Didático para Ensino Fundamental (PLIDEF) e o Programa do Livro Didático para Ensino Médio (PLIDEM), todos vinculados ao INL.

O instituto herdou da FENAME o chamado sistema de coedição de livros didáticos, instaurado em 1970 com a Portaria Ministerial n. 35/70 (um ano antes da extinção da Colted). Em acordo com as editoras, o governo passou a disponibilizar recursos para que estas editassem os livros, desde que aprovados pela comissão de avaliação³⁰. Depois da seleção dos títulos feita pelos estados, os livros eram adquiridos pelos programas do ILN. Normalmente o instituto adquiria os títulos mais baratos, contrariando muitas escolhas realizadas pelos estados.

A avaliação dos livros didáticos era realizada pela Comissão de Análise e Seleção de Livro-Texto (CASLT), formada por dois especialistas de cada disciplina nomeados diretamente pelo ministro da Educação. Os membros escolhidos para essa comissão continuavam a ser “professores de reconhecida capacidade profissional nas matérias de que tratam os livros, bem como reconhecida idoneidade moral no trato de questões dessa importância”³¹, tal como ocorria na CNLD, em 1938.

Os livros avaliados eram correlatos às novas disciplinas que compunham o currículo escolar pós-reforma do ensino. Eram elas: Comunicação e Expressão, Integração Social, Iniciação às Ciências e Matemática de 1ª a 4ª série; Comunicação em Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Ciências e Matemática de 5ª a 8ª série. Na avaliação eram considerados aspectos de conteúdo e método de ensino, além dos aspectos físicos do livro, bem como a presença e a organização dos

²⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

³⁰ Entre os pareceristas do período da ditadura destacavam-se o escritor Octavio de Faria, Adonias Filho e o poeta Marcos Konder Reis, que formavam a Comissão de Leitura e Seleção que indicava os aprovados e rejeitados do programa de coedições do INL.

³¹ Normas para análise e seleção de livro-texto para o ensino de 1º grau. DEF/MEC, dez. 1971.

elementos textuais³². O manual do professor também era avaliado, obedecendo a critérios específicos de análise. O resultado da avaliação realizada pela CASLT – a lista com os livros didáticos aprovados – era encaminhado para os estados da federação para que estes realizassem suas escolhas, que por sua vez eram enviadas ao INL para a coedição das obras.

Houve reclamações por parte de editores que tiveram livros excluídos das listas estaduais. A maior parte deles era produzida por autores e editores de São Paulo e Rio de Janeiro e não contemplavam as especificidades de alguns estados, que acabavam por pedir outros títulos ao INL – que podia substituir qualquer título escolhido quando considerasse seu preço muito alto³³.

Em 1976, através do Decreto n° 77.107, as funções do INL³⁴ quanto ao Programa do Livro Didático – PLIDEF e PLIDEM foram transferidas para a Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME (cabe lembrar que no final da década de 1960 os programas de livros didáticos haviam sido transferidos da FENAME para o INL). Os detalhes dessa transferência não foram esclarecidos, mas a proposta do chamado livro integrado, que teria mais de uma disciplina por série, ou contemplaria o conteúdo de mais de uma série por disciplina, num único exemplar, não foi aceita pelas editoras. Assim, o diretor do INL, Heberto Salles, emitiu um parecer afirmando que devido à falta de infraestrutura o Instituto deixava de ser o responsável pelo PLD.

Entre 1976 e 1977, a FENAME executou o PLIDEF com as mesmas normas utilizadas pelo INL: pagamento de taxa de avaliação, análise dos manuais pelo DEF/MEC, lista dos livros aprovados encaminhada aos estados para estudo e reenvio de lista para a FENAME com a relação das obras para coedição. Entre 1978 e 1980, os critérios foram um pouco modificados quanto à pontuação atribuída aos livros e ao manual do professor.

³² Páginas das fichas de avaliação da Calst durante a vigência do PLIDEF, no anexo B, p. 337.

³³ Entre 1973 e 1974, vinte e nove editoras participaram do PLIDEF: Abril, AGIR, Alfa-Sigma, Ao Livro Técnico, Bloch, Editora do Brasil, Caminho Suave, Conquista, EDART, Formar, FTD, Globo, IBEP, José Olympio, Lemi, Mestre, Companhia Editora Nacional, Primor, Record, Saraiva, Série Cadernos Didáticos, Tabajara, Vigília, Ática, Bernardo Álvares, EDDAL, Liceu, LISA, Vega e Vozes (FILGUEIRAS, 2011).

³⁴ O INL permaneceu no MEC de 1953 até 1987, quando foi integrado com a Biblioteca Nacional, nos quadros do recém-criado Ministério da Cultura, em 1985.

Em junho de 1980, por meio da Portaria nº 409, o então ministro da Educação Eduardo Portella, extinguiu a avaliação em nível federal dos livros didáticos. Os estados passaram a ser responsáveis pela avaliação, já que teriam condições de elaborar critérios mais condizentes com as suas especificidades. As comissões deveriam ser compostas por representantes do Conselho Estadual de Educação, pela equipe de currículo e supervisão do estado, professores regentes de 1º grau e professores de ensino superior³⁵. Dois anos depois a Portaria nº 02, do então ministro da Educação Rubem Ludwig, determinou que as Secretarias de Educação das unidades federadas passassem a avaliar e indicar os livros didáticos para o PLIDEF³⁶.

Em meio à crise do período militar, as discussões sobre a ampliação da distribuição de material escolar continuavam tendo destaque nos órgãos governamentais. Em 1983, com a Lei nº 7.091, a FENAME foi transformada em Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), incorporando o PLID, e por meio do PLIDEF ficou encarregada de doar os livros didáticos para as escolas de 1º grau e fornecer livros para as bibliotecas escolares por meio do sistema de coedição de livros³⁷.

A busca pela descentralização da política do livro didático parece ter relegado a um plano secundário o processo de avaliação da qualidade dos manuais escolares e priorizando o preço no ato de negociação do valor para a coeditoração com as empresas do setor.

A fim de repensar os programas para o livro didático em execução no MEC, em 1983 a ministra da Educação Esther de Figueiredo Ferraz instituiu um grupo de estudo para analisar e propor novas medidas para a elaboração e produção dos livros didáticos³⁸.

³⁵ Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3201653/pg-46-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-e-15-05-1979/pdfView>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

³⁶ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3104517/pg-42-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-07-01-1982/pdfView>. Acesso em: 25 ago. 2014.

³⁷ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1980-1988/L7091.htm>. Acesso em: 21 out. 2013.

³⁸ Ruy Mendes Gonçalves (que era vice-diretor da editora Saraiva), Maria Alice Barroso (que foi diretora do INL e presidente da Biblioteca Nacional), Armando Hildebrand (que ocupou a Diretoria de Ensino Secundário do MEC, além de membro e presidente Conselho de Educação do Distrito Federal), Anna Bernardes da Silveira Rocha (que foi diretora-geral do Departamento de Ensino Fundamental, membro do CFE e do Conselho de Educação do Distrito Federal),

Entre as principais recomendações apresentadas pelo grupo em um relatório, estavam: a escolha do manual escolar pelo professor; a elaboração pelo MEC, de material que auxiliasse o professor na escolha e utilização do livro didático; o atendimento aos alunos carentes; a recomendação de que o PLIDEF não aceitasse livros consumíveis a partir da 3ª série do primeiro grau. As recomendações contidas nesse relatório final apresentado por esse grupo de estudos deram subsídios para formular a legislação que instituiria, em 1985, o Programa Nacional do Livro Didático PNLD, que colocaria fim no sistema de coedição de LDs.

Como se pode constatar, antes da criação do atual programa de avaliação e distribuição de livros didáticos, importantes políticas foram definidas e aplicadas pelo Estado em relação aos livros didáticos, inclusive com a formação de comissões responsáveis pela avaliação e censura aos livros didáticos. As ações de maior impacto estão sintetizadas no quadro 03:

Ações governamentais	Implicações diversas
1930 – Criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública.	No ano seguinte foi organizada a estrutura do ensino secundário brasileiro.
1937 – Criação do Instituto Nacional do Livro (INL) através do Decreto-Lei nº 93, de 21/12/37.	Esse órgão é responsável por legislar e auxiliar o aumento da produção do livro didático nacional.
1938 – Por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, institui-se a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD).	A CNLD teve poderes de legislar e controlar a produção e a circulação do livro didático, com funcionamento até 1969, autorizando a edição e impondo exigências quanto à correção de informação e linguagem.
1945 – Pelo Decreto-lei nº 8.460, de 26/12/45, consolida-se a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.	O Estado passou, então, a assumir o controle da adoção de livros em todos os estabelecimentos de ensino. Em alguns estados, foram criadas Comissões Estaduais do

	Livro Didático.
1952 – Criação da Caldeme (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino) e da Cileme (Campanha de Inquérito e Levantamento do Ensino Médio e Elementar) pelo Inep na gestão de Anísio Teixeira.	Esses órgãos foram responsáveis pela elaboração de estudos sobre o ensino e os guias de diferentes disciplinas para a utilização dos professores. As principais ações da Caldeme foram: formação das bibliotecas pedagógicas; análise dos programas de ensino de outros países; publicação e tradução de livros que não eram editados no Brasil; elaboração de materiais didáticos; produção de guias para os professores do secundário; análise crítica de livros didáticos e programas do ensino médio.
1956 – Criação do PABAE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar).	Como parte do acordo entre o Brasil e os EUA para o desenvolvimento da educação, o projeto piloto, que contou com a participação de professores de diferentes instituições (centralizado em Minas Gerais), realizou cursos de capacitação de professores e de apoio à elaboração de materiais didáticos para o ensino primário.
1964 – Instituição do salário-educação. Os recursos do salário-educação eram distribuídos em duas cotas: a cota federal e a estadual, correspondendo respectivamente a um terço e a dois terços dos recursos arrecadados.	Do total arrecadado, 50% eram destinados a crédito do Fundo Estadual de Ensino Primário, para aplicação no próprio Estado, e 50% eram vinculados ao Fundo Nacional do Ensino Primário, para aplicação pela União em todo território nacional (pretendia-se fazer uma distribuição mais justa aos estados mais pobres). Com passar dos anos, várias

	modificações no salário-educação beneficiaram o ensino particular em detrimento do público.
1966 – Um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) permite a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED).	Muitos professores, pesquisadores e alunos, principalmente do ensino superior, eram contrários às reformas orientadas e executadas durante a vigência do acordo e expuseram suas críticas apesar das represálias do período militar. Já as editoras de livros didáticos demonstravam apoio ao MEC-USAID, pois se beneficiaram com os recursos aplicados na compra de materiais didáticos.
1967 – Criação da Fundação Nacional e Material Escolar (FENAME).	Por falta de recursos financeiros e infraestrutura, nesse momento a FENAME não teve meios suficientes para produzir e distribuir os materiais didáticos que atendessem a grande demanda.
1968 – Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	O fundo foi criado com natureza autárquica, vinculado ao MEC, com o objetivo de financiar as ações suplementares voltadas à educação básica ofertada por estados e municípios, visando à equalização de oportunidades educacionais e ao padrão mínimo de qualidade do ensino.
1969 – Extinção da Comissão Nacional do Livro Didático.	Somente nesse ano a CNLD é extinta oficialmente.
1970 – A Portaria nº 35, de 11/3/1970, do Ministério da Educação implementa o sistema de coedição de livros com as	O MEC nomeia diretamente as comissões especiais responsáveis pela escolha dos livros a serem coeditados. Assim, é o estado que

editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL).	escolhe os livros a serem adotados, não o professor.
1972 a 1975 – O Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático.	O programa é responsável por atender ao ensino fundamental (PLIDEF), o ensino médio (PLIDEM), o ensino superior (PLIDES), o ensino supletivo (PLIDESU) e o ensino profissionalizante (PLIDECON).
1976 – Pelo Decreto nº 77.107, de 4/2/76, o governo assume a compra de boa parcela dos livros. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) torna-se responsável pela execução do programa do livro didático. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contribuições estabelecidas para participação dos estados.	Há um aumento da tiragem dos livros e a criação de um mercado seguro para as editoras. Apesar do aumento dos recursos do FNDE, a grande maioria das escolas municipais é excluída do programa devido à insuficiência de recursos do fundo. Com a extinção do INL, a proposta de produzir livros integrados para baratear o preço pago pela União, e assim poder atender a um número maior de alunos, foi extinta também.
1983 – Em substituição à FENAME, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorpora o PLIDEF.	Na ocasião, propõe-se a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa para atender às demais séries do ensino fundamental.

Quadro 3– As ações governamentais referentes aos livros didáticos anteriores ao Programa Nacional do Livro Didático.

Fonte: Informações encontradas nos trabalhos de Cortes (1989), Höfling (2000), Cruz (2010), Filgueiras (2011) e MEC (2012).

Elaboração: Gisèle Neves Maciel.

Dois anos depois da incorporação do PLIDEF pela FAE, em 1985, foi criado o PNLD - Programa Nacional do Livro Didático. O qual organiza a atual política de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos no Brasil e será analisado nos itens seguintes.

2.4 O contexto da implantação do Programa Nacional do Livro Didático

O PNLD foi criado por meio do Decreto nº 91.542, no governo de José Sarney, com a função de adquirir e distribuir, universal e gratuitamente, livros didáticos para todos os alunos matriculados nas escolas públicas de 1º grau. O novo programa incorporou o PLIDEF e ficou sob responsabilidade executiva da FAE, fundação criada a partir da FENAME em 1983 e extinta em 1996. O decreto assinado pelo presidente José Sarney e pelo ministro da Educação Marco Maciel determinava a instituição “do Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau”, a ser “desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados”. (Decreto nº 91.542, de 19/8/1985)³⁹.

Conforme foi demonstrado no capítulo anterior deste trabalho, após 1938 houve diferentes comissões de avaliação e alguns programas de distribuição de livros didáticos. Apesar disso, segundo Höfling (2000), o PNLD foi divulgado como *inédito* pelo governo então vigente, mesmo tratando-se de um programa originário do PLIDEF. Cassiano (2007) considera que esse fato se deu na perspectiva do atual governo não querer ter sua imagem política associada ao anterior uma ditadura.

Ainda em 1985, o então ministro da Educação, Marco Maciel assinou o documento intitulado “Educação para todos: caminho para a mudança” que registrou os fundamentos sobre os quais o novo programa de livros didáticos estava sendo implantado. Com base nesse documento, três grandes desafios da Educação passaram a ser meta do governo: a universalização do ensino de 1º Grau; o combate ao analfabetismo; e o oferecimento de uma educação de qualidade.

Para enfrentar o desafio da “educação de qualidade”, planejou-se executar um programa que obtivesse recursos a serem aplicados na valorização do magistério, no acesso e retorno à escola e na assistência ao aluno carente. Foi nesse item que o livro didático e a merenda escolar foram inseridos na perspectiva do assistencialismo (CASTRO, 1996). O desenvolvimento de uma educação de qualidade passou a ser buscado por meio da distribuição universal do livro

³⁹

Disponível

em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=218965>.

Acesso em: 14 mar. 2014.

didático. O que era até então um dos “subitens” para desenvolver a educação – a assistência ao aluno carente – foi transformado no maior programa do governo federal destinado à educação.

A implantação do “novo programa” de distribuição de livros didáticos respondeu em parte às três principais críticas feitas ao MEC: os gastos com os chamados livros descartáveis, livros nos quais os alunos podiam responder os exercícios; a impossibilidade de escolha das obras pelos professores; e a distribuição dos livros a todos os alunos do chamado de 1º grau, à época. Diz-se em parte porque apesar da compra dos livros consumíveis (aqueles em que o aluno não pode escrever e que devem ser utilizados por três anos) ter sido efetivada, a escolha das obras pelos professores e a distribuição universal aos alunos não foram cumpridas plenamente nos primeiros anos do programa.

Vários relatos registravam o envio de livros não indicados pelas escolas. Em 1987, por exemplo, duas coleções de matemática da Bloch Editores foram enviadas para unidades escolares sem maiores explicações da FAE, mas sabe-se que o diretor dessa editora, Arnaldo Niskier, além de coautor das obras enviadas era membro do Conselho Federal de Educação (CASSIANO, 2007). Como os recursos destinados ao PNLD eram insuficientes, grande parte das escolas municipais não recebeu os livros didáticos⁴⁰.

Priorizou-se, inicialmente, um maior atendimento à região Nordeste que recebeu 43% dos livros didáticos adquiridos em 1986. As regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul receberam respectivamente 10,6%; 11,2%; 25,6% e 9,6% dos livros (CASSIANO, 2007). Na segunda metade da década de 1980, a execução do Projeto Nordeste de Educação, cujo maior objetivo era melhorar os índices de aprovação e a qualidade do ensino (note-se que a preocupação com a aprovação vem antes da preocupação com a qualidade do ensino oferecido!), recebeu US\$ 418,6 milhões do Banco Mundial, além de recursos dos governos federal e estaduais no montante de US\$ 317,9 milhões.

Certamente, a elaboração de um novo grande programa de distribuição de livros didáticos está ligada à definição de um conjunto de políticas públicas para a educação. No próximo item, serão abordados

⁴⁰ Recordo que entre 1990 a 1997 não havia livros didáticos na escola municipal em que estudava. Os professores explicavam que os governos federal e estadual não tinham obrigação de repassar livros didáticos para as escolas municipais. Em 1998, a Secretaria de Educação do Município de Lages (SC) passou a adquirir e distribuir gratuitamente os livros didáticos da editora Módulo, situada em Curitiba (PR).

alguns aspectos referentes à execução do PNLD no contexto de um governo que deu grande destaque aos programas destinados à educação, alinhado às orientações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, num contexto de forte atuação do neoliberalismo.

2.5 O contexto político e as primeiras avaliações do PNLD na década de 1990

Cassiano (2007) defende que o PNLD apresenta duas fases distintas: a primeira de 1985 a 1995, quando os recursos financeiros não provinham de uma fonte assegurada; e a segunda fase, de 1996 em diante, quando o governo federal passou a disponibilizar recursos fixos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE para financiar a avaliação e a compra dos livros. Com a publicação do Decreto-Lei nº 7.084 de 27/01/2010, acredita-se ser coerente considerar uma terceira fase no programa, já que ele deixa de ser uma política de governo(s) e torna-se, de fato e de direito, uma política de Estado.

Considerando que a organização do sistema educacional não está descolada da materialidade, serão apontados alguns aspectos sobre o desenvolvimento do PNLD no contexto da década de 1990, período no qual o neoliberalismo foi adotado como orientador político e econômico também no Brasil (NOGUEIRA, 1994). Deflagrou-se uma abertura econômica que facilitou a entrada de capital estrangeiro, via aquisição de empresas nacionais – o que também se deu no setor de livros didáticos. Segundo Gentili (2015) muitas ações fizeram parte da política neoliberal, entre elas: a chamada disciplina fiscal, a reforma tributária, a liberalização do setor financeiro, atração das aplicações de capital estrangeiro, a privatização de empresas estatais. Essas ações trouxeram grandes prejuízos a maior parte das indústrias de capital nacional, promovendo aumento do desemprego e grandes perdas sociais à sociedade brasileira.

Entende-se que a Educação precisa ser compreendida como forma e conteúdo passivo e ativo de reprodução ou transformação social. Quanto maior forem as forças conservadoras da classe política dominante, menor será a possibilidade de desenvolver uma educação que estimule a contestação e transformação da realidade. Nas palavras de outros autores

A educação é, portanto, ao mesmo tempo determinada e determinante da construção do

desenvolvimento social de uma nação soberana. Além de ser crucial para uma formação integral humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos, criativos e protagonistas da cidadania ativa, é decisiva, também, para romper com a condição histórica de subalternidade e de resistir a uma completa dependência científica, tecnológica e cultural. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 103).

A contribuição e a influência dos intelectuais na formação da cultura precisam ser analisadas, pois têm grande impacto sobre a formação da sociedade – e não há indivíduos e grupos sem alinhamento político e ideológico (GRAMSCI, 2002). Portanto, os sujeitos que elaboram as políticas educacionais influenciaram outros sujeitos, com base na inspiração político-ideológica a que estão submetidos e submetem os demais. Assim, é fundamental considerar o contexto político e econômico da década de 1990, período de implantação ampla e efetiva do PNLD, bem como conhecer as novas diretrizes de órgãos internacionais que apregoavam a necessidade de melhoria na educação, entre eles o Banco Mundial.

Conforme Silveira (2012), o documento “Financiamento da educação nos países em desenvolvimento: uma exploração das opções políticas”, de 1986, pode ser entendido como um marco da atuação do BM na educação. Alguns dados demonstram o redirecionamento que o banco realiza num curto período: de 1987 a 1990, o Banco Mundial definiu que apenas 2% dos 4.896 milhões de dólares emprestados ao Brasil fossem investidos na educação, mas de 1991 a 1994 foram aprovados 29% dos 3.707 milhões de dólares para investimentos nesse setor (SOARES, 1998, p. 34).

Outros documentos elaborados no início da década de 1990 dão a tônica da nova importância atribuída pelo BM à educação: “Educação primária” (1990); “Educação profissional técnica e capacitação” (1991); e “Ensino superior: as lições da experiência” (1994). Ressalta-se o fato do órgão ter disponibilizado recursos para o PNLD e sugerido essa estratégia de ação ao país, alegando que o investimento na compra e distribuição dos livros didáticos era uma ação de ótimo custo-benefício (CASSIANO, 2007). Assim, na década de 1990, por defender a distribuição dos livros didáticos como principal instrumento de melhoria na educação, a

compra desse material cresceu de forma espantosa. O Brasil passou a ser um dos maiores compradores de LDs do mundo.

Tão importante quanto apresentar informações sobre a estrutura econômica que envolvia os livros didáticos nesse período é refletir sobre alguns fatos relativos à esfera do planejamento realizado por agências internacionais e associações brasileiras para divulgar e promover o livro didático como a grande política de investimento na área da educação.

Nesse sentido, destaca-se a realização da Conferência Mundial “Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem”, realizada em Jomtien, na Tailândia, que contou com a participação de 155 países que assinaram o documento “Declaração Mundial sobre a Educação para Todos”. Na organização desse evento estavam quatro importantes órgãos ligados à ONU (Organização das Nações Unidas): a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura); o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância); o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Banco Mundial.

Nota-se que nas últimas décadas o Banco Mundial foi aumentando seus investimentos no setor da educação, chegando inclusive a se aproximar das ações da UNESCO, órgão reconhecido anteriormente pela execução de projetos e programas de caráter mais humanitário. O então presidente do BM, Robert McNamara, conhecido durante a década de 1970 como o “Senhor da Guerra”⁴¹, anunciou a

⁴¹ A informação citada no parágrafo anterior sobre o presidente do Banco Mundial entre 1973 e 1981 abre uma espécie de parêntese no presente texto. Quais credenciais detinha o senhor Robert McNamara para orientar o novo foco de atuação do Banco Mundial? O então presidente do BM tinha em seu currículo o fato de ter sido um destacado oficial estadunidense na II Guerra Mundial, executando importante papel nos bombardeios a cidades japonesas. Em seguida, foi presidente da empresa Ford reerguendo-a do pós-1945, sendo nomeado poucos meses depois secretário da Defesa do Governo de John Kennedy. Em 1962, tratou de maneira negociada a chamada Crise dos Mísseis, evitando um conflito bélico com a URSS, porém anos mais tarde assumiu importante papel na intensificação da ação dos EUA na Guerra do Vietnã, em 1964. Depois desse conflito, encerrado em 1975 com a retirada das tropas estadunidenses do território vietnamita, McNamara passa a disponibilizar sua experiência de secretário da Defesa, no cargo de presidente do Banco Mundial, onde atua até 1981. Parece coerente inferir que os anos de experiência controlando ou acirrando conflitos bélicos pelo mundo deram ao ex-Senhor da Guerra a percepção de que a atuação nos países pobres sob a influência dos

mudança de foco dessa instituição – o BM passaria a “focar nos mais pobres, atendendo a suas necessidades básicas de moradia, saúde, alimentação, água e educação”. (TORRES, 1998, p. 128). Na década de 1980, o volume total de investimentos para a educação foi triplicado e o número de produções (estudos e outros documentos) dobrou. Conforme mostram os números apresentados na tabela 01:

Tabela 1 - Participação setorial dos empréstimos aprovados pelo Banco Mundial para o Brasil – 1987-1994

Setores	Períodos			
	1987-1990 (US\$ milhões)	%	1991-1994 (US\$ milhões)	%
Agricultura	2.279	47%	372	10%
Energia	479	10%	260	7%
Transporte	604	12%	308	8%
Finanças	0	0%	350	9%
Desenvolvimento	575	12%	404	11%
Urbano	410	8%	794	21%
Água e Esgoto	475	10%	160	4%
População, Saúde e	74	2%	1.059	29%
Nutrição	4.896	100%	3.707	100%
Educação				
Total Brasil				

Fonte: Adaptado de TORRES (1998), **grifo nosso**.

O fato de todos os presidentes do Banco Mundial serem cidadãos estadunidenses, com ligações militares e financeiras de grande expressão⁴², corrobora com a afirmação de Eric Toussaint (2014) que

EUA precisava passar também por ações ligadas a setores estratégicos da sociedade, entre eles a educação.

⁴² Os doze presidentes do Banco Mundial, de 1946 a 2015: Eugene Meyer, de 1946 a 1946, banqueiro em Wall Street, editor do Washington Post; John McCloy, de 1947 a 1949, ex-diretor da CIA e diretor da Chase National Bank e do Chase Manhattan; Eugene Black, de 1949 a 1962, vice-presidente do Chase Manhattan Bank; George Woods, de 1963 a 1968, presidente do First Boston; Robert McNamara, de 1968 a 1981, diretor da Ford, secretário de Estado da Defesa dos EUA; Alden Clausen, de 1981 a 1986, presidente do Bank of America; Barber Conable, de 1986 a 1991, deputado e membro da Comissão Bancária do Congresso; Lewis Preston, de 1991 a 1995, presidente do J. P.

disse sempre terem existido “laços estritos entre o poder político dos Estados Unidos, o mundo empresarial e a presidência do Banco Mundial”. Lembrando que são os EUA os detentores de maior parte das ações e dos votos no banco.

O dado demonstrado na tabela anterior, sobre o aumento no valor dos empréstimos concedidos pelo BM para o setor da educação (um aumento de 27% entre 1991-1994) não pode ser interpretado como um sinal de caráter positivo. Torres (1998) é enfática em afirmar que a lógica que rege as diretrizes e as avaliações do BM passa pela “relação custo-benefício e a taxa de retorno”, ou seja, essas categorias passam pelo aspecto econômico, não pelos critérios e necessidades pedagógicas. Acrescenta ainda que o modelo educativo propagado e financiado pelo órgão não considera nem os professores, nem a pedagogia. Trata-se de um receituário economicista que aborda a educação como um setor que demanda recursos e administração, e não uma proposta teórico-prática para a Educação.

Com base nos documentos elaborados pelo BM, já na década de 1990 é notório o quanto o livro didático passa a receber destaque nos programas governamentais. No Brasil, sob forte influência da Convenção de Jomten, realizada em 1990, publicou-se em 1993 o “Plano Decenal de Educação para Todos” que defendeu a importância do livro didático em um dos oito pontos entendidos como essenciais ao desenvolvimento da educação no país.

No início da década de 1990 ocorreu uma ampla divulgação das diretrizes de ampliação dos investimentos no livro didático (entre os países em desenvolvimento) e o provimento de uma grande quantidade de recursos destinados à aquisição desse material no Brasil. Uribe (2006) amplia a análise e em seu estudo “Programas, compras oficiales y dotación de textos escolares en América Latina” destaca o

Morgan&Co; James Wolfensohn, de 1995 a 2005, Banco H. Schroder, Salomon Brothers e presidente do James D. Wolfensohn Inc; Paul Wolfowitz, de 2005 a 2007, subsecretário de Estado da Defesa do EUA; Robert Zoellick, de 2007 a 2012, secretário adjunto de Estado do Presidente George W. Bush; Jim Yong Kim, que assumiu o banco em 2012 e continua no cargo, é médico, liderou o Departamento VIH/SIDA da OMS e foi presidente do Dartmouth College. Disponível em: < <http://cadtm.org/A-Supremacia-dos-Estados-Unidos-no>> Acesso em: 21 jul. 2014.

posicionamento do Banco Mundial em conceder empréstimos aos países do Caribe e da América Latina, para que investissem na aquisição e distribuição dos LDs, já que esse elemento passou a ser defendido como uma das principais estratégias diretas para a melhoria da Educação. Nesse estudo são apresentados dados muito representativos sobre o aumento dos investimentos do BM na aquisição de livros didáticos para essas regiões:

- Entre 1986-1990, dos 91 projetos aprovados para a educação, 44 contemplavam livros didáticos.
- Entre 1991-1995, dos 120 projetos, 79 contemplavam livros didáticos.
- Entre 1996-2000, dos 125 projetos, 82 contemplavam livros didáticos.

A relação entre os financiamentos de órgãos como o Banco Mundial e o BID e as políticas de investimentos nos livros didáticos não ocorreu de maneira neutra muito menos desligada do interesse de grupos internacionais, destacando-se nesse contexto grupos editoriais espanhóis, dos quais o Prisa, por meio da editora Santillana, obteve grandes vantagens. Com essas relações entre os consultores do BM e do BID, que eram espanhóis, a elaboração de estudos e recomendações desses órgãos favorecia a iniciativa dos grupos espanhóis no mercado editorial, em especial nos programas governamentais de distribuição de livros didáticos na América Latina e no Caribe.

Evidenciando essa situação, estão as afirmações de Merchor, um dos assessores técnicos do Instituto Espanhol de Comércio Exterior que solicitou ao governo da Espanha “uma lista de consultores a serem contratados pelo BM, pois não restava dúvida de que se um consultor espanhol preparasse um componente de livros didático, uma empresa espanhola teria certa vantagem”. (CASSIANO, 2007, p. 113-114). O diretor do BID (em 2000) foi o espanhol Álvaro Rengifo, que, formado em economia, atuou na direção geral de Política Comercial do Ministério Espanhol de Economia e Fazenda, e em 2010 assumiu a presidência da Bombardier Transportation.

No período entre 1991 e 2000, o banco investiu cerca de 2,192 milhões de dólares em projetos para a educação que tinham o livro didático como elemento central. Cassiano (2014) destaca que uma das exigências do BM para aprovar empréstimos aos países em

desenvolvimento era de que estes investissem em programas de distribuição de livros didáticos⁴³.

Retornando aos dados e elementos referentes ao desenvolvimento do PNLD, é importante destacar as reações do setor privado diretamente beneficiado com os investimentos no livro didático: o setor editorial. A partir de 1993, o governo brasileiro passou a contar com recursos de fonte fixa para ampliar a aquisição dos LDs. Mas antes de detalhar o desenrolar das primeiras avaliações do programa e seus impactos no setor editorial é importante considerar também que em 1996 ocorria uma grande mudança na organização da educação no país – a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Entende-se que mais uma vez tratou-se de compor a superestrutura com aspectos da estrutura econômica vigente no país dominada por ideias neoliberais, já que a Nova LDB, datada de 1996, abriu brechas importantes para a diminuição da ação do Estado na educação enquanto dever e ampliou as possibilidades de atuação do setor privado na esfera educacional.

A primeira mudança no texto original do projeto da Nova LDB se deu no título do texto então modificado: “Do Sistema Nacional de Educação” para “Da Organização da Educação Nacional”, ou seja, da proposta de um sistema unificado, de responsabilidade da União, assegurou-se a divisão da responsabilidade pela educação pelos municípios, estados e governo federal. O governo interferiu nos trâmites de elaboração e aprovação do projeto da LDB, a fim de garantir uma lei de caráter minimalista, que assegurasse a “desresponsabilização da União com a manutenção da educação, ao mesmo tempo que concentrava em suas mãos o controle, por meio de um sistema nacional de avaliação do ensino em todos os seus níveis e modalidades”. (SAVIANI, 2010, s/p).

Também sob críticas de muitos pesquisadores e professores, no ano seguinte foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs, como ficaram conhecidos), que estabeleceram as diretrizes para a elaboração de conteúdos comuns no país, excluindo-se a existência de um programa oficial de ensino para cada disciplina. Alguns especialistas que atuavam junto ao MEC concluíram que devido

⁴³ No Brasil, em 1986, o Banco Mundial concedeu recursos para a execução do Projeto Nordeste de Educação, em que parte da verba era destinada à seleção e distribuição de livros didáticos, além de ter concedido recursos para os chamados projetos Nordeste II e III, já durante a década de 1990 (CASSIANO, 2007).

à falta de qualidade na formação de boa parte do professorado, a recepção e a implementação de aspectos importantes dos PCNs não ocorreram como se esperava.

Em outro viés de análise, outros estudiosos alertaram para o fato de os parâmetros terem sido finalizados e publicados antes mesmo da aprovação do texto final das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o ensino fundamental, ou seja, apesar dos PCNs “serem instrumentos normativos de caráter mais específico, foram construídos e encaminhados de forma a reorientar [os currículos de todas as disciplinas] sem um instrumento de caráter mais geral como as DCNs”. (BONAMINO; MARTINEZ, 2002, p. 385)⁴⁴. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) destacou na época que os PCNs foram publicados sem que a polêmica entre os educadores quanto à definição de uma base comum nacional ou de currículo mínimo para a educação brasileira fosse melhor discutida e encaminhada (TEIXEIRA, 2000).

A relação entre vários agentes que participaram da elaboração das políticas educacionais na década de 1990, com a colaboração de órgãos hegemônicos, como o Banco Mundial, também pode ser constatada quando se observa que o PNLD se tornou um programa de destaque no governo Fernando Henrique. Cassiano (2007), com base em publicação de Guiomar Mello⁴⁵ (que fazia parte da equipe de trabalho de Paulo Renato e foi uma das fundadoras do PSDB), enfatiza que nessa gestão se executou o maior número de recomendações realizadas pelo Banco Mundial. Destaca-se, corroborando essa informação, a declaração do então presidente do BM, James Wolfensohn, em 1999: “O que aprecio na estratégia de FHC é que ele e o ministro Paulo Renato estão dando ênfase à educação”. (ALTIMAM, 2002, p.80).

Na breve referência de Wolfenson, não consta que os investimentos em educação se restringiram quase exclusivamente à educação básica, e que os recursos repassados pela União através do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) para estados e municípios ficaram na verdade aquém das metas estipuladas e orçamentos aprovados.

⁴⁴ As diretrizes aprovadas em 1998 estavam apresentadas em um texto de duas páginas, já as diretrizes aprovadas em 2010, compõem um texto de dezoito páginas, devido ao detalhamento e abrangência dos temas tratados.

⁴⁵ Ver livro: Educação escolar brasileira: o que trouxemos do século XX. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Como o Governo FHC não executou a fórmula de cálculo do valor mínimo a ser gasto por aluno, constante na Lei n° 9.424/96 [...] calcula-se que o ensino fundamental deixou de receber cerca de 10 bilhões de reais de recursos federais desde 1998. (PINTO, 2002, p. 115-116).

Além de não ter atendido (conforme a lei) o ensino fundamental, o FUNDEF acabou provocando um desestímulo nos investimentos, por parte dos poderes públicos, na educação infantil, na educação de jovens e adultos e mesmo no ensino médio, pois municípios e estados precisavam prestar contas de seus repasses para o ensino fundamental, não sobrando recursos para os demais segmentos da educação básica (PINTO, 2002). E na análise dos dados referentes aos investimentos na educação superior, houve uma redução dos recursos totais aplicados nas Instituições Federais de Ensino Superior de R\$ 16.087,00 milhões para R\$ 14.285,00 milhões, ou seja, uma diminuição de 11,2% (AMARAL, 2011).

Apesar desses números bastante contundentes sobre o investimento decrescente na educação, muitos veículos da imprensa também declararam elogios ao governo de FHC, em especial à gestão de Paulo Renato como ministro da Educação. A criação do bolsa-escola, do FUNDEF, os sistemas de avaliação e sua “generosidade com os amigos nos tempos da ditadura” foram itens presentes em diferentes revistas e jornais em circulação na época. Um deles não deixou de expor as chances do ministro como provável candidato à presidência da república⁴⁶. Em uma das matérias da Folha de S. Paulo sobre o PNLD, destaca-se:

⁴⁶ Ver: “Paulo Renato Souza”. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/42592_PAULO+RENATO+SOUZA>. Acesso em: 19 abr. 2015.

“A prova dos nove do Ministro da Educação”. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoegente/67/reportagem/rep_paulo_renato.htm>. Acesso em: 19 abr. 2015.

“Contra o Corporativismo”. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/281009/contra-corporativismo-p-019.shtml>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

“Paulo Renato garante a distribuição de livros didáticos para 2003”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u9456.shtml>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

Paulo Renato ressaltou a importância do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) enquanto instrumento de política educacional, de universalização do acesso à educação e de dignificação do professor. "Tudo pode desandar, menos o livro didático e a merenda escolar." (Folha de S. Paulo, 2002).

Além da organização do PNLD, importantes políticas foram instituídas na gestão de Paulo Renato, tais como: a elaboração dos PCNs, a informatização dos censos educacionais e a criação dos sistemas de avaliação da educação (CASSIANO, 2007). O ministro Paulo Renato trabalhou na OIT como diretor do Programa Regional de Emprego da América Latina e do Caribe, foi gerente de operações do BID, em Washington, reitor da UNICAMP, secretário da Educação do Estado de São Paulo e proprietário da PRS Consultores (empresa especializada em assuntos relacionados ao setor educacional).

Sua atuação como consultor da fundação espanhola Santillana, pertencente ao grupo Prisa, também detentor do jornal *El País*, merece atenção, pois esse grande grupo de mídia adquiriu em 2001 a editora Moderna (mantendo o selo tão conhecido entre os professores), a qual triplicou o número de exemplares vendidos ao PNLD em apenas três anos. O grupo Santillana também lucrou muito com a adoção da língua espanhola no ensino médio no Brasil, o que aumentou expressivamente as vendas de dicionários nesse idioma ao programa. O conhecimento das atividades de Paulo Renato, em especial com o setor privado, que tem negócios com a educação, traz à mente as considerações de Lopes, que desenvolveu estudos sobre a atuação do setor privado na educação pública. Esta autora afirma que os “intelectuais orgânicos do capital, vinculados ou não a organizações privadas sem fins lucrativos, vêm assumindo papel preponderante no estabelecimento de bases políticas e sociais no Brasil”. (LOPES, 2010, p. 29).

Apesar das relações entre representantes de políticas públicas e empresas de capital privado, é importante ressaltar que, mesmo com a atribuição de qualidade e inovação vinculada ao PNLD por parte do governo e da mídia, a seguridade do fluxo de recursos destinados à compra dos livros didáticos não trouxe apenas boas expectativas às editoras. O aumento dos recursos destinados à compra dos LDs viria acompanhado de uma grande mudança que inquietou as editoras: por meio da Portaria 1.130 de 06/08/1993, a compra dos livros pelo MEC

passava a ser subordinada à aprovação destes por um processo de avaliação pedagógica. Nesse contexto, ocorreram as “duas primeiras” avaliações do PNLD (1993 e 1996).

Em 1993, ano em que foi publicado o Plano Decenal de Educação para Todos, o MEC constituiu uma comissão de professores responsáveis por realizar uma avaliação dos livros didáticos mais solicitados e adquiridos pelo ministério. Na portaria que a designou consta que a comissão deveria avaliar “a qualidade dos conteúdos programáticos, dos aspectos pedagógicos e metodológicos dos livros didáticos que estavam sendo comprados pelo MEC, para as séries iniciais do ensino fundamental”. (Portaria nº 1.130).

Os professores encarregados da avaliação vinham de diferentes instituições de ensino superior e unidades escolares da educação básica⁴⁷ e, além desta primeira análise, deveriam traçar os

⁴⁷ “Professores participantes do grupo de trabalho, por disciplina: Língua Portuguesa: Antenor Antônio Gonçalves Filho – doutor em História e Filosofia da Educação, professor da UNESP de Marília; Heliane Gramiscelli Ferreira de Mello – doutora em Psicologia Escolar, professora da UFMG; Jaqueline Moll – mestra em Educação, professora da UFRGS; Luiz Percival Leme Brito – Mestre em Linguística, professor da Unicamp; Leonor Scliar-Cabral – doutora em Psicolinguística Aplicada, professora da UFSC; Magda Becker Soares – doutora e livre-docente em Educação, professora da UFMG; Nadja da Costa Ribeiro Moreira – doutora em Linguística Aplicada, professora da UFCE. Matemática: Anna Franchi – mestra em Psicologia da Educação, professora da PUC/SP; Iara Augusta da Silva – técnica do Setor de Supervisão de Avaliação e Capacitação da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul; João Bosco Pitombeira – doutor em Matemática, professor da PUC/RJ; Martha Maria de Souza Dantas – Professora da UFBA; Tânia Mara Mendonça Campos – doutora em Matemática, professora da PUC/SP. Ciências: Catarina Fernandes de O. Fraga – professora da UFPE; Demétrio Delizoicov Neto – doutor em Didática do Ensino de Ciência, professor da Unicamp; Miguel Castilho Júnior – professor da Escola Nova Lourenço Castanho/SP; Ronaldo Mancuso – mestre em Educação, professor lotado no Centro de Ciências da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul. Estudos Sociais: Edna Maria Santos – mestra em Educação, professora da UERJ e USU; Elza Nadai – doutora em História Social e livre-docente em Educação, professora da USP; Léo Stampacchio – mestre em História do Brasil, membro da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo; Selva Guimarães Fonseca –mestre em História do Brasil, professora da UFU; Valéria Trevizani Burla de Aguiar, doutoranda em Geografia pela UNESP – professora da UFJF”. (CASSIANO, 2007).

critérios de avaliação a serem utilizados nos processos posteriores e que viriam a condicionar a compra dos livros.

Apesar do conhecimento público sobre a realização de uma avaliação e da espera pelos resultados, o MEC hesitou na publicação da lista com a indicação dos livros aprovados e excluídos inúmeras vezes, e os critérios utilizados para avaliá-los não foram divulgados com antecedência. Esse fato deu ainda mais razão às declarações de muitos editores⁴⁸ que consideravam serem subjetivos os critérios utilizados na avaliação. Entretanto, segundo Filgueiras (2011) a comissão avaliou aspectos conceituais, pedagógico-metodológicos, o projeto visual do livro, recursos gráficos e ilustrações.

Como análise final, a comissão constatou que havia graves problemas nos livros, destacando os seguintes aspectos:

a uniformização dos livros didáticos, muito parecidos uns com os outros; textos com erros de conteúdo e conceituais; textos que induziam a preconceitos e estereótipos; assuntos estanques, sem relação ao longo dos capítulos e das unidades; exercícios mecânicos que conduziam à simples memorização; distância entre os conteúdos e a realidade da criança; despreparo dos autores, desqualificados, sem formação nas áreas específicas; má qualidade do manual do professor; não existência de um projeto real de livro não-consumível; defasagem entre a produção acadêmica e o conteúdo dos livros didáticos. (FILGUEIRAS, 2011, p. 6).

Em 1994, o MEC publicou um documento intitulado *Definição de Critérios para Avaliação de Livros Didáticos*, apresentando-o à UNESCO. Esse documento serviria de base para a avaliação realizada no ano de 1995 e publicada no ano seguinte, através do *Guia do Livro Didático*.

⁴⁸ Alguns trabalhos referem-se à repercussão de matérias vinculadas no jornal *Folha de S. Paulo*, na época, sobre a avaliação de 1993, contudo não se encontraram registros referentes aos livros didáticos anteriores ao ano de 1994 no sistema de busca do jornal mencionado.

Dois anos depois, em 1996 (ano da aprovação da nova LDB) foi apresentada a avaliação dos livros didáticos⁴⁹ com a devida publicação dos critérios utilizados no processo, e posteriormente foi divulgada a lista dos livros aprovados e excluídos. Essa edição foi destinada aos livros de 1ª a 4ª série do ensino fundamental para as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências e Estudos Sociais (disciplina que devia integrar os conhecimentos de Geografia e História)⁵⁰.

Segundo o Guia do Livro Didático, a análise dos livros foi orientada pelos chamados critérios de avaliação, que foram divididos em dois grupos: **Críticos Eliminatórios**, referentes à correção dos conceitos e informações, correção e pertinência metodológica e contribuição para a construção da cidadania e **Críticos Classificatórios**, relativos à estrutura editorial, a aspectos visuais, ilustrações e ao Manual do Professor (BRASIL, 1998, p. 15-16-17).

Aqui, é interessante “abrir parênteses” e fazer um retorno às leituras sobre o processo de avaliação iniciado em 1938 pela Comissão Nacional do Livro Didático, pois quase 60 anos depois (1996) um novo processo de avaliação foi muito publicizado com status de ineditismo e

⁴⁹ Na lista de livros excluídos, divulgada pelo MEC, havia 347 títulos, dos quais 266 foram reprovados por erros de conceito, preconceito, desatualização ou falta de qualidade física. Outros 75 tiveram sua inscrição recusada por serem paradidáticos.

As editoras haviam inscrito 1.159 títulos de livros didáticos, no total. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/25/cotidiano/42.html>>. Acesso em: 9 abr. 2015.

⁵⁰ Os primeiros anos entre a sistematização da avaliação do PNLD e a organização interna no MEC parecem ter sido um pouco conturbados. É o que se depreende analisando as informações apresentadas em uma das reportagens veiculadas pela Folha de S. Paulo em 20/07/1998, intitulada “MEC premiou livros que, depois, rejeitou”, a qual discutiu os resultados antagônicos de duas avaliações realizadas pelo MEC: uma executada por professores da Região Nordeste, convocados pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE – extinta poucos meses depois) e realizada com recursos do Projeto Nordeste, vinculado ao BIRD; e outra avaliação organizada pela Secretaria do Ensino Fundamental (SEF), que convocou professores de diferentes estados do país. Como resultado, o escritor da reportagem destaca que livros premiados na avaliação “da FAE” foram rejeitados, ou seja, excluídos (ou classificados como não recomendados) na avaliação da SEF. Esse processo foi na verdade a primeira avaliação do PNLD. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u41491.shtml>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

criatividade, apesar de conter elementos muito semelhantes aos da avaliação realizada pela CNLD. Conforme descreveu-se no início deste trabalho, no capítulo 1, essa comissão responsável pela análise dos livros didáticos avaliava esse material com base em critérios bem definidos, entre os quais os chamados Critérios Eliminatórios.

Tem-se na narração dos fatos advindos da avaliação realizada em 1996 a repetição de uma situação que nada contribuiu (e contribui) para o avanço na qualidade dos livros: a reação de descontentamento por parte das editoras e seus esforços (esses nem sempre publicizados) em minimizar os efeitos da avaliação. Se em 1996 editores e associações divulgaram nos veículos de informações seu descontentamento com as avaliações do PNLD, apresentadas nas listas de livros aprovados e excluídos, além do Guia do Livro Didático, em 1941, algo bem semelhante também ocorreu: a divulgação das listas de livros didáticos aprovados e reprovados trouxe grande preocupação às editoras, tanto que o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais solicitou à CNLD que apenas a lista dos manuais escolares aprovados pela comissão fosse publicada em Diário Oficial (FILGUEIRAS, 2011).

Fechando parênteses e voltando aos aspectos referentes à avaliação de 1996, com a definição dos critérios utilizados na avaliação também havia uma padronização quanto à representação da qualidade das obras, que eram organizadas em quatro grandes categorias: livros excluídos; livros não recomendados; livros recomendados com ressalvas; livros recomendados. A partir de 1998, os nomes dos livros excluídos eram apresentados apenas em uma lista ao final do Guia e adotou-se na apresentação destes uma convenção gráfica que visava representar rapidamente a qualificação das obras: três estrelas – livro recomendado com distinção; duas estrelas – livro recomendado; e uma estrela – livro recomendado com ressalvas.

Cassiano (2007), ao discutir as manifestações de desagravo dos autores e editores de LDs, referiu-se aos “livros estrelados e autores estressados” relatando as reclamações dos autores via reportagens em jornais e revistas, sobre as famigeradas estrelas carimbadas em seus livros. Tornou-se comum entre os professores, na época, o reconhecimento das obras como “livro de três estrelas, livro de uma estrela só”.

Apesar do conhecimento dos critérios da avaliação, as reações de descontentamento de autores e editoras chegaram até a instância judicial. Logo depois da publicação da avaliação, apesar de “elogiar” a

melhora no processo de inscrição e divulgação da avaliação, o vice-presidente da ABRELIVROS, na época, fez a seguinte afirmação:

Se houver discordância dos pareceres do MEC, as editoras vão recorrer. Os autores estão analisando os pareceres que apontam os erros. Alguns concordaram e já se prontificaram a fazer as modificações necessárias. Mas quem discordar poderá recorrer e pedir retratação. (Declaração de Wander Soares à reportagem da Folha de S. Paulo, 25/06/1996).

A professora Regina Maria Hubner, pesquisadora do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), em um texto de sua autoria, publicado na Folha de S. Paulo em 1998, afirmou que, apesar das “queixas” de editores e autores de livros didáticos registradas em diversos jornais e que tentavam desqualificar a avaliação realizada no PNLD, a ação empreendida pelo MEC não era autoritária. Na verdade, segundo a professora Regina, tratava-se de uma ação participativa, já que:

entidades representativas de professores, universidades, secretários municipais e estaduais, editores, autores e sindicatos de livreiros [participaram] de seminários de estudo e discussão dos critérios a ser usados no processo de avaliação, inclusive prorrogando prazos para receber sugestões retardatárias desses representantes.

Não é difícil imaginar as resistências a tal iniciativa, que afeta interesses privados e altera quadros de compras com movimento anual de cerca de R\$ 300 milhões. (Folha de S. Paulo, 10/08/98).

Ainda sobre a reação dos autores e das editoras de livros didáticos quando da avaliação realizada em 1996/97, o professor Holien Bezerra, que atuou como coordenador de área e membro de Comissão Técnica em diferentes edições de avaliações dos livros de História, e a Tânia Luca fazem a seguinte consideração:

[...] foram inscritas obras de autores conhecidos e que gozavam de prestígio no mercado editorial de

livros didáticos, alcançando grandes tiragens, a reação de muitos dos que tiveram seus livros excluídos foi bastante forte, tanto na mídia quanto por meio de liminares que pediam a suspensão dos efeitos da avaliação. Para cada uma das oito liminares foram elaboradas, pela coordenação da avaliação, argumentações que rebatiam ponto a ponto as reclamações apresentadas, com exemplos contundentes das inadequações contidas nas obras. As sentenças judiciais foram todas favoráveis ao MEC. (SPOSITO, 2006, p. 40).

Depois das manifestações por parte das entidades representantes de editoras e autores de livros didáticos criticando o sistema de avaliação executado pelo MEC, percebe-se que as editoras trataram de adaptar duas coleções aos critérios a fim de garantir sua aprovação. Cientes de que o PNLD continuaria em vigência e diante do fato de 55% do faturamento do setor depender das compras realizadas pelo governo federal, o foco passou a ser a aprovação das coleções no programa. O programa foi se consolidando com o passar dos anos, conseguindo manter-se mesmo após a troca partidária no plano político federal.

2.6 Um panorama sobre o funcionamento atual do PNLD.

Na página eletrônica destinada ao programa, no site do Ministério da Educação o PNLD é assim apresentado:

Para prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos, dicionários e obras complementares de qualidade, o Governo Federal executa o Programa Nacional do Livro Didático. O Programa atende também aos alunos da Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino e das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado⁵¹.

⁵¹ Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>> Acesso em: 06 fev. 2012.

As etapas de avaliação, aquisição e distribuição pelas quais passam os livros didáticos são apresentadas no quadro 04:

Etapas	Descrição do processo
1- Adesão	As escolas federais e os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal que desejem participar dos programas de material didático deverão manifestar este interesse mediante adesão formal, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação. O termo de adesão deve ser encaminhado uma única vez. Os beneficiários que não desejarem mais receber os livros didáticos precisam solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do(s) programa(s). A adesão deve ser atualizada sempre até o final do mês de maio do ano anterior àquele em que a entidade deseja ser atendida.
2- Editais	Os editais que estabelecem as regras para a inscrição do livro didático são publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados no portal do FNDE na internet.
3- Inscrição das editoras	Os editais determinam o prazo e os regulamentos para a habilitação e a inscrição das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais.
4- Triagem/Avaliação	Para constatar se as obras inscritas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Esses especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos.
5- Guia do livro	O FNDE disponibiliza o guia de livros didáticos em seu portal na internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. O guia orientará a escolha dos livros a serem adotados pelas escolas.
6- Escolha	Os livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia de livros didáticos. Diretores e professores analisam e escolhem as obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola.
7- Pedido	A formalização da escolha dos livros didáticos é feita via internet. De posse de senha previamente enviada

	pelo FNDE às escolas, professores fazem a escolha on-line, em aplicativo específico para este fim, disponível na página do FNDE.
8- Aquisição	Após a compilação dos dados referentes aos pedidos realizados pela internet, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelas escolas e que são editoras específicas que detêm o direito de produção de cada livro.
9- Produção	Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa as quantidades de livros a serem produzidos e as localidades de entrega para as editoras. Assim, inicia-se o processo de produção, que tem supervisão dos técnicos do FNDE.
10- Análise da qualidade física	O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) acompanha também o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e pela análise das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.
11- Distribuição	A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação.
12- Recebimento	Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros.

Quadro 4 - Etapas de funcionamento do PNLD (2015).

Fonte: Página eletrônica do FNDE – MEC⁵².

A execução do programa envolve as ações de diferentes sujeitos: editoras; equipes de pareceristas vinculadas às instituições de ensino superior que vão realizar a avaliação; professores e, finalmente, alunos que receberão os livros. O MEC se encarrega das questões funcionais, e os recursos financeiros bem como a definição dos valores repassados às editoras ficam a cargo do FNDE. Os livros, por disciplina

⁵² Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento>>. Acesso em: 17 set. 2014.

e segmento de ensino, podem ser visualizados no quadro 05, apresentado na página seguinte para melhor visualização:

Anos/Séries	Componentes Curriculares	Tipos de livros
1º e 2º anos do Ensino Fundamental	Alfabetização matemática e alfabetização linguística	Consumíveis
Do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental	Ciências, História e Geografia	Reutilizáveis
Do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental	Matemática e Língua Portuguesa	Reutilizáveis
Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental	Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia	Reutilizáveis
Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental	Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol)	Consumíveis
Da 1ª à 3ª série do Ensino Médio	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Biologia, Química e Física	Reutilizáveis
Da 1ª à 3ª série do Ensino Médio	Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol)	Consumíveis
Volume único do Ensino Médio	Filosofia e Sociologia	Consumíveis

Quadro 5 – Livros que os alunos recebem por ano do PNLD.

Fonte: Página eletrônica do PNLD – MEC⁵³.

⁵³ Dados disponíveis em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-livro-didatico>>. Acesso em: 12 set. 2012.

Do ponto de vista institucional, a ampliação do programa no decorrer dos anos tornou premente sua consolidação como política de educação do Estado brasileiro. Em 2010, o programa é institucionalizado por decreto presidencial. Suas atribuições e normas de funcionamento foram detalhadamente asseguradas por meio do Decreto-Lei nº 7.084 de 27/01/2010, que dispõe sobre os programas de material didático. A citação abaixo corresponde à transcrição do primeiro artigo da referida lei:

Art. 1º Os programas de material didático executados no âmbito do Ministério da Educação são destinados a prover as escolas de educação básica pública das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal de obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita⁵⁴.

Quanto ao processo de avaliação dos livros didáticos, com base nos Artigos 19 e 20, percebe-se certa abertura à contradição relativa à correção do conteúdo das obras e à aceitação de erros pela equipe de avaliação pedagógica. Observem-se os itens IV do Art. 19 e II do Art. 20, transcritos abaixo:

Art. 19 A avaliação pedagógica dos livros didáticos no âmbito do PNLD será realizada com base em critérios comuns e critérios específicos para os diversos componentes curriculares, considerando-se, necessariamente, sem prejuízo de outros:

I - o respeito à legislação, às diretrizes e normas gerais da educação;

II - a observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;

III - a coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica;

IV - a correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;

⁵⁴Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm>. Acesso em: 26 jan. 2014.

V - a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor; e

VI - a adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico.

Art. 20 As obras avaliadas pedagogicamente, de acordo com os critérios estabelecidos em edital, receberão pareceres elaborados pelas equipes técnicas, que indicarão:

I - a aprovação da obra;

II - a aprovação da obra condicionada à correção de falhas pontuais, que, a critério dos pareceristas, não comprometam o conteúdo ou conjunto da obra; ou

III - a reprovação da obra⁵⁵. (Decreto-Lei nº 7.084 de 27/01/2010, **grifo nosso**).

No último capítulo da presente tese, será discutida a importância desses itens com mais profundidade, já que eles asseguram legalmente a possibilidade de a avaliação aprovar coleções de livros didáticos que contenham erros. O respaldo dado ao programa em termos legais é, sem dúvida, um importante marco no histórico das ações do governo federal em adquirir livros didáticos, mas o teor dos itens referentes à avaliação não impõe a clareza e o rigor necessário às editoras para que inscrevam, de fato, obras sem incorreções em seus conteúdos.

Voltando a atenção para o decreto da Lei nº 7.084 e relembando a periodização feita por Cassiano, talvez esse decreto possa ser considerado o início de uma terceira fase do PNLD, pelo teor da institucionalização que lhe é feita, já que ele deixa de ser um programa de governo para tornar-se efetivamente uma política de Estado. O professor Eliseu Sposito, que foi coordenador adjunto nas avaliações do PNLD de Geografia em 2002, 2005 e 2008, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, reiterou de maneira enfática a importância da Lei publicada em 2010⁵⁶.

No quadro 06, pode-se analisar uma síntese das principais ações do PNLD, desde a sua criação até o ano de 2011.

⁵⁵ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm>. Acesso em: 26 jan. 2014.

⁵⁶ Ver transcrição da entrevista em apêndice.

Ano	As principais ações do PNLD
1985	Com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o PLIDEF dá lugar ao PNLD, que traz mudanças, como: indicação do livro didático pelos professores; reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; extensão da oferta aos alunos de 1 ^a e 2 ^a série das escolas públicas e comunitárias; fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.
1992	A distribuição dos livros é comprometida pelas limitações orçamentárias e há um recuo na abrangência da distribuição, restringindo-se o atendimento até a 4 ^a série do ensino fundamental.
1993	A Resolução CD FNDE nº 6 vincula, em julho de 1993, recursos para a aquisição dos livros didáticos destinados aos alunos das redes públicas de ensino, estabelecendo-se, assim, um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição do livro didático.
1993/1994	São definidos critérios para avaliação dos livros didáticos, com a publicação “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos” MEC/FAE/UNESCO.
1995	De forma gradativa, volta a universalização da distribuição do livro didático no ensino fundamental. Em 1995, são contempladas as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Em 1996, a de Ciências e, em 1997, as de Geografia e História.
PNLD/1996	É iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, sendo publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos” de 1 ^a a 4 ^a

	série. Os livros foram avaliados pelo MEC conforme critérios previamente discutidos. Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo devem ser excluídos do Guia do Livro Didático.
1997	Com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
2000	É inserida no PNLD a distribuição de dicionários da língua portuguesa para uso dos alunos de 1 ^a a 4 ^a série em 2001 e pela primeira vez os livros didáticos passam a ser entregues no ano anterior ao ano letivo de sua utilização.
2001	O PNLD amplia, de forma gradativa, o atendimento aos alunos com deficiência visual que estão nas salas de aula do ensino regular das escolas públicas, com livros didáticos em braille. Atualmente, os alunos surdos são atendidos também com livros em libras.
2002:	Anos Iniciais – 1 ^a reposição e complementação (plena para 1 ^a série consumível). Anos Finais – distribuição integral. O PNLD dá continuidade à distribuição de dicionários para os ingressantes na 1 ^a série e atende aos estudantes da 5 ^a e de 6 ^a série.
2003:	Anos Iniciais – 2 ^a reposição e complementação (plena para 1 ^a série consumível). Anos Finais – 1 ^a reposição e complementação. O PNLD distribui dicionários de língua portuguesa aos ingressantes na 1 ^a série e atende aos alunos das 7 ^a e 8 ^a série. É distribuído também Atlas Geográfico para as escolas que possuem, concomitantemente, EJA e turmas de 5 ^a a 8 ^a série do ensino regular. É publicada a Resolução CD FNDE n.º 38, de 15/10/2003, que institui o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). Com execução em 2003,

	o PNLD 2004 atendeu aos alunos do ensino fundamental.
2004:	Anos Iniciais – distribuição integral. Anos Finais – 2 ^a Reposição e complementação. Para o PNLD 2005, foi feita aquisição e distribuição de livros didáticos para os alunos de 1 ^a a 4 ^a série, para reposição e complementação, e a última reposição e complementação do PNLD 2002 aos alunos de 5 ^a a 8 ^a série. É criado o Siscort, sistema direcionado a registrar e controlar o remanejamento de livros e a distribuição da Reserva Técnica.
PNLD e PNLEM 2005:	Anos Iniciais – 1 ^a reposição e complementação (plena para 1 ^a série consumível). Anos Finais – distribuição integral Ensino Médio – distribuição parcial (matemática e português para 1 ^a série do Norte e do Nordeste). No âmbito do PNLEM, houve distribuição de livros de Português e Matemática para todos os anos e regiões. A partir de 2005, em vez de entregar uma obra para cada aluno, o FNDE fornece acervos de dicionários a todas as escolas públicas de 1 ^a a 4 ^a série do ensino fundamental.
PNLD e PNLEM 2006:	Anos Iniciais 2 ^a reposição e complementação (plena para 1 ^a série consumível). Anos Finais 1 ^a reposição e complementação. Ensino Médio distribuição parcial (Matemática e Português para todos os anos e regiões do país). Distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares para o primeiro segmento do ensino fundamental (da 1 ^a à 4 ^a série/do 1 ^o ao 5 ^o ano), no âmbito do PNLD 2007, e a segunda reposição e complementação do PNLD/2004 (da 5 ^a à 8 ^a série/do 6 ^o ao 9 ^o ano). Para os alunos que têm surdez e utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), houve distribuição (escolas da 1 ^a à 4 ^a série/ do 1 ^o ao 5 ^o ano) do dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa/Língua Inglesa.

<p>PNLD e PNLEM 2007:</p>	<p>Anos iniciais – distribuição integral. Anos Finais – 2^a reposição e complementação. Ensino Médio – distribuição parcial (integral para Biologia mais reposição e complementação de Matemática e Português).</p> <p>O FNDE adquire 110,2 milhões de livros para reposição e complementação dos livros anteriormente distribuídos para os anos iniciais (sendo plena para 1^a série consumível) e distribuição integral para anos finais. Houve ainda distribuição de dicionários trilíngues de Português, Inglês e Libras para alunos surdos das escolas de ensino fundamental e médio. Os alunos surdos de 1^a a 4^a série receberam ainda cartilha e livro de Língua Portuguesa em libras e em CD-Rom. Com a publicação da resolução CD FNDE 18, de 24/04/2007, é regulamentado o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).</p>
<p>PNLD e PNLEM 2008:</p>	<p>Anos Iniciais - 1^a reposição e complementação (plena para 1^a série consumível). Anos Finais – distribuição integral Ensino Médio – distribuição parcial (integral para Química e História mais reposição e complementação de Matemática, Português e Biologia).</p>
<p>PNLD e PNLEM 2009:</p>	<p>Anos Iniciais – 2^a reposição e complementação (plena para 1^a série consumível). Anos Finais – 1^a reposição e complementação Ensino Médio – distribuição integral de Matemática, Português, Biologia, Física e Geografia, mais reposição e complementação de Química e História.</p> <p>A resolução CD FNDE n^o 51, de 16/09/2009, regulamentando o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA).</p> <p>A segunda, resolução CD FNDE n^o 60, de 20/11/2009, estabelece que a partir de 2010 as redes públicas de ensino e as escolas federais devem aderir ao programa para receber os livros</p>

	didáticos. A resolução 60 adiciona os livros de Inglês ou de Espanhol aos componentes curriculares distribuídos aos alunos do 6º ao 9º ano. Para o ensino médio, também haverá distribuição de livros de Inglês ou de Espanhol, além dos livros de Filosofia e Sociologia (em volume único e consumível).
2010:	Em 2010, é publicado o Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, que dispõe sobre os procedimentos para execução dos programas de material didático: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Foram distribuídos livros de língua estrangeira pela primeira vez. No âmbito do PNLD EJA, foram investidos R\$20 milhões na aquisição e distribuição de mais de 2 milhões de livros direcionados à alfabetização. Para os Anos Iniciais houve a distribuição integral de livros. Para os Anos Finais a 2ª reposição e complementação. E para o Ensino Médio a 1ª reposição e complementação.
2011	Anos Iniciais – 1ª reposição e complementação (plena para alfabetização linguística e alfabetização matemática de 1º e 2º ano) Anos Finais – distribuição integral (incluindo língua estrangeira). Ensino Médio – 2ª reposição e complementação. Em 2011, o FNDE adquiriu e distribuiu integralmente livros para o ensino médio, que serão utilizados a partir de 2012. Pela primeira vez, os alunos desse segmento receberão livros de língua estrangeira (Inglês e Espanhol) e livros de Filosofia e Sociologia (volumes únicos e consumíveis).
2012	Anos Iniciais 2ª reposição e complementação (plena para alfabetização linguística e alfabetização matemática de 1º e 2º ano). Anos Finais 1ª reposição e complementação (integral para língua estrangeira consumível) Ensino Médio, distribuição integral (incluindo Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia).

PNLD/ Campo 2013	Distribuição (realizada no ano anterior) dos guias e dos livros componentes dos guias e dos livros componentes do PNLD-Educação do Campo, para as séries iniciais do ensino fundamental.
PNLD/ Alfabetização na Idade Certa PNLD-EJA PNLD 2014	Distribuição (realizada no ano anterior) das obras de literatura destinadas aos alunos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental das escolas públicas, no âmbito do PNLD Alfabetização na Idade Certa. Distribuição (realizada no ano anterior) de obras didáticas destinadas aos alunos e educadores de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e do ensino fundamental e médio, modalidade Educação de Jovens e Adultos, da rede pública. Distribuição (realizada no ano anterior) dos guias e dos livros componentes do PNLD, para as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia, das séries finais do ensino fundamental. Lançamentos dos editais para o PNLEN 2015 e PNLD-Campo 2016.
2015	Convoca as editoras para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas destinadas a alunos e professores do ensino médio das escolas públicas, participantes do PNLD.

Quadro 6 – As principais ações do PNLD de 1985 a 2014⁵⁷.

Fonte: Informações levantadas a partir da página do PNLD (2014)⁵⁸.

⁵⁷ Constam no quadro de ações específicas do PNLD-Ensino Fundamental e dos demais programas: PNLEM (Programa Nacional de Livros Didáticos para o Ensino Médio); PNLA (Programa Nacional de Livros Didáticos para Alfabetização de Jovens e Adultos); PNLD-EJA (Programa Nacional de Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos); PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) e PNLD-Campo (Programa Nacional de Livros Didáticos, destinado às escolas que mantém turmas anexas em áreas rurais que ofereçam os anos iniciais do ensino fundamental em turmas organizadas sob a forma multisseriada, seriada e por segmento de aprendizagem).

⁵⁸Disponível

em:

<<http://www.fn.de.gov.br/component/k2/item/518hist%C3%B3rico?Itemid=889&highlight=YTo1OntpOjA7c2oxMDoiaGlzdMOzcmJbyI7aToxO3M6MjoiZG8iO2k6MjtzOjQ6InBubGQiO2k6MztzOjEzOiJoaXN0w7NyaWNvIGRvIjtpOj>

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

Além do funcionamento do programa, é importante observar que, apesar do destaque dado à escolha das coleções dos LDs pelos professores no PNLD, é preciso considerar que essa escolha é muito influenciada pelo poder econômico de divulgação das editoras de maior capital. Como os exemplares de cada coleção são enviados pelas empresas e não pelo MEC – que tem a obrigação de enviar apenas o Guia do Livro Didático para análise – aquelas editoras que mais investem no chamado material de divulgação acabam garantindo a consulta física de seu material pelo professor, que muitas vezes prefere ler o livro impresso de duas ou três editoras a analisar todas as resenhas contidas no Guia do Livro Didático de Geografia e acaba optando, na maioria das vezes, pelas coleções de grandes editoras.

A divulgação das obras pelas editoras foi se tornando um problema tão sério ao longo das edições do PNLD que a Portaria Normativa nº 7, de 2007, proibiu a divulgação das coleções nas escolas ou secretarias de educação no período de escolha dos livros didáticos. As empresas não puderam mais patrocinar eventos com a presença de autores dos LDs no prazo em que as escolhas são realizadas e a doação de outras obras didáticas ou brindes às escolas, nesse período, também foi proibida. Houve diversos relatos, muitos confirmados pelo MEC, de abuso da atuação das editoras, chegando-se ao ponto de representantes comerciais terem executado os pedidos das coleções no lugar dos funcionários das unidades escolares. O MEC solicita aos professores que denunciem quaisquer atuações das editoras que venham a descumprir essas as normas definidas na portaria nº 7/ 2007.

Outro aspecto a ser considerado na problematização sobre a escolha dos livros diz respeito à maneira como o *pregão* era realizado para concretizar a compra dos livros didáticos. O MEC, por meio do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação, apresentava as coleções mais indicadas pelos professores em primeira, segunda opção e terceira opção, acompanhadas do número de exemplares necessários para atender aos pedidos. Em seguida, cada editora deveria fazer uma

proposta ao FNDE, que optava pela coleção de menor preço. Por isso, muitas vezes a coleção enviada pelo PNLD para a escola não era obrigatoriamente a coleção escolhida pela unidade escolar como primeira opção.

Nos últimos anos, no entanto, as escolhas efetuadas pelas escolas têm sido atendidas pelo MEC, mas não foram encontradas informações sobre como o *pregão* vem sendo realizado. Em consulta a coordenação do setor responsável pelos livros didáticos da Secretaria Estadual de Santa Catarina (em junho de 2015), verificou-se que todas as coleções de livros didáticos escolhidas pelas mais de 1200 escolas do estado foram devidamente atendidas e enviadas⁵⁹.

É necessário ampliar análise dos números que envolvem os alunos atendidos pelo PNLD em escala nacional. Com base nos últimos censos escolares há cerca de 40 milhões de alunos matriculados na Educação Básica. Aproximadamente 36 milhões estão matriculados na rede pública de ensino. Em 2012, através do PNLD, foram investidos R\$ 1.326,50 bilhões na compra, avaliação e distribuição de 160 milhões de livros didáticos.

Não há na página do FNDE, nem em outro link no site do MEC uma série estatística completa sobre o total de investimentos realizados no PNLD desde 1996. Em resposta à solicitação do valor total de recursos utilizados pelo PNLD entre 1996 a 2015, requerida ao Serviço de Informação ao Cidadão do governo federal – SIC, este canal de comunicação alegou que “não era o canal apropriado para recebimento e processamento de desabafos, reclamações, elogios, consulta sobre aplicação de legislação, denúncias ou resolução de problemas”. Frente a esse tipo de atendimento desistiu-se de buscar informações junto aos órgãos oficiais.

Na falta de um dado oficial sobre o total de recursos utilizados pelo PNLD, recorreu-se ao estudo de Soares (2007) que destaca que

⁵⁹ Luzia Madalena Leite, que é coordenadora do PNLD-DIEB/SED/SC, demonstrou como se dava o acesso ao Siscort e comentou que no PNLD 2014 apenas três escolas afirmaram não ter recebido as coleções escolhidas. No entanto, constatou-se que os responsáveis pelo registro da escolha no site do Siscort haviam “salvado” outras coleções, ou seja, o não atendimento da escolha indicada, nesses casos, se deu em razão de um equívoco no preenchimento dos dados. Durante essa consulta, a coordenadora demonstrou como o sistema de acesso e autenticação das escolhas havia evoluído e reiterou que as escolas têm total liberdade de escolha das obras, sendo instruídas apenas a observar quais coleções coadunam com a Proposta Curricular do estado e do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

entre 1998 e 2006 haviam sido investidos cerca de 4,5 bilhões de reais, e os valores apresentados em tabelas disponibilizadas na página pelo FNDE, há informações estatísticas, em tabelas distintas, com os valores das últimas edições do programa (de 2003 a 2015)⁶⁰. Por meio desses números, chagou-se à estimativa de que entre 1998 e 2015 foram executados mais de 12 bilhões de reais pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Após reconhecer a conjuntura econômica e política na qual o PNLD foi consolidado e os impactos causados pela realização das avaliações, é necessário conhecer alguns aspectos das empresas que fazem parte da esfera privada do programa – as editoras de livros didáticos.

⁶⁰ Ver tabelas disponíveis em:
 <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/3010?Itemid=1296>>
 <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

3 AS EDITORAS NO PNLD

Livros didáticos - um grande nicho de mercado para as editoras.

3.1 Editoras e programas de distribuição de livros didáticos entre 1930 e 1984

Conforme mencionado no capítulo anterior a partir da década 1930 o Estado desenvolveu ações específicas de avaliação, autorização para circulação e aquisição dos livros didáticos no Brasil. As editoras com maior produção e venda de LDs nesse período foram: Companhia Editora Nacional (1925)⁶¹; Coleção FTD (1902); Companhia Melhoramentos (1915); Saraiva (1914); Francisco Alves (1894); e Editora do Brasil (1943). Hallewell (2005) destaca que a Cia Editora Nacional dominava o mercado de livros didáticos na década de 1940, quando alguns ex-funcionários abriram sua própria empresa – a Editora do Brasil, que em pouco tempo também se tornou uma grande publicadora de LDs.

Como o decreto de criação da Comissão Nacional do Livro Didático foi publicado apenas em 1938, e a comissão nomeada em 1939, as novas determinações sobre a elaboração dos livros didáticos não se sobrepuseram ao funcionamento das editoras até o início da década de 1940. Nessa década, a Cia. Editora Nacional deteve a maior porcentagem de livros aprovados pela comissão. As publicações dessa editora pareciam estar em consonância com as discussões sobre renovação do ensino, que se intensificavam desde 1920, além do fato de vários integrantes da CNLD terem realizado publicações por meio dessa mesma editora. Muitos educadores envolvidos na elaboração e na avaliação dos livros compartilhavam um mesmo projeto de educação para o país.

Entre 1950 e 1960, o crescimento do número de jovens nas escolas provocou um importante aumento na publicação de livros didáticos, contudo estes manuais ainda precisavam ser aprovados pela CNLD. Apesar dos debates sobre a renovação do ensino, sobretudo

⁶¹ A Cia. Editora Nacional adquiriu a editora Civilização Brasileira em 1932, mas manteve esse selo editorial (Civilização Brasileira) em diversas publicações.

aqueles concernentes à elaboração da nova LDB (Lei n. 4.024), que só seria promulgada em 1961, os livros didáticos mantinham a estrutura que atendia os critérios definidos pela comissão de avaliação, pois ela é que concedia a aprovação e autorização para a circulação das obras. Entretanto, a Cia. Editora Nacional também se beneficiou com algumas das publicações elaboradas pela CALDEME (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino) vinculada ao INEP. Como já demonstrado no capítulo anterior, Anísio Teixeira era o diretor do INEP e tinha um relacionamento bastante próximo com vários intelectuais que atuavam na Cia. Editora Nacional.

Na década seguinte, as principais editoras com publicações para as primeiras séries do ensino regular eram: Melhoramentos, Agir (fundada em 1944) e Francisco Alves; e para o ensino secundário: Cia. Editora Nacional e Editora do Brasil. Com o aumento de um grau (série) do ensino secundário, essas editoras aumentaram as vendas de livros didáticos para o governo federal. O sucesso dessas editoras na publicação de livros didáticos despertou o interesse de novas empresas. Em 1960, a FTD foi transformada em editora, pois anteriormente, sob a denominação de Coleções FTD, precisava recorrer a gráficas que imprimissem suas publicações; em 1965, foi fundada a editora Ática, que surgiu apresentando um grande diferencial à época o chamado Livro do Professor, que basicamente constituía-se num livro acompanhado de respostas, a fim de facilitar o trabalho do professor; em 1966 foi criado o IBEP – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas⁶²; e dois anos depois foi fundada a editora Moderna.

No contexto governamental referente aos livros didáticos, a criação da Colted em 1966 e os acordos internacionais entre o MEC, a USAID e a SNEL deram início aos estudos sobre o financiamento da produção didática. Com investimentos de cerca de US\$ 9 milhões (ÁTICA, 1998, p. 158) objetivava-se distribuir mais de 51 milhões de livros didáticos por meio do convênio MEC/SNEL/USAID. Munakata (2006) observa que muitas editoras correram contra o tempo a fim de enviar seus títulos ao MEC, interessadas em se tornar fornecedoras de obras adquiridas com recursos provenientes do acordo.

Porém, segundo o Relatório de 8/1968, do diretor executivo da Colted para o ministro da Educação, apesar de as avaliações terem

⁶² A IBEP viria a adquirir em 1980 a Cia. Editora Nacional. Após o falecimento de seu fundador, em 1973, a empresa não foi bem administrada por seus descendentes. Chegou a ser estatizada e gerenciada pelo BNDS sem, contudo, mostrar-se rentável.

propiciado a produção de livros didáticos com melhor qualidade, tendo em vista o grande número de livros reprovados pela comissão de avaliação, o objetivo de se chegar ao “livro bom e barato” não foi alcançado. Apesar de os recursos públicos terem aumentado consideravelmente a produção dos livros, as editoras não promoveram a redução dos preços desses materiais.

Quando a Coteld foi extinta, em 1969, a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), vinculada ao INL, foi encarregada de coeditar os livros didáticos por meio Decreto-Lei nº 979/ de 20/10/69. O Sindicato Nacional dos Editores de Livro e a Câmara Brasileira do Livro enviaram documentos ao novo ministro da Educação, Jarbas Passarinho, alegando que aquele decreto-lei demonstrava a intenção de se criar uma “editora do Estado” que viria a competir desigualmente com as editoras privadas. Entretanto, com a expansão da escolarização e o crescimento do mercado editorial de didáticos, o Estado passou a investir cada vez mais recursos no setor por meio de políticas públicas para os livros escolares.

Em 1972, o Instituto Nacional do Livro, com recursos da FENAME, passou a coeditar os livros didáticos por meio do Programa do Livro Didático – PLID, que abarcava os diferentes níveis de ensino: Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental – PLIDEF, Programa do Livro Didático para o Ensino Médio – PLIDEM, Programa do Livro Didático para o Ensino Superior – PLIDES e Programa do Livro Didático para o Ensino Supletivo – PLIDESU (HOFLING, 2000)⁶³.

Com o Decreto nº 77.107, de 4/2/76, garantiu-se mais uma grande expansão do setor, pois o governo federal assumia “a compra de boa parcela dos livros, criando um mercado seguro para as editoras”⁶⁴, aumentando o número de exemplares a serem distribuídos. Cabe registrar que vários setores da economia também receberam investimentos diretos e indiretos por parte do governo federal, durante o período de execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79).

Observando os programas de distribuição de livros, contata-se que em um dos braços do PLID – o PLIDEF – havia uma importante

⁶³ Entre 1972 e 1974 estava em andamento o I Plano Nacional de Desenvolvimento, a área da educação era considerada pelo plano um dos setores de prioridade social.

⁶⁴ As escolas municipais não foram contempladas devido ao limite de recursos do programa.

concentração das vendas por apenas cinco editoras, com aproximadamente 51% do total de livros didáticos vendidos ao MEC entre 1977 a 1984. A aquisição dos livros por empresa pode ser observada na tabela 02:

Tabela 2 – Participação das editoras nas aquisições de livros didáticos pelo MEC - PLIDEF (1977-84).

Editora	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	Total (%)
Editora do Brasil	13	11	9	8	11	12	13	13	11
FTD	7	8	9	8	15	15	12	15	11
Bloch	0	14	11	11	9	10	7	4	10
Ática	6	9	9	9	10	11	10	12	10
IBEP	9	8	8	7	9	9	11	10	9
Abril	7	11	6	5	6	6	5	6	7
Caminho Suave	0	2	6	8	9	10	8	7	6
Scipione	5	8	8	5	6	5	5	2	6
Primor	10	9	8	6	4	2	3	2	6
Ao Livro Técnico	9	8	4	6	3	2	1	2	4
Vigília	3	4	5	7	4	2	3	2	4
Nacional	2	1	-	0	0	-	4	10	2
Outros	12	6	11	12	13	13	15	14	12

Fonte: CASTRO (1996, p. 22).

Em 1983, a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) incorporou os programas de aquisição de livros que estavam sob a administração da FENAME. No ano seguinte o sistema de coedição foi extinto, e em 1985 o PLID passou a ser denominado de PNLD – Programa Nacional do Livro Didático. Segundo dados do SNEL, em 1979 os livros didáticos já representavam 36,2% do mercado editorial, chegando a tornar-se o seu principal segmento nos anos 1980, graças às compras realizadas pelo MEC por meio do PNLD.

3.2 Relações entre capital e cultura/cultura e capital no setor editorial de livros didáticos

Num plano analítico mais amplo, é interessante observar o comportamento do setor editorial brasileiro frente às mudanças que ocorriam no setor nos países desenvolvidos. O novo padrão gráfico-editorial estadunidense, que foi se impondo no mundo, foi implantado no Brasil, sendo rapidamente utilizado na produção dos livros escolares. Novas editoras passaram a se destacar nesse setor contando com os subsídios do governo para a publicação de livros a serem distribuídos

gratuitamente aos alunos. Nesse cenário as editoras Moderna, Saraiva FTD, Ática, IBEP, Ao Livro Técnico e Scipione passaram a registrar um grande número de vendas ao MEC.

No final dos anos 1960 o padrão franco-europeu de editoração foi sendo suplantado pelo estadunidense e os LDs foram incorporando as novidades que ampliavam as possibilidades de ilustração nos livros, em especial das imagens coloridas, que agradavam bastante o público escolar. Mas não foi apenas em sua *forma* que o livro foi sendo modificado, o teor das obras também passou por uma mudança orgânica na elaboração dos seus *conteúdos*. Forma e conteúdo não foram dissociados – em essência, não podem ser.

Warde (2011), com base nos estudos organizados por Lehmann-Haupt et al. (1951)⁶⁵, destaca que na “escola francesa de edição” atribuía-se grande importância ao *editor-literato*, indivíduo que detinha uma relação próxima aos autores, além de contar com certa tradição na editoração de determinados assuntos. Já na “escola estadunidense” a figura do editor foi representada, em geral, por um indivíduo de conhecimento generalista, editor de uma série de publicações distintas, de romances a revistas, passando por livros didáticos.

Ao estudar a geografia editorial⁶⁶ nos EUA, Warde analisou a disseminação do livro didático e a construção da hegemonia de tipo americanista. Para compreender essa relação, é preciso considerar que no final do século XIX e início do século XX os EUA estavam em franco desenvolvimento econômico, e com a chegada crescente de

⁶⁵ LEHMANN-HAUPT, H.; WROTH, L.C.; SILVER, R.G. apud WARD, 2011. O artigo publicado em inglês pelos autores estadunidenses, é intitulado “The book in America: a history of the making and selling of books in the United States”. New York: R. R. Bowker, 1951.

⁶⁶ Foi na parte Nordeste dos EUA, por décadas, onde as relações de produção eram mais dinâmicas, que as editoras tiveram origem, ampliando seu mercado, posteriormente, para as demais áreas do país. “Entre 1820 e 1852, em seis dos principais polos editoriais, foram registradas 762 firmas, sendo que 345 (45,3%) só na cidade de Nova York, onde estava sendo montado o maior parque industrial no ramo, posição que a cidade sustentou por mais de um século. A ela seguiam, com razoável distância, dois outros importantes centros: Filadélfia (Pensilvânia) com 198 firmas e Boston (Massachusetts) com 147; completando a lista, duas cidades que despontavam lentamente para, ao final do século, incluir-se entre os dez primeiros polos editores dos EUA: Baltimore (Maryland), com 32, e Cincinnati (Ohio), com 25. Por fim, Charleston (Carolina do Sul), com 15 firmas, que logo sairia do mapa livreiro”. (WARDE, 2011, p. 123-124).

imigrantes que precisavam falar a língua e ser escolarizados, além da já expressiva população do Sul dos EUA que vinha sendo alfabetizada, a indústria editorial cresceu a passos largos⁶⁷. A publicação dos chamados *textbooks* (livros-textos em tradução livre) pelas editoras estadunidenses teve papel fundamental na ampliação e organização do ensino. Nas palavras da autora:

Nos anos de 1920 e 1930 vários artigos em revistas e jornais especializados alertavam para a magnitude atingida dos livros didáticos no interior das escolas; denunciavam, explicitamente, que os professores estavam perdendo a corrida para eles, por serem em menor número e por serem mal preparados para a função. [...].

Em suma, nos EUA, o professor já estava sendo substituído pelo livro didático nas primeiras décadas do século XX e **os editores especializados em impressos didáticos já estavam tomando o lugar dos dirigentes e intelectuais da educação**⁶⁸. (WARDE, 2011, p. 131, grifo nosso).

Tem-se aí mais um exemplo emblemático da função do intelectual na organização da cultura (conforme a concepção de Gramsci). O novo editor – indivíduo ligado à expansão do capital – viu na educação um grande mercado. Esse sujeito, mesmo que não consciente disso inicialmente, passou a organizar a forma e o conteúdo dos materiais destinados à educação. O domínio hegemônico nas relações político-econômicas também se impôs pela influência da cultura.

⁶⁷ Nesse período, a França e a Europa de modo geral passavam por séria crise econômica em razão da Primeira Guerra Mundial. Os EUA retomaram o crescimento e a liderança entre as potências capitalistas com o fim da Segunda Guerra, em 1945.

⁶⁸ Não foram encontradas referências sobre a relação das abordagens pedagógicas da Escola Nova e os conteúdos dos livros didáticos produzidos na época. Mas é importante lembrar da grande influência dessa linha pedagógica nos EUA, em alguns países europeus e sua entrada no Brasil, especialmente da década de 1930. O chamado escolanovismo alegava que a educação seria o único meio capaz de promover a democracia na sociedade, e por isso foi e ainda é bastante corrente nos meios de ideologia liberal.

Coadunando com as análises de WARD (2011) onde o papel intelectual dos materiais impressos e da organização do ensino é fundamental na cultura, destaca-se novamente como exemplo a inovação desenvolvida pela editora Ática, em 1966, com o lançamento do Livro do Professor. As escolhas de seus títulos pelos professores aumentaram muito depois da publicação desse material, que consistia em um livro no qual as respostas aos exercícios vinham registradas. Poucos anos depois, a Ática estava entre as editoras que mais vendiam LDs ao governo federal.

Registre-se que os “editores” da Ática eram um grupo de professores que passou a desenvolver e reproduzir seu material didático no formato de apostila. Assim, essa empresa iniciou com uma edição conhecedora do público que utilizaria suas publicações – era oriunda dele, inclusive. Mas é preciso analisar que o livro do professor (atualmente chamado de manual do professor) não foi elaborado como material de aprofundamento teórico acerca de tal ou qual disciplina, mas sim para atender às necessidades de professores cuja maioria não recebera a devida formação acadêmica e vinha sendo submetida ao rebaixamento de salários e à ampliação de carga horária. Acrescente-se ainda o fato de entre as décadas de 1960 e 1980 as disciplinas de Geografia e História terem sido “fundidas” no ensino escolar e os professores terem recebido sua formação como habilitados em Estudos Sociais.

É nesse aspecto que a ampliação do mercado editorial brasileiro de livros didáticos, que tinha foco nas vendas aos programas governamentais de distribuição de livros, lembra o processo ocorrido nos EUA décadas atrás, em que as editoras passaram a protagonizar a direção intelectual de grande parte da educação. No Brasil, considerando as especificidades de um país subdesenvolvido, o vínculo estreito com o setor editorial ocorrerá numa realidade de precarização na formação dos professores, falta de recursos destinados às escolas, na qual a maioria das famílias não poderia (ainda não pode) arcar com os custos da compra de livros escolares.

Nas décadas de 1970 e 1980 o Grupo Abril tornou-se uma importante e influente fonte de disseminação de ideias no Brasil. Ao longo do tempo consolidou diversas publicações de circulação nacional, com destaque para a revista Veja, criada em 1968; adquiriu as editoras de LDs Ática e Scipione, que concentravam grande parte das vendas de livros ao MEC; e criou uma fundação destinada a promover cursos e estudos sobre a educação e que atualmente publica a revista Nova Escola, com matérias sobre o cotidiano escolar. Da revista semanal

(Veja), reconhecida por seu cunho ideológico neoliberal (SILVA, 2005)⁶⁹, aos livros didáticos, passando pelos materiais que abordam a formação do professor, é preciso reconhecer que o Grupo Abril se tornou um destacado dirigente intelectual (do capital) da educação.

Finalizando as considerações sobre o tipo de editor e editoração dos LDs em especial, note-se que, enquanto nos EUA a localização das maiores editoras foi predominante na porção Norte do país, no Brasil a maioria das editoras tinha sede nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, não coincidentemente nos estados do centro econômico brasileiro. Os efeitos dessa concentração espacial certamente são sentidos nos conteúdos dos livros didáticos de Geografia, em que importantes aspectos regionais são relegados (como será demonstrado posteriormente).

No próximo item, outro tipo de concentração será analisado – o das vendas de LDs ao governo federal entre poucas editoras.

3.3 A concentração editorial nos primeiros anos de implantação do PNLD

A substituição do PLIDEF pelo PNLD, em 1985, não diminuiu a concentração das vendas dos livros ao MEC por poucas editoras. Pelo contrário, aumentou o número de exemplares vendidos e a concentração das vendas foi permanecendo nas mãos de um grupo cada vez mais reduzido de editoras. A tabela 03 permite conhecer alguns dados acerca dos primeiros anos de funcionamento do PNLD:

⁶⁹ O fundador do Grupo Abril, o ítalo-norte-americano Victor Civita, naturalizou-se brasileiro e fundou a editora Abril em nome de outro empresário, pois na época os meios de imprensa não podiam ser de propriedade de cidadãos não nascidos no Brasil. Seu filho, Roberto Civita, que estudou nos EUA, foi o idealizador da revista *Veja*, elaborada nos moldes da *Time*. Ver a tese de SILVA (2005): **VEJA: O indispensável partido neoliberal (1989-2002) (Volumes 1 e 2).**

Tabela 3 - Participação das editoras nas aquisições de livros didáticos pelo PNLD de 1985-1991.

Editoras	Total (%)
Ática	17
Brasil	17
IBEP	12
FTD	12
Saraiva	8
Nacional	8
Scipione	7
Outras*	19

Fonte: CASTRO (1996, p. 22).

O grande aumento no número de exemplares vendidos ao governo federal pós-1985, segundo Cassiano, ocorreu devido à extinção dos chamados *livros descartáveis*, utilizados pelos alunos como caderno de textos e exercícios. Ou seja, enquanto alguns alunos recebiam livros didáticos, podendo neles responder às atividades, não havia recursos suficientes para atender os alunos das redes municipais de ensino, por exemplo. A autora aponta ainda três categorias inerentes aos livros chamados *reutilizáveis* (ou *não consumíveis*)⁷⁰ como elementos fundamentais ao aumento das vendas de livros didáticos via PNLD:

- Gradualidade: o aluno muda de série e, consequentemente, muda de livro.
- Simultaneidade: é própria do modelo de ensinar a muitos ao mesmo tempo.
- Universalidade: garantia de distribuição gratuita dos livros didáticos a todos os alunos da rede pública (CASSIANO, 2005, p. 283).

Os apontamentos acima demonstram a ampliação da distribuição de livros didáticos com recursos federais. Mas como se dava a negociação desses livros no período em que a avaliação desse material não era mais realizada? No início dos anos 1990, Castro, em estudo desenvolvido junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

⁷⁰ Aqueles livros que deveriam durar três anos letivos, passando por três alunos.

(Ipea) sobre o processo de gasto público do PNLD, tece as seguintes considerações sobre as relações entre a FAE e os representantes do setor editorial:

[...] a organização das decisões sobre os quantitativos a serem adquiridos na DADP (Diretoria de Apoio Didático Pedagógico) foi realizada em reuniões “fechadas” entre os burocratas especialistas da FAE e os representantes das editoras, o que potencializou ainda mais a existência da rede de intermediações e permitiu a manutenção e entrelaçamento das conexões entre a indústria livreira especializada na produção de livros didáticos e os dirigentes da FAE; [...] **as editoras líderes tinham até um calendário especial para as negociações, eram as primeiras e dispunham de um tempo maior para discutir suas propostas;** [...] as encomendas, em alguns momentos, foram quase que totalmente pagas antes do recebimento, 50% no ato da assinatura do contrato, 25% na entrega de 75% dos livros encomendados e o restante no dia da entrega total dos livros. (CASTRO 1996, p. 37, **grifo nosso**).

O favorecimento concedido às maiores editoras do país certamente ocorria dentro de uma relação de troca de favores. Entenda-se “favor” a concessão de ganhos financeiros envolvendo essas partes, em que o dinheiro em questão era do erário público⁷¹. As relações entre os sujeitos envolvidos na execução de políticas públicas que envolvem a participação do setor privado normalmente ficam circunscritas aos que delas participam.

⁷¹ Dezenove anos depois da data de publicação do estudo realizado por Castro, as palavras de um(a) entrevistado(a), em outubro de 2013, trouxeram à mente o teor da citação acima transcrita. Dizia o(a) ex-coordenador(a) de avaliação de livros didáticos de Geografia: “há funcionários que trabalham em postos de administração no FNDE que afirmam haver participação financeira das editoras em campanhas eleitorais – sem a devida declaração dos recursos depositados. Embora esse tipo de suspeita não cause incredulidade, devido às práticas políticas absurdamente comuns no país, sabe-se que é de difícil apuração”. A identidade do(a) entrevistado(a) será mantida em anonimato.

Entretanto, em 1993 ocorreu certa ruptura no formato estabelecido até então, de negociação entre editoras e o MEC. Professores e pesquisadores da área da educação manifestavam-se havia anos a respeito da má qualidade dos materiais didáticos adquiridos com recursos públicos, mas somente em 1993 o MEC divulgou o resultado de uma avaliação realizada por uma comissão de avaliadores convidados pelo ministério a analisar as obras que vinham sendo compradas pelo governo. Esse resultado consistia numa lista de livros aprovados e excluídos do rol de compras do governo.

Algumas editoras, após muitas manifestações de descontentamento e abertura de processos judiciais, viram-se obrigadas a reformular seus livros a fim de adequá-los às exigências do órgão. Apesar dos conflitos iniciais, e do fato de títulos muito conhecidos terem sido excluídos da lista de compra do MEC, não houve grande modificação no quadro da concentração da venda dos exemplares ao PNLD por poucas editoras, conforme se vê na tabela 04, que demonstra os valores referentes ao ano de 1994.

Tabela 4 - Editoras que concentraram as vendas ao MEC em 1994

Editora	Livros adquiridos	Valor (R\$)
FTD	18.020.358	37.842.751,80
Scipione	11.737.983	23.430.404,98
Ática	8.146.974	18.086.282,28
Saraiva	6.512.669	14.392.998,49
Brasil	5.690.469	9.559.987,92
Editora Nacional	3.086.487	6.049.496,88

Fonte: Hofling (2000).

Esse quadro traz à tona a seguinte questão: como as editoras conquistam a indicação dos professores? Munakata (1997) apontou importantes subsídios para responder a essa questão, demonstrando a forma de produção dos livros didáticos no Brasil naquele período. O que se depreende da pesquisa realizada pelo autor, que apresentou diversos dados e entrevistas com editores das maiores empresas do setor de LDs, é que o livro foi transformado em uma mercadoria altamente trabalhada pela editora em duas grandes frentes: elaboração do conteúdo do livro de modo a atender às necessidades do professor e divulgação direta dessa mercadoria nas escolas.

Com a realização da avaliação do PNLD, nota-se que as maiores editoras passaram a apostar em investimentos mais altos na

oferta de coleções com diferentes tipos de abordagem pedagógica. Por exemplo: determinada editora era reconhecida por uma coleção de perspectiva sócio-interacionista e detém um grande número de vendas ao programa. Buscando, porém, ampliar as vendas, ela trata de atender a um público que se interessará por coleções elaboradas segundo a perspectiva psicogenética e, assim, atuando em frentes diferentes, pode aumentar o número de coleções aprovadas⁷². Também há, entre muitas editoras, a manutenção em seu quadro editorial dos autores de LDs, que são muito reconhecidos entre o público escolar. É muito comum encontrar coleções que destacam a renovação de métodos de ensino para a Geografia, cujos autores assinam os livros há mais de vinte e cinco anos.

Depois dos aspectos trabalhados na elaboração das obras, o passo seguinte é dado no sentido de divulgá-las e, assim, assegurar um maior número de indicações das coleções pelos professores, já que o maior comprador de LDs do país é o PNLD. A visita de divulgadores nas escolas, a doação de exemplares e a realização de cursos de capacitação com autores de obras conhecidas passaram a ser cada vez mais intensificadas pelas grandes editoras, não sendo comuns entre as editoras de pequeno porte, já que essas práticas de divulgação geram custos bastante elevados.

A visita às escolas para apresentar as publicações aos professores e a doação de alguns exemplares já eram práticas exercidas há décadas por diferentes editoras. Mas na década de 1990 a oferta de cursos intensivos de especialização passou a ser muito difundida. Os cursos de aprimoramento em nível de pós-graduação eram realizados por meio de convênios entre editoras, secretarias estaduais e municipais de educação e contavam com o reconhecimento do MEC⁷³. No

72 A perspectiva sócio-interacionista, também chamada por alguns de sócio-construtivista, é inspirada nos estudos de Lev Vygotsky (1896-1934) e tem foco nas relações sociais como meio de estímulo ao aprendizado do sujeito, em que a zona de desenvolvimento proximal (lugar onde se percebe a proximidade de descoberta ou compreensão do que se está a apreender) tem grande relevância para o avanço na aprendizagem. A perspectiva construtivista psicogenética tem inspiração nos estudos de Jean Piaget (1896-1980), estudando as habilidades cognitivas dos indivíduos e na aprendizagem adquirida de maneira processual.

73 Em 1996, cursando a 8ª série do ensino fundamental, lembro-me que três professoras (das disciplinas de Geografia, Ciências e Matemática) haviam se afastado das aulas, próximo do período das férias de julho, para realizarem um curso, que duraria 40 dias, ao qual chamavam de “pós-graduação”, na cidade de São Paulo. A professora de Geografia voltou bastante entusiasmada; dizia ela

encerramento desses cursos, várias coleções de LDs eram apresentadas aos professores. Assim, o material era divulgado para futuras escolhas, ao mesmo tempo que também se comercializavam alguns produtos. Muitos cursos nesse formato ocorriam com a participação de autores de livros didáticos.

Outra estratégia muito utilizada nesse período pelas editoras foi a de manutenção das chamadas Casas do Professor, que eram comuns entre as editoras de maior capital, obviamente. Os comentários retratados na pesquisa de Munakata denotam a importância atribuída ao professor pela editora, como consumidor da mercadoria-livro, e o quanto o desprestígio dado geralmente a esse profissional é utilizado nas estratégias de divulgação e vendas das coleções pelas editoras. O depoimento de um editor da Ática explicita bem essa constatação:

Agora mesmo eu estava vendo o programa do mês inteiro: 150 [eventos]... Agora o auditório é novo, começou a funcionar, acho que no fim do ano passado. Então, até o ano passado, eles alugavam esse hotel aí do lado. No hotel, com *coffee break* legal, professor que foi sempre maltratado, né? **Gente, você perguntava para ele “o que mais gostou do curso?” “O café. Café com bolachinha e suco, que maravilha”!** Porque ele se sentia bem tratado, bem respeitado. Foi bem interessante. E, veja, na medida em que **você faz esses cursos, você está... Claro que está divulgando seu material, mas você está contribuindo para que as pessoas fiquem mais bem informadas. Eu quero que fiquem mais críticas.**

que “a Geografia não era uma ciência para decoreba, portanto, daquele momento em diante, suas provas teriam apenas duas questões dissertativas”. Como alunos da 8ª série, entendemos que teríamos de responder às questões “em formato de redação” e que cada uma delas valeria cinco pontos! A professora (formada em Estudos Sociais) também nos mostrou no final da aula uma coleção de quatro livros, que segundo ela eram os melhores livros de Geografia publicados no momento. Os livros teriam custado o equivalente a 1/4 de seu salário, e eram por ela considerados “um investimento”. Tratava-se da coleção Geografia Crítica, de Willian Vesentini e Vania Vlach, publicada pela editora Ática.

Então, é uma coisa de dupla-mão. Você está realmente prestando um serviço e você está recebendo em casa gente que vai valorizar o seu trabalho. Vai ver, você trabalha sério e vão olhar o seu produto com mais carinho, com mais cuidado. (MUNAKATA, 1997, p. 118, **grifo nosso**).

Certamente não se deve cercear a participação dos professores em cursos nas sedes das editoras, mas é preciso reconhecer que o maior interesse dessas empresas é vender seus livros. Também se constata ter sido muito corrente o oferecimento de cursos patrocinados pelas editoras, realizados nas secretarias de ensino (municipais e estaduais). Alguns desses cursos frequentemente contaram com a participação dos autores dos livros. Não foram encontradas informações atuais sobre o funcionamento das Casas do Professor, embora nos sites de algumas editoras constem informações de que as sedes possuem grandes auditórios para cursos e palestras.

A cada nova edição do PNLD, a disputa concorrencial entre as editoras foi se tornando cada vez mais acirrada. Quanto maior a influência sobre a escolha dos professores, maiores as chances de se assegurar a compra das coleções pelo PNLD. Inúmeras denúncias chegaram ao MEC, delatando casos de representantes de editoras que haviam “se oferecido” para preencher as listas de livros escolhidos pelas escolas, oferecendo materiais adicionais para que suas coleções fossem indicadas, além de outras irregularidades.

Tem-se um panorama mais amplo dessa situação, que foi se estendendo pelas edições consecutivas das avaliações do PNLD, ao se constatar que a própria associação representativa das editoras, a ABRELIVROS, elaborou um código de conduta a ser respeitado pelas empresas a ela associadas. Com a manchete publicada em sua página eletrônica, destaca: “ABRELIVROS vai punir editoras que fizerem propaganda enganosa de livros didáticos”

O conjunto de normas tem o objetivo de regulamentar a divulgação e a propaganda de livros didáticos nas escolas da rede pública do país. Elas estabelecem que a propaganda nas escolas será realizada sob a responsabilidade direta das editoras. A regulamentação tem também como meta garantir às editoras igualdade de

condições para exercerem seu direito, previsto no PNLD, de oferecer aos professores todas as informações e esclarecimentos possíveis sobre seus livros didáticos. (ABRELIVROS, 2005)⁷⁴.

Será demonstrado mais adiante que apenas em 2007 o MEC instituiu uma normatização mais severa quanto à atuação das editoras nas escolas públicas. Por ora, encerra-se esse item ressaltando-se a força do capital das maiores empresas a fim de investirem na elaboração e divulgação de suas coleções. Sem dúvida, para as grandes editoras nesse período (Ática/Scipione, FTD, Moderna, Saraiva, IBEP e Editora do Brasil) ampliar os recursos necessários à divulgação dos livros significou garantir grande lucratividade, chegando ao ponto de algumas editoras passarem a ser objeto de compra por parte de outras empresas.

3.4 A centralização de capital editorial e o aumento da concentração das vendas ao PNLD

Em 1996, quando se publicou a avaliação realizada em 1995, com a devida divulgação dos critérios de análise dos aspectos editoriais e pedagógicos dos livros, as editoras ainda criticavam a avaliação, alegando haver um caráter subjetivo no processo de análise das obras. Elas chegaram inclusive a solicitar ao MEC que suas entidades representativas pudessem participar do processo.

Como a execução do PNLD após 1996 ficou vinculada economicamente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e pedagogicamente ao MEC, o processo de avaliação dos livros didáticos tornou-se regular. Aparentemente as editoras nos anos seguintes passaram a se dedicar mais à adaptação das coleções às exigências do processo do que à contestação dos meios de comunicação e canais judiciais. O fato de a Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos Abrale divulgar seu apoio às ações adotadas pelo programa que estendeu “a distribuição gratuita de livros didáticos, beneficiando agora também os estudantes da 5^a à 8^a séries das escolas da rede

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/pnld/5142-abrelivros-vai-punir-editoras-que-fizerem-propaganda-enganosa-de-livros-didaticos>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

pública⁷⁵”, demonstra que em um dado momento as editoras trataram de se adaptar à avaliação dos LDs.

Parte dessa adaptação às mudanças provocadas pelas avaliações se deu em razão do MEC ser o maior comprador de livros e também as ações realizadas pelas editoras na divulgação das coleções despenderam muitos recursos, o que certamente foi mais fácil para aquelas que detinham maior capital. No final da década de 1990 e nos primeiros anos de 2000, as aquisições de editoras menores por grandes empresas (algumas de capital estrangeiro) se intensificaram.

Mas quais as principais mudanças no setor editorial no contexto político e econômico da década de 1990? A centralização do capital nas mãos de algumas empresas passa a configurar um importante aspecto na análise de todo o processo que envolve os livros didáticos adquiridos pelo PNLD nesse período.

O que passava a ser mais corrente na América Latina nos anos de 1990 já contava com décadas de resultados e discussões sobre suas consequências para os países da Europa e da América do Norte. Perry Anderson (1995) esclarece que a primeira fase do neoliberalismo para o desenvolvimento da economia iniciou após a Segunda Guerra Mundial, num contexto onde o Estado era o maior financiador da recuperação dos países capitalistas. Mas tanto o ritmo como o nível de adoção de políticas neoliberais foram diferenciados entre os países, a França, por exemplo, resistiu por muito tempo em implantar medidas de estabilização da moeda, em 1982-83.

Ações como contração da emissão monetária, elevação das taxas de juros, rebaixamento dos impostos sobre rendimentos altos, diminuição do controle sobre os fluxos financeiros, criação de níveis de desemprego massivos, imposição de uma nova legislação antissindical e cortes significativos dos gastos sociais deram o tom da nova ordem do capitalismo mundial (ANDERSON, 1995).

Ainda conforme Anderson, a América Latina representou a terceira experiência de neoliberalismo no mundo, sendo que o Chile foi o primeiro país a implantar fortes medidas de desregulação, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos e desemprego massivo, antes mesmo do que se viu na Inglaterra. Os países latinos que de fato inauguram uma terceira fase do neoliberalismo, segundo o autor foram: Bolívia, Argentina, México e Venezuela e mais tarde, Peru, Argentina e Brasil também figurariam entre os países que adotaram ações e determinações do neoliberalismo.

⁷⁵ Folha de S. Paulo (23/5/95).

Com exceção da Venezuela, os governos ditatoriais facilitaram a execução de políticas de austeridade.

Quanto ao Brasil, ao analisar a complexidade de governos militares de caráter nacionalista, constata-se que, apesar da política de alinhamento aos EUA no que diz respeito ao combate às “influências do comunismo”, houve uma importante promoção de ações estatais na infraestrutura básica, além de investimentos em diversos setores da economia, sobretudo no setor industrial. Essas ações foram cruciais para o grande crescimento econômico verificado na década de 1970 no país, enquanto inúmeros países sentiam o efeito da crise cíclica mundial (RANGEL, 1985), que teve como estopim a crise do petróleo em 1973.

Voltando a atenção para a área da educacional verifica-se que os centros gestores dessa área em nível federal estavam alinhados a preceitos muito difundidos nas políticas neoliberais difundidas pelos EUA. Os estudos de Romanelli (1995), Arapiraca (1979), Santos (2005), para citar alguns, apresentam dados contundentes sobre essa questão. Há elementos que permitem inferir que, no Brasil, a entrada do neoliberalismo se deu pela superestrutura e anos mais tarde foi atingindo a infraestrutura econômica, a partir do governo Sarney e mais decisivamente nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

O contexto político-econômico que mais se coadunou em termos econômicos e sociais com o ideário neoliberal, foi instaurado com maior abrangência no Brasil na década de 1990, tendo como marco oficial a realização do Consenso de Washington, em 1989. Esse encontro avaliou as reformas a serem executadas na América Latina e abriu caminho para implantação de medidas orientadas aos países subdesenvolvidos para que estes modernizassem suas economias e saíssem da crise (BATISTA, 1994). Com a saída via *impeachment* de Fernando Collor, e as medidas de contenção da inflação implantadas por Itamar, no governo de Fernando Henrique Cardoso é que as ações para a abertura econômica serão fortemente sentidas pela sociedade.

As novas práticas na condução da política econômica convergiam para a diminuição da presença do Estado nos setores básicos de promoção social e resultaram em ajuste fiscal, valorização da moeda e um pacote de privatizações desastrosas de setores estratégicos, que inclusive não ficaram circunscritas à infraestrutura.

Os princípios políticos e econômicos do neoliberalismo foram em grande parte encobertos pela ampla divulgação da chamada globalização, a qual foi estampada por muitos estudiosos (com apoio de boa parte da mídia brasileira) como único meio viável para a integração

dos países pobres ao mercado internacional, via comércio. Santos (2011) também alertou sobre as formas da globalização como fábula e como perversidade ressaltando seu poder de exploração dos países subdesenvolvidos. E contrariando os economistas que apregoavam a diminuição das intervenções do Estado na economia, Wood reiterou exatamente o contrário quando explicitou que é exatamente o “Estado-nação que deve executar o delicado ato de equilíbrio entre abrir as fronteiras ao capital global e impedir um tipo e grau de integração que poderia ir muito longe na equiparação das condições entre os trabalhadores em todo mundo”. (WOOD, 2014, p. 104).

Sobre os impactos da “abertura econômica” em diferentes setores da economia brasileira, Corrêa demonstra que nesse processo vários grupos nacionais e estrangeiros, principalmente, foram adquirindo diversas empresas de capital nacional, privadas e estatais (estas por meio das privatizações), acarretando forte desnacionalização da economia. A entrada de empresas estrangeiras nos setores estratégicos (com diferentes percentuais de participação) ocorreu principalmente “nas telecomunicações com 60,8%, energia elétrica com 57,3% e no setor financeiro com 59% [...] no setor de alimentos 71,2%, farmacêutico, higiene e limpeza com 98,2% e no setor de maquinaria com 80,7%”. (CORRÊA, 2004, p. 16).

Com base nos estudos de Kume e Pereira, Squeff destaca as alterações realizadas sobre as tarifas de importação e exportação:

No início dos anos 1990 o governo brasileiro adotou um programa unilateral de liberalização comercial, expresso pela forte redução nas tarifas de importação e pela eliminação de barreiras não tarifárias. As tarifas médias de importação totais caíram de 57,5%, em 1987, para 13,5%, em 1993, chegando a 10,7% em 2004, sendo que na indústria de transformação as tarifas médias passaram de 45,6%, em 1989, para 14,3%, em 1994, permanecendo neste patamar até 2003. (SQUEFF, 2015, p. 15).

Quanto à superestrutura da sociedade constata-se que também foram realizadas grandes modificações na organização da educação, em todos os seus níveis. Andrioli enumerou diversos impactos das práticas neoliberais que reformaram a educação, dos quais se destacam:

1-Menos recursos, por dois motivos principais: a) diminuição da arrecadação (através de isenções,

incentivos, sonegação...). b) não aplicação dos recursos e descumprimento de leis.

2-Prioridade ao Ensino Fundamental, como responsabilidade dos Estados e Municípios (a Educação Infantil é delegada aos municípios).

3-O rápido e o barato apresentados como critério de eficiência.

4-Formação menos abrangente e mais profissionalizante.

5-A maior marca da subordinação profissionalizante é a reforma do ensino médio e profissionalizante; [Separação entre educação regular e profissionalizante, com a tendência de priorizar este último: “mais mão-de-obra e menos consciência crítica”.

6-Privatização do ensino [superior].

7-Municipalização e “escolarização” do ensino, com o Estado repassando adiante sua responsabilidade (os custos são repassados às prefeituras e às próprias escolas).

8-Aceleração da aprovação para desocupar vagas, tendo o agravante da menor qualidade.

9-Aumento de matrículas, como jogo de marketing (são feitas apenas mais inscrições, pois não há estrutura efetiva para novas vagas).

10-Adoção pela sociedade civil dos “órfãos” do Estado (por exemplo, o programa “Amigos da Escola”). Se as pessoas não tiverem acesso à escola a culpa é colocada na sociedade que “não se organizou”, isentando, assim, o governo de sua responsabilidade com a educação [...]. (ANDRIOLI, 2002, s/p)⁷⁶.

Relembrando a recomendação do Banco Mundial que enfatizou o livro didático como recurso de ótimo custo-benefício, conclui-se que esse material se enquadrou como um instrumento barato e eficaz para a educação. Nesse sentido, a escola torna-se um alvo cada vez mais cobiçado pela indústria cultural, que, ao se deparar com um momento conturbado na economia, procura garantir suas vendas ao maior comprador de livros didáticos no Brasil – o PNLD.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>> Acesso em: 03 mar. 2013.

No plano econômico os impactos do neoliberalismo também atingiram a organização das editoras que tinham no setor de LDs seu maior nicho de mercado. Na esfera do capital empresarial, editoras de pequeno e médio porte passaram a ser adquiridas por editoras nacionais que detinham maior capital, e pouco depois os ganhos advindos com as vendas ao PNLD por essas editoras de médio e grande porte chamam a atenção de grandes grupos editoriais, alguns estrangeiros, que passam a agir intensamente no mercado brasileiro.

A concentração das vendas de livros didáticos entre um grupo muito reduzido de editoras, que se ampliou no final da década de 1990, foi se aprofundando quando alguns grupos editoriais passaram por fusão, abertura de capital ou foram adquiridos por grupos estrangeiros. Na América Latina, embora existisse uma grande quantidade de pequenas editoras, observou-se “uma tendência à concentração mediante fusões, aquisições e pela entrada de grandes empresas estrangeiras”. (KORTH, 2005, p. 39).

De fato, as movimentações descritas por Korth são verificadas, entretanto o termo utilizado pelo autor – concentração – não é empregado adequadamente. Na definição de Marx:

O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque já escapou das mãos de muitos noutra parte. Essa é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração [...] Os capitais grandes esmagam os pequenos. (MARX, 1971, p. 727).

A expropriação de um capitalista por outro define a centralização do capital. Ou seja, os processos se diferenciam: a **concentração** é fundamental ao capitalismo e ocorre pela acumulação dos recursos em uma empresa; a **centralização** é um processo posterior, quando os capitais vão sendo centralizados nas mãos de grandes grupos empresariais, o que favorece os processos de formação de oligopólios ou de monopólios.

Cabe registrar que Lenine (2008) fez análises fundamentais sobre a formações dos oligopólios/monopólios das empresas que tinham sede nos países imperialistas. Observa-se que as empresas que produzem mercadorias para a educação, constituem um meio eficaz de transmitir e consolidar hegemonicamente a nação/império que lhes deram origem.

Concentrar as vendas ao PNLD é uma forma de concentrar capital. Isso costuma ocorrer nos momentos de crescimento econômico ou setorialmente, nos momentos de grande demanda (é o caso do programa). Essa concentração desperta o interesse em centralizar o capital, isso ocorre principalmente nos momentos em que a economia passa por crise ou por grande embate concorrencial (o que também é o caso do programa), pois assim os grandes grupos empresariais podem oferecer preços menores na aquisição das empresas.

Houve casos de aquisição de editoras menores por editoras nacionais de maior capital, de aquisição de editoras com capital nacional por grupos editoriais estrangeiros e também casos de abertura de capital, com oferecimento de ações na bolsa de valores. Cita-se, como exemplo, a compra da editora Atual, em 1990, pela Saraiva que três anos depois abriu 15% do seu capital, dos quais 2,6% foram vendidos ao IFC (International Finance Corporation) instituição financeira ligada ao Banco Mundial. Parece que, por outras vias, o banco foi recuperando os investimentos que fizera ao país, para o desenvolvimento do PNLD.

Há a formação de um ciclo envolvendo as editoras – quanto maior a concentração de vendas maior o interesse em centralizar capital e quanto maior o poder do capital centralizado maior o poder de venda ao PNLD. Com a movimentação financeira do capital editorial, a concentração das vendas de LDs didáticos foi ganhando a atenção de alguns pesquisadores. Sobre esse aspecto os trabalhos de Soares e Cassiano apontam a formação de oligopólios no mercado editorial de livros didáticos⁷⁷.

[...] a constatação de que o oligopólio no mercado brasileiro dos livros didáticos passou das empresas familiares para o dos grandes grupos nos impõe a necessidade de um novo olhar para entendê-lo, à medida que novas questões são postas. Em especial porque tais grupos trazem

⁷⁷ Os autores referem-se ao termo oligopólio pelo fato de haver poucas editoras que detêm maior percentual das vendas feitas ao PNLD. Analisando a relação comercial entre editoras e governo federal, pode-se dizer que a compra efetuada por este é oligopsônica, já que se trata de apenas um comprador e alguns vendedores. Temos no cenário das editoras de livros didáticos o uso do termo oligopolizado – expressando o mercado controlado por poucas e grandes empresas – e, referindo-se à venda dos livros, do termo monopsonio – expressando o tipo de aquisição realizada por apenas um comprador (no caso aqui tratado, o PNLD).

para o segmento uma cultura diferente, já que têm origens muito variadas, assim como também possuem alto poder de investimento, o que implica o desenvolvimento de novas estratégias de marketing, por causa da competitividade cada vez mais acirrada. (CASSIANO, 2007, p. 3).

Ainda de acordo com Soares é possível constatar que

o governo, no período de 1998 a 2006, realizou compras junto a 110 editoras, atingindo a cifra de R\$ 4,5 bilhões, a preços de 2006, e que a oferta é oligopolizada: somente seis grupos editoriais (Abril, Santillana, FTD, Saraiva, IBEP e Ediouro, e mais a Editora Brasil) forneceram R\$ 3.893,3 bilhões do total, o que corresponde a 87% das compras. (SOARES, 2007, p. 05).

As observações presentes nas citações supracitadas ganham reforço quantitativo quando são observados os números referentes às vendas de LDs ao PNLD, conforme os dados na tabela 05, na página seguinte:

Tabela 5 – Número e valores dos exemplares adquiridos para o ensino fundamental no PNLD 2008

Editora	Tiragem	R\$/Exemplar	Valor Total
FTD	25.372.810	4,33	109.983.348,26
Moderna	24.214.254	3,60	87.052.693,27
Ática	11.250.860	5,28	59.373.093,82
Saraiva	8.618.766	4,55	39.176.748,03
Positivo	7.932.491	4,75	37.717.714,47
Scipione	5.543.623	5,26	29.157.103,18
Escala	4.645.823	4,41	20.483.696,03
Ed. do Brasil	4.448.440	4,43	19.720.079,85
IBEP	3.477.494	4,87	16.930.540,86
Quinteto	3.315.503	4,26	14.119.030,04
Base	1.439.713	5,41	7.789.917,68
Nova Geração	799.982	8,28	6.619.924,96
Sarandi	863.580	5,57	4.809.217,89
Dimensão	593.854	6,23	3.700.072,24
Educarte	4.772	15,33	73.152,24
Total	102.521.965	4,45	456.706.333,38

Fonte: Dados disponibilizados na página eletrônica do PNLD.⁷⁸

Elaboração: Gisèle Neves Maciel.

⁷⁸ A tiragem dos livros distribuídos refere-se aos nove anos do ensino fundamental para o ano de 2011. Caso o leitor multiplique o número da tiragem pelo valor pago a cada exemplar, verificará que o total gasto pelo governo, para cada editora, resultará em um valor diferente do que está apresentado na tabela. Por exemplo: consta que a tiragem total da editora FTD nas vendas ao programa foi de 24.243.110 e que cada exemplar custou R\$ 4,49; logo, o resultado do chamado “valor investido” deveria ser de R\$ 108.851.563,9, e não o de R\$ 109.044.803,12, conforme o dado apresentado pelo MEC. Pelas informações pesquisadas no site Ministério da Educação, em que estão apresentados esses dados, deduziu-se que o valor final apresentado na tabela foi acrescido em razão de algum custo não especificado pelo MEC ou tratou-se de fato de um erro de cálculo. Em consulta ao ministério, teve-se como resposta que “os números apresentavam uma estimativa dos gastos, por isso poderiam demonstrar alguma variação no total final”.

No ano seguinte, as editoras de LDs com receita superior a R\$ 50 milhões – foram apenas 16 em todo o setor editorial – geraram 89% do faturamento e comercializaram 94% do número de exemplares de livros didáticos (MELLO, 2012). Esses dados reforçam a situação de formação de oligopólio no setor. As editoras Ática e Scipione (Grupo Abril), Moderna (Grupo Santillana), Saraiva e a FTD, foram novamente as empresas que mais venderam ao MEC. As editoras Positivo, Editora do Brasil e a IBEP seriam um segundo grupo destacado quanto às vendas ao Governo.

O estudo realizado por Mello (2012) ainda registra os valores (brutos) faturados pelas maiores editoras em 2010: Grupo Abril – 445 milhões de reais; Moderna – 357 milhões de reais; FTD – 347 milhões de reais; Saraiva – 281 milhões de reais; Editora do Brasil – 66 milhões de reais; e IBEP – 53 milhões de reais.

Muitos editores e autores de livros didáticos contrapõem esse tipo de argumentação, alegando que o preço cobrado pelos LDs no PNLD é muito reduzido, ficando em torno de R\$ 6,00 em média, desde 1999. O preço unitário de cada livro adquirido via programa é realmente muito menor quando comparado ao preço do livro comercializado nas livrarias, em que cada unidade é vendida por cerca de R\$ 90,00 ao consumidor e, segundo alguns editores, tem o custo médio de R\$ 45,00.

Porém, por se tratar de uma compra realizada em grande escala, já que o programa atende a todos os alunos de escolas públicas, cobrindo quase todas as disciplinas do currículo, é viável economicamente às editoras reduzir o preço dos livros. Assim, volta-se à questão da concentração das vendas, já que aquelas empresas que detêm maior capital têm maior capacidade de reduzir custos e de oferecer valores mais baixos no momento do pregão. O fato de 55% do faturamento do setor de LDs advir do PNLD demonstra que o custo unitário do livro não é o principal dado considerado na equação. Nas tabelas 06 e 07 evidencia-se a continuidade do mesmo grupo de editoras entre as empresas que realizaram as maiores vendas ao PNLD em 2011 e 2014.

Tabela 6 – Valores dos exemplares adquiridos para o ensino fundamental no PNLD 2011 entre editoras que detêm coleções de Geografia

Editora	Tiragem total	Títulos adquiridos	R\$/exemplar	Valor total
FTD	24.243.110	288	4,49	109.044.803,12
Moderna (Santillana)	20.822.542	206	4,99	93.525.141,41
Ática (Abril)	19.444.658	302	4,73	92.953.384,39
Saraiva	12.113.783	200	4,74	57.463.075,95
Scipione (Abril)	7.717.019	218	4,70	36.317.224,43
Positivo	7.708.191	150	5,03	39.117.357,14
Escala Educacional (Anaya)	4.114.126	110	6,15	25.319.407,57
Editora do Brasil	2.235.523	75	7,29	16.309.784,86
IBEP	1.674.820	36	5,96	9.980.596,88
Edições SM (SM)	1.468.667	22	6,12	8.999.901,84

Fonte: Dados disponibilizados na página eletrônica do PNLD.

Elaboração: Gisèle Neves Maciel.

Tabela 7 - Valores dos exemplares adquiridos para o ensino fundamental e médio entre as editoras que detêm coleções de Geografia em 2014

Editora	Tiragem total	Títulos adquiridos	R\$/exemplar	Valor total
Moderna	27.129.732	287	7,12	211.607.432,76
FTD	26.495.053	366	6,61	188.839.312,07
Ática (Abril Educação)	23.545.213	247	7,30	179.825.557,34
Saraiva	21.896.498	394	7,17	173.287.433,24
SM	7.502.343	160	7,11	60.466.803,47
Scipione (Abril Educação)	6.501.509	215	7,59	55.283.609,63
Editora do Brasil	5.789.144	93	9,09	52.885.120,25
IBEP	3.313.184	142	11,29	37.658.640,30
Leya (Texto)*	1.985.556	106	13,73	30.808.178,82
Positivo	2.209.572	124	12,62	28.017.245,75
Escala Educacional (Anaya)	1.303.679	122	16,67	22.571.496,78
AJS	378.063	28	21,38	8.125.359,38
Terra Sul	59.118	14	18,91	2.557.601,01

Fonte: Dados disponibilizados na página eletrônica do PNLD.

Elaboração: Gisèle Neves Maciel.

* Os números referentes à editora Leya estão apresentados na tabela oficial como editora Texto⁷⁹.

Note-se que os grupos que fizeram mais vendas ao PNLD, totalizando os resultados das editoras a eles pertencentes, foram Abril Educação (Ática e Scipione), Santillana (Moderna), FTD e o grupo espanhol SM. Segundo dados estimados pela ABRELIVROS, o governo investiu mais de R\$ 1 bilhão na compra de mais de 137 milhões de exemplares, ficando o valor médio pago em cada exemplar em torno de R\$ 7,63. O grande desempenho na aprovação de coleções no PNLD coloca as maiores editoras brasileiras do setor no ranking das maiores empresas do ramo em escala mundial. No The 2011 Ranking of World Publishing, da Livres Hebdo, relativamente o mercado de educação estão presentes a Abril Educação (46º lugar com faturamento de 231,8 milhões de euros), a Saraiva (52º, com faturamento de € 188 milhões) e a FTD (56º, com faturamento de € 161 milhões), conforme dados referentes ao ano de 2011.

Para conhecer um pouco sobre essas editoras serão apresentadas algumas informações sobre aquelas que tiveram coleções de Geografia aprovadas pelo programa para as séries finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano):

a) Grupo Abril: editoras Ática e Scipione.

O grupo editorial da família Civita foi criado em 1950 e inicialmente não publicava o nome de seu proprietário – Victor Civita – por causa de sua nacionalidade estrangeira (estadunidense, filho de italianos). Nessa época a legislação brasileira não permitia a propriedade de empresas de comunicação a estrangeiros. Anos depois, Civita conseguiu a nacionalidade brasileira e transferiu a empresa para seu nome em 1963, oficializando legalmente a propriedade e podendo assinar as publicações como editor chefe.

Na década de 1990, quando o PNLD se consolidou como programa responsável pela aquisição e distribuição de livros didáticos, a Abril, em associação (*joint venture*)⁸⁰ com o grupo Vivendi (francês), comprou as editoras Ática e Scipione (que já pertencia à Ática), e em 2004 o controle integral dessas editoras passou para o grupo Abril,

⁷⁹ Tabela completa disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos> >.

⁸⁰ *Joint venture*: aliança comercial estratégica entre empresas ou grupos.

embora sejam empresas administradas independentemente, atuando como concorrentes.

Quando veículos de comunicação repercutiram a polêmica acerca dos livros didáticos que haviam sido excluídos da lista de obras compradas do MEC em 1993, a ABRELIVROS se posicionou em tom crítico quanto à realização da avaliação. Anos mais tarde, quando as editoras desenvolveram estratégias para assegurar a aprovação de suas coleções no programa, a revista *Veja*⁸¹, por exemplo, pertencente ao grupo Abril (detentor das editoras Ática e Scipione), veiculou algumas matérias elogiosas a respeito do programa.

Em 2006, a Abril vende 30% do seu capital para o Grupo Naspers, de origem Sul-Africana. Essa operação só foi possível em razão da emenda constitucional nº 36 de 2002, que permitiu às empresas jornalísticas e de rádio-difusão a venda de parte de seu capital a empresas estrangeiras – delegando o controle sobre o percentual adquirido – desde que a cota não ultrapassasse 30% do capital total da empresa (PEREZ, 2008).

Essa transação ocorreu um ano depois da publicação da Portaria nº 2.963, de 29/08/2005 do MEC, que “dispõe sobre as normas de conduta para o processo de execução dos Programas do Livro”. A nova normatização veio a proibir práticas abusivas na divulgação das coleções de LDs nas escolas e, ao que tudo indica, causou impacto às editoras Ática e Scipione, que registraram uma queda de 30% nas vendas ao PNLD. Em declaração ao jornal *Valor Econômico*, o então diretor-geral da Abril-Educação, João Arinos dos Santos, afirmou “pode ter havido excessos na divulgação, mas acreditamos que a forma de coibir isso não é proibir a divulgação”⁸².

A compra de parte do capital da Abril S.A. retirou a empresa da situação de endividamento iniciada em 1999 e, segundo a direção, possibilitou novos investimentos. Roberto Civita (Chefe Executivo

⁸¹ “A revista semanal de informações *Veja* é a mais conhecida publicação do gênero da América Latina. Sua tiragem é de 1.198.484 exemplares, sendo 924.329 na forma de assinaturas. As leitoras (57%) de *Veja* superam o número de leitores homens (43%). São sobretudo da classe B (53%), sendo 20% A, 24% C e apenas 3% da classe D. Assim, seu público leitor se concentra nas classes A e B. A faixa etária é variável, sendo 27% com mais de 50 anos, 21% de 25 a 34 e 20% de 35-44. São em sua maioria pessoas com formação acadêmica ou que estão fazendo cursos superiores” (SILVA, 2013, s/p).

⁸² Disponível em: <<https://frontierfloating.wordpress.com/tag/politicas-economias-conhecimentos/>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

Oficial) afirmou que o Naspers não influenciaria na gestão do negócio. O Naspers tornou-se o maior grupo de mídia no país, passando a atuar também em outras nações. Atualmente, possui negócios na África Subsaariana, no Brasil, na Rússia, na China, na Índia, na Polônia, na Tailândia, tendo ainda negócios menores nos Estados Unidos, na Austrália e no Japão.

O grupo Naspers, que adquiriu parte do capital da Abril, foi fundado em 1915, na Cidade do Cabo, para editar o jornal *De Burger*. Possuía ligação com o Partido Nacional representante do movimento nacionalista africâner (de descendentes de holandeses e de outros países europeus que habitavam a África do Sul), que defendia “um programa pautado no rompimento dos laços ainda existentes com o império britânico, na valorização da cultura africâner, na segregação racial e na supremacia branca”. (PEREZ, 2008, p. 27). Em relatório da UNESCO, o grupo Naspers atualmente uma corporação, foi acusado de ligação com o regime do *apartheid* por meio do Partido Nacional⁸³. Não se encontrou nenhuma matéria na revista Veja questionando os méritos do grupo que passava a ser sócio da editora à qual a revista é vinculada.

Os negócios da Abril Educação tiveram grande ampliação no mercado nos últimos anos, segundo a apresentação do grupo no site da empresa

A Abril Educação S.A. empresa de capital aberto com ações negociadas na BM & FBovespa (ABRE3), é a maior no segmento de educação básica do mercado brasileiro. Além das editoras Ática e Scipione, figuram em seu portfólio os sistemas de ensino SER, Anglo, pH, Maxi, Motivo, GEO, Farias Brito, o Sistema de Ensino Técnico, o Anglo Vestibulares, a rede de escolas pH, o Colégio Motivo e o Centro Educacional Sigma, o modelo de ensino O Líder em Mim, as redes de escolas de inglês Red Balloon e a Wise Up, a rede de ensino móvel Edumobi, a AlfaCon Preparatórios para Concursos e a MSTech.

⁸³ UNESCO, *Apartheid: its effects on education, science, culture and information*. Paris, UNESCO, 1967, pp. 194-195, traduzido pela autora. No original, em inglês: “The main Afrikaans-language dailies are linked to the National Party, and prominent members in the present government sit on their boards [...] it is appropriate to note that die burger sometimes takes a moderate or reserved position vis-à-vis government measures”.

Atualmente, a Abril Educação atende, com algum produto ou serviço, mais de 130 mil escolas e a cerca de 30 milhões de alunos em todos os estados da federação. (ABRIL EDUCAÇÃO, 2014)⁸⁴.

Em fevereiro de 2015, espantosamente, a Abril anunciou a venda da totalidade das ações da Abril Educação, administrada pela Abrilpar, para a Tunnus Participações, gerida pelos fundos de investimento da Tarpon. Após a divulgação da venda, o grupo Abril afirmou que pretende se dedicar exclusivamente aos negócios de mídia e distribuição. Essa declaração contraria aquela dada por Giancarlo Civita em 2014 quando a Tarpon adquiriu um primeiro conjunto de ações (cerca de 20% do capital total). Essas foram as palavras de Giancarlo Civita publicadas em 04/06/2014 na página eletrônica do grupo

A entrada dos Fundos Tarpon na Abril Educação permitirá à empresa acelerar seu crescimento e contribuir ainda mais para o desenvolvimento de soluções de excelência e qualidade para a Educação em nosso país. São parceiros que abraçam os mesmos valores, crenças e princípios da Abril Educação. (ABRIL EDUCAÇÃO, 2014)⁸⁵.

O que teria acontecido para mudar os planos da empresa em apenas oito meses? Ao vender o setor do grupo responsável pelos investimentos em educação, que iam das editoras Ática e Moderna (as que mais vendem ao PNLD) os sistemas de ensino Ser e Anglo, a Abril se desfez do maior faturamento em negócios educacionais do país. A totalidade das ações compradas pela Tarpon chegou a 1,31 bilhão de reais. Todas as marcas pertencentes anteriormente à Abril passaram a fazer parte do grupo *Somos*. A condução administrativa das editoras Ática, Scipione e Saraiva, sob a administração do Tarpon ainda é uma incógnita.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.abrileducacao.com.br/a_abril_educacao.html>. Acesso em: 18 jun. 2015.

⁸⁵ Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/imprensa/releases/abrilpar-e-tarpon-investimentos-anunciam-participacao-de-fundos-tarpon-na-abril-educacao>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

b) Grupo Santilhana (pertencente ao Grupo Prisa): Editora Moderna, Salamandra, Objetiva, Richonel Publishing, Sistema Uno de Ensino e Avalia (empresa de avaliação educacional).

O grupo editorial Santilhana, de origem espanhola, pertence ao Grupo Prisa (grupo de mídia espanhol) e entrou no mercado editorial no Brasil por meio da compra da editora Moderna, em 2001. Posteriormente comprou outras editoras que também possuem coleções aprovadas no PNLD: Salamandra, Objetiva (em 2005), Richonel Publishing, além dos Sistemas de Ensino Uno (o maior da Espanha) e a empresa de avaliação educacional - Avalia.

O Prisa⁸⁶ detém grande presença no México, na Argentina e em outros países da América Latina. Além da Santillana, o grupo também possui operações em empresas de rádio, meios de comunicação impressos e televisão no Chile, na Colômbia, no México e na Bolívia (FACCHINI, 2003). Em meados dos anos 2000, o braço editorial do grupo, o Santillana, beneficiou-se muito com a adoção da língua espanhola no ensino médio, aumentando consideravelmente as vendas de dicionários desse idioma. Além de deter o selo de importantes editoras, o Santillana foi patrocinador de vários eventos sobre educação, oferecendo numerosos cursos de formação continuada aos professores. Em 2004, a editora Moderna triplicou o número de exemplares vendidos ao PNLD.

Depois dos anos de forte expansão do capital pelo mundo, principalmente na América Latina, parece que a crise econômica enfrentada pela Europa, em especial por Grécia, Espanha e Portugal, também atingiu o Prisa. Em 2013, o grupo teve prejuízo de quase 650 milhões de euros e no ano seguinte divulgou a venda da editora Objetiva para o maior grupo editorial na atualidade – o Penguin Random House (PRH).

⁸⁶ “Fora da Espanha, o Grupo Prisa tem jornais e participação em rádios e revistas na Bolívia. Também controla 87% do Grupo Latino de Rádio, com 300 emissoras no Panamá, no Chile, na Colômbia e na Costa Rica. No México, possui 50% da Radiópolis, o braço de rádio mais importante da Televisa. Nos EUA possui uma estação de rádio em Miami, tem uma empresa de cinema e televisão em língua espanhola, em associação com a Televisa e Univisión, além de ser expressiva na publicação de livros”. (CASSIANO, 2007, p. 180).

Mas antes dessa aquisição outras importantes negociações foram realizadas pelo PRH. Em 2011, a Companhia das Letras vendeu 45% de suas ações para a Penguin que no ano seguinte fundiu-se com a Random House. Em 2014, o então grupo (britânico-espanhol) negociou com o Prisa (espanhol), detentor do Santillana, que administrava a editora Objetiva, a venda dessa empresa.

Já em 2015 o Penguin Random House, detentor de 45% das ações da Companhia das Letras, vendeu 55% das ações da editora Objetiva para a própria Companhia das Letras. Acrescente-se a isso o fato de 47% das ações da PRH serem de propriedade do Grupo Person, que em 2015 adquiriu no Brasil os sistemas de ensino COC, Pueri Domus, Dom Bosco e NAME, além de marcas do Grupo Multi, como Wizard, Yázigi e Skill. Esse aparente jogo de compra e venda das ações de diferentes grupos econômicos demonstra o nível de financeirização da economia mundial na atualidade, conjuntura que Chesnais (2004) denominou de finança mundializada.

Essas negociações entre editoras caracterizadas pela entrada dos maiores grupos editoriais do mundo no mercado nacional carecem de maiores estudos, especialmente daqueles que tenham foco no conjunto das publicações de livros didáticos tendo em vista os importantes impactos na qualidade e diversidade das publicações literárias em geral. A tendência de fusões e aquisições de editoras é criticada inclusive por quem faz parte do setor, como ocorreu no Simpósio Internacional Livros e Universidades da Edusp, realizado na Unicamp em novembro de 2012. Nesse simpósio o editor francês André Schiffrin, considerado uma referência na edição independente⁸⁷, citou o processo de fusão da Penguin com a Random House afirmando que

a maioria dos grupos que possuem editoras têm outros interesses, maiores e mais lucrativos, como é o caso da Bertelsmann, News Corp, Pearson etc. O objetivo das fusões [é] não perder tanto dinheiro com livros. O resultado são menos pessoas, e menos livros [...] a Random House tem orgulho do fato de estar em cima de um cemitério de umas duzentas editoras pequenas, que hoje não

⁸⁷ André Schiffrin publicou as primeiras obras de Art Spiegelman e Michel Foucault, entre outros, e se tornou referência como editor independente constituindo uma editora própria, a New Press.

passam de selos colocados nos livros na saída da linha de impressão (STEAVENS, 2012, s/p)⁸⁸.

É muito interessante observar como a expansão das empresas ligadas à educação e aos midiáticos coincide com a ascensão dos capitais de suas respectivas nações. Na década de 2000, no auge do crescimento econômico espanhol, conglomerados empresariais como o Santillana realizaram diversos negócios no setor educacional, no Brasil e em outros países; já nos últimos anos, enquanto a Alemanha conduz as políticas de socorro aos países em crise na Europa pela sua situação econômica favorável o Penguin Random House expande seus investimentos no setor de educação nos países emergentes.

Outro dado que reforça a importância do setor educacional para o mercado editorial internacional é o fato do grupo editorial britânico Pearson ter vendido parte das ações dos jornais *Financial Times* e *The Economist* e declarado que passará a investir fortemente nos ramos de negócio ligados à educação⁸⁹.

Mais recentemente, conforme a interpretação de Neves (2000), tem havido um processo intenso de formulação de uma pedagogia da hegemonia, em que a criação do consenso se faz por meio da imprensa e da educação escolar, profissional e universitária. Esse processo é liderado por agências multilaterais (Banco Mundial, Unesco, BIRD, ONGs), sujeitos ligados a órgãos públicos com poder decisório, empresas e partidos políticos. Observando-se a forte movimentação econômica dos grupos editoriais internacionais adentrando no setor de livros didáticos e nos sistemas de ensino, é necessário refletir sobre a abertura que se dá a ideologias e agendas próprias dos países desenvolvidos do centro do sistema capitalista a educação brasileira, sobretudo na rede pública. Está-se permitindo que organismos estrangeiros orientem a educação para e pelo consenso.

Até o momento, não foi divulgada nenhuma negociação envolvendo as grandes empresas internacionais com outras editoras que publicam livros didáticos. Mas, considerando a grande movimentação provocada pelo PNLD, é de se esperar que futuramente esse grupo passe a investir no setor de didáticos. Esse foi o caso, por exemplo, da editora

⁸⁸ Disponível em: < <http://www.livrosepessoas.com/tag/andre-schiffrein/>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

⁸⁹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/negocios/grupo-pearson-aposta-em-educacao-no-brasil-em-outros-paises-emergentes-17275440>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

Leya, que pouco tempo depois de adentrar no mercado brasileiro já havia aprovado uma coleção no PNLD para as séries iniciais e em 2014 teve duas coleções de Geografia aprovadas pelo programa.

O mercado de publicações didáticas movimenta uma cifra tão grande que em um comunicado do Grupo Santillana destacou-se a decisão de manter o foco no segmento educacional. Segundo o grupo, em 2013, o segmento educação representou 87% do faturamento, sendo que uma parcela importante foi proveniente da editora Moderna (filial do Santillana no Brasil). A editora Moderna é uma das empresas que mais vendem ao PNLD, sendo a segunda editora com o maior número de coleções de Geografia aprovadas (treze) para os anos finais do ensino fundamental⁹⁰.

c) Saraiva S.A: Editora Saraiva, Atual, Formato, Benvirá, ARX, Caramelo, sistemas de ensino Ágora e Ético.

A Saraiva foi fundada em 1913, sendo muito reconhecida nas décadas seguintes pela publicação de obras jurídicas. Em 1940, passou a dedicar-se também na publicação de livros didáticos e na década de 1970 já se destacava entre as editoras que mais vendiam livros didáticos ao governo federal. A empresa estava organizada em Saraiva Educação Ltda e Saraiva Livrarias. É uma das editoras que mais vendem livros ao PNLD, e sua rede de livrarias é a que possui maior faturamento no Brasil⁹¹.

O grupo adquiriu várias editoras: a Atual, em 1998, e a Formato, em 2003, ambas com várias coleções aprovadas no PNLD; o catálogo da Renascer; a Benvirá e a ARX com obras de literatura; a Caramelo com obras para o público infanto-juvenil, além da Ágora e

⁹⁰ Importantes pesquisas deveriam ser realizadas com o objetivo de analisar nos LDs o tipo de abordagem quanto a conceitos-chave das disciplinas das áreas sociais, especialmente. Como será que os livros didáticos publicados em países diferentes por um mesmo grupo editorial tratam de questões como a globalização, por exemplo. Silva (2006) apresenta suas análises acerca das concepções de História presentes nos LDs publicados no Brasil, na Argentina e no México. O nexo comum entre os livros utilizados nesses diferentes países estava no fato de se tratar do mesmo grupo editorial – o Santillana. Em um dos exemplos destacados pela autora cita-se a associação comum, encontrada em três livros, entre Revolução Industrial e ferrovias. Não foi possível perceber no estudo de Silva se o processo que deu origem à RI foi devidamente problematizado nos livros didáticos que ela consultou.

⁹¹ Disponível em: < <http://www.editorasaraiva.com.br/quemSomos.aspx>>. Acesso em: 6 dez. 2011.

Ético, que compreendem sistemas de ensino. No final da década de 1990 vendeu 15% de seu capital, sendo 2,6% para o Internacional Financial Corporation (IFC) – órgão ligado ao Banco Mundial. Lembremos que o Banco Mundial financiou importantes ações do PNLD, nos primeiros anos de funcionamento do programa, como foi exposto no capítulo 1.

Em 2014, a Saraiva S/A deteve receita de dois bilhões de reais. A porcentagem de cada setor de negócio do grupo para o faturamento referente ao mesmo ano foi a seguinte: 49% com livros didáticos, 37% com livros técnicos, 10% com os sistemas de ensino e apenas 4% com obras de ficção/não ficção. Alguns analistas de mercado afirmam que a entrada da Amazon no mercado brasileiro não traria grande concorrência às editoras nacionais que têm na venda de LDs ao PNLD seu grande foco.

Por uma organização mais didática dos dados apresentados, e em razão da data do acontecimento envolvendo a Saraiva e a Abril, esses dois grupos foram apresentados em itens separados, no entanto, no dia 18 de junho de 2015, foi realizado o anúncio da venda da Saraiva Educação para a Abril Educação. Além disso, lembrando o *item a)* há pouco apresentado, a Abril Educação foi adquirida pela Tunnus Participações, gerenciada pelo Grupo Tarpon. Mais uma vez, assiste-se à centralização do capital editorial de livros didáticos. Os desdobramentos desse negócio só poderão ser melhor vislumbrados com o decorrer do tempo. Mas pode-se presumir que a concentração das coleções será ainda maior.

d) Congregação Marista: FTD e editora Quinteto.

A sigla FTD representa as iniciais de um Superior Geral da Ordem dos Irmãos Maristas da Igreja Católica, chamado Frère Théophane Durand. A homenagem se deu pelos relevantes serviços prestados à ordem e organização da editora pelo então superior no século XIX. A FTD foi fundada no Brasil em 1902, juntamente com o Colégio Marista, e teve crescimento significativo no mercado de livros didáticos após a década de 1950. Até a década de 1960, as publicações da congregação eram denominadas Coleções FTD. Quando a congregação constituiu o seu parque gráfico, passou a denominar-se Editora FTD.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a editora foi ganhando espaço entre as obras vendidas aos programas de aquisição de LDs do MEC. Em 1997, comprou a Quinteto Editorial (situada em São Paulo), que, embora fosse considerada uma empresa pequena, já possuía coleções aprovadas no PNLD. Não foram encontrados dados e

informações sobre essa transação nem nos sites das editoras nem em qualquer outro documento. Atualmente a empresa está dividida em editora, gráfica, além de possuir um sistema de ensino, o SIM, bastante adotado por escolas confessionais⁹².

e) Grupo Anaya: (Larousse do Brasil) Escala Educacional

Vinculada ao Grupo Escala Publicações, a editora Escala Educacional foi fundada em 2004. Com vários títulos voltados à educação para o ensino fundamental e médio, além de revistas destinadas a professores, a editora tem várias coleções aprovadas em edições do PNLD. Em 2007, 51% das ações da editora foram vendidas ao grupo Anaya, que pertence ao grupo Hachette (franco-espanhol), sendo que 49% do controle acionário da editora Larousse do Brasil foi passado para a Escala Educacional⁹³.

f) Editora IBEP: Editora Cia Nacional e Conrad.

O Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas - IBEP, de capital integralmente nacional, foi fundado em 1965 por Jorge Antonio Miguel Yunes e Paulo Cornado Marte e em 1969 já produzia livros com duas e quatro cores – uma grande inovação na época. Em 1980, a empresa comprou a Companhia Editora Nacional, aumentando seu catálogo de livros.

Em 1994, a editora teve duas coleções aprovadas pela avaliação realizada pelo MEC⁹⁴. Melhorou seu desempenho nas avaliações dos livros didáticos do PNLD em 2004, aprovando 12 das 14 coleções inscritas no PNLD. Além da editora Nacional, que como selo editorial continua tendo coleções aprovadas no PNLD, também adquiriu a editora Conrad, especializada na publicação de mangás⁹⁵.

⁹² Disponível em: <<http://www.ftd.com.br/>>. Acesso em: 6 dez. 2011.

⁹³ Disponível em: <http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/index.php?option=com_content&view=article&id=2718:mercado-editorial:-hachette-livre-compra-editora-escalaeducacional&catid=9:noticias-das-editoras&Itemid=10abrelivros>. Acesso em: 6 dez. 2011.

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.IBEP.com.br>> Acesso 6 dez. de 2011.

⁹⁵ Mangás “são as histórias em quadrinhos japonesas. Com traços em preto e branco, seus heróis estão na maioria das vezes mais próximos das forças e fraquezas humanas e suas histórias são construídas como novelas, com início, meio e fim. Seu alcance é tão grande que não termina quando acabam as páginas (lidas de trás para a frente em função do formato oriental”. Disponível em: <<http://www.editorajbc.com.br/mangas/>>. Acesso em: 6 dez. 2011.

g) Grupo SM: Edições SM.

O grupo é vinculado à fundação espanhola SM, que possui um dos maiores sistemas de ensino privado da Espanha. A editora SM no Brasil publica diversas coleções didáticas, tendo coleções aprovadas no PNLD. Segundo informações contidas no site da fundação, a SM

em parceria com o Ministério da Educação, a Organização dos Estados Ibero-Americanos e outras instituições educacionais, promove iniciativas como o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos e o Prêmio Professores do Brasil. Destacam-se também o Prêmio Ibero-Americano SM de Literatura Infantil e Juvenil e o Prêmio Barco a Vapor. (FUNDAÇÃO SM)⁹⁶.

Assim como outras grandes editoras, o grupo SM por meio de sua fundação, envolve-se diretamente com a formação dos professores, constituindo um interessante (intrigante) canal de comunicação com os consumidores de seus produtos, visto que, em se tratando do PNLD, são os professores que escolherão as coleções a serem compradas pelo programa.

h) Leya

A editora Leya pertence a um dos grupos editoriais mais importantes de Portugal, tendo forte atuação em países de língua portuguesa. Iniciou seus negócios no Brasil tentando adquirir a editora Nova Fronteira (que pertence à Ediouro) sem, contudo, obter sucesso na proposta oferecida à empresa brasileira. Decidiu, então, entrar no mercado com selo próprio. Em 2012, já contava com duas coleções aprovadas no PNLD para os anos iniciais e, em 2014, também teria coleções aprovadas no PNLD dos anos finais do ensino fundamental, sendo duas coleções da disciplina de Geografia.

Por tratar-se de um negócio bastante recente, não foram encontrados estudos mais detalhados sobre as ações do grupo no Brasil. Sabe-se que um de seus maiores acionistas, Miguel Pais do Amaral, esteve à frente do Media Capital, conglomerado que abrangia “jornais, revistas e uma emissora de TV, e hoje mantém a Leya como ponta de

⁹⁶ Disponível em: <<http://www.edicoessm.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 6 dez. 2011.

seus investimentos – que incluem ainda negócios nos mercados imobiliário e financeiro, em tecnologias de informação e em recursos naturais”⁹⁷.

i) Grupo Positivo: Editora Positivo.

O grupo surgiu a partir da reunião de oito professores em 1972 na cidade de Curitiba, os quais organizaram um curso preparatório para o vestibular. Pouco tempo depois inaugurou o Colégio Positivo e nos anos 1990 constituiu-se um centro universitário. Em 1979, escolas de outros estados se interessaram pelos materiais do Colégio e assim foi organizado o Sistema Positivo de Ensino, um dos maiores do país nas décadas de 1980 e 1990. Ao investir no setor de informática, lançaram o PC-Positivo em 2005 como ferramenta de educação, chegando à marca de dez milhões de alunos atingidos por meio de produtos ou serviços. Assim, consolidou-se o Sistema Positivo como o maior grupo educacional do país⁹⁸.

O grupo é organizado pelos setores: educacional, gráfico-editorial e de informática. Na divisão educacional estão os “Sistemas de Ensino que atendem a redes de escolas que adotam os sistemas: o SPE – Sistema Positivo de Ensino (destinado à rede particular) e o SABE – Sistema Aprende Brasil de Ensino (destinado à rede pública)”⁹⁹. A Editora Positivo, criada em 2004, logo inscreveu suas coleções no PNLD e vem ganhando destaque nas vendas a esse programa.

j) AJS

A editora tem 100% de seu capital de origem nacional e sua sede situa-se na cidade de São Paulo. Ao realizar consulta ao site da empresa, não foram encontradas muitas informações sobre sua fundação e áreas de atuação, mas posteriormente, ao consultar o site da editora Nova Geração, constatou-se que a semelhança nos textos didáticos também está presente nos textos de apresentação de editoras. A semelhança entre os textos de apresentação das editoras quase passou a ser mais interessante que o teor das informações. Para reforçar a

⁹⁷ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/090909/potente-mas-em-marcha-lenta-p-134.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

⁹⁸ Disponível em: <<http://www.editorapositivo.com.br/editorapositivo/home.html?gclid=CIf5xpju8qwCFcPv7QodFy1lgA>>. Acesso em: 6 dez. 2011.

⁹⁹ Disponível em: <<http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/institucional.html>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

afirmação feita, serão transcritos abaixo os trechos encontrados no site da AJS e da Nova Geração:

Nova Geração orgulha-se de ser uma empresa 100% brasileira, que valoriza e respeita toda a diversidade e a criatividade da nossa cultura. No mercado desde 1989, a editora mantém um compromisso com a qualidade, apostando em autores de talento e produzindo materiais didáticos estimulantes, com conteúdo editorial adaptado à realidade dos brasileiros, de design arrojado e dinâmico. Para vencer os desafios que a sociedade brasileira encontra na área da Educação, é preciso propor materiais que estejam alinhados às necessidades das novas gerações. A editora não mede esforços para desenvolver projetos que estimulem o prazer de aprender, de pesquisar, de inquirir e encontrar respostas. Seus títulos vão desde livros de referência até coleções didáticas¹⁰⁰.

A Editora AJS orgulha-se de ser uma empresa 100% brasileira, que valoriza e respeita toda a diversidade e a criatividade de nossa cultura. A editora mantém um compromisso com a qualidade, apostando em autores de talento e produzindo materiais didáticos estimulantes, com conteúdo editorial adaptado à realidade dos brasileiros, e design arrojado e dinâmico. Para vencer os desafios que o Brasil encontra na área da Educação, é preciso propor materiais que estejam alinhados às necessidades das novas gerações. A editora não mede esforços para desenvolver projetos que despertem o prazer de aprender, de pesquisar, de inquirir e encontrar respostas¹⁰¹.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://www.novagera.com.br/quem-somos.php>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.editoraajs.com.br/quem_somos.html>. Acesso em: 27 ago. 2012.

k) Editora do Brasil.

Fundada em 5 de agosto de 1943, a editora tinha como maior acionista Dr. Carlos Costa, médico de formação e escritor de livros. A primeira equipe foi constituída quando seis ex-funcionários (professores) saíram da Editora Nacional e se aliaram para formar a Editora do Brasil. Com vários lançamentos didáticos e livros infantis, a editora se consolidou na década de 1970. Na década de 1990, quando se iniciaram as aquisições estrangeiras, sofreu uma queda na venda de seus livros ao PNLD, em razão da concorrência provocada com a abertura do mercado.

Segundo a ABRELIVROS, a editora que continua com capital nacional, teve queda de vendas também em 2004, quando concentrou 4% das compras dos livros didáticos feitas pelo PNLD anteriormente concentrava 7%. A maioria das coleções da Editora do Brasil com maior circulação está voltada aos primeiros anos do ensino fundamental¹⁰².

l) Terra Sul

Essa editora não disponibilizou até o fechamento dos dados desta pesquisa nenhum site em que informações sobre sua organização pudessem ser encontradas. No endereço eletrônico que consta no guia dos livros didáticos de Geografia 2014, a página abre apenas um acesso para a coleção de Geografia aprovada no PNLD deste ano. Nem mesmo com a tentativa de contato telefônico obteve-se alguma comunicação com a empresa. Também não foram encontrados meios de contatar os autores que possuem uma coleção de Geografia publicada pela Terra Sul, já que não há registro de seus nomes na Plataforma Lattes.

Finalizando as considerações sobre as editoras, vê-se que, de modo geral, as empresas estrangeiras que compraram editoras no Brasil passaram a reproduzir características de funcionamento de grandes empresas em países desenvolvidos. Trata-se de:

grandes corporações dirigidas por executivos e não mais por seus proprietários, empresas virtualmente “socializadas” e funcionando em mercados oligopolísticos, de competição imperfeita, de preços e salários em sua maior parte administrativos, a salvo praticamente das incertezas da oferta e da procura. Vale

¹⁰² Disponível em: < <http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/> >. Acesso em: 6 dez. 2011.

dizer, de fato, “economicamente mistas de mercado” onde o Estado, quando não atua diretamente como empresário, exerce plenamente suas funções de regulador [...]. (BATISTA, 1994, p. 27-28)¹⁰³.

Frente à conjuntura de crise financeira internacional que beneficia os processos de centralização do capital, certamente ainda se assistirá a novas movimentações no setor. A observação das ações de grandes grupos editoriais e de mídia traz várias especulações e variáveis que não podem ser abordadas nos limites desta pesquisa, mas, para registrar apenas uma “especulação” sobre o futuro, cabe mencionar as ações do grupo Amazon, que fora do Brasil tem investido fortemente na chamada autopublicação e na edição direta de autores assim “eles podem usar a experiência adquirida para: 1) incentivar os professores a criar os próprios materiais e 2) passar a criar e editar livros didáticos diretamente”. (DIAS, 2014, s/p)¹⁰⁴.

Se hipoteticamente essa empresa investisse no setor de livros didáticos, certamente afetaria o mercado que se organizou em torno do PNLD. Destaca-se que em 2012 o governo brasileiro fechou um acordo com a Amazon para a conversão digital e distribuição de mais de 200 livros didáticos em *tablets*, além de contar com a tecnologia dessa empresa para gerenciar e distribuir esse catálogo de livros para professores do ensino médio de escolas públicas. Pode ser que um novo quadro a respeito do mercado de LDs venha se desenhando, mas no momento há apenas algumas suposições sobre seus desdobramentos.

Além disso, conforme foi destacado nos itens *a)* e *c)* nesta pesquisa, a compra da editora Saraiva pela Abril Educação, que é propriedade do Grupo Tunnes (pertencente ao Tarpon) ocasionará uma concentração ainda maior nas vendas ao PNLD. Em vez de 20 coleções de Geografia publicadas pelo Grupo Abril, pode-se dizer que com a aquisição da Saraiva a Abril Educação detém 31 coleções de Geografia aprovadas nos PNLDs de 2002 a 2014. Os impactos e desdobramentos dessas movimentações financeiras carecerão de pesquisas e debates, já que as alterações na organização dessas empresas podem incorrer em

¹⁰³ Oligopolístico: no contexto ao qual se refere, entende-se seu significado como oligopolizado. Ver livro do autor nas referências bibliográficas.

¹⁰⁴ Disponível em: <
<http://www.publishnews.com.br/telas/colunas/detalhes.aspx?colunista=36>>.
 Acesso em: 4 mai. 2015.

mudanças na elaboração e apresentação dos conteúdos dos livros didáticos além de, claro, aumentar os investimentos na divulgação das obras, o que deixaria a concorrência cada vez menor.

No quadro 7, pode-se ter uma visão de conjunto sobre a origem e as aquisições das editoras por grupos nacionais ou estrangeiros. É importante perceber que, apesar das aquisições (ou fusões), os nomes das editoras continuam os mesmos, mantendo-se assim a familiaridade que o consumidor, o professor e o aluno têm com os livros.

Editora/ano de fundação		Aquisição por capital nacional	Aquisição p/ capital internacional
Grupo Abril Educação Adquirido pelo Tunnus Participações em 2015	Ática/1965	Adquiriu a Scipione em 1983 e foi comprada pela Abril em 1999	A Abril vendeu 30% das ações para o grupo Naspers em 2006
	Scipione 1974	Adquirida pela Ática em 1983 e comprada pela Abril em 1999	A Abril vendeu 30% das ações para o grupo Naspers em 2006
	Saraiva (Educativa) 1913	Adquiriu a Atual, a Formato, a Benvirá, a ARX, e a Caramelo. Foi adquirida pela Abril/Tunnus em 2015	Vendeu em 1998 15% para estrangeiros dos quais 2,6% para o IFC (Banco Mundial)
Grupo Santillana (pertencente ao Grupo Prisa) O Santillana é adquirido pelo *Grupo Penguin Random House em 2014	Moderna 1968	----- -----	Adquire a Moderna em 2001. Posteriormente: Salamandra, Objetiva e Richonel Publiishing. Adquiriu os selos da editora Objetiva.
FTD/ 1902		Adquiriu a Editora Quinteto em 1997	-----
Grupo Positivo	Positivo/2004	-----	-----
Fundação SM	Edições SM/2004	-----	-----
Grupo Anaya (pertencente ao Grupo Hachette)	Escala Educacional 2004	Adquiriu 49% da Larousse do Brasil 2007	Vendeu 51% para o Grupo Anaya 2007

Quadro 7 – Origem e aquisição das editoras com importante participação nas vendas ao PNLD para as séries finais do ensino fundamental.

Fonte: Cassiano (2005) e informações disponibilizadas pelo Valor Econômico (2015).

Elaboração: Giséle Neves Maciel

* O Penguin Random House é considerado o maior grupo editorial do mundo na atualidade. Conta com capital britânico e a Random House, controlada pela Bertelsmann, tem predomínio de capital alemão.

Para demonstrar a forte concentração editorial na aprovação das coleções de Geografia pelo PNLD, apresenta-se a tabela 8:

Tabela 8 – Número de coleções de Geografia aprovadas entre as edições do PNLD de 2002 a 2014

Editora	Coleções por editora	Grupo editorial	Total de Coleções p/ grupo
Scipione	11		
Ática	09	Grupo Abril Educação	20
Moderna	13	Grupo <u>Santillana-Prisa</u> (2001)	13
		<u>Penguin Random House</u> (2014)	
Saraiva	08	Saraiva S/A *	11
		FTD	
FTD	06	(Congregação Católica Marista)	08
Escala Educacional	06	Grupo <u>Anaya-Hachet</u>	06
IBEP	03	IBEP	03
Atual	03	(Adquirida pela Saraiva - 1998)	Ver Saraiva
Edições SM	02	Fundação SM	02
<u>Leya</u>	02	Grupo editorial <u>Leya</u>	02
Positivo	02	Sistema Positivo	02
Quinteto	02	(Adquirida pela FTD - 1997)	Ver FTD
		AJS	
AJS	01	(Ligada a ed. Nova Geração)	02
Editora do Brasil	01	Editora do Brasil	01
Terra Sul	01	Terra Sul	01

Fonte: Guias do Livro Didático de Geografia.

Elaboração: Giséle Neves Maciel

* A Saraiva foi adquirida pela Abril Educação em junho de 2015.

A concentração evidenciada na tabela acima, também foi confirmada por um professor de Geografia, que atua na educação básica. Perguntado sobre as editoras que prevaleciam entre as coleções escolhidas em sua escola, a resposta foi: “Em primeiro lugar, destaca-se a editora FTD, com livros de Geografia, História, Português e Artes, e as

demais editoras foram ática, saraiva e moderna, como duas disciplinas cada”. (Informação extraída do questionário I)¹⁰⁵.

Pelas informações e dados analisados, é fato que as maiores editoras do setor conseguiram aumentar suas vendas ao governo federal apesar da continuidade das avaliações do PNLD. É importante problematizar que as editoras foram adaptando-se ao programa em meio às mudanças ocorridas nas avaliações para Geografia. Essas mudanças serão analisadas no capítulo seguinte.

¹⁰⁵ Questionário I, reproduzido integralmente no apêndice A (p. 263).

4 AS MUDANÇAS NOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO PNLD E OS GUIAS DE GEOGRAFIA

*A avaliação do PNLD
está longe de ser um
livro aberto. E os guias
foram perdendo o
significado de “guia”.*

4.1 Avaliação e Guia Livro Didático de Geografia 1999

O PNLD de 1999, destinado a avaliar e adquirir livros didáticos para as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, Geografia e História a serem disponibilizados para alunos e professores das séries finais do ensino fundamental, contava com a experiência do processo anterior, destinado à avaliação de LDs para as séries iniciais.

Os critérios de avaliação foram organizados pelas equipes de avaliadores em dois grandes conjuntos:

- Critérios Eliminatórios (CE): destinados a analisar a correção dos conceitos e informações básicas, a correção e pertinência metodológicas e a contribuição para a cidadania;

- Critérios Classificatórios (CC): deveriam observar a adequação da linguagem do livro à faixa etária a que se destinava; as atividades e exercícios plenamente integrados aos conteúdos; a utilização de recursos visuais organizados e motivadores; a adequação de mapas, legendas, tabelas, gráficos e ilustrações às convenções de elaboração e publicação e atendimento aos itens exigidos no Manual do Professor.

Cada disciplina elegeu os conceitos e procedimentos fundamentais a serem analisados, respeitando os critérios acima mencionados. No caso da Geografia, por exemplo, quanto à “correção e pertinência metodológicas” (item incluído entre os Critérios Eliminatórios) determinou-se que não poderiam ser aceitos livros que contivessem apenas atividades de “descrição e de memorização de fatos geográficos, deixando de lado a discussão crítica e as propostas de ensino que desenvolviam outras capacidades, como observar, comparar, analisar, sintetizar”. (BRASIL-GLDG, 1998, p. 403)¹⁰⁶.

¹⁰⁶ GLDG - Guia do Livro Didático de Geografia.

Nesse ano de 1999, os livros didáticos eram avaliados de forma isolada, ou seja, cada livro correspondente a uma série (ano) podia ser considerado aprovado ou reprovado, independentemente dos demais livros que compunham a coleção. Os livros podiam ser inscritos isoladamente, sem precisar obrigatoriamente completar uma coleção de quatro livros. Em todas as disciplinas, era bastante comum que os autores tivessem apenas dois ou três livros aprovados. Poucos foram aqueles que obtiveram aprovação de toda a coleção (quatro livros) com distinção. Segundo as considerações presentes no texto de introdução do Guia de 1999, a classificação dos livros avaliados foi organizada em três grandes categorias:

Recomendados com distinção: são livros que se destacam pelo esforço em aproximar-se o mais possível do ideal representado pelos princípios e critérios [da avaliação]. Constituem-se propostas pedagógicas elogiáveis, criativas e instigantes.

Recomendados: são aqueles que cumprem todos os requisitos mínimos de qualidade exigidos por este momento do processo de avaliação. Por isso mesmo, asseguram a possibilidade de um trabalho didático correto e eficaz por parte do professor.

Recomendados com ressalvas: nesta categoria estão reunidos os trabalhos meritórios que, por este ou aquele motivo, não estão a salvo de alguma restrição pertinente. Como a preocupação do MEC é exatamente destacar a seriedade de propósitos e os esforços que atinjam patamares satisfatórios de qualidade, optou-se por incluí-los nesse momento, com as devidas ressalvas. (BRASIL-GLDG, 1998, p. 12, **grifo nosso**).

A simbologia gráfica adotada para representar a classificação atribuída aos livros foi a seguinte: três estrelas, livro aprovado com distinção; duas estrelas, livro provado; e uma estrela, livro aprovado com ressalva. Conforme o guia, essa convenção foi aplicada a fim de “facilitar uma rápida visualização da categoria em que o livro se insere”.

A coordenação da equipe responsável pela avaliação dos livros de Geografia ficou a cargo do professor Manoel Correia de Andrade, que convocou a participação de 13 professores de diferentes instituições de ensino superior localizadas em diversas regiões do país para atuar como pareceristas no processo de avaliação. Havia outros dois cargos que compunham a equipe: a Assessoria da Coordenação, sob

a responsabilidade de Thais de Lourdes Correia de Andrade, e Assessoria Técnica, assumida por Silvio Carlos Bray.

O procedimento geral da avaliação pode ser assim resumido: cada parecerista recebeu certo número de exemplares, não identificados. A equipe era reunida em hotel, na cidade de Brasília, sem poder se comunicar entre si. Dois exemplares de um mesmo livro foram entregues a dois pareceristas que deveriam analisá-los com base nos critérios da avaliação, preenchendo a chamada Ficha de Avaliação¹⁰⁷. Tal esquema de análise dos livros foi chamado de duplo-cego. Caso houvesse discrepância entre as análises e recomendações dos pareceristas à classificação do livro, o coordenador deveria analisá-lo juntamente com a dupla, cabendo a ele a decisão final. Todos os pareceres relativos aos livros precisavam da concordância do coordenador, que assinava as chamadas fichas consolidadas – fichas em que constava a avaliação final de cada livro.

O quadro 08 apresenta a relação dos nomes e as áreas de atuação dos pareceristas que avaliaram os livros didáticos de Geografia em 1999, sob a coordenação do professor Manoel Correia de Andrade.

Nome dos pareceristas	Principais áreas de atuação	Vínculo institucional
Aldemir Dantas Barbosa	Meio ambiente e Geografia Agrária	Pesquisadora do CNPq
Cleonice A. Le Bourlegat	Desenvolvimento territorial sustentável	Professora da Universidade Católica Dom Bosco (MS)
Gervásio Rodrigo Neves	Geografia Urbana, Análise Regional e Geografia Humana	Professor titular livre docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Hernani Loebler Campos	Geografia Física e Bacias Hidrográficas	Professor adjunto 3 da Universidade Federal de Pernambuco e tutor do Programa de Educação Tutorial - PET Geografia

¹⁰⁷ As Fichas de Avaliação possuem algumas questões comuns e outras específicas a todas as disciplinas que realizam a avaliação do PNLD. Nessa edição, as fichas de avaliação não foram anexadas ao fim do guia.

Jerônimo L. de Freitas	*	Professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco
José Borzacchiolo da Silva	Geografia Urbana	Professor da Universidade Federal do Ceará
José L. Alves Felipe	Geografia, Economia, Cidade, Território e Lugar	Professor colaborador do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marília Peluso	Geografia Humana, Educação, Geografia Urbana, Cultural e Regional	Professora colaboradora do Departamento de Geografia, da Universidade de Brasília
Marita Silva Pimenta	Geografia Agrária	Professora aposentada pela Universidade Federal Fluminense
Pedro de Almeida Vasconcelos	Geografia Histórica, Geografia Urbana e do Urbanismo	Professor do quadro permanente da Universidade Católica de Salvador, e professor permanente do PPG em Geografia da Universidade Federal da Bahia
Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira	Desenvolvimento Regional e Urbano, Formação Sócio-Espacial	Professora participante do PPG em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina e professora doutora nível C1 da Universidade do Vale do Itajaí
Vanice Santiago Fragoso Selva	Análise e Gestão Ambiental do Território, Educação Ambiental e Sustentabilidade	Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco e coordenadora do PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPE

Quadro 8 - Pareceristas da avaliação de Geografia PNLD 1999

Fonte: Informações extraídas da Plataforma Lattes, em 2014/2015.

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

* Não foram encontradas informações sobre as áreas de atuação do professor Jerônimo Lemos de Freitas, que faleceu em junho de 2010.

O guia resultante desse processo de avaliação tem 55 páginas, nas quais são apresentadas as resenhas dos livros aprovados, sendo essas bem sintetizadas, fornecendo um panorama das obras para a leitura dos professores. Ao todo foram aprovados 22 livros isolados (não era obrigatório compor uma coleção) de dez autores diferentes, sendo Melhen Adas o único autor que teve os quatro livros, de 5^a a 8^a série, aprovados. Não foi registrado nesse guia o número total de livros inscritos e nenhum livro de Geografia no PNLD 1999 foi aprovado com distinção, ou seja, nenhum exemplar foi considerado livro de três estrelas.

4.2 Avaliação e GLDG 2002

Na edição de 2002, o processo de avaliação passou a ser realizado de maneira descentralizada, por meio de convênios firmados com algumas universidades. Quanto aos critérios, apesar da continuidade dos Critérios de Eliminação e Classificação, houve uma grande mudança na avaliação: a análise das obras passou a considerar as “coleções e não mais livros isolados, com o objetivo de garantir o desenvolvimento curricular”. (BRASIL, GLDG, 2001, p. 12). Assim, caso a equipe se deparasse com a exclusão de um livro por considerá-lo reprovado teria de excluir toda a coleção do autor!

Infere-se a partir daí que o fato de a reprovação de um livro acarretar na exclusão de toda a coleção acabou criando uma situação de grande pressão sobre as equipes de avaliação. Assim, duas situações se apresentaram com relação à qualidade dos livros didáticos de Geografia frente aos Critérios Eliminatórios (que determinam a devida correção de conceitos e informações): ou o número de exclusão das coleções inscritas seria muito alto ou haveria fatalmente uma redução no rigor das análises quanto ao atendimento dos critérios da avaliação¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Apesar de haver uma variável possível referente à melhora na qualidade das coleções inscritas, o que seria um terceiro esboço na hipótese acima descrita, sabe-se que o número de coleções excluídas demonstrou que havia muitos aspectos, ainda, a serem desenvolvidos nos livros didáticos a fim de melhorar a

Sobre a discussão a respeito da grande alteração imposta à avaliação de 2002, em entrevista concedida no dia 11/11/2014, o professor Dr. Eliseu Sposito¹⁰⁹, que atuou como coordenador Adjunto nas avaliações de Geografia em 2002 e 2005, declarou que a partir do PNLD de 1999 havia muitas reclamações por parte dos autores e editores pelo fato de alguns livros da coleção serem muito bem classificados e outros reprovados. O referido professor considerou que a análise isolada dos livros por pareceristas diferentes podia dar espaço para certa “inconsistência na avaliação” e detalha um episódio que ilustra bem algumas das manifestações de autores de LDs na época:

eu me lembro de uma coleção do Vesentini, que de todos os livros, um foi aprovado muito bem, o outro foi reprovado e tal [porque os livros eram analisados isoladamente]. E a coleção, então, ficou esquartejada. E ele entrou com recurso, reclamou com razão e no ano seguinte [a avaliação] passou a ser feita por coleção. (Entrevista concedida por Eliseu Sposito, 11/11/2014).

Não foi possível saber se alguma equipe de avaliação (de Geografia ou de outras disciplinas) chegou a sugerir ao MEC que os livros continuassem e ser avaliados isoladamente ainda que por uma mesma dupla, para evitar possíveis “inconsistências”. Entretanto, considera-se que, se a qualidade dos livros de uma mesma coleção era tão destoante, conforme o exemplo destacado pelo professor Eliseu, um livro mais bem qualificado não deveria “compensar” a aprovação de um livro que apresentasse elementos que contrariassem algum dos itens incluídos entre os Critérios Eliminatórios. Ocorreram mudanças também na organização das equipes de avaliação quanto à composição da coordenação do processo, em todas as disciplinas.

As novas funções e os professores definidos para ocupar os cargos na coordenação para o PNLD de Geografia foram: Comissão Técnica, assumida pela professora Marília Peluso; Coordenação

qualidade desses materiais. Assim, notou-se que os impactos da mudança realizada em 2002 se fizeram sentir nos anos seguintes, quando o número de coleções aprovadas aumenta, embora sejam encontrados conhecidos erros nos conteúdos dos livros didáticos de Geografia.

¹⁰⁹ Texto da transcrição da entrevista encontra-se no apêndice B (p.266). Durante todo o capítulo serão realizadas outras referências à entrevista.

Institucional, sob a responsabilidade da professora Maria do Carmo Pichinin; Coordenação de Área, função exercida pela professora Maria Encarnação Beltrão Sposito; e Coordenação Adjunta, assumida pelo professor Eliseu Savério Sposito.

Os processos de avaliação passaram a ser realizados de maneira centralizada em determinadas instituições de ensino superior, e a avaliação dos livros de Geografia e História centralizada pela UNESP. Segundo a declaração da professora Maria Encarnação (em entrevista concedida no dia 12/11/2014),¹¹⁰ em decorrência da experiência de alguns professores na avaliação do PNLD de 1^a a 4^a séries, na área de Estudos Sociais, o MEC convidou alguns desses profissionais para atuar nas avaliações de Geografia e História em 2002. Como as professoras indicadas (Maria Encarnação e Tânia Regina de Luca) para as coordenações de área dessas duas disciplinas eram da UNESP, essa instituição foi escolhida para executar as avaliações de Geografia e História.

Segundo a professora Maria Encarnação, o andamento dessa edição do PNLD de Geografia foi bastante difícil, já que as verbas destinadas aos custos da avaliação e pagamentos dos pareceristas sofreram vários atrasos. Os trâmites junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), braço financeiro do PNLD, não estavam bem definidos e o pagamento aos pareceristas precisava passar pela UNESP, já que era ela a instituição centralizadora do processo. No entanto, tratava-se de um pagamento que passaria por uma universidade estadual, e a origem dos recursos estava relacionada a um órgão da União. Foi preciso apresentar até mesmo certidões que comprovassem a inexistência de débitos do reitor da UNESP, na época, tamanhas eram as exigências burocráticas para a realização do processo, e a cada atraso ocorrido toda a documentação precisava ser atualizada com registro em cartório.

Além dos reveses burocráticos e funcionais da avaliação, a professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, que foi coordenadora de área em 2002, também mencionou que na avaliação de Geografia ocorria

um problema adicional: o fluxo de trabalho entre nós e a representante do MEC acabava ocorrendo lentamente. Às vezes, ficávamos a 3 dias da entrega do documento e ainda não tínhamos

¹¹⁰ Texto da entrevista transcrita está no apêndice C (p.280).

recebido a leitura. Ela era uma pessoa cuidadosa, era madura, ela fazia uma leitura criteriosa... Mas às vezes ela discordava da decisão e como ela discordava da decisão criava um impasse, porque tínhamos feito um trabalho de 3, 4 meses, acompanhando tudo e tomávamos uma decisão, por exemplo, a decisão de que aquela obra deveria ser aprovada, geralmente era essa a diferença entre nós, e ela achava que a obra deveria ser reprovada e nós então não sustentávamos (Entrevista concedida por Maria Encarnação Beltrão Sposito, 12/11/2014).

Analisando as mudanças impostas à avaliação do PNLD e os relatos aqui transcritos, é possível considerar que provavelmente as discordâncias entre aqueles que redimensionavam a exclusão de toda uma coleção e aqueles que insistiam na utilização dos critérios de avaliação com o máximo rigor tiveram como causa estrutural o fato de os livros serem analisados como coleções completas, e não mais como livros inscritos isoladamente.

Apesar da avaliação de 2002 ter excluído um número considerável de coleções, será demonstrado, nos próximos itens deste capítulo, que o índice de aprovação das coleções cresceu significativamente nas edições seguintes. Mas, diferentemente daqueles que acreditam que depois das avaliações os erros crassos de conceituação e informação seriam corrigidos na reapresentação dos livros didáticos, adianta-se que foram reencontrados inúmeros e repetidos erros em livros aprovados nos PNLDs posteriores. O fato de ter sido excluído um número considerável de coleções de Geografia em 2002 precisa ser analisado considerando-se as leituras discordantes ocorridas internamente no processo de avaliação, em uma parte da equipe (segundo o que foi relatado em entrevista) se colocou de maneira mais radical que a outra quanto à exclusão de coleções que contrariavam os critérios da avaliação.

Além da grande alteração nesta edição do PNLD coleções avaliadas em conjunto em vez dos livros avaliados de maneira isolada (um a um) e dos detalhes relatados pela coordenadora de área, professora Maria Encarnação, observa-se que a equipe de pareceristas foi composta por apenas oito professores. Seus nomes constam do quadro 09:

Nome dos Pareceristas	Principais áreas de atuação	Vínculo institucional
Antonio Cesar Leal	Gerenciamento de Recursos Hídricos, Planejamento de Bacias Hidrográficas e Ensino de Geografia	Professor da UNESP junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, <i>campus</i> de Presidente Prudente
Antonio Nivaldo Hespanhol	Geografia Agrária e Geografia Regional	Professor do Departamento de Geografia da UNESP, <i>campus</i> de Presidente Prudente, onde atua nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Geografia Agrária, Questão Agrária, Agricultura Brasileira	Pesquisador nível 1ª CNPQ, Pesquisador Visitante Nacional Sênior CAPES e Professor Sênior USP
Cleonice Alexandre Le Bourlegat	Desenvolvimento Territorial Sustentável	Professora da Universidade Católica Dom Bosco (MS)
Ercília Torres Steinke	Climatologia Geográfica, e Ensino de Climatologia	Professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e Coordenadora do Laboratório de Climatologia Geográfica (LCGea) da Universidade de Brasília
Hernani Loebler Campos	Geografia Física e Bacias Hidrográficas	Professor adjunto 3 da Universidade Federal de Pernambuco e Tutor do Programa de Educação Tutorial - PET

		Geografia
Marcos Alegre	Cartografia	Professor aposentado pela UNESP
Raquel M. F. do Amaral Pereira	Desenvolvimento Regional e Urbano, Formação Sócio-Espacial.	Professora participante do PPG em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina e professora doutora nível C1 da Universidade do Vale do Itajaí

Quadro 9 – Equipe de Pareceristas do PNLD Geografia 2002

Fonte: Informações extraídas da Plataforma Lattes, em 2014/2015.

Elaboração: Gisèle Neves Maciel.

Os procedimentos da avaliação quanto à não identificação das obras seguiram tais como ocorreram em 1999. Os exemplares correspondentes aos livros não traziam identificação dos autores e editoras (os livros continham códigos numéricos). O esquema duplo-cego foi mantido para a análise dos pareceristas, que era consolidada pela Coordenação da Área.

Os *aspectos-chave*¹¹¹ da ficha de avaliação utilizada em 2002 quanto aos Critérios Eliminatórios foram: aspectos teórico-metodológicos, conceitos e informações básicas e construção da cidadania. No que diz respeito aos Critérios Classificatórios, foram analisados: aspectos teóricos-metodológicos e conceituais, construção da cidadania (note-se que eles se repetem), estrutura editorial, aspectos visuais e o Manual do Professor. Os pareceristas precisavam responder se os aspectos analisados eram atendidos, conforme o detalhamento das perguntas, devendo registrar na ficha uma das opções “Sim, Não ou Parcialmente”, e qualquer resposta precisava ser justificada. Essa ficha de avaliação era composta por sete páginas.

As resenhas do guia para cada coleção estão divididas em uma descrição geral, sobre a organização dos conteúdos, e uma análise pedagógica das coleções. Verifica-se que elas se caracterizam por uma síntese consistente de exposição clara e objetiva sobre as coleções. Há

¹¹¹ Chama-se de *aspectos estruturantes* aqueles grandes tópicos que se desdobram em itens mais detalhados na ficha de avaliação. Compreende-se que cada grande conjunto de critérios tem alguns tópicos gerais, que são detalhados por muitos outros questionamentos a serem respondidos/justificados na avaliação. As Fichas de Avaliação de 2002 são apresentadas no anexo C, p. 338.

um texto de quatro páginas para cada uma das coleções, que é feita uma apresentação dos conteúdos destinados a cada livro/ série, e em seguida o texto descreve a coleção destacando alguns dos critérios e aspectos que estão presentes nas fichas de avaliação: perfil teórico-metodológico da coleção; conceitos e informações básicos; construção da cidadania; representações cartográficas/ilustrações/iconografia; atividades e exercícios/ sugestões de atividades; projeto gráfico e Manual do Professor.

Em números percentuais, 53,84% das coleções receberam aprovação. O quadro 10 destaca uma reprodução de duas páginas dos componentes da Ficha de Avaliação de 2002, em que podem ser visualizados os critérios de avaliação, os aspectos-chave e os itens detalhados.

Critério geral

Aspecto-chave

Item detalhado

Ficha de
Avaliação
Geografia

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA OBRA

AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parc.
1. CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS			
Aspectos teórico-metodológicos			
Há coerência entre as opções metodológicas, expressas no Manual do Professor, e o desenvolvimento dos conteúdos no LD			
Há adequação metodológica para a construção do conhecimento geográfico (noções e conceitos) em relação ao nível cognitivo dos alunos aos quais o LD se propõe			
Há coerência entre os objetivos propostos, os conteúdos, as atividades e os exercícios			
O LD estimula vários processos cognitivos básicos (observação, investigação, análise, síntese, criatividade, comparação, interpretação, generalização, criticidade, problematização e memorização)			
Conceitos e informações básicas			
O LD apresenta relações espaço-temporais que permitam aos alunos compreender a construção histórica do espaço geográfico			
O LD permite compreender as dinâmicas e processos constituintes do espaço físico			

* Parcialmente

Quadro 10 - Demonstração dos elementos componentes da Ficha de Avaliação 2002.

Fonte: GLDG de 2002.

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

4.3 Avaliação e GLDG 2005

No PNLD de Geografia 2005, os Critérios Eliminatórios e Classificatórios continuaram em vigor, mas outra mudança significativa foi implantada quanto à classificação das obras: as categorias - **recomendada com distinção, recomendada e recomendadas com ressalvas** foram abolidas na apresentação do guia, assim como a representação simbólica da classificação das coleções por meio das “famosas estrelas”. Apenas as coleções aprovadas constaram do guia. Depois de duas avaliações nas quais essa simbologia foi utilizada, certamente a mudança causou estranheza a muitos professores.

Questionado sobre essa alteração na categorização das coleções, o professor Eliseu Sposito, coordenador adjunto da equipe de avaliação da Geografia em 2005, afirmou que

a gente, por exemplo, da equipe de Geografia, foi contra a extinção dessa diferenciação qualitativa. Mas nós perdemos pelas pressões, gente do próprio mercado, que **o MEC foi aceitando uma... digamos assim, uma diferenciação muito tênue entre as coleções**. A diferenciação, por exemplo, hoje, só é acessível na leitura das resenhas. Nós fomos contra isso, mas claro que há muita estigmatização. Por exemplo, as estrelinhas eram usadas para marketing, eram utilizadas... tanto para críticas veladas, como para elogios exagerados (Entrevista concedida por Eliseu Sposito, 11/11/2014, **grifo nosso**).

Novamente, a instituição responsável pelo processo de avaliação dos livros de Geografia foi a UNESP (*campus* Presidente Prudente). A Comissão Técnica ficou a cargo de Valéria Trevisani Burla de Aguiar, a Coordenação Institucional foi assumida pela professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, a Coordenação de Área ficou sob a responsabilidade do professor Antonio Nivaldo Hespanhol e a Coordenação Adjunta, mais uma vez, esteve a cargo do professor Eliseu Savério Sposito. A equipe de pareceristas contou com a participação de dezesseis professores de diferentes instituições (o dobro da edição anterior), e entre estes havia professores de diversas áreas de pesquisa da Geografia. O quadro 11, da página seguinte, indica as áreas de atuação

da equipe de pareceristas, bem como a instituição à qual estavam vinculados:

Nome dos pareceristas	Principais áreas de atuação	Vínculo institucional
Álvaro Luiz Heidrich	Geografia Humana, Geração e Perda de Vínculos, Territorialidades e Identidades	Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Antonio Cezar Leal	Gerenciamento de Recursos Hídricos, Planejamento de Bacias Hidrográficas, Ensino de Geografia	Professor da UNESP (PP) junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia
Arthur Magon Whitacker	Produção do Espaço Urbano, Cidades Médias, Centralidade Intraurbana	Professor Assistente Doutor, junto ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP (PP)
Claudinei Lourenço	Teoria da Geografia e Paisagem	Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais
Dirce Maria Suertegaray	Desertificação/Arenização, Ambiente e Cidade, Epistemologia da Geografia	Professora Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Edvânia A. Torres Gomes	Educação e pesquisa, Espaço Público, Planejamento Urbano e Desenvolvimento Regional	Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco

Ercília Torres Steinke	Climatologia Geográfica e Ensino de Climatologia	Professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e Coordenadora do Laboratório de Climatologia Geográfica (LCGea) da Universidade de Brasília
Genylton Odilon Rego da Rocha	Didática da Geografia, Políticas Curriculares, Organização e Avaliação de Currículo	Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal do Pará
Gláucio José Marafon	Agricultura Familiar, Complexo Agroindustrial, Desenvolvimento Rural	Professor associado do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Hernani Loebler Campos	Geografia Física e Bacias Hidrográficas.	Professor adjunto 3 da Universidade Federal de Pernambuco e Tutor do Programa de Educação Tutorial – PET Geografia
João Cleps Junior	Geografia Agrária, Agricultura e Meio Ambiente, Produção Camponesa e Agronegócio	Professor Associado do Instituto de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
João Lima Sant’Anna Neto	Climatologia Geográfica e Geografia do Clima	Professor no Programa de Pós-Graduação da UNESP (PP)

Margarete Cristiane da Costa Trindade Amorim	Clima Urbano e Qualidade Ambiental Urbana	Professora assistente doutora da UNESP (PP)
Roberto Verдум	Análise Ambiental, Paisagem, Desertificação e Arenização	Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosangela A. de Medeiros Hespanhol	Políticas Públicas, Segurança Alimentar, Organização do Espaço	Professora assistente doutora dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da UNESP (PP)
Vera Lúcia Salazar Pessoa	Reforma Agrária, Conflitos de Terra, Modernização da Agricultura	Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de Goiás (Regional Catalão)

Quadro 11 - Equipe de Pareceristas do PNLD Geografia 2005.

Fonte: Informações extraídas da Plataforma Lattes, em 2014/2015.

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

As Fichas de Avaliação de 2005¹¹² não diferem muito das fichas utilizadas em 2002. Quanto aos Critérios Eliminatórios foram analisados: coerência e adequação metodológicas, correção dos conceitos e das informações básicas e construção da cidadania. Para os Critérios Classificatórios, alguns aspectos-chave já existentes foram mais detalhados: aspectos gerais (nível de conhecimento, valorização do saber prévio do aluno), atividades (problemas, exercícios, pesquisas), ilustrações, Manual do Professor, estrutura editorial e formatação. Além das respostas justificadas dos pareceristas, o registro assinalado sobre cada item da avaliação foi alterado de Sim, Não e Parcialmente para Regular, Bom, Ótimo e Não se Aplica.

¹¹² Fichas de Avaliação de 2005 são apresentadas no anexo D, p. 345

Houve uma significativa mudança na formatação do guia de 2005. Anteriormente, um único exemplar continha todos os guias das disciplinas, e durante o período de escolha das coleções pelos professores nas escolas era preciso “disputar o acesso” a esse material, mas nessa edição do PNLD foi elaborado um exemplar exclusivo para cada disciplina. Assim, foram publicados cinco Guias do Livro Didático para as cinco disciplinas contempladas pelo programa: Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, Geografia e História. Houve mais espaço para que as equipes tecessem os resultados da avaliação, o que aumentou consideravelmente o número de páginas de cada guia.

Apesar da permanência das resenhas, o espaço dado a elas passou a ser bem maior, chegou a dobrar. Para cada coleção avaliada, foram destinadas de sete a nove páginas, dependendo da coleção. Enquanto o Guia de 2002 conta com 48 páginas, o de 2005 possui 124. Os textos das resenhas ainda apresentam os critérios e aspectos analisados na avaliação, mas são bem menos sintéticos.

Esse guia ainda apresenta gráficos e tabelas sobre a qualificação das obras, mas sem a objetividade característica das avaliações anteriores, quando as categorias “recomendadas com distinção, recomendadas e recomendadas com ressalvas” faziam parte da caracterização das coleções. Das dezesseis coleções inscritas, onze foram aprovadas em números percentuais, um total 68,75%.

O Professor Eliseu Sposito assim se manifestou acerca da impossibilidade de evidenciar com maior destaque a diferença de qualidade entre as coleções:

[...] se você observou o guia, tem quatro ou cinco gráficos que são gráficos que têm as diferentes características dos livros e os nomes das coleções. A gente queria fazer a ordem por importância. Mas nenhuma vez nós conseguimos isso. Toda vez o MEC diz que como é só a Geografia que procura fazer isso, então não pode ser diferente das demais áreas. A gente insistiu muitas vezes, fez documento e eu lá na comissão técnica, na última vez também já me dei por vencido, nem saí mais a falar sobre isso. Mas nós sempre tentamos e não conseguimos. As outras áreas são menos sensíveis a essa diferenciação. Eu não sei a razão. Mas a Geografia sempre quis, porque nós sabemos que mesmo antes da avaliação tem autores consagrados, tem autores novos e os

consagrados não são necessariamente os mais atualizados e os mais modernizados (Entrevista concedida por Eliseu Sposito em 11/11/2014).

Depreende-se a partir do trecho destacado acima, e das análises nos guias de Geografia, que o conjunto das equipes de avaliação tinha espaço para reivindicar alguns elementos quanto à exposição da avaliação no guia, mas parece que a solicitação da equipe da Geografia não fez coro entre os colegas das demais disciplinas. E ao que tudo indica parece não ter havido o fundamental – o empenho do MEC em dar destaque à diferenciação qualitativa entre as coleções, nas grandes diretrizes: quando determinou que os livros seriam avaliados como coleção e não por livros isolados e quando retirou as categorias recomendado com distinção, recomendado e recomendado com ressalva; e até mesmo nas orientações de menor impacto, quando não estimulou ou permitiu que houvesse referências mais claras nos guias relativas à qualidade das obras.

4.4 Avaliação e GLDG 2008

Na edição de 2008, os Critérios Eliminatórios e Classificatórios foram mantidos. A análise dos livros continuou considerando-os como componentes de uma coleção que, ao final da avaliação, foi considerada aprovada ou excluída. O que mais chama a atenção nesta avaliação é o número de coleções inscritas e aprovadas, e a forma de apresentação destas no guia de Geografia, que sem dúvida destoou das edições já realizadas até então.

O professor Eliseu Sposito foi o coordenador de área dessa avaliação dos livros de Geografia, e a UNESP foi pela terceira vez a instituição responsável pelo processo. Participaram da equipe de coordenação: responsável pela Comissão Técnica: Marísia Margarida Santiago Buitoni; Coordenação Institucional: Maria Encarnação Beltrão Sposito; adjuntos de Coordenação: Antônio César Leal, Antônio Nivaldo Hespanhol e João Lima Sant’Anna Neto.

Devido ao grande número de coleções inscritas, a equipe de avaliação foi composta por vinte e quatro pareceristas, cujos nomes aparecem no quadro 12:

Nome dos pareceristas	Principais áreas de atuação	Vínculo institucional
Álvaro Luiz Heidrich	Geografia Humana, Geração e Perda de Vínculos, Territorialidades e Identidades	Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Antônio Elíseo Garcia Sobreira	Arte Educação Social, Pensamento geográfico, Anarquismo	Autor do blog educanarquista.blogspot.com
Arthur Magon Whitacker	Produção do espaço urbano, Cidades médias, Centralidade intraurbana	Professor assistente doutor junto ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP (PP)
Beatriz Ribeiro Soares	Geografia Urbana, Produção do Espaço Urbano, Espaços Urbanos Não Metropolitanos	Professora titular da Universidade Federal de Uberlândia, Docente permanente nos cursos de Pós-Graduação em Geografia e Arquitetura da Universidade Federal de Uberlândia
Eduardo Campos	Teoria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Curricular, Currículo de Geografia	Assessor da Prefeitura Municipal de São Paulo e coordenador pedagógico do Colégio Oswald de Andrade
Edvânia Torres Aguiar Gomes	Educação e Pesquisa, Espaço Público, Planejamento Urbano e Desenvolvimento Regional	Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco

Ercília Torres Steinke	Climatologia Geográfica e Ensino de Climatologia	Professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e Coordenadora do Laboratório de Climatologia Geográfica (LCGea) da Universidade de Brasília
Gláucio José Marafon	Agricultura Familiar, Complexo Agroindustrial, Desenvolvimento Rural	Professor associado do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Helena Copetti Callai	Ensino de geografia, e em Currículo e Formação de Professores	Professora titular no Departamento de Humanidades e Educação de Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Hernani Loebler Campos	Geografia Física e Bacias Hidrográficas.	Professor adjunto 3 da Universidade Federal de Pernambuco e Tutor do Programa de Educação Tutorial – PET Geografia
Inês Moresco Danni-Oliveira	Clima Urbano, Poluição do Ar e Saúde, Variabilidade Climática	Professor adjunto da Universidade Federal do Paraná
João Cleps Júnior	Geografia Agrária, Agricultura e Meio Ambiente, Produção Camponesa e Agronegócio	Professor Associado do Instituto de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
Júlio César Suzuki	Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura	Professor Doutor da Universidade de São Paulo
Magaly Mendonça	Climatologia, Circulação Atmosférica, Clima Regional e Urbano	Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina

Margarete C. Costa Trindade Amorim	Clima Urbano e Qualidade Ambiental Urbana	Professora assistente doutora da UNESP (PP)
Marisa Terezinha Rosa Valladares	Formação Docente em Geografia, Educação do Campo, Educação Infantil	Professora adjunta no Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (Campos de Goytacazes)
Maria Eneida Fantin	Ensino de Geografia, Material didático	Docente no curso de Pedagogia do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil
Neusa Maria Tauschek	Ensino de Geografia	Atualmente exerce função técnico-pedagógica no Núcleo Regional de Educação de Paranaguá
Olga L. Castreghini de Freitas Firkowski	Indústria Automobilística, Aglomerado Metropolitano, Espaço Urbano	Professora associada 1 da Universidade Federal do Paraná
Oscar Alfredo Sobarzo Miño	Produção do Espaço Urbano, Cidades Médias, Espaço Público	Professor adjunto do Departamento de Geografia (DGEI) da Universidade Federal de Sergipe
Raimunda Abou Gebran	Ação Docente, Construção do Conhecimento, Ensino de Geografia	Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Universidade do Oeste Paulista
Regina Penati Cardoso Ferreira	Educação em Periferias Urbanas e Gestão Pública na Área Social	Atualmente exerce o cargo de Secretária municipal da Assistência Social de Presidente Prudente
Ricardo Gurgel Azzi *	-	-
Rosângela A. de Medeiros Hespanhol	Políticas Públicas, Segurança Alimentar, Org. do Espaço	Professora assistente doutora dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da UNESP (PP)

Quadro 12 - Equipe de Pareceristas do PNLD Geografia 2008.

Fonte: Informações extraídas da Plataforma Lattes, em 2014/2015.

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

* Não foram encontradas informações referentes a estes pareceristas na Plataforma Lattes.

A ficha de avaliação de 2008 passou por algumas modificações em seu formato, mas tanto os critérios quanto os aspectos-chave da avaliação foram mantidos¹¹³. Nos Critérios Eliminatórios foram analisadas: coerência e adequação metodológicas; correção dos conceitos e das informações básicas; construção da cidadania (não ou sim). Nos Critérios Classificatórios: aspectos gerais (nível de conhecimento, valorização do saber prévio do aluno [...]), atividades (problemas, exercícios, pesquisas), ilustrações, Manual do Professor (orientação ao professor) e estrutura editorial e formatação.

O guia de Geografia em 2008 é bastante extenso nas análises dos aspectos considerados na avaliação, merecendo quase tanto destaque quanto as resenhas de cada coleção. São apresentados vários gráficos com inúmeras informações. A forma de retratar os itens analisados na avaliação parece ter dificultado a compreensão do material e a própria utilização do guia.

A professora Maria Encarnação, que nessa edição do PNLD de Geografia foi a coordenadora institucional, assinalou (em entrevista) que em razão das negativas do MEC aos pedidos de mudança na apresentação das coleções, visando torná-la mais clara quanto a sua qualificação, a equipe de Geografia tratou de ilustrar o guia com diversos quadros/gráficos coloridos, em que as coleções destacadas com tons mais fortes seriam facilmente percebidas como as coleções mais bem qualificadas. Acrescentou ainda que o MEC havia realizado uma pesquisa em que concluiu que os professores não liam as resenhas sobre as coleções e que por isso a equipe de Geografia apostou na apresentação dos gráficos. Nas páginas seguintes são reproduzidos dois deles:

¹¹³ As Fichas de Avaliação são apresentadas no anexo E, p 355.

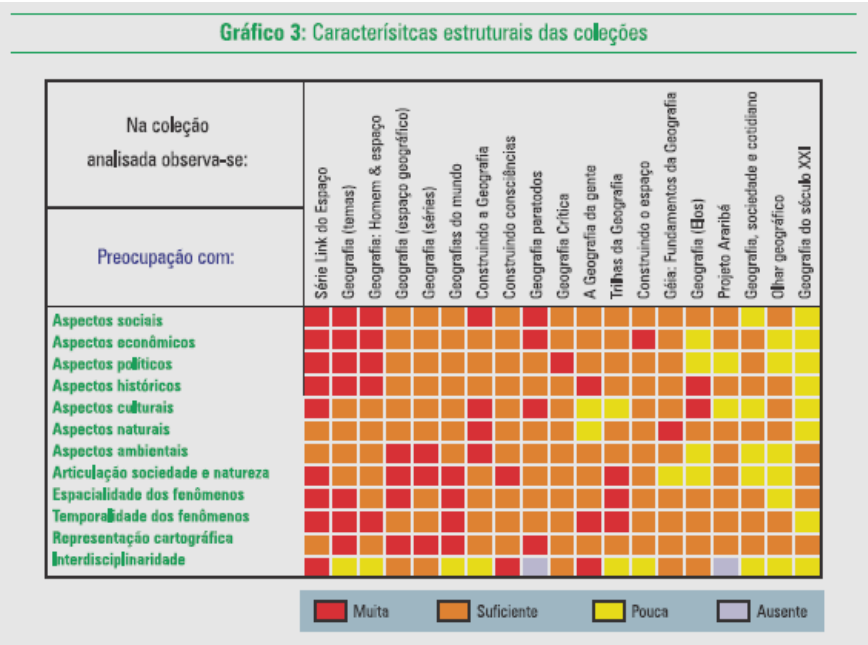


Figura 1 – Gráfico sobre a preocupação das coleções com aspectos a serem trabalhados na disciplina de Geografia.

Fonte: GLDG, 2008, p. 14.

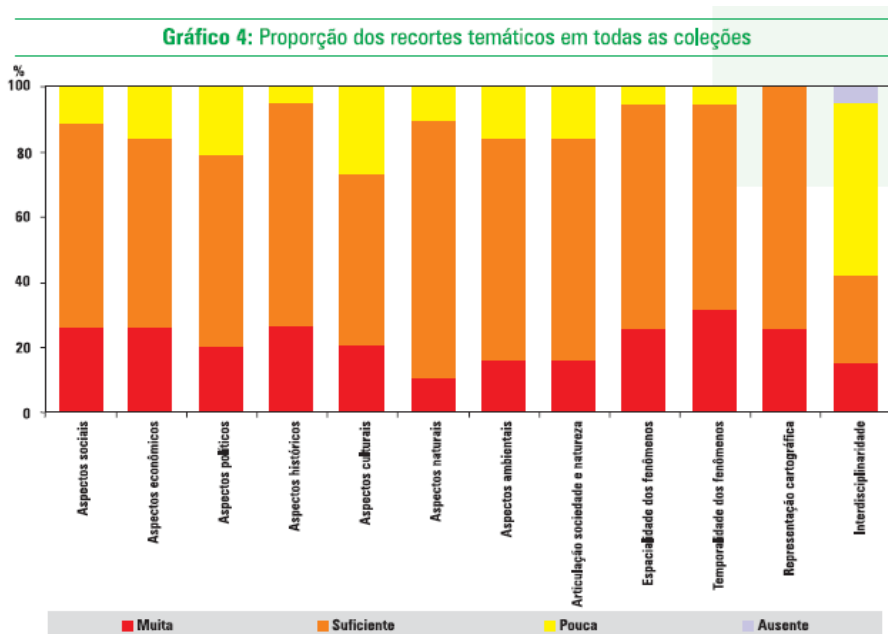


Figura 2 - Gráfico sobre os recortes temáticos das coleções de Geografia PNLD 2008.

Fonte: GLDG, 2008, p. 15.

As informações gerais dos gráficos contidas nas figuras 01 e 02 não demonstram de forma mais direta uma qualificação das coleções quanto à correção dos conteúdos, por exemplo. Na figura 01, quantificam a “preocupação” das coleções com determinados aspectos a serem abordados no ensino de Geografia, sem mencionar a qualidade com que as coleções abordam os conteúdos e justificam essa “preocupação”. O fato dos itens serem abundantes nos livros não significa diretamente que eles estejam apresentados de maneira adequada. E na figura 02 percebe-se que há um nivelamento entre as coleções, ou seja, esse gráfico acabou por seguir as recomendações do MEC no que se refere à demonstração “mínima de distinção” entre as coleções.

Observa-se que os itens destacados nesses gráficos não representam os critérios mais importantes observados na avaliação. Na leitura completa do guia percebe-se o risco de o leitor perder-se nos detalhes que foram destacados acerca de cada coleção. Não houve, por exemplo, destaque sobre quais foram os critérios estruturantes utilizados

na avaliação e quais as obras mais bem qualificadas. Nessa edição foram aprovadas 73% das coleções, o que em números isolados corresponde a 26 coleções inscritas e 19 aprovadas.

Tem-se consciência que seria necessário analisar ao menos um livro de cada coleção para se ter uma referência mais consistente sobre a coerência da qualidade das coleções (quanto ao atendimento dos Critérios Eliminatórios, sobretudo) e a forma de apresentação desta no guia. Mas considera-se, a partir da análise comparativa dos guias, que houve excesso de detalhamento na qualificação das coleções, e ao consultar os guias de outras disciplinas percebe-se que a estratégia de utilização dos gráficos foi empregada apenas pela equipe de Geografia.

Além dessa situação, o próprio texto contido no guia cai em contradição no que se refere ao atendimento dos Critérios Eliminatórios que exigiam a “coerência teórico-metodológica” da coleção. Veja-se a afirmação transcrita a seguir:

Há coleções que não têm, por sua vez, orientação teórica explícita, não indicam os conceitos estruturadores da obra ou se baseiam no ecletismo teórico. A coleção A Geografia da Gente, por exemplo, apresenta como pressuposto a Geografia Crítica, principalmente nas tendências histórico-materialista e fenomenológica mantendo, no caso da primeira, a centralidade da análise a partir da noção de trabalho e, no caso da tendência fenomenológica, valorizando os conceitos de paisagem e de lugar, e a noção de bioma. (BRASIL, GLDG, 2007, p. 29).

Como duas linhas teóricas antagônicas puderam ser apreciadas na avaliação tendo como resultado sua aprovação? Denominar um quadro que pode resultar em grande confusão teórica como “ecletismo” não parece ser uma boa contribuição ao ensino de Geografia, e contraria as recomendações da avaliação quanto ao aspecto “coerência e adequação metodológica” (conforme pode ser consultado no quadro 15 apresentado na página 182). Diferentes linhas teóricas adotadas nas coleções devem ser aceitas, desde que atendam aos critérios de análise, mas a mistura de linhas antagônicas não devia ser vista como inovação, e sim como uma grande inadequação.

Há um item destacado nesse guia que se chama “**Coleções em que não se explicitam os conceitos**”. Novamente com base nas recomendações da avaliação, constata-se que essas coleções deveriam

ser excluídas. Porém, segundo a análise da equipe de Geografia de 2008, havia “coleções em que não se explicitam os conceitos estruturadores, mas deixam implícitos aqueles utilizados, pautando-se muito mais pelas articulações de noções e idéias, numa tentativa de inovar a sua organização interna”. (BRASIL, GLDG, 2007, p. 28-29).

Nessa edição da avaliação, 18 coleções de Geografia foram aprovadas. Tendo em vista o atendimento dos critérios da avaliação, a grande semelhança nos conteúdos dos livros, o fato de diferentes coleções pertencerem aos mesmos grupos editoriais, e principalmente em razão de algumas coleções parecerem ser aprovadas em uma espécie de nivelamento de tipo razoável, questiona-se se não seria o caso de oferecer aos professores um número menor de coleções com melhor qualificação do que um leque aparentemente diversificado de opções, mas que apresentem abordagens pouco adequadas.

No capítulo 4 deste trabalho, serão apresentados vários exemplos de erros presentes nos conteúdos sobre o estado de Santa Catarina, demonstrando que apesar da realização dos processos de avaliação muitos livros didáticos continuam sendo aprovados com incorreções, contrariando os critérios do PNLD. A esse respeito, o professor Nivaldo Espanhol, que atuou como coordenador de área no processo de avaliação da Geografia, em 2008, ao ser perguntado via aplicação de um questionário sobre a sua opinião acerca da permanência de erros nos livros didáticos, assim se manifestou:

Elaborar coleções de livros didáticos de Geografia é muito difícil. No caso específico da Geografia, os assuntos abordados são muito diversificados e a realidade tratada é extremamente dinâmica. É praticamente impossível encontrar uma coleção que não apresente vulnerabilidades no que concerne ao tratamento dos conceitos, a presença de informações básicas com alguma imperfeição, tratamento metodológico inadequado, etc. Portanto, penso que dificilmente haverá coleções que não tenham pequenos erros. Na avaliação não se pode tolerar erros graves, mas é necessário utilizar o bom senso¹¹⁴.

¹¹⁴ Ver reprodução integral do questionário no apêndice D (p.309).

As reflexões até aqui apresentadas a respeito da avaliação dos livros didáticos de Geografia coincidem com as constatações apontadas por Cassiano:

Uma década após a implementação da avaliação dos livros didáticos no PNLD (1996 a 2006), podemos afirmar que boa parte da polêmica instituída inicialmente [...] passou a não ter mais procedência. Um dos fatores para isto é porque os editores foram se adaptando aos critérios estabelecidos pelo governo, à medida que foram adequando e/ou produzindo o livro didático que atendesse aos critérios especificados pela equipe do MEC. Por outro lado, o Estado também alterou radicalmente a forma de divulgação dos resultados referentes ao processo avaliativo [...]. (CASSIANO, 2007, p. 62).

4.5 Avaliação e GLDG 2011

Em 27/01/2010 foi publicado o Decreto-Lei nº 7084, que ficou conhecido como Lei do PNLD. Os artigos do decreto-lei não foram totalmente atendidos na avaliação de 2011 porque o edital para a realização daquele PNLD já havia sido elaborado, não havendo, assim, tempo hábil para que as editoras se adequassem às novas exigências. Contudo, algumas modificações importantes puderam ser adotadas, entre as quais a extinção dos Critérios Classificatórios e a definição de que os Critérios Eliminatórios passariam a ser organizados em dois grandes conjuntos:

- **Critérios Eliminatórios Comuns** (para todas as disciplinas), cujo item IV do Capítulo V, Seção II, do Art. 19 do Decreto nº 7.084 de 27/01/2010 exige a “correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos”;

- **Critérios Eliminatórios Específicos** (para cada componente curricular), em que fica estabelecido que os livros didáticos para a disciplina de Geografia contenham:

conceitos e informações corretas que permitam a compreensão da formação, do desenvolvimento e da ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e suas relações;

conceitos e informações corretas que permitam compreender a formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações; conceitos e informações relacionadas de maneira correta, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade. (Edital PNLD, 2011, p. 43-44)¹¹⁵.

Com base nas informações obtidas por meio de um questionário respondido por um membro da equipe de avaliação de 2011¹¹⁶, soube-se que por questões orçamentárias a partir de 2010 apenas as universidades federais poderiam conduzir as avaliações. Além disso, devido à experiência de alguns pareceristas e ao fato de a UFRGS possuir junto à Graduação e a Pós inclinação para a reflexão do ensino em Geografia, essa instituição foi designada a realizar o PNLD dessa disciplina, depois de três processos de avaliação conduzidos pela UNESP.

Nesse novo processo de avaliação, o professor Dr. Álvaro Luiz Heidrich foi o coordenador de área. Os demais participantes da coordenação dessa edição do PNLD de Geografia foram: Comissão Técnica Marísia Margarida Santiago Buitoni; Coordenação Institucional Laurindo Antonio Guasselli; Coordenação Adjunta Dirce Maria Antunes Suertegaray, Luis Alberto Basso, e Roberto Verдум; Secretaria: Mônica Tagliari Kreling e Nola Patrícia Gamalho.

A equipe de pareceristas, que nessa edição passaram a ser denominados avaliadores, foi constituída por vinte professores, apresentados no quadro 13:

¹¹⁵

Disponível

em:

<ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/livro_didatico/edital_pnld_2011.pdf>. Acesso 19 jun. 2013.

¹¹⁶ Questionário II – reproduzido integralmente no apêndice E (p. 312). O(A) professor(a) optou por manter-se em anonimato.

Nome dos avaliadores	Principais áreas de atuação	Vínculo Institucional
Ana Santos Rocha	Política Pública, Gestão do Território, Política Educacional	Professora da Universidade Federal de Sergipe
César de David	Espacialidades Rurais, Agricultura Familiar e Educação do Campo	Professor associado da Universidade Federal de Santa Maria
Doralice Maia	Urbanização Brasileira, Geografia Histórica Urbana, e a Cidade no Ensino de Geografia	Professora do Departamento de Geociências na Universidade Federal da Paraíba
Edna Lindaura Luiz	Geomorfologia, Hidrologia de Encosta e Avaliação de Impactos Ambientais	Professora do Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina

Eduardo Campos	Coordenação Pedagógica e Educacional, Formação de Professores e Currículo de Geografia	Assessor da Prefeitura Municipal de São Paulo e coordenador pedagógico do Colégio Oswald de Andrade
Genylton Odilon Rego da Rocha	Didática da Geografia, Políticas Curriculares e Organização e Avaliação de Currículo	Professor do Instituto de Ciências da Educação da UFPA Universidade Federal do Pará,
Gilmar Mascarenhas	Política Urbana, Legado, Cidadania e Impactos na Cidade	Professor do Instituto de Geociências na Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Gláucio Maraform	Agricultura Familiar, Complexo Agroindustrial, Desenvolvimento Rural	Professor associado do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Icléa Vargas	Geografia Escolar, Disciplinas Escolares e Formação de Professores	Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Engenharias e Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

João Osvaldo Rodrigues Nunes	Geomorfologia, Mapeamento Geomorfológico e Erosão	Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Luis Antonio Bittar Venturi	Recursos Naturais e Técnicas de Campo e Laboratório da pesquisa em Geografia	Professor livre-docente da Universidade de São Paulo na graduação do Departamento de Geografia e professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia Física
Maíra Suertegaray Rossato	Ensino de Geografia, Climatologia e Geomorfologia	Professora efetiva do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Margarete C. Costa Trindade Amorim	Clima Urbano e Qualidade Ambiental Urbana	Professora assistente doutora da UNESP (PP)
Maria Eneida Fantin	Ensino de Geografia, Material Didático	Docente no curso de Pedagogia do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil
Maria GERALDA de Almeida	Manifestações Culturais, Turismo, Territorialidades	Professora colaboradora da Universidade Federal de Sergipe e Professora titular da Universidade Federal de Goiás
Neusa Maria Tauschek	Ensino de Geografia	Atualmente exerce função técnico-pedagógica no Núcleo Regional de Educação de Paranaguá

Nina Simone Fujimoto	Problemas Ambientais Urbanos, Diagnóstico Ambiental e Fragilidade Ambiental	Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Oscar Sobarzo Miño	Produção do Espaço Urbano, Cidades Médias, Espaço Público	Professor adjunto do Departamento de Geografia (DGEI) da Universidade Federal de Sergipe
Rosselvelt José Santos	Geografia Cultural, Geografia Agrária e Ensino de Geografia	Professor Titular orientador do Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal de Uberlândia
Sinthia Cristina Batista	Relação entre Geografia e a Cartografia e Questão Agrária no Brasil e em Mato Grosso	Professora adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso

Quadro 13 – Equipe de Pareceristas do PNLD Geografia 2011.

Fonte: Informações extraídas da Plataforma Lattes, em 2014/2015.

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

Conforme as informações concedidas pelo(a) professor(a) integrante da equipe de Geografia, para atender o perfil estabelecido para a função de avaliador era necessário: “portar o título de doutor; possuir experiência na área objeto da avaliação, considerando dedicação ao ensino, equilíbrio entre as especialidades da área, diversidade regional (ou seja: todas as regiões do país deveriam ser contempladas) e experiência em avaliação”¹¹⁷.

Constata-se que alguns avaliadores em 2011 já haviam atuado em edições anteriores, o que segundo os entrevistados possibilitava que

¹¹⁷ Informações obtidas através do questionário II, reproduzido no apêndice E.

a experiência adquirida nas avaliações anteriores fosse repassada às novas edições do processo de avaliação. É importante observar que o número de avaliadores em 2011 foi superior inclusive ao número de coleções inscritas (18). É provável que o tamanho da equipe tenha possibilitado uma maior dedicação à análise das coleções, levando em conta o número de obras a serem lidas, o tempo da avaliação e o número de avaliadores disponíveis.

É importante reiterar que as fichas de avaliação dos livros utilizadas nas edições do PNLD de 1999 a 2011 são semelhantes, mas nessa última edição, embora os Critérios Classificatórios tenham sido extintos, todos os aspectos-chave foram mantidos dentro dos Critérios Eliminatórios (conforme pode ser observado no quadro 15, na página 182). A grande diferença nessa ficha de avaliação¹¹⁸ foi o aumento dos *itens detalhados* a serem analisados, que de 25 em 2008 passaram para 42 itens em 2011. Foram inscritas 18 coleções e aprovadas apenas 10. Em termos percentuais, 55,55% das obras receberam aprovação. Como não há divulgação das coleções excluídas, não é possível analisar comparativamente nem saber quais coleções receberam, por exemplo, aprovação em 2002 e 2008 e foram reprovadas em 2011.

O guia de Geografia 2011 foi o único a explicitar o funcionamento da avaliação, conforme a citação transcrita a seguir:

Cada obra, não identificada por autores, editoras e títulos, deve ser analisada por dois avaliadores, que desconhecem, previamente, seu parceiro de avaliação;

Os avaliadores devem analisar exaustivamente cada coleção, considerando os critérios exigidos em edital, preenchendo uma ficha, a ser remetida a um coordenador de grupo, discutida, reelaborada nos itens necessários para, depois disso, ser reenviada ao coordenador;

Cada ficha deve ser supervisionada por um coordenador geral;

Após a supervisão do coordenador geral, há a necessidade de realização de uma reunião de consolidação, em que se discute e se compatibiliza o trabalho feito pelos dois avaliadores;

¹¹⁸ As Fichas de Avaliação de 2011 são apresentadas no anexo F, p. 362.

Decidido se a obra atende aos requisitos do edital, elabora-se uma resenha para fazer parte do Guia do Livro Didático de Geografia;

Decidido se a obra não atende aos requisitos do edital, elabora-se um parecer consubstanciado pelas razões da sua exclusão, o qual será divulgado aos autores e editoras;

Após as reuniões de consolidação, as resenhas são submetidas a leitores críticos, geralmente professores de rede pública, que, após a leitura, elaboram críticas e sugestões, no sentido de uma maior adequação do GUIA ao trabalho cotidiano do professor do ensino fundamental. (BRASIL, GLDG, p. 12).

Comparativamente, a leitura desse guia foi facilitada em relação ao guia do PNLD anterior, não apenas pela diminuição do número das coleções, mas também pela forma de apresentação dos resultados da avaliação. Como em 2008, há gráficos que caracterizam as coleções, mas dessa vez eles contribuem para uma compreensão mais rápida das informações ali representadas, com destaque para o gráfico sobre o “enfoque metodológico de ensino-aprendizagem”, em que coleções foram caracterizadas “em cinco enfoques básicos e dois procedimentos complementares”. (BRASIL, GLDG, p. 16-17), a saber: aprendizagem psicogenética, sociointeracionismo, perspectiva crítica, orientações do PCN, espaço vivido, mobilização do aluno e leitura e uso do mapa.

Notou-se no guia de 2011 uma exposição mais objetiva quanto ao agrupamento das coleções, segundo determinados aspectos (como o de ensino-aprendizagem). A apresentação objetiva dos itens analisados na avaliação é fundamental para a compreensão do guia pelos professores. Aliás, esse é o objetivo do material em questão: apresentar os resultados da avaliação, subsidiando a escolha das coleções pelos professores.

Considera-se que depois de doze anos de experiência acumulada na realização das avaliações dos livros didáticos de Geografia, com a manutenção dos Critérios Eliminatórios, seria procedente esperar que as incorreções conceituais, de informação e de atualização dos conteúdos não estivessem mais presentes nos livros. Sobre esse aspecto, perguntado(a) se haveria “alguma quantificação (ou de tolerância) de incorreções aceitas para que uma coleção inteira não

seja eliminada” da avaliação, o(a) professor(a) membro da avaliação de 2011 afirmou que:

Não há tolerância. Em todas as avaliações das quais participei, seja como avaliador ou coordenador, se um volume é reprovado, toda a coleção é excluída, mesmo que algum outro volume apresentasse qualidade. Essa diretriz exerce pressão para que autores e editores qualifiquem o conjunto da obra. Houve muito casos em que a coleção foi excluída devido a incongruência entre o conteúdo e orientações seguida no Livro do Aluno e o que se orientava no Manual do Professor. Todavia, também houve casos em que se avaliou ser a qualidade da orientação contida no Manual do Professor a garantia de que o conteúdo expresso no Livro do Aluno fosse bem explorado. (Informações obtidas através do questionário II, apêndice E).

Entretanto, analisando os livros de Geografia destinados ao 7º ano do ensino fundamental, especificamente os conteúdos referentes ao estado de Santa Catarina, constata-se a permanência de várias incorreções ao longo das sucessivas avaliações. Há erros presentes em livros aprovados desde 2005 em que apenas a numeração da página ou o nome da coleção foram alterados, como nos exemplos destacados a seguir: “No norte de Santa Catarina (Vale do Itajaí) instalaram-se os alemães, responsáveis pela fundação de cidades como Joinville e Blumenau”. (SENE; MOREIRA, 2010, p. 161); “Além disso, a região [Sul] possui indústrias metalúrgicas e mecânicas em Caxias do Sul (RS) e no vale do Itajaí, com destaque a Joinville [...]”. (SENE; MOREIRA, 2012, p. 231). Apenas a título de observação, cabe registrar que o município de Joinville se localiza na região Nordeste Catarinense.

Embora muitos autores e editoras que têm coleções excluídas na avaliação afirmem que “ao longo dos 15 anos de existência do programa, [eles] aumentaram o número de critérios pedagógicos que dão margem à subjetividade”. (José de Nicola Neto, presidente da Abrale)¹¹⁹, o que se constata ao analisar os editais, os critérios e as

¹¹⁹ Informações extraídas da reportagem de Amanda Ciegliniski. **Autores querem mudança nos critérios de seleção de livros didáticos destinados a escolas públicas.** Agência Brasil. 02/09/2011.

fichas de avaliação é que os aspectos analisados nos livros são bem definidos e plenamente conhecidos pelas editoras. Não se pretende defender o princípio de que a avaliação ocorra sem nenhum teor de subjetividade, mas verifica-se que sua organização limita essa questão a uma margem pequena.

Também se discorda da declaração feita pelo presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), em 2011, defendendo o fim do anonimato dos avaliadores durante o processo. Vê-se que o cuidado em manter o sigilo da avaliação não pode ser minimizado em nome da defesa de “transparência no processo”. Frente às incursões dos representantes das editoras nas escolas, é de se pensar em como seria delicada a situação dos avaliadores caso as editoras tentassem entrar em contato com eles. Assim que os resultados da avaliação são finalizados, a equipe de avaliadores é divulgada no guia do livro didático. Além disso, as fichas de avaliação “respondidas” pela equipe são repassadas às editoras.

Eis uma grande contradição envolvendo os livros didáticos: os critérios são bem definidos, mas há reclamações por parte das editoras que têm obras excluídas, portanto a avaliação tem cumprido parte da sua função então por que ainda são encontrados livros com incorreções? Apesar de alguns problemas apresentados serem de fácil correção, muitos erros se repetem edição após edição dos PNLDs de Geografia.

Grande parte do enigma envolvendo as editoras, a avaliação e as pesquisas que apontam a presença de erros nos livros didáticos poderia ser esclarecida se o MEC autorizasse a consulta às fichas de avaliação respondidas, ou seja, às fichas que contêm os registros com as justificativas e os pareceres dos avaliadores e coordenadores. As chamadas fichas consolidadas são documentos em que se poderia constatar se houve ou não o apontamento das incorreções (que contrariam os Critérios Eliminatórios) por parte dos avaliadores. Infelizmente, alegando o fato do processo de avaliação estar sob sigilo segundo o edital do PNLD, o MEC proíbe o acesso a esse arquivo, que sem dúvida constitui um valioso material de pesquisa. Há uma espécie de arquivo-cópia de cada edição da avaliação nas universidades responsáveis pelos processos que deve ser guardado por no mínimo cinco anos. O acesso a esse material também é negado. Apesar dessa

restrição, segue-se investigando com as fontes disponíveis as avaliações do PNLD.

4.6 Aspectos da avaliação e GLDG 2014

Nesta que é a sexta avaliação do PNLD de Geografia destinada aos anos finais do ensino fundamental, verifica-se uma grande alteração nos critérios de avaliação quanto à presença de incorreções nos livros didáticos. Anteriormente, os Critérios Eliminatórios determinavam que a presença de erros deveria resultar na exclusão da coleção, mas em conformidade com o Decreto-Lei nº 7.084, o edital da avaliação de 2014 determinou que as coleções que tivessem “falhas pontuais” deveriam ser submetidas à correção pelas editoras, durante o desenrolar da avaliação, e aquelas que contivessem “falhas de maior gravidade”, caracterizadas por desatualização de conceitos ou que induzissem ao erro, fossem excluídas (BRASIL, Guia do Livro Didático de Geografia, 2013, p. 9).

A avaliação de Geografia em 2014 teve como coordenadora de área a professora Dra. Adrianly de Ávila Melo Sampaio e foi centralizada pela Universidade Federal de Uberlândia. Entre os membros integrantes da equipe de avaliadores, estiveram na

- Comissão Técnica – PNLD: Marísia M. Santiago Buitoni (PUC SP/UERJ);
- Coordenação Institucional: Beatriz Ribeiro Soares (UFU);
- Coordenação de Área: Adrianly de Ávila Melo Sampaio (UFU);
- Coordenação Adjunta: João Cleps Júnior (UFU), Rosselvelt José Santos (UFU) e Gláucio José Marafon (UERJ);
- Secretária: Flávia Aparecida Vieira de Araújo (UFU);
- Leitura crítica: Eliseu S. Sposito (UNESP) e Silma R. Montes (Rede Estadual MG);
- Revisão de português: Diélen dos Reis Borges Almeida e Jeane Medeiros Silva;
- Avaliadores dos recursos: Luis Alberto Basso (UFRGS), Luis Antonio Bittar Venturi (USP) e Margareth Cristiane de Costa Trindade Amorim (UNESP – Presidente Prudente).

Outro fato novo na avaliação de 2014 diz respeito à adição dos chamados conteúdos multimídia às coleções. Houve, assim, avaliação das chamadas coleção tipo 1, aquelas compostas apenas pelos livros impressos, e as coleções de tipo 2, compostas pelos livros e acompanhadas de conteúdos multimídia, entendidos como os temas curriculares tratados por meio de um conjunto de objetos educacionais digitais destinados ao processo de ensino e aprendizagem”. (MEC/FNDE/SEB/Edital PNLD 2014, p.2). Esses conteúdos foram apresentados no formato de CD-ROM¹²⁰.

O PNLD de Geografia 2014 superou o recorde no número de coleções inscritas e aprovadas: 26 coleções foram inscritas, 24 foram aprovadas, correspondendo percentualmente a 92,03% de aprovação – a maior entre os PNLDs de Geografia. Devido ao grande número de coleções inscritas, esse PNLD de Geografia também contou com a maior equipe de avaliadores formada até então 27 professores. O quadro 14 apresenta os pareceristas que compunham a equipe de avaliadores.

Nome dos avaliadores	Principais áreas de atuação	Vínculo institucional
Antônio Carlos de Barros Corrêa	Geomorfologia do Quaternário, Geomorfologia Histórica e Estrutural, Geomorfologia do Semi-árido do Nordeste do Brasil	Universidade Federal de Pernambuco
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro	Paleontologia e Geologia	Universidade Federal de Uberlândia <i>campus</i> Pontal

¹²⁰ Apesar de no início do guia haver a distinção entre as coleções de tipo 1 e tipo 2, na sequência de apresentação das resenhas elas estão “misturadas”, ou seja, não há uma seção para as coleções que contêm apenas os livros e as coleções que contêm os livros e os conteúdos digitais, o que não favorece o trabalho de análise por parte dos professores.

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira	Análise Regional, Desenvolvimento Regional, Configuração Físico-Territorial	Universidade Federal de Goiás
Cesar de David	Espacialidades Rurais, Agricultura Familiar e Educação do Campo	Universidade Federal de Santa Maria
Djalma Vieira Bezerra	Métodos e Técnicas em Geografia	Escola Estadual Maria da Conceição Barbosa de Souza, em Uberlândia MG
Doralice Sátyro Maia	Urbanização Brasileira, Geografia Histórica Urbana, e a Cidade no Ensino de Geografia	Universidade Federal da Paraíba
Edima Aranha Silva	Espaço Urbano, Territórios e Fronteiras	Universidade Federal de Santa Maria
Ednéa do Nascimento Carvalho	Ensino da Geografia em Séries iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Pluriculturalidade e Cidadania	Universidade Federal do Oeste do Pará
Emerson Galvani	Geografia Física, Climatologia e Microclimatologia	Universidade de São Paulo
Genylton Odilon Rego da Rocha	Didática da Geografia, Políticas Curriculares e Organização e Avaliação de Currículo	Universidade Federal do Pará
Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza	Ensino de Geografia, Geografia Cultural e Ambiental	Pontifícia Universidade Católica – SP
Marcos Aurélio Saquet	Território e Territorialidade, Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Campus de Francisco Beltrão)

Maria Eneida Fantin	Ensino de Geografia e Material Didático	Instituto de Educação do Paraná
Mizant Couto de Andrade	Metodologia do Ensino de Geografia, Geografia Urbana e Formação de Professores	Faculdade Católica de Uberlândia
Neusa Maria Tauscheck	Ensino de Geografia	Instituto de Educação do Paraná
Nina Simone Vilaverde Moura	Problemas Ambientais Urbanos, Diagnóstico Ambiental e Fragilidade Ambiental	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski	Geografia Urbano-Industrial, Aglomerado Metropolitano e Espaço Urbano	Universidade Federal do Paraná
Oscar Alfredo Sobarzo Miño	Produção do Espaço Urbano, Cidades Médias e Espaço Público	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Roberta Afonso Vinhal Wagner	Geopolítica, Geografia Política, Geografia Agrária	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Roberto Verdum	Geomorfologia, Análise Ambiental e Desertificação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Sônia Regina Romancini	Geografia Urbana e Geografia Cultural	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Valéria Trevizani Burla de Aguiar	Geografia, Cartografia Escolar e Cartografia Histórica	Universidade Federal de Juiz de Fora
Vânia Silvia Rosolen	Geociências, Gênese e Evolução de Solos e Paisagens Tropicais	Universidade Federal de Uberlândia
Vanilton Camilo de Souza	Produção de Material Didático para a Geografia Escolar e Formação Inicial/e Continuada de Docentes	Universidade Federal de Goiás

Vilma Lúcia Macagnan Carvalho	Geomorfologia, Pedogeomorfologia e Micropedologia	Universidade Federal de Minas Gerais
William Rodrigues Ferreira	Geografia dos Transportes, Planejamento Urbano e Regional e Mobilidade Inclusiva e Sustentável	Universidade Federal de Uberlândia
Winston Kleiber de Almeida Bacelar	Saúde Ambiental, Pequenas Cidades e Gestão Pública do Território	Universidade Federal de Uberlândia

Quadro 14 - Equipe de avaliadores do PNLD Geografia 2014.

Fonte: Informações extraídas da Plataforma Lattes, em 2014/2015.

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

Infelizmente, a Coordenadora de área da avaliação, professora Dra. Adrianly Sampaio, não respondeu aos convites para colaborar com a presente pesquisa por meio de um questionário, deixando assim de compartilhar importantes informações sobre o processo. Por essa razão, muitas questões inéditas dessa edição do PNLD, bem como alguns aspectos referentes à condução dos trabalhos, não puderam ser esclarecidas.

Apesar de a equipe de Geografia ter contado com duas professoras responsáveis pela revisão de português e dois professores para a leitura crítica, falta uma página referente às fichas de avaliação¹²¹, apresentadas no final do guia. Em razão disso, há itens que não foram apresentados na p. 131, havendo uma lacuna entre os itens 22 e 27. Talvez a referida lacuna tenha ocorrido na etapa de diagramação final do material a ser disponibilizado em versão eletrônica.

Também se observa a designação entre a equipe de avaliação de duas professoras responsáveis pela chamada avaliação dos recursos. Supõe-se que devido ao novo funcionamento no processo de análise das coleções, que os livros que continham falhas pontuais deviam ser encaminhados às editoras para serem devidamente corrigidos em 48 horas, possa ter havido um número significativo de recursos movidos pelas editoras a fim de garantir a continuidade de suas coleções no processo de avaliação e, claro, assegurar as suas respectivas aprovações. Segundo informações fornecidas por ex-coordenadores de avaliações anteriores de Geografia, houve dois processos ganhos pelas editoras

¹²¹ As Fichas de Avaliação são apresentadas no anexo G, p. 372

contra o resultado da avaliação de 2014. Tal fato segundo essas fontes, não havia ocorrido nos processos anteriores.

Sobre as ações das editoras em relação aos resultados da avaliação é pertinente destacar a afirmação de uma avaliadora do PNLD de Geografia, que também participou da edição de 2014, quando esta aponta os limites do PNLD:

além de não atingir a educação básica em sua totalidade, já que não impede que as coleções com erros de conteúdo estejam no mercado e sejam utilizadas, verifico que está no atendimento ao rigor jurídico. Pois, **cada vez mais o edital precisa definir com clareza pormenores da avaliação para que se evite ao máximo os recursos das editoras. Isto interfere bastante na avaliação. Percebemos (nós, pois não somente eu percebo) que a força das editoras é muito grande sobre o MEC e contra o PNLD. Além disso, as editoras contam evidentemente com o poder da mídia em sempre mostrar as falhas do processo de avaliação, não mostrando nunca o que há de positivo neste processo.** (Informações extraídas do questionário III, **grifo nosso**)¹²².

Quanto a forma de apresentação dos resultados da avaliação verificou-se que o guia de Geografia de 2014 também recorreu à apresentação de gráficos sobre os aspectos observados no processo de análise dos livros. Nos quadros-gráficos (quatro) foram destacados os seguintes aspectos-chave: abordagem teórico-metodológica; observância [...] à construção da cidadania e ao convívio social ilustrações e aspectos gráfico/editoriais e projeto do livro. Mas não seria mais importante apresentar nesses gráficos aspectos tais como correção dos conceitos e informações básicas, por exemplo, ou ainda coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra? Não seriam esses os aspectos que mais contribuiriam para subsidiar a escolha dos professores e, por conseguinte, mereceriam destaque nos gráficos¹²³?

¹²² Questionário III, integralmente reproduzido no apêndice F (p. 316).

¹²³ No apêndice G (p. 319) há um quadro, elaborado pela autora desta pesquisa, que destaca elementos importantes para a realização da escolha dos livros didáticos.

Percebeu-se na leitura das resenhas que várias vezes no tópico “Em sala de aula” houve destaque para as lacunas nos conteúdos das coleções, quando por exemplo se frisou que em uma das coleções não foram apresentadas as atividades econômicas da Região Nordeste, cabendo ao professor buscar informações complementares ao abordar esse tema. Sobre muitas coleções destacou-se o fato de não abordarem adequadamente a diversidade étnico-cultural na formação da população brasileira.

Finalizando as considerações sobre as mudanças nas avaliações e na forma de apresentação destas nos guias, embora se constate que esses materiais sejam documentos repletos de informação em que é possível compreender aspectos muito importantes referentes à avaliação dos livros, no levantamento bibliográfico para essa pesquisa não foram encontrados trabalhos que abordassem os guias de Geografia no que diz respeito às mudanças e às permanências dos critérios de avaliação em cada edição desse material.

Para demonstrar os elementos que permaneceram ou que foram alterados nas fichas de avaliação dos PNLDs de Geografia, elaborou-se um quadro que apresenta os critérios gerais da avaliação e os aspectos-chave de cada edição da avaliação:

Crêterios	PNLD 2002	PNLD 2005	PNLD 2008		PNLD 2011	PNLD 2014
Crêterios Eliminatórios	<p>1- Aspectos teóricos-metodológicos</p> <p>2- Conceitos e informações básicas</p> <p>3- Construção da cidadania</p>	<p>1- Coerência e adequação metodológicas</p> <p>2- Correção dos conceitos e das informações básicas</p> <p>3- Construção da cidadania</p>	<p>1- Coerência e adequação metodológicas</p> <p>2- Correção dos conceitos e das informações básicas</p> <p>3- Construção da cidadania (sim ou não)</p>	Crêterios Eliminatórios*	<p>1- Respeito � legislação, normas e diretrizes para o Ensino Fundamental</p> <p>2- Coerência e adequação metodológica</p> <p>3- Correção dos conceitos e informações básicas</p> <p>4- Construção da Cidadania</p> <p>5- Manual do Professor</p> <p>6- Atividades</p> <p>7- Ilustrações</p> <p>8- Aspectos gráfico-editoriais e projeto do livro</p>	<p>1- Respeito � legislação, às normas e às diretrizes para o ensino fundamental de nove anos</p> <p>2- Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados.</p> <p>3- Correção e atualização de conceitos e informações</p> <p>4- Observância de princípios éticos e democráticos necessários � construção da cidadania e ao convívio social</p>
Crêterios Classificatórios	<p>4- Aspectos teóricos-metodológicos e conceituais</p> <p>5- Construção da cidadania</p> <p>6- Estrutura editorial</p> <p>7- Aspectos visuais</p>	<p>4- Aspectos gerais (nível de conhecimento, valorização do saber prévio do aluno [...])</p> <p>5- Atividades (problemas, exercícios, pesquisas)</p> <p>6- Ilustrações</p>	<p>4- Aspectos gerais (nível de conhecimento, valorização do saber prévio do aluno [...])</p> <p>5- Atividades (problemas, exercícios, pesquisas)</p> <p>6- Ilustrações</p>			

	8- Manual do Professor	7- Manual do Professor 8- Estrutura editorial e formatação	7- Manual do Professor (orientação ao professor) 8- Estrutura editorial e formatação			5- (Há um item ausente na ficha) 6- Ilustrações 7- Manual do Professor 8- Aspectos gráfico-editoriais e projeto do livro 9- Avaliação DVD– conteúdo multimídia
--	------------------------	---	---	--	--	--

Quadro 15 - Aspectos estruturantes utilizados nas fichas de avaliação dos PNLs de Geografia.

Fonte: Compilação realizada através das informações contidas nas Fichas de Avaliação dos PNLs de 2002 a 2014.

Elaboração: Gisèle Neves Maciel.

* Fim dos critérios classificatórios a partir de 2010.

Com base nas informações acima destacadas é possível conhecer os critérios que orientaram as avaliações, verificando também que ao longo das edições o número de aspectos-chave de 2002 a 2011, manteve-se o mesmo (oito). Na edição seguinte, foi acrescido apenas mais um referente à avaliação dos conteúdos digitais. Por meio desse dado podem ser contestadas as afirmações de representantes da Abrale (mencionadas no item 4.5) que alegaram ter havido um aumento de critérios subjetivos ao longo das avaliações do PNLD.

Se os aspectos-chave se mantiveram nas fichas de avaliação, entre 2005 e 2011, o mesmo não se deu com os itens detalhados que compõem cada um desses aspectos. Verifica-se que entre 2002 e 2008 esses itens foram diminuindo a cada PNLD de Geografia: havia em 2002, 50 e, em 2005, 41. Já em 2008, a ficha de avaliação era composta por apenas 25 itens.

É interessante constatar que justamente no ano em que havia um menor número de itens a serem avaliados registrou-se um aumento no número de coleções aprovadas. A ficha de avaliação de 2011 foi composta por 42 itens e o percentual de coleções aprovadas voltou a ser mais parecido com os percentuais das edições de 2002 e 2005. Todavia, essa mesma relação não pode ser estendida à avaliação de 2014, já que nesse processo os livros que continham falhas pontuais puderam ser, num prazo de 48 horas, corrigidos pelas editoras. Na ficha de avaliação de 2014, 59 itens compuseram a ficha, sendo 10 deles específicos às análises dos conteúdos digitais¹²⁴.

Outra questão importante a ser contemplada é a continuidade da concentração editorial nas coleções de Geografia aprovadas nos PNLDs de 2002 a 2014. A maior parte das coleções pertence aos grandes grupos editoriais: Grupo Abril Educação – 20; Grupo Santillana-Prisa (2001)/ Penguin Random House (2014) – 13; Saraiva S/A – 11; FTD – 08; Grupo Anaya-Hachet (Escala Educacional) – 06; IBEP – 03; Fundação SM – 02; Grupo editorial Leya – 02; Sistema Positivo – 02; AJS – 02; Editora do Brasil – 01; e Terra Sul – 01, coleção de Geografia.

Com base nos dados extraídos dos guias dos livros didáticos de Geografia, fez-se um levantamento das porcentagens aprovadas em cada edição do PNLD, demonstradas na tabela 09:

¹²⁴ Esses materiais não constituem objeto da presente pesquisa.

Tabela 9 – Porcentagem de coleções aprovadas nos PNLDs de Geografia de 2002 a 2014.

Edição do PNLD	Número de coleções inscritas	Número de coleções aprovadas	Percentual de coleções aprovadas (%)
2002	13	07	53,84
2005	16	11	68,75
2008	26	19	73,07
2011	18	10	55,55
2014	26	24	92,03
Total de coleções aprovadas nas quatro últimas edições			71,71

Fonte: Informações contidas nos GLDGs.

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

Também com base nas informações presentes nos guias, foi elaborado um quadro em que são apresentados os nomes dos coordenadores de cada edição do PNLD de Geografia:

Ano de publicação da avaliação	Coordenação		Assessor da Coordenação	Assessor Técnico
1999	Manoel C. de Andrade		Thais C. de Andrade	Sílvio Bray
Ano da avaliação	Comissão Técnica	Coordenação Institucional	Coordenação de Área	Coordenação Adjunta
2002	Marília Peluso	Maria Pichinin	Maria Encarnação Sposito	Eliseu Sposito
2005	Valéria T. Burla de Aguiar	Maria Encarnação Sposito	Antonio N. Hespanhol	Eliseu Sposito
2008	Marísia S. Buitoni	Maria Encarnação Sposito	Eliseu Sposito	Antônio C. Leal Antônio N. Hespanhol João Lima Neto
2011	Marísia S. Buitoni	Laurindo A. Guasselli	Álvaro Luiz Heidrich	Dirce M ^a Suertegaray Luis A. Basso Roberto Verdum
2014	Marísia S.	Beatriz	Adriany de	João Cleps Júnior

	Buitoni	Ribeiro Soares	Ávila Melo Sampaio	Rosselvelt José Santos Gláucio José Marafon
--	---------	-------------------	-----------------------	--

Quadro 16 - Equipe de coordenadores das avaliações de Geografia.

Fonte: Informações contidas nos GLDGs.

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

Os elementos aqui demonstrados e discutidos evidenciam que o PNLD foi aumentando a pressão sobre as equipes de avaliação ao condicionar a exclusão de um livro à exclusão de toda a coleção. Ao longo das edições, constata-se que a caracterização destas foi sendo suavizada, em especial nos guias de 2008 e 2014. Enquanto isso, grandes editoras ampliaram a concentração das vendas de coleções de Geografia ao PNLD.

As análises empreendidas acerca do contexto que envolve os livros didáticos de Geografia principalmente as esferas das avaliações do PNLD e das editoras envolvidas reforçam a hipótese de que a exclusão de um livro condicionada à exclusão de toda a coleção abriu margem para a admissão de incorreções a serem aceitas, apesar de tal fato contrariar os Critérios Eliminatórios. Essa mudança pode ter beneficiado as editoras que obtiveram aprovação de seus livros, mas não favoreceu o aperfeiçoamento do processo de avaliação, que parece ter perdido parte do rigor e da objetividade necessários ao processo de avaliação dos livros didáticos.

Até o momento, procurou-se demonstrar as modificações nas diferentes edições da avaliação e nos guias da área de Geografia. No capítulo a seguir, serão apresentados e discutidos os erros que permanecem nos conteúdos dos livros didáticos aprovados nos PNLDs de 2005, 2008, 2011 e 2014.

5 A PERMANÊNCIA DE ERROS EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: UM RECORTE SOBRE OS CONTEÚDOS REFERENTES A SANTA CATARINA

5.1 Os primeiros erros encontrados em livros didáticos: das teorias acadêmicas aos conteúdos presentes nos livros escolares de Geografia.

No ano de 2004, durante a orientação da monitoria na disciplina de Geografia do Brasil II, a professora Me. Maria Graciana E. de Deus Vieira sugeriu uma consulta bibliográfica aos livros didáticos de Geografia para analisar a abordagem relativa ao processo de industrialização do Brasil e seu desenvolvimento na região Sul. Investigava-se naquela disciplina, com base nos estudo de Mamigonian (2000), a limitação das explicações sobre a industrialização a partir das duas teorias mais difundidas: a teoria defendida pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) que enfatiza a substituição das importações como a principal alavanca para a industrialização no país; e a teoria da dependência, cujas explicações baseiam-se na relação centro-periferia, afirmando que dependendo da divisão internacional do trabalho os países periféricos (subdesenvolvidos) se ligavam ao centro do sistema mais ou menos subordinadamente.

As análises da Cepal, com destaque para a figura de Celso Furtado traziam contribuições importantíssimas para a compreensão da formação econômica brasileira, proporcionando o reconhecimento das fases de expansão e retração do mercado interno, por exemplo dos momentos de estímulo à substituição das importações, bem como das grandes dificuldades econômicas e sociais de uma nação subdesenvolvida com histórico de quatro séculos de escravidão. Já os primeiros estudos que destacavam as relações de centro-periferia, comuns entre os autores dependentistas, também contribuíram para o entendimento das consequências das fases de crise e crescimento no centro do sistema capitalista para os países periféricos, em geral subdesenvolvidos (MAMIGONIAM, 2002).

Contudo, os estudos cepalinos foram criticados nas décadas de 1960/70 por não terem tratado com profundidade da dinâmica social e produtiva que deu origem ao mercado interno diversificado e promoveu o processo de industrialização. Assim, incorreram em atribuir o redirecionamento da economia (nos momentos de substituições de importação) apenas às classes dominantes, explicando, por exemplo, que

os capitais provenientes da cafeicultura teriam sido responsáveis pela industrialização do Brasil. E no caso dos estudos dependentistas, não se observou que os processos de diferenciação econômica e social, verificados em certas áreas do Brasil, não estavam atrelados apenas ao recebimento de salário. Essa diferenciação promoveu o desenvolvimento de importantes atividades econômicas sem a dependência direta, subordinada, ao centro do sistema econômico nacional (MAMIGONIAN, 2000).

Verificou-se que a maior parte das abordagens encontradas nos livros didáticos de Geografia consultados (destinados ao ensino médio) sobre o desenvolvimento econômico brasileiro era influenciada pelas teorias da Cepal e da dependência (centro-periferia). À época, foram consultados os livros: *Geografia Espaço e Vivência*, de Boligian; *O Espaço Geográfico. Geografia Geral e do Brasil*, de Igor Moreira; *Geografia Geral e do Brasil. Espaço geográfico e globalizado*, de Sene e João Moreira; e *Brasil Sociedade e Espaço*, de Vesentini. Os dois trechos transcritos a seguir exemplificam o tipo de interpretação encontrada nos livros:

Os recursos econômicos para fazer avançar o processo de industrialização no século XX, principalmente a partir da década de 1930, foram gerados principalmente pela economia cafeeira (MOREIRA, 2004, p. 101).

Até a década de 1970, a economia da região Sul dependia quase que completamente das riquezas geradas pela produção agrícola e pecuária. A partir de então, a atividade industrial começou a crescer e a se diversificar, o que tornou o Sul a segunda região mais industrializada do país. (BOLIGIAN, 2004, p. 132).

Essas interpretações generalizantes acerca do desenvolvimento da industrialização no Brasil ignoram estudos resultantes de ampla investigação empírica, embasados num referencial teórico extremamente explicativo do desenvolvimento da formação sócioeconômica brasileira. Dentro dessa perspectiva, ganha destaque o conceito de Pequena Produção Mercantil – PPM (MAMIGONIAN, 1969; 1976, 1986, 2000) e seu significado para a formação de um mercado interno produtor/consumidor inserido numa Formação Sócio-Espacial – FSE (SANTOS, 1982) subdesenvolvida (frente ao centro do

sistema capitalista), como é o caso da FSE brasileira. Essa linha interpretativa reconhece o papel fundamental da PPM na promoção de uma intensa diferenciação social, fruto do surgimento de várias atividades artesanais, comerciais e industriais, e que constitui um terreno fértil para a emergência das relações capitalistas de produção. É importante registrar que essa organização produtiva no processo de transição ou de consolidação nas relações capitalistas de produção foi bastante elucidada por DOBB (1983), sobre a Inglaterra, no estudo intitulado “A evolução do capitalismo”, ficando conhecida como via revolucionária de transição das relações pré-capitalistas para as relações capitalistas.

Esse referencial teórico é compatível com a chamada teoria dos ciclos de acumulação da economia, que, embora não seja ainda muito difundida no Brasil, foi utilizada pelo economista Ignácio Rangel em seus estudos sobre a evolução da formação econômica do Brasil desde a década de 1950. Essa linha interpretativa reconhece o movimento cíclico de evolução do capitalismo (ciclos longos e médios), marcado por períodos de ascensão e recessão econômica.

O desenvolvimento da formação brasileira acompanha o comportamento dos ciclos longos buscando adaptar-se às exigências do capitalismo mundial, além de apresentar ciclos médios endógenos que contribuem para o entendimento do processo de industrialização do Brasil, o que permite analisar as especificidades de sua dinâmica social e produtiva. Para acompanhar o movimento dos ciclos, o país se vê obrigado a redirecionar a sua economia nos momentos de crise no centro do sistema e ampliar seu crescimento nos momentos em que a conjuntura econômica mundial é favorável.

Verifica-se que grande parte da bibliografia acadêmica sobre o assunto estava calcada nas relações centro-periferia, ou na teoria da dependência, e os conteúdos dos livros didáticos de Geografia estavam embasados nessas linhas teóricas. Considera-se, pois, que essas interpretações não permitem perceber que as atividades industriais na Região Sudeste tinham pouco a ver com iniciativas de cafeicultores na produção industrial. Cabe lembrar ainda que, no Sul do Brasil, a produção de café para fins comerciais era insignificante e que o mesmo agente social fundamental ao processo de diferenciação econômica nas lavouras de São Paulo foi também um sujeito atuante nas pequenas propriedades da região Sul.

Esse traço comum não foi devidamente analisado por muitos estudiosos que entenderam o imigrante apenas em sua função de mão-de-obra qualificada/assalariada para a agricultura, ou para os trabalhos urbanos. Muitos estudiosos do tema, em vez de aprofundar o debate

sobre a questão, mantiveram a ideia da importância do cafeicultor como classe que deu origem à industrialização do país, sem questionar a dificuldade inerente a uma classe agrária escravocrata (até o final do século XIX) transmutar-se em uma burguesia industrial. Ao que tudo indica, embasados nesse tipo de interpretação, muitos autores de livros didáticos de Geografia apresentavam (e ainda apresentam) explicações generalizantes e equivocadas sobre o desenvolvimento econômico brasileiro.

Os estudos realizados por Mamigonian (1976), Halloway (1984), Monbeig (1984) e Petrone (1985) representam um contraponto a esse tipo de interpretação, ao demonstrar a importância das rendas extras-salariais por meio das quais os imigrantes conseguiam produzir excedentes econômicos, intensificando a diferenciação social. Em boa parte dos estabelecimentos rurais, o imigrante foi na prática muito mais um produtor independente que um trabalhador assalariado e, posteriormente, compôs grande parte do conjunto de trabalhadores industriais e também do empresariado do setor. Em 1920, conforme assinala Petrone (1985, p.120), pouco menos de 64% dos estabelecimentos industriais pertenciam a imigrantes de origem modesta.

Num espectro mais geral, vale a pena considerar que na evolução das ciências sociais no Brasil, dentre as quais a História, a Economia, a Sociologia e também em boa parte dos estudos de Geografia Econômica, levou-se muito tempo defendendo, por exemplo, a figura idealizada do aristocrata cafeicultor. Por outro lado, Mamigonian observa que alguns pesquisadores, ao temerem que seus trabalhos ficassem rotulados por defenderem uma interpretação do tipo *self made man*¹²⁵, deixam de analisar com profundidade os aspectos pertinentes à imigração no contexto econômico do Brasil. Em linhas gerais, não seria exagero afirmar que muitos trabalhos acadêmicos

¹²⁵ Nesse tipo de interpretação, entende-se a ascensão social dos empresários industriais, principalmente, como o “homem que se fez por si mesmo”, deslocando-o da classe e do conjunto social que o formou. Com esse tipo de inspiração, Mamigonian (1986) criticou o estudo de Hering (1987) que enaltecia os “feitos” individuais de alguns imigrantes do Vale do Itajaí, defendendo haver em Santa Catarina um “modelo catarinense de desenvolvimento”. Muitos autores inspirados em Joseph Alois Schumpeter (economista austríaco, 1883-1950) também interpretam a figura do empreendedor como aquele que se diferencia pela capacidade individual de inovação.

glorificaram os bandeirantes e outros simplificaram a importância dos imigrantes no século XIX e início do século XX.

É necessário insistir que não se trata de enaltecer a capacidade de *um tipo de indivíduo*, ou de defender a capacidade de uma nacionalidade ou outra; trata-se sim, duma análise materialista da realidade, de constatar que aqueles trabalhadores livres, despojados de trabalho em seus países de origem, estabeleceram-se em um espaço social aberto à iniciativa de trabalhadores livres, oferecendo condições para uma ampla e rápida diferenciação social que aqueceu o mercado interno e permitiu que numerosas iniciativas industriais se multiplicassem.

Cabe destacar que não deve haver uma ideia romantizada sobre a Pequena Produção Mercantil apesar de alguns, talvez por pouco aprofundamento teórico, terem dela essa impressão. Evidentemente não foram todos os imigrantes que se tornaram empresários prósperos. Pelo contrário, a PPM foi o meio capaz de promover relações de produção com expressiva divisão do trabalho, propiciando uma diferenciação econômica por meio da qual poucos se tornaram proprietários (capitalistas) e a maioria dos sujeitos foi proletarizada. Houve um “complexo de combinações” que transformou diversas áreas de colonização do Brasil em espaços industriais e urbanizados, posteriormente.

Mas se em nível acadêmico era possível encontrar referenciais teóricos bem embasados, que iam na contracorrente das teorias hegemônicas sobre o desenvolvimento industrial do Brasil¹²⁶, o que se podia encontrar nos livros didáticos de Geografia?

¹²⁶ Citam-se aqui alguns trabalhos desenvolvidos com esse viés:

BASTOS, J. **Messias. Comércio de múltiplas filiais no Sul do Brasil**. USP. 2002. Tese (Doutorado);

BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. **A industrialização em Sombrio/SC: gênese e evolução**. UFSC. 2001. Dissertação (Mestrado);

CAMPOS, Nazareno José. Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina. UFSC. 1989. Dissertação (Mestrado);

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil**. O caso Sadia. USP. 2002. Tese (Doutorado).

NAPOLEÃO, Fábio. **Origem, desenvolvimento e crise da indústria joinvilense de materiais de construção em PVC: 1941 - 2002**. UFSC. 2005. Tese (Doutorado);

MOREIRA, Márcio. **A construção naval no Brasil: sua gênese, desenvolvimento e o atual panorama da retomada do setor - 1990-2010**. UFSC. 2012. Tese (Doutorado);

Na continuidade do levantamento bibliográfico nos outros livros didáticos, já não se esperava mais encontrar uma abordagem diferenciada do desenvolvimento econômico da região. Se em escala nacional a industrialização era “fruto dos capitais provenientes da cafeicultura” e em escala regional o Sul do país “dependia quase exclusivamente da agricultura”, restava, então, conhecer o que os livros didáticos traziam a respeito de Santa Catarina. Analisando o livro de Vesentini e Vlach, encontrou-se uma das primeiras incorreções sobre Santa Catarina: afirma que o município de Joinville se localiza no Vale do Itajaí, e que na região predominavam “as pequenas e médias propriedades agrárias que praticam a policultura aliada à pecuária”. (VESENTINI; VLACH, 2004, p. 170).

Aqui cabe ressaltar o erro de localização do município de Joinville, que se situa no Nordeste Catarinense, e não na região do Vale do Itajaí, e tem como atividade econômica de maior destaque a indústria (principalmente a metal-mecânica); o Vale do Itajaí, onde se situa a cidade de Blumenau, não está localizado na porção norte do estado, sendo amplamente reconhecido pela produção têxtil; e as pequenas e médias propriedades agrícolas que tem como principal atividade a agropecuária (em sistema integrado) estão situadas, predominantemente, na região do Oeste e Extremo-Oeste Catarinense, sendo que boa parte delas estão integradas às grandes agroindústrias.

Mas o que teriam em comum os autores das citações aqui transcritas além de apresentarem em suas obras incorreções tão semelhantes? Três elementos: o fato de terem sido aprovados num processo de avaliação do PNLD, o que possibilitou sua escolha e consequente distribuição para alunos e professores das escolas públicas; terem sido escritos por autores amplamente conhecidos do público escolar¹²⁷; e finalmente o fato de serem publicados pela mesma editora,

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações**. 1994;

SILVA, Marcos Aurélio. **O Processo de Industrialização no Sul do Brasil. Cadernos Geográficos**. Departamento de Geociências. 15, maio, 2006;

PEREIRA, Raquel M^a Fontes do Amaral. **A geografia e a formação nacional brasileira: uma interpretação fundamentada nas ideias de Ignácio Rangel**. UFSC. 1997. Tese (Doutorado);

VIEIRA, Maria G. E. D. **Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. UFSC. 1999. Dissertação (Mestrado). Ver referências completas nas referências bibliográficas.

¹²⁷ José William Vesentini e Vânia Vlach são, respectivamente, professor livre-docente em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP) e

na época. A relevância do processo de avaliação dos livros didáticos e o reconhecimento de sua complexidade, aliados aos enormes custos assumidos pelo MEC para o PNLD, despertaram uma grande inquietação frente aos problemas constatados nos livros de Geografia¹²⁸.

5.2 Erros de conceituação, informação e atualização dos conteúdos: uma amostra dos livros aprovados em 2005

Na avaliação do PNLD para a Geografia, em 2005, foram aprovadas onze coleções¹²⁹. Boa parte delas foi assinada por autores

professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Uberlândia (UFU). Igor Moreira escreve livros didáticos desde o final da década de 1970.

¹²⁸ Em 2004, a professora orientadora da monitoria, Maria Graciana E. D. Vieira, sugeriu na época a realização de uma monografia sobre o tema, mas a sugestão acabou dando origem, primeiramente, à dissertação de mestrado intitulada “Análise das interpretações sobre o desenvolvimento industrial da Região Sul do Brasil presentes nos livros didáticos de Geografia”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC em 2008. Anos mais tarde, em 2011, concluindo a habilitação do bacharelado na Universidade do Estado de Santa Catarina foi defendido o trabalho de conclusão de curso intitulado “Livros didáticos de Geografia: as avaliações das coleções e a concentração editorial no PNLD”, desenvolvido sob a orientação da referida professora.

¹²⁹ Construindo a geografia. Regina Araújo, Wagner C. Ribeiro e Raul B. Guimarães. São Paulo. Editora Moderna. 1999.

Construindo o Espaço. Igor Moreira. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática. 2002.

Geografia: Espaço Geográfico e fenômenos naturais. Hélio C. Garcia e Tito M. Garavelo e 11ª ed. São Paulo. Editora Scipione. 2004.

Geografia. Melhem Adas. 4ª ed. São Paulo. Editora Moderna. 2002.

Geografia. Sonia Castellar e Valter Maestro. São Paulo. Quinteto Editorial. 2001.

Geografia: Ciência do Espaço. Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos Carvalho. 3ª ed. revista e atualizada. São Paulo. Editora Atual/Editora Saraiva. 2004.

Geografia Crítica. José William Vesentini e Vânia Vlach. 30ª ed. São Paulo. Editora Ática; 2004.

Geografia Espaço e Vivência. Levon Boligian, et al. São Paulo. Atual Editora/ Editora Saraiva. 2004.

Geografia – Homem & Espaço. Elian A. Lucci. & Anselmo L. Branco. 15ª ed. São Paulo. Editora Saraiva. 2002.

muito reconhecidos entre professores e alunos e fazia parte do catálogo de grandes editoras do setor, tais como: Moreira, Ática; Sene e Moreira, Scipione; Vesentini e Vlach, Ática, para citar apenas algumas. Contudo, isso não garantiu que os livros (destinados à então chamada 6ª série do ensino fundamental) estivessem isentos de erros, fato que conforme os Critérios Eliminatórios (CE)¹³⁰ deveria levar à exclusão das coleções. Esses critérios foram divididos em três grandes aspectos-chave: coerência e adequação metodológica; **conceitos e informações básicos**; e construção da cidadania.

No grupo sobre conceitos e informações básicos foram considerados erros conceituais para a disciplina de Geografia:

Relações espaço-temporais que não permitam compreender a construção histórica do espaço geográfico;

Ideias inadequadas, lacunares ou errôneas que impossibilitem a compreensão das dinâmicas e dos processos constituintes dos espaços físico e humano, de suas formas e das relações estabelecidas entre os elementos que os compõem; Ideias inadequadas, lacunares ou errôneas que impeçam a compreensão das relações entre sociedade e natureza;

Indução ao erro, confusão conceitual e reducionismos também se constituem em critérios eliminatórios.

Finalmente, **o livro didático não deve conter informações incorretas ou desatualizadas.** (BRASIL GLDG, 2004, p. 104-105, **grifos nossos**).

Com base nas especificações dos CEs, serão demonstrados a seguir alguns exemplos que correspondem a duas categorias de incorreções especificadas nos critérios do PNLD de Geografia de 2005.

a) Citação que induz a confusão conceitual e reducionismo:

Série Link do Espaço. Denise Rockenbach, et al. São Paulo. Editora Moderna. 2002.

Trilhas da Geografia. José Eustáquio de Sene e João C. Moreira. São Paulo. Editora Scipione. 2000.

¹³⁰ Os dois grandes conjuntos de critérios utilizados na avaliação dos LDs são os Critérios Eliminatórios e os Critérios Classificatórios, sendo que existem alguns aspectos específicos, dentro de cada conjunto, para cada disciplina.

Desde os anos 1970, tem ocorrido uma relativa desconcentração econômica no Brasil: a atividade industrial, apesar de ainda concentrada em São Paulo, aos poucos se espalha por outras áreas e regiões, com especial destaque para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Nordeste, Amazônia e o Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). (VESENTINI; VLACH, 2004, p. 62).

Esse tipo de interpretação é recorrente em muitos livros didáticos. Explica-se o desenvolvimento industrial da Região Sul do Brasil como mera extensão das atividades que migraram da Região Sudeste após a década de 1970, quando na verdade deveria se explicar o processo de crescimento econômico verificado no Brasil (apesar da crise mundial de 1973), além do cuidado em não generalizar a forma como as regiões do país se integraram ao centro econômico nacional. As relações centro-periferia em escala regional/nacional existem, mas precisam ser analisadas em suas semelhanças e singularidades, o que não se constata na transcrição do conteúdo extraída do livro de Vesentini e Vlach. Buscando demonstrar a simplificação apresentada no referido livro didático, é importante recorrer a um trecho de um estudo realizado por Mamigonian (1986, p.10):

Por volta de 1960, [...] Porto Alegre e Curitiba já eram grandes capitais e a economia de seus respectivos estados estava em franco progresso [...] apesar de ser pouco divulgado, Blumenau e Joinville já eram notoriamente cidades industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira.

b) Citação com informação desatualizada:

a principal área produtora de carvão mineral, no litoral Sul de Santa Catarina, tem sua economia voltada fundamentalmente para essa atividade (PEREIRA, 2004, p. 154).

Com a desregulamentação da atividade de mineração do carvão em 1990/91 (no Governo Collor), a privatização e a nova regulamentação do setor, as atividades relacionadas ao setor carbonífero

empregam, atualmente, pouco mais de quatro mil trabalhadores diretos¹³¹, enquanto na década de 1980 o chegou a 15 mil. O setor foi desenvolvendo capital intensivo e diminuindo a necessidade da mão de obra intensiva. Vários trabalhos de recuperação ambiental vêm sendo desenvolvidos, pois a região passou a apresentar graves problemas ambientais, tornando-se uma das mais afetadas do país. Os municípios do Sul de Santa Catarina passaram por um intenso processo de diversificação econômica após a crise do carvão, destacando-se os setores de cerâmica (porcelanatos e esmaltados), plásticos descartáveis e vestuário. Em poucas linhas, há mais de duas décadas a área produtora de carvão deixou de ser “fundamentalmente voltada para essa atividade”. (PEREIRA, 2004, p. 154).

Anos depois desse levantamento realizado com os LDs aprovados em 2005, enquanto lecionava para o ensino fundamental, em 2009/2010, a primeira indagação sobre os novos livros de Geografia referia-se à permanência (ou não) das incorreções constadas anteriormente, no PNLD de 2008¹³². Ao consultar o livro da Coleção

¹³¹ Dados referentes ao ano de 2013, disponibilizado pelo SIECESC - Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina.

¹³² Coleções aprovadas em 2008:

Série Link do Espaço. Denise Rockenbach et al. Editora Escala Editorial.

Geografia (Séries). Sonia Castellar e Valter Maestro. Editora Quinteto/ FTD.

Geografia (Temas). Melhem Adas. Editora Moderna.

Construindo Consciências. Beluce Belucci e Valquíria Pires Garcia. Editora Scipione.

Construindo a Geografia. Regina Araújo et al. Editora Moderna.

Trilhas da Geografia. João C. Moreira e J. Eustáquio de Sene. Editora Scipione.

A Geografia da Gente. Ieda M. Nogueira. Editora Moderna.

Geografia Crítica 6ª série. José W. Vesentini e Vânia Vlach. Editora Ática.

Geografia (espaço geográfico). Hélio Carlos Garcia e Tito M. Garavelo. Editora Scipione.

Geografia Para Todos. Henrique Delboni et al. Editora Scipione.

Geografia Construindo o Espaço. Igor Moreira e Elizabeth Auricchio. Editora Ática.

Geografias do Mundo. Diamantino Pereira e Marcos Carvalho. Editora FTD.

Projeto Araribá Geografia. Sônia Danelli. Editora Moderna.

Géia – Fundamentos da Geografia. Demétrio Magnoli. Editora Moderna.

Geografia – Homem & Espaço. Elian Lucci e Ancelmo Branco. Editora Saraiva.

Geografia (Elos). Elce M. Silva et al. Editora IBEP.

Geovida – Olhar Geográfico. Fernanda Padovesi et al. Editora IBEP.

Geografia do Século XXI. Francisco C. Sampaio. Editora Positivo.

Geografia, constatou-se o seguinte erro: “As indústrias responsáveis pela extração e pelo aproveitamento do carvão mineral são chamadas de siderúrgicas e estão relacionadas ao processo de industrialização ocorrido no Brasil ao longo do século XX”. (CASTELLAR; MAESTRO, 2002, p. 215).

Continuando a leitura desse mesmo livro foi encontrada outra incorreção sobre o estado: “Em Santa Catarina [...] pequenas e médias propriedades criam aves e suínos para suprir com matéria-prima as indústrias de alimentos do estado, concentradas em Joinville e Blumenau”. (CASTELLAR; MAESTRO, 2002, p. 216). O tipo de atividade explicitada na citação dos autores deveria referir-se ao meio-oeste e extremo-oeste de Santa Catarina, onde pequenos produtores fornecem aves e suínos para as agroindústrias, crescendo nos últimos anos a criação de gado de corte e leiteiro.

Sobre os autores do livro didático do qual foram retirados esses exemplos, registra-se que Sonia Castellar é livre-docente em Metodologia do Ensino de Geografia da USP e professora na mesma instituição, além de ser líder da Rede Latino-Americana de Prática de Ensino em Geografia, e Valter Maestro é proprietário da Maestro Assessoria Educacional, Consultor Educacional da Editora FTD e sua tese de doutorado trata dos Novos Paradigmas Educacionais¹³³.

Geografia, Sociedade e Cotidiano. Dadá Martins et al. Editora Escala Educacional.

¹³³ Na página eletrônica <http://valthermaestro.com.br/curriculo.html>, o autor apresenta seu currículo e registra suas principais funções, entre as quais, datadas de 2007 até 2014, estão: coordenador pedagógico do Colégio Conexão de Curitiba, 2013-2014. Coordenador das palestras sobre mudanças no ensino da Editora FTD-RS, 2008-2013; assessor e consultor pedagógico para a editora FTD, 2003-2013; assessor pedagógico e criador do projeto Educar e Brincar do Mundo da Xuxa, 2009-2013; assessor pedagógico e criador do projeto Edutainment do Magic City, 2009-2013; assessor pedagógico e criador do projeto Natureza Beto Carrero World, 2008-2010; assessor pedagógico e criador do projeto Caminho das Águas do Wet 'n Wild, 2008-2010; assessor pedagógico e criador do projeto Play Escola – Playcenter, 2007-2011; assessor da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo do V, VI e VII Diálogo Interbacias de Ed. Ambiental, 2007-2009; coordenador do grupo Novo Olhar do Colégio Dominus, 2007-2009.

Durante o IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE) realizado em outubro de 2011 em Goiânia, no debate sobre os artigos apresentados no grupo de trabalho sobre Ensino de Geografia, a autora Sonia Castellar, coordenadora do GT, afirmou que em negociação com a editora que publicava sua coleção decidiu não submeter os livros escritos em parceria com Maestro à avaliação do PNLD 2011, por ter percebido que havia erros nos conteúdos. Também acrescentou que o artigo apresentado pela pesquisadora desta tese trazia considerações importantes, “mas que não era necessário expor os autores dessa maneira”. Entretanto, por se tratar de um trabalho acadêmico, entende-se que as fontes – de livros didáticos ou de quaisquer outros materiais – tinham de ser devidamente citadas.

Na continuação do debate, a professora Dra. Marísia Buitoni, que foi responsável pela Comissão Técnica nos PNLDs de Geografia de 2008, 2011 e 2014, considerou, primeiramente, que os erros ainda presentes nos livros didáticos ocorriam mais facilmente quando os temas ou conteúdos abordados não eram correlatos à especialização dos autores, e exemplificou: “um autor especializado em geografia econômica corre o risco de não dominar os conteúdos de geografia física”. E acrescentou: “Você não teria encontrado esses erros em capítulos que não eram específicos, vamos supor: uma informação equivocada sobre geografia agrária no capítulo de geografia industrial, e assim por diante”? Em resposta, afirmou-se que todos os erros encontrados nos livros didáticos de Geografia diziam respeito aos conteúdos sobre o estado de Santa Catarina, onde as atividades agrícolas e industriais eram apresentadas, na maioria das vezes, no mesmo texto inclusive.

Cabe frisar que, apesar da formação e das funções desenvolvidas por Castellar e Maestro, as incorreções presentes em seus livros não haviam sido corrigidas. Somando o fato de Maestro ser especialista em questões ambientais e ter sido responsável pela elaboração de materiais didáticos de apoio aos professores de geografia sobre a questão ambiental na Comissão de Assuntos Ambientais da AGB-Nacional entre 1996-1998, causava espanto ter passado um erro tão grosseiro sobre a mineração de carvão no Sul de Santa Catarina. Daí porque a ponderação apresentada pela professora Marísia acerca da especialização dos autores não poderia ser aplicada como uma justificativa para a presença dos erros encontrados.

Registra-se que os três exemplos acima citados foram retirados de um mesmo livro didático, num intervalo de apenas duas

páginas. Mas, na contramão das reflexões aqui propostas, há uma afirmação presente no guia de Geografia, de 2008, considerando que

Ao longo do período em que se desenvolveram os processos de avaliação, a precisão nas informações básicas e na localização dos fenômenos geográficos melhorou, as imprecisões, as lacunas e as simplificações foram sendo superadas de forma que, em geral, a qualidade e a atualidade das informações apresentam-se adequadas. (BRASIL GLDG, 2007, p.13).

Tendo em vista a permanência de erros em vários livros de Geografia e o teor dos exemplos aqui apresentados, constatou-se que a primeira discussão acerca da qualidade dos conteúdos se refere ainda aos aspectos mais básicos quanto à correção das informações. É desolador, na verdade, que apesar do aumento das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em Geografia e dos quase 20 anos da realização da primeira avaliação de LDs do PNLD ainda seja necessário exigir o mínimo: a correção dos princípios básicos da ciência geográfica e o atendimento efetivo dos critérios de avaliação.

Diante desse cenário, o projeto inicial da pesquisa de doutorado, que objetivava discutir as relações espaço-tempo nos livros didáticos, foi modificado e adotaram-se como recorte de análise os erros presentes nos conteúdos sobre Santa Catarina nos livros didáticos de Geografia destinados ao 7º ano do ensino fundamental. Foram definidos como foco central da investigação os erros encontrados em livros aprovados no PNLD de 2011 e uma amostra dos livros aprovados em 2014, já que o período de desenvolvimento da pesquisa de doutorado compreendia essas duas avaliações do PNLD (2011 e 2014).

5.3 A permanência de erros sobre SC em livros didáticos de Geografia aprovados no PNLD de 2011.

“Como você define o que é erro”? Essa pergunta foi dirigida à autora desta pesquisa por um participante do grupo de trabalho sobre ensino de Geografia, reunido no X ENANPEGE, realizado em

Campinas SP no ano de 2013¹³⁴. Respondeu-se que por ser professora de Geografia, reconhecia as incorreções de informações básicas sobre o estado de Santa Catarina, e que também desenvolvia as análises segundo os Critérios Eliminatórios orientadores da avaliação do PNLD.

Ao final do encontro, o parecerista fez referência à concepção de erro elaborada por Gaston Bachelard, que trabalha com a perspectiva do conhecimento gerado a partir da reflexão sobre o erro¹³⁵. Aqui, é preciso esclarecer que informações ou conceitos incorretos ou desatualizados sobre qualquer tema não podem estar presentes nos livros didáticos porque tal fato contraria os Critérios de Eliminação das obras. Além disso, é óbvio que alunos e professores, ao estudarem Geografia, não podem se deparar com conteúdos errados. Entende-se que a concepção de Bachelard pode ser interessante e aplicável durante o processo de ensino-aprendizagem com os alunos e mesmo na problematização das rupturas epistemológicas das ciências. Mas discorda-se da utilização dessa concepção durante a análise de um material que precisa apresentar conceitos e informações corretos do ponto de vista científico¹³⁶.

¹³⁴ X ENANPEGE – Encontro Nacional da *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*. **Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais**. 7 e 10 de outubro de 2013 na Universidade de Estadual de Campinas, SP, UNICAMP.

¹³⁵ Gaston Bachelard nasceu em 27 de junho de 1884 e faleceu em 16 de outubro de 1962. “Uma das contribuições fundamentais da epistemologia histórica desse autor é a primazia conferida ao erro, à retificação, ao invés da verdade, na construção do conhecimento científico [...] Bachelard, ao contrário, defende que precisamos errar em ciência, pois o conhecimento científico só se constrói pela retificação desses erros [...] o erro passa a assumir uma função positiva na gênese do saber e a própria questão da verdade se modifica” (LOPES, 1996, p. 252).

¹³⁶ Semanas depois da realização do encontro percebeu-se que o referido participante havia sido avaliador na avaliação do PNLD de Geografia de 2014. Caso essa informação fosse conhecida anteriormente, caberia ter perguntado que critérios ele havia utilizado para avaliar os livros didáticos de Geografia e se as concepções de Bachelard permearam suas análises. Se essas se basearam em tais concepções, pode-se deduzir que algumas incorreções (mesmo sendo proibidas pelos critérios de avaliação dos LDs) nos conteúdos dos livros didáticos podem ter passado com seu aval, na expectativa talvez de serem percebidas e corrigidas por professores e alunos, como exercício pedagógico. Essas reflexões sobre “o que é um erro” foram reavivadas quando do episódio de correção das provas do Enem, em 2013. Em reportagem vinculada em programa de TV aberta, os repórteres questionavam a diferença entre as notas

Em 2015, em outro momento de discussão sobre o tema, no eixo temático sobre ensino de Geografia, durante o Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado em Havana¹³⁷, outro pesquisador fez a seguinte pergunta: “O que você considera como erro nos livros didáticos”? A resposta a esse questionamento, que também serve como argumentação para essa tese, é que a defesa pela correção do conteúdo dos LDs, apontada nessa pesquisa, faz parte dos princípios fundamentais da ciência geográfica e se baseia exatamente nas determinações dos Critérios Eliminatórios da avaliação.

Tratando então de analisar os livros com base nos critérios da avaliação, é importante reiterar que em 27/01/2010 foi publicado no

atribuídas para as redações dos alunos que prestavam a prova. Para uma espécie de banca avaliadora “pós-Enem” foram convidados professores de diferentes universidades para analisar algumas redações, que apesar de infringirem os critérios técnicos estabelecidos pelo MEC para correção haviam conseguido boa pontuação na prova. Um dos casos mais emblemáticos sobre a provável falta de atenção aos critérios e uso de uma leitura pessoalizada ocorreu no caso da redação que alegava absurdos sobre a Lei Seca. Nessa redação, apesar do aluno ter escrito que o “Presidente Vargas havia bebido vinho durante o jantar e batido com o carro” sua redação recebeu uma boa pontuação. Um dos professores que corrigiram a redação para fins de discussão na reportagem, Cláudio Cezar Henriques, professor de Letras da UERJ, alegou que o texto podia se tratar de uma paródia, e demonstrava criatividade, e por isso lhe atribuiu 600 pontos (tal qual a nota obtida pelo candidato). Mas outro “avaliador”, professor de Português, Osvaldo Menezes Vieira, contrapôs esse argumento salientando que “A proposta de redação avisou claramente para esse aluno que é impedido que ele adentre a universidade, uma vaga pública gratuita de qualidade com um texto que é incoerente e promove um certo deboche a respeito da proposta”. Há várias discussões sobre a diferença entre as notas atribuídas por pessoas diferentes a uma mesma redação, isso é esperado, mas não poderia ocorrer em hipótese alguma o fato de uma redação que contraria um critério técnico receber atribuição de pontuação – e uma alta pontuação. Esse episódio foi aqui destacado para apontar a importância sobre a clareza quanto aos critérios de avaliação, seja numa correção de redação do Enem, questões de vestibulares e, claro, na avaliação de livros didáticos. Reportagem veiculada na TV Globo, no programa Fantástico de 4 de maio de 2014. Informações disponibilizadas em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/05/redacoes-pontuam-no-enem-mesmo-ferindo-criterio-tecnico.html>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

¹³⁷ XV EGAL – Encontro de Geógrafos de América Latina. **Por una América Latina Unida y Sustentable**. Havana, Cuba. De 6 a 10 de abril de 2015.

Diário Oficial da União o Decreto nº 7.084, que tornou o PNLD um programa de Estado, e não mais de governo. Contudo, nem todos os critérios definidos nesse decreto foram contemplados nessa edição, pois o edital do programa já havia sido elaborado, e tanto as editoras quanto as equipes de avaliação precisavam de mais tempo para se adaptar às novas mudanças. Essas alterações serão apresentadas no próximo item deste trabalho e discutidas com maior destaque no capítulo seguinte.

Embora tenha havido uma mudança significativa quanto à organização dos critérios da avaliação, já que os Critérios Classificatórios foram abolidos e os Critérios Eliminatórios foram divididos em dois conjuntos, os **Critérios Eliminatórios Comuns** (à todas as disciplinas) e **Critérios Eliminatórios Específicos** (de cada disciplina). As determinações do item IV (Capítulo V, Seção II, do Art. 19 do Decreto nº 7.084 de 27/01/2010) que se referem à “correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos” constituem parte dos Critérios Eliminatórios Comuns da avaliação. Somando-se a isso, os Critérios Eliminatórios Específicos para o componente curricular de Geografia determinam que os livros didáticos contenham:

conceitos e informações corretas que permitam a compreensão da formação, do desenvolvimento e da ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e suas relações;
conceitos e informações corretas que permitam compreender a formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações;
conceitos e informações relacionadas de maneira correta, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade. (Edital PNLD, 2011, p. 43-44)¹³⁸.

Antes de demonstrar os erros encontrados nos conteúdos sobre Santa Catarina em livros didáticos de Geografia, cabe listar as dez coleções aprovadas no PNLD de 2011.

- Geografia. 7º ano. Melhem Adas. 5ª ed. São Paulo. Editora Moderna. 2010.

¹³⁸

Disponível

em:<

ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/livro_didatico/edital_pnld_2011.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2013.

- Geografia. 7º ano. João C. Moreira e J. Eustáquio de Sene. 1ª ed. São Paulo. Scipione. 2010.
- Geografia Crítica. 7º ano. José W. Vesentini e Vânia Vlach. 4ª ed. São Paulo. Editora Ática. 2010.
- Geografia Espaço e Vivência. 7º ano. Andressa T. Alves Boligian et al. 3ª ed. ref. São Paulo. Saraiva Livresiros Editores. 2009.
- Geografia Sociedade e Cotidiano. 7º ano. Dadá Martins et al. 3ª ed. reformulada. São Paulo. Edições Escala Educacional. 2009.
- Geografias do Mundo. 7º ano. Diamantino Pereira e Marcos Carvalho. 1ª ed. renovada. São Paulo. Edições FTD. 2009.
- Para Viver Juntos Geografia. 7º ano. Fernando Sampaio et al. Editora Scipione. 1ª Ed. São Paulo. Edições SM. 2009.
- Geografia Perspectiva. 7º ano. Cláudia de Magalhães et al. São Paulo. Editora do Brasil. 2009.
- Projeto Araribá Geografia. 7º ano. Sônia Danelli. 2ª ed. São Paulo. Editora Moderna. 2007.
- Geografia Projeto Radix. 7º ano. Beluce Bellucci e Valquíria Garcia. Geografia. 2ª ed. São Paulo. Editora Scipione. 2009.

Passados doze anos do primeiro processo de avaliação do PNLD para as séries finais do ensino fundamental, no livro do 7º ano¹³⁹ da coleção Geografia Crítica havia uma antiga citação incorreta verificada primeiramente em 2005 e que se repetiu em 2011:

Vale do Itajaí, em Santa Catarina: aí estão as cidades de Blumenau e Brusque e, mais ao Norte, Joinville. É uma região de colonização alemã, com predomínio de pequenas e médias propriedades agrícolas, que praticam a policultura

¹³⁹ Desde 2008, várias escolas passaram a agrupar e nomear suas turmas de acordo com a nova organização do ensino fundamental, que passou a ser constituído de nove séries em vez de oito. As chamadas *séries* passaram a ser denominadas de *anos*. Os materiais didáticos precisaram ser adequados à nova organização, e dessa forma os livros que eram destinados à 5ª série do EF passaram a ser destinados ao 6º ano do EF, e os livros da chamada 6ª série passaram a atender ao 7º ano do EF, e assim sucessivamente. Os livros destinados ao 7º ano são os exemplares analisados nesta pesquisa, por apresentarem conteúdos sobre a Geografia do Brasil, com ênfase no ensino das regiões brasileiras.

aliada à pecuária. Aí se localizam inúmeras indústrias têxteis e alimentícias, entre outras. (VESENTINI; VLACH, 2010, p. 208-209).

Em outros livros didáticos aprovados neste PNLD, também houve registros de incorreções muito semelhantes, que não atendem ao princípio geográfico da localização:

Coleção Geografia Ontem e Hoje, 7º ano:

No norte de Santa Catarina (Vale do Itajaí) instalaram-se os alemães, responsáveis pela fundação de cidades como Joinville e Blumenau. (SENE; MOREIRA, 2010, p. 161).

Coleção Geografia Sociedade e Cotidiano, 7º ano:

Em Santa Carina, as indústrias estão concentradas em Joinville, no vale do Itajaí e na região de Criciúma. Os principais tipos de indústria são a têxtil, a alimentícia, de móveis, de materiais de construção e a carboquímica. (MARTINS et al, 2009, p. 233).

Coleção Perspectiva Geografia, 7º ano:

No litoral norte, encontra-se Joinville com indústrias alimentícias, têxteis e de materiais de construção, que empregam muitos trabalhadores e movimentam a economia regional. (MAGALHÃES, 2009, p. 112).

Realmente, destacaram-se historicamente na indústria de Santa Catarina alguns setores tradicionais, como o de alimentos, o têxtil-vestuarista, os produtos de madeira e os eletro-metal-mecânicos. Entretanto, o desempenho desses setores após a década de 2000 foi diferenciado. Ganharam importância os setores eletro-eletrônico e de metal. Já os ramos tradicionais: indústria de produtos de madeira e indústria agroalimentar apresentaram queda em sua produção (FIESC/UFSC, [2012?], p. 14). Na figura, apresentada na página a seguir, pode-se observar a correta localização das cidades e regiões geoeconômicas de Santa Catarina.

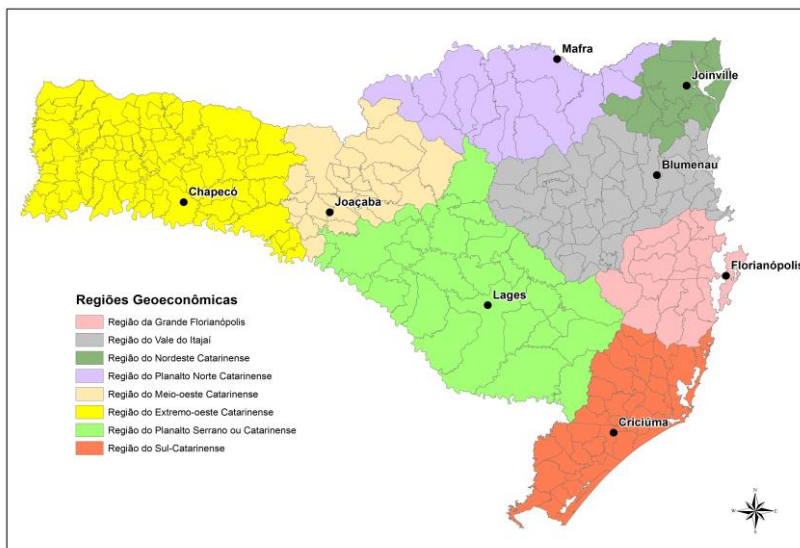


Figura 3 – Regiões geoeconômicas de Santa Catarina.

Fonte: Baseado no Atlas Geográfico de Santa Catarina (1986)

Elaboração: Gisèle Neves Maciel¹⁴⁰.

Quanto às citações dos livros didáticos, note-se que em 2011 o processo de avaliação dos livros de Geografia era realizado pela quinta vez e essas incorreções não foram apontadas, já que nesse caso teriam sido eliminadas. Pior ainda, os livros eram aprovados e reapresentados sem a revisão das editoras por mais de quinze anos, dependendo da coleção. Esse tipo geral de incorreção contraria claramente os Critérios Eliminatórios Comuns, que determinam a exclusão das coleções que não apresentarem “correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos”.

Se o edital do PNLD de 2011 determinava que

O não-atendimento de qualquer um desses critérios, detalhados a seguir, resultará em uma proposta pedagógica incompatível com os objetivos estabelecidos para os anos finais do ensino fundamental, o que justificará, *ipso facto*, sua exclusão do PNLD 2011. Tendo em vista a unidade e a articulação que devem caracterizar

¹⁴⁰ Execução cartográfica de Juliana Scotton.

uma proposta didático-pedagógica, para qualquer dos componentes curriculares em jogo, será eliminada toda a coleção que tiver um ou mais volumes reprovados no processo de avaliação. (Edital PNLD, 2011, p. 36)¹⁴¹.

Por que esses livros foram aprovados?

Diante disso, infere-se que as avaliações de Geografia vêm tolerando erros nos livros avaliados porque é impossível imaginar que nenhum parecerista, em cinco edições do PNLD, tenha observado que o município de Joinville está localizado incorretamente no Vale do Itajaí (além dos demais equívocos presentes nas citações destacadas). Logo: se os erros presentes em diferentes livros contrariam os Critérios Eliminatórios, e depois de tantos anos as coleções continuam sendo aprovadas, só pode estar ocorrendo, por parte das equipes de avaliação, certa tolerância diante de algumas incorreções. Isso desconsidera um dos objetivos primordiais da avaliação reprovar: livros didáticos que contenham erros.

Um integrante da equipe que atuou no PNLD de 2011¹⁴² declarou que: “se os critérios do PNLD fossem seguidos à risca, nenhuma coleção de História seria aprovada”. A ênfase contida na afirmação surpreende de certa forma, porém ainda parece ser mais coerente que a consideração de um(a) dos(as) ex-coordenadores(as) de avaliação de Geografia que, ao responder a um questionário para esta pesquisa, afirmou que, segundo os parâmetros utilizados na avaliação, não poderia haver a permanência de erros nos conteúdos sobre Santa Catarina nos livros didáticos aprovados”. Se o problema foi detectado, ou se apesar de detectado continuou sendo tolerado, é evidente que os objetivos fundamentais da avaliação do PNLD, quanto a correção dos conteúdos, não estão sendo atingidos.

Caso o MEC disponibilizasse as fichas de avaliação dos livros didáticos para as pesquisas, seria possível verificar os encaminhamentos dados pelos pareceristas para cada coleção, conhecendo-se assim quais incorreções foram e quais não foram apontadas. Além das fichas de avaliação, outro material de grande importância para a realização de

¹⁴¹

Disponível

em:

<ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/livro_didatico/edital_pnld_2011.pdf> Acesso em: 10 jun. 2011.

¹⁴² A identidade do(a) entrevistado(a) será mantida em anonimato, a seu pedido.

pesquisas sobre esse tema são os relatórios elaborados pelas equipes e enviados às editoras ao fim da avaliação.

Se em determinada edição do PNLD algumas indicações sobre erros ou inadequações não foram consideradas significativas para justificar a exclusão de determinada coleção, deveriam servir de base para futuras correções pelas editoras. Confirmando essa informação, uma professora de Geografia¹⁴³ que também trabalha como revisora na edição de livros didáticos para diferentes editoras, ao responder um questionário para esta pesquisa, afirmou que os relatórios são encaminhados para as editoras “auxiliando muito a correção posterior dos livros”. Cabe questionar se as editoras estão de fato realizando correções ou melhorias em suas coleções com base nos relatórios produzidos pelas equipes de avaliação, pois, como já foi demonstrado aqui, erros crassos de localização continuam presentes em livros publicados há mais de quinze anos, dos quais muitos foram aprovados em cinco processos de avaliação!

Com base nas fichas de avaliação do livro destinado ao 7º ano da coleção Geografia Crítica, por exemplo, seria possível verificar quais foram os apontamentos realizados pelos avaliadores e assim direcionar a cobrança – às equipes de avaliação, caso não tenham registrado os erros (evidenciados nesta pesquisa) nas fichas, ou apenas às editoras por não terem corrigido o livro adequadamente antes de inscrevê-lo no PNLD. Ainda assim, é preciso dizer que a prerrogativa de excluir as obras que contrariam os Critérios Eliminatórios é da equipe de avaliação.

Enfatiza-se que não se está reivindicando um debate profundo e detalhado acerca dos conceitos e abordagens presentes nos livros didáticos, que poderiam ser contempladas nas fichas de avaliação do PNLD (espera-se haver espaço para isso, futuramente). O que se está reivindicando, agora, é a possibilidade de investigar o cumprimento ou não dos Critérios Eliminatórios Comuns e Específicos que orientam a avaliação, sobre um aspecto básico e preciso: uma informação incorreta sobre a localização, que além de ferir os critérios da avaliação é um dos princípios fundamentais da ciência geográfica, conforme ressaltou De Martonne (1953) na obra “Panorama da Geografia”.

O princípio da extensão/localização, particularmente esclarecido por Ratzel, é tão importante no ensino da Geografia que está destacado nos PCNs para essa disciplina:

¹⁴³ Ver questionário IV, integralmente reproduzido no apêndice H (p. 321). A respondente preferiu manter-se em anonimato.

Não seria nunca demais lembrar que o aluno, nesse período da vida, começa a entrar mais em contato com a realidade dos temas ambientais que emergem pela mídia. Nesse sentido, a Geografia é uma das áreas mais privilegiadas para ajudar na explicação e compreensão desses fenômenos. Isso tanto pela natureza do seu objeto de estudo e ensino (as interações entre sociedade e natureza), como pelo fato de estar sempre comprometida com a especificidade dos fenômenos em relação à sua localização. Para o aluno não adianta dizer o que foi, mas onde e por que foi num determinado local e não em outro. (BRASIL-PCN, 1997, p. 56).

Mesmo com essa orientação há conteúdos nos livros didáticos que não vêm atendendo ao princípio da extensão/localização. Que tipo de abordagem será efetuada considerando-se os princípios mais complexos, como nos princípios de geografia geral/generalidade e causalidade, desenvolvidos por Karl Ritter e Alexander von Humboldt na segunda metade do século XIX¹⁴⁴ (PEREIRA, 2009, p. 124).

Semelhantemente ao que foi apresentado no item 4.1 deste capítulo os erros na abordagem dos conteúdos nos LDs de Geografia são preocupantes também no que se refere ao processo de industrialização nas diferentes regiões do Brasil. No livro Projeto Radix Geografia, por exemplo, encontra-se a seguinte explicação sobre a concentração industrial da Região Centro-Sul:

Apesar de o Centro-Sul ser uma região bastante industrializada, a atividade industrial não está distribuída de maneira homogênea entre os estados que compõe essa região.

As maiores concentrações industriais estão localizadas nos grandes centros urbanos da

¹⁴⁴ Ritter e Humboldt são considerados pais da Geografia Moderna, e tornaram-se amplamente reconhecidos por suas contribuições científicas marcadas pela busca da compreensão da totalidade. Note-se que, fosse com foco na geografia regional (Ritter) ou na geografia geral (Humboldt), o primeiro princípio observado por esses mestres era o da extensão/localização.

região, sobretudo nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Nessas cidades também estão localizadas as grandes empresas nacionais e multinacionais, as sedes dos grandes bancos internacionais e instituições financeiras, como as bolsas de valores. Além disso, concentram as principais universidades e possuem os mais avançados laboratórios e centros de pesquisa, responsáveis pelo desenvolvimento das inovações tecnológicas produzidas no país. Isso explica porque [sic] no Centro-Sul estão concentradas as indústrias de alta tecnologia, como as de informática, eletrônica, telecomunicações, aeroespacial e farmacêutica. (GARCIA; BELLUCCI, 2009, p. 133, **grifo nosso**).

É bastante estranha a maneira como os autores apresentam as ideias no texto. Apesar de chamarem a atenção para o fato de a “atividade industrial não estar distribuída de maneira homogênea no Centro-Sul” (GARCIA; BELLUCCI, 2009, p. 133), que conforme o mapa apresentado no livro abrange áreas de 14 estados brasileiros Maranhão, Piauí, Bahia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto apenas 11 estados compõem o chamado Centro-Sul (Maranhão, Piauí e Bahia fazem parte do complexo Nordeste). Reitera-se que o princípio da extensão/localização (DE MARTONNE, 1953) é fundamental na delimitação e no reconhecimento da área a ser estudada, seja ela um município, seja um estado ou país.

No mapa são destacadas apenas as capitais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como as maiores concentrações industriais do Centro-Sul, embora os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul formem a segunda região mais industrializada do país, na divisão regional do IBGE. Além disso, o recorte da regionalização adotada pelos autores deixa de contemplar, por exemplo, a importância de outras áreas industriais, como a cidade de Manaus (AM), que detém uma das maiores concentrações industriais e urbanas do país, abrigo onde se concentra o maior polo eletroeletrônico da América Latina.

A importância da atividade industrial para Santa Catarina pode também ser constatada pelo fato de a participação da indústria na

geração de empregos nesse estado ser a maior do país, sendo que, de cada 100 empregos com carteira de trabalho assinada, 36 estão em diferentes empresas do setor “que responde por 29,7% da economia do Estado, com 811 mil trabalhadores”, segundo os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), de 2014. Outros dados reforçam a importância de se estudar o desenvolvimento e o quadro atual dos estados brasileiros com mais atenção: “Depois de Santa Catarina, aparecem o Amazonas e São Paulo, onde as indústrias são responsáveis por 28% e 26% dos empregos formais, respectivamente. [SC] possui PIB industrial de R\$ 50,3 bilhões, o sexto maior do País”. (FIESCNET, 2014, s/p).

As generalizações existentes nos LDs consultados ignoram dados muito importantes para a compreensão da atual conjuntura socioeconômica e desconsideram a importância da atividade industrial na geração de empregos, valor agregado e fonte de arrecadação fiscal, mantendo os alunos desinformados acerca de temas da maior relevância para o conhecimento da realidade brasileira. Registre-se ainda a ausência de referência às áreas onde existe uma crescente urbanização, diretamente relacionada à expansão da atividade industrial em diferentes estados do Brasil.

Em outro LD de Geografia aprovado em 2011, intitulado Geografias do Mundo, não há nenhum texto específico sobre a industrialização nos estados da Região Sul. Ao tratar do contexto da desconcentração industrial na Região Sudeste, afirma-se: “Nota-se a tendência de lenta desconcentração dessa atividade, principalmente em direção ao interior de São Pulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro”. (PEREIRA; CARVALHO, 2009, p. 176), sem fazer referência aos setores que foram “se desconcentrando” do Sudeste e sobre as atividades industriais já existentes nesses estados.

Diferentemente do livro didático acima citado, o livro Projeto Araribá Geografia apresenta cerca de duas páginas a respeito da Região Sul e contém informações específicas sobre Santa Catarina. Mas a distinção acaba por aí. A impressão que se tem é de que o texto parece ter sido idealizado por alguém e desenvolvido por outra pessoa, porque apesar do título “A economia da Região Sul” e de uma espécie de subtítulo um destaque lateral no texto, abaixo do título: “A Região Sul é a segunda mais industrializada do país. Apresenta elevada produtividade agropecuária e um setor industrial diversificado” (DANELLI, 2007, p. 176), as duas páginas que se seguem tratam apenas das atividades agropecuárias

Na sequência, esse mesmo livro apresenta uma generalização equivocada (e conhecida) sobre o desenvolvimento das indústrias no estado. A autora dessa obra publicada pela editora Moderna, que não é nem licenciada nem bacharel em Geografia, explica desta forma o desenvolvimento econômico da região

A partir da década de 1970, as atividades agrárias, antes consideradas a base da economia da região, cederam lugar às atividades das indústrias, do comércio e dos serviços. Contudo, a Região Sul ainda se destaca no setor agropecuário brasileiro, apresentando elevada produtividade graças ao emprego de modernas técnicas e equipamentos. (DANELLI, 2007, p. 176).

Conforme já citado no item 3.1 deste trabalho, desde a década de 1960, os estados da Região Sul “já estavam em franco progresso [...] apesar de ser pouco divulgado, Blumenau e Joinville já eram notoriamente cidades industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira”. (MAMIGONIAN, 1986, p. 10), e atualmente a atividade industrial é mais relevante, por exemplo, na oferta de empregos que a atividade agropecuária. Note-se que no Paraná a indústria emprega cerca de 28% da mão-de-obra, no Rio Grande do Sul 30% e em Santa Catarina 36%¹⁴⁵.

É necessário insistir que os Critérios Eliminatórios Comuns, quanto à correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos, preconizam que

Respeitando tanto as conquistas científicas das áreas de conhecimento representadas nos componentes curriculares quanto os princípios de uma adequada transposição didática, serão excluídas as coleções que:

- I. apresentar de modo equivocado ou desatualizado conceitos, informações e procedimentos propostos como objetos de ensino-aprendizagem;
- II. utilizar de modo equivocado ou desatualizado esses mesmos conceitos e informações, em

¹⁴⁵ Confederação Nacional da Indústria, dados referentes à 2014.

exercícios, atividades, ilustrações ou imagens. (Edital PNLD, 2011, p. 38).

Enquanto os livros didáticos consultados continuam destacando apenas a desconcentração econômica ocorrida na década de 1970, sem dar atenção às especificidades regionais, desde 2001 vem ocorrendo um processo de desconcentração industrial na Região Sudeste¹⁴⁶. Poucos livros trazem informações claras sobre essa situação, alguns frisam apenas o período da chamada “guerra fiscal dos estados” durante a abertura econômica na década de 1990. Ainda com base no estudo da CNI, constata-se que

São Paulo, o maior parque fabril do país, vem perdendo espaço na produção da indústria brasileira. Apesar de responder por 31,3% de tudo o que é produzido pelo setor, a participação do estado perdeu peso na composição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Em uma década de 2001 a 2011, a participação da indústria paulista

¹⁴⁶ Embora se verifique um crescimento da atividade industrial em diferentes regiões do país, é preciso lembrar que no conjunto nacional vem ocorrendo desde a década de 1990, sobretudo o que os economistas chamam de processo de desindustrialização (registra-se queda da produção industrial desde 1980, mas numa configuração diferente da desindustrialização). Esta pode ser absoluta, quando a produção e a oferta de empregos pelo setor caem, ou relativa, quando apenas um desses fatores tem queda. O Brasil vem oscilando entre períodos de crescimento e declínio tanto na produção quanto na oferta de empregos. As análises sobre essa questão são bastante complexas, podendo focar um setor ou todo o conjunto da indústria nacional (ver trabalhos de BRESSER-PEREIRA, 2008; COMIN, 2009 e TREGENNA, 2009). Diante das discussões travadas com maior detalhe nesta pesquisa é importante observar que nos últimos anos o oferecimento de empregos pelo setor tem aumentado em certas regiões e estados brasileiros, como no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, “onde a indústria elevou a sua participação no emprego. Em Mato Grosso do Sul, o aumento foi de 6,3 pontos percentuais e, atualmente, as empresas industriais daquele estado são responsáveis por 22,2% do emprego com carteira assinada. Rondônia aparece em segundo lugar entre os estados em que mais cresceu a participação do setor no total de empregados locais (5,1 pp). Em seguida, vêm Pernambuco (4,1 pp), Goiás (4,0 pp) e Bahia (3,9 pp)”. (CNI, 2014). Disponível em:

<<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/11/1,51066/estudo-inedito-da-cni-mostra-mudanca-da-distribuicao-geografica-da-industria-no-pais.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

no PIB industrial recuou 7,7 pontos percentuais, a maior queda registrada entre os demais estados e o Distrito Federal. Por outro lado, aumentou a participação no PIB dos outros três estados do Sudeste, e de outros localizados nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste”. (FIESCNET, 2014, s/p).

Nos LDs “Geografia Espaço e Vivência”, de Andressa Boligian et al, e “Geografia construção do Espaço Brasileiro”, de Melhem Adas, não foram encontrados equívocos semelhantes aos apontados anteriormente quanto à localização das cidades que têm na indústria o setor econômico de maior destaque. Mas há no primeiro uma referência equivocada sobre a “disponibilidade de energia hidráulica ter favorecido a atividade industrial, em função dos rios das regiões de planalto”. (BOLIGIAN, 2011, p. 129), pois na verdade as áreas com maior predomínio de estabelecimentos industriais estão em locais de planície, próximas ao litoral, como são os casos de Curitiba (PR), Joinville, Blumenau e Brusque, no Vale do Itajaí, Criciúma e Tubarão (em SC) e região de Porto Alegre (RG).

Ainda nesse livro, afirma-se que até a década de 1970 a economia dessa área “dependia quase completamente das riquezas geradas pela produção agrícola e pecuária [...] a atividade industrial começou a crescer e a se diversificar, o que tornou o Sul a segunda região mais industrializada do país”. (BOLIGIAN, 2011, p. 130). Contrariando essa afirmação incorreta, é necessário salientar que Singer já observava que nessa região havia desde o final do século XIX

uma economia de subsistência, em alto grau independente da economia de exportação do resto do país. Na medida em que a população ia se adensando e que crescia o excedente de produção comerciável, iam amadurecendo as condições para o salto da industrialização. Em Blumenau ele se deu em 1890 (SINGER, 1977, p. 117).

Já no LD de Melhem Adas, insiste-se em uma conhecida explicação acerca da importância do trabalho livre para o desenvolvimento econômico do país no final do século XIX:

Apesar de a cafeicultura ter produzido espaços geográficos extrovertidos, foram produzidos, em

seu interior, sob o comando das relações assalariadas de trabalho, espaços voltados para si mesmos. Isso porque, desde o final do século XIX, havia um mercado interno em formação que estimulou o desenvolvimento urbano, comercial, agrícola, industrial e financeiro (bancos). E foi a cafeicultura que possibilitou esse desenvolvimento e a industrialização da Região Sudeste. (ADAS, 2006, p. 87).

A citação acima repete uma linha interpretativa comum entre os chamados cepalinos, que veem na cafeicultura o elemento fundamental para a industrialização na região Sudeste. De fato, essa atividade foi fundamental ao atrair e manter nas áreas rurais principalmente uma grande parcela de trabalhadores livres que, por meio das rendas obtidas com a plantação (não apenas de café) estimularam a formação de um mercado interno mais diversificado e crescente. Mas, de acordo com Halloway (1984) em seu estudo “Imigrantes para o Café”, as rendas advindas como salário eram as menores e menos importantes para os trabalhadores (imigrantes europeus, principalmente) naquele contexto.

Apenas no livro “Para Viver Juntos Geografia”, de Sampaio et al, foram encontradas informações mais contextualizadas sobre o desenvolvimento econômico dos estados do Sul do Brasil. Os dados sobre a localização e caracterização das cidades mais industrializadas são corretamente apresentados. No texto sobre a “Industrialização do Sul do Brasil”, destacam-se a experiência do trabalho agrícola e/ou artesanal de boa parte dos imigrantes (alemães e italianos principalmente) e a importância das pequenas propriedades rurais na diversificação do mercado interno (SAMPAIO et al, 2009, p. 202). O papel do estado no incentivo à industrialização também é lembrado no texto.

Sobre o desenvolvimento da industrialização no Brasil, o texto traz uma certa generalização na página 20, ao tratar em poucas linhas sobre o “café e o desenvolvimento urbano-industrial”, afirmando que parte dos lucros da cafeicultura foi investida na indústria sem fazer referência aos diferentes aspectos desse processo. Porém, entre as páginas 124 e 129, os autores apresentam um bom histórico dos principais elementos e aspectos conjunturais responsáveis pelo desenvolvimento industrial do Brasil, em diversas fases, possibilitando o

reconhecimento das transformações promovidas na sociedade e no espaço.

É preciso considerar que grande parte dos alunos que agora ocupam os bancos escolares e utilizam esses livros didáticos de Geografia infelizmente não terá asseguradas as condições necessárias de chegar ao ensino médio, e um número muito reduzido adentrará a universidade. Se o conhecimento científico acumulado na ciência geográfica, que deve ser transposto à disciplina escolar Geografia, não lhe for garantido com qualidade na escola, esse aluno não terá a oportunidade de transpor o conhecimento do senso comum com explicações desenvolvidas com caráter científico (SAVIANI, 2009). Sobre o livro didático especificamente, o autor afirma que este deveria ser

“o instrumento adequado para a transformação da linguagem científica em mensagem educativa. Note-se, ainda, que nesse caso, o livro didático é não somente o instrumento adequado, mas insubstituível, uma vez que os demais recursos não se prestam para a transmissão de um corpo de conhecimentos sistematizados como o é aquele que constitui a Ciência-produto. (SAVIANI, 1984, p. 104).

Na espera ativa, onde se buscam a pesquisa e o debate, deseje-se que o LD venha a ser em sua totalidade um instrumento adequado para a transmissão da mensagem educativa.

Ver-se-á, no próximo item da presente pesquisa, que parece ter sido considerado mais adequado, ou prático, minimizar (na prática da avaliação, não na legislação) o teor dos Critérios de Eliminação do que manter o rigor preconizado pelo PNLD à avaliação. Tem-se a impressão, pelo recorte dos conteúdos sobre Santa Catarina, de que o grau de exigência das avaliações quanto à qualidade dos conteúdos dos livros foi arrefecendo frente à pressão das editoras pela aprovação das coleções, ao contrário do que se deveria esperar o programa impor maior rigor à abordagem dos conteúdos dos livros didáticos adquiridos pelo governo federal ao longo das edições do programa.

5.4 Livros didáticos de Geografia no PNLD 2014: síntese recente de uma antiga problemática

Em 2014, constata-se que houve um novo recorde na aprovação de coleções de Geografia. Vinte e seis coleções foram inscritas, das quais apenas duas não foram aprovadas¹⁴⁷. O critério utilizado como recorte para a análise desse material foi verificar apenas um livro de cada editora que tenha obtido aprovação nessa avaliação (algumas editoras obtiveram até quatro coleções aprovadas nessa edição,

¹⁴⁷ Coleções aprovadas no PNLD de 2014:

- Expedições Geográficas. Melhem Adas e Sergio Adas. Moderna. 1^a ed. 2011.
 Geografia: Um Olhar Sobre o Planeta Terra. Roberto Giansanti et al. Editora AJS. 1^a ed. 2012.
 Geografia: Dinâmica e Contraste. Helio Garcia et al. Escala educacional. 1^a ed. 2012.
 Geografia e Participação. Celso Antunes et al. IBEP. 2^a ed. 2012.
 Geografia em Foco. Adriano Baroni et al. Editora Leya. 1^a ed. 2012.
 Geografia Espaço e Vivência. Levon Boligian et al. Saraiva. 4^a ed. 2012.
 Estudos para a Compreensão do Espaço. James Tamdjian e Ivan Mendes. Editora FTD. 1^a ed. 2012.
 Geografia nos Dias de Hoje. Cláudio Giardino et al. Editora Leya. 1^a ed. 2012.
 Geografia Sociedade e Cotidiano. Dadá Martins et al. Escala Educacional. 4^a ed. 2012.
 Geografias do Mundo. Diamantino Pereira e Marcos Carvalho. Editora FTD. 2^a ed. 2012.
 Geografia para Viver Juntos. Fernando Sampaio et al. Editora SM. 3^a ed. 2012.
 Observatório de Geografia. Regina Araújo et al. Editora Moderna. 1^a ed. 2009.
 Geografia - Uma leitura do Mundo. Sonia Castellar e Valter Maestro. Editora FTD. 1^a ed. 2012.
 Jornadas Geo. Marcelo Paula e Angela Rama. Editora Saraiva. 2^a 2012.
 Mundo da Geografia. Igor Moreira. Editora Positivo. 1^a ed. 2012.
 O Mundo da Geografia. Laercio de Melo e Hairton Bettes. Editora Terra Sul. 1^a ed. 2012.
 Perspectiva Geografia. Magalhães et al. Editora do Brasil. 2^a ed. 2012.
 Por dentro da Geografia. Wagner Ribeiro. Editora Saraiva. 2^a ed. 2012.
 Projeto Araribá Geografia. Fernando Vedovate. Editora Moderna. 3^a ed. 2010.
 Projeto Radix. Valquíria Garcia e Beluce Belucci. Editora Scipione. 2^a ed. 2013.
 Telares Geografia. Wiliam Vesentini e Vânia Vlach. Editora Ática. 1^a ed. 2013.
 Projeto Velejar. Eustáquio de Sene e João Moreira. Editora Scipione. 1^a ed. 2012.
 Vontade de saber Geografia. Neiva Torresani. Editora FTD. 1^a ed. 2012.
 Geografia Homem e Espaço. Elian Lucci e Anselmo Branco. Editora Saraiva. 24^a ed. 2012.

como as editoras FTD e a editora Saraiva). Foram consultados, então, os conteúdos referentes a Santa Catarina, de doze livros didáticos¹⁴⁸ destinados ao ensino de Geografia do 7º ano do ensino fundamental. Os livros analisados na pesquisa pertencem às seguintes coleções aprovadas no PNLD de 2014:

- Expedições Geográficas. Melhem Adas e Sergio Adas. Moderna 1ª ed. 2014.
- Geografia: Um Olhar Sobre o Planeta Terra. Roberto Giansanti et al. Editora AJS. 1ª ed. 2012.
- Geografia Sociedade e Cotidiano. Dadá Martins et al. Escala Educacional. 4ª ed. 2012.
- Geografia e Participação. Celso Antunes et al. IBEP. 2ª ed. 2012.
- Geografia nos Dias de Hoje. Cláudio Giardino et al. Editora Leya. 1ª ed. 2012.
- Geografia Espaço e Vivência. Levon Boligian et al. Saraiva. 4ª ed. 2012.
- Geografias do Mundo. Diamantino Pereira e Marcos Carvalho. Editora FTD. 2ª ed. 2012.
- Geografia para Viver Juntos. Fernando Sampaio et al. Editora SM. 3ª ed. 2012.
- Mundo da Geografia. Igor Moreira. Editora Positivo. 1ª ed. 2012.
- Perspectiva Geografia. Magalhães et al. Editora do Brasil. 2ª ed. 2012.
- Projeto Velear. Eustáquio de Sene e João Moreira. Editora Scipione. 1ª ed. 2012.
- Telares Geografia. Wiliam Vesentini e Vânia Vlach. Editora Ática. 1ª ed. 2013.

Entre as permanências verificadas nos LDs apresentados no GLDG, constatou-se a aprovação de coleções assinadas por autores

¹⁴⁸ O livro da coleção “O Mundo da Geografia. 7º ano” de Laercio de Melo e Hairton Bettes, não foi encontrado. Apesar das tentativas de comunicação com os autores e a editora, não foi possível estabelecer contato a fim de ter acesso a obra impressa. Há um link em que o livro é disponibilizado em meio digital, mas o acesso ao conteúdo nessa configuração não permitiu uma análise detalhada. Sendo assim, optou-se por excluir o livro da amostra.

muito reconhecidos por professores e alunos, e entre as mudanças a presença de coleções publicadas por editoras estreantes no PNLD de Geografia para séries finais: Leya (com duas coleções), AJS e Terra Sul. E quanto aos critérios da avaliação, permanências ou mudanças? Eles não se distinguiram daqueles apresentados na avaliação de 2011, organizados em Critérios Eliminatórios Comuns e Específicos. Consta no edital do PNLD de 2014 que a avaliação deve apreciar os livros quanto:

2.1.1. ao respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental;

2.1.2. à observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;

2.1.3. à coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;

2.1.4. à correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;

2.1.5. à observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada;

2.1.6. à adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção. (Edital PNLD 2104, p. 54-55, **grifo nosso**)¹⁴⁹.

A continuidade do texto presente no edital é muito clara quanto ao atendimento dos critérios acima transcritos e enfática quanto à exclusão das obras que não os atenderem:

O não-atendimento de qualquer um desses critérios, detalhados a seguir, resultará em uma proposta pedagógica incompatível com os objetivos estabelecidos para os anos finais do ensino fundamental, o que justificará, ipso facto, sua

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais/item/3963-pnld-2014-anos-finais-do-ensino-fundamental>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

exclusão do PNLD 2014. Tendo em vista a unidade e a articulação que devem caracterizar uma proposta didático-pedagógica, para qualquer dos componentes curriculares em jogo, será eliminada toda a coleção que tiver um ou mais volumes reprovados no processo de avaliação. (Edital PNLD 2104, p. 54-55).

A respeito de uma aparente mudança nas menções sobre Santa Catarina está a coleção Telares Geografia, publicada pela editora Ática e assinada por Willian Vesentini e Vania Vlach, depois de anos de publicação da coleção Geografia Crítica. Consultando “a nova coleção”, constatou-se a presença de uma citação bem conhecida:

Vale do Itajaí, em Santa Catarina: aí estão as cidades de Blumenau e Brusque e, mais ao Norte, Joinville. É uma região de colonização alemã, com predomínio de pequenas e médias propriedades agrícolas, que praticam a policultura aliada à pecuária. Aí se localizam inúmeras indústrias têxteis e alimentícias, entre outras. (VESENTINI; VLACH, 2012, p. 259).

Neste momento é provável que se tenha a impressão de já ter lido algo parecido, mais de uma vez, mas reitera-se não se tratar de um equívoco de redação deste texto. A incorreção encontrada em 2005 continuou presente no livro aprovado em 2011, ambas edições da famosa coleção Geografia Crítica. Apesar de agora se tratar de uma nova coleção, intitulada Telares Geografia, o trecho aqui transcrito é idêntico às edições anteriores.

O livro em questão é de autoria de Willian Vesentini, professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo (USP), e Vânia Vlach, professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Ambos têm diversas publicações sobre o ensino de Geografia, e sua coleção está entre as mais conhecidas pelos professores do ensino fundamental. Em entrevista concedida à revista Época (nº 492, outubro de 2007) Vesentini afirmou: “Eu conseguiria viver só de direitos autorais, mas dar aulas faz escrever livros melhores [...] Só assim é possível perceber como mudam as gerações e a melhor maneira de ensinar a cada uma”. Certamente as gerações mudam com o passar do tempo, mas localização

das cidades não. Um bom Atlas, ainda que não editado recentemente, auxiliaria a localização correta das cidades e regiões do estado de Santa Catarina¹⁵⁰.

Sobre a tão citada localização do município de Joinville, tem-se a impressão de que quase todos os autores consultaram uma mesma fonte incorreta. Em Moreira (2014, p. 329) o referido município catarinense também está localizado no Vale do Itajaí; no livro que integra a nova coleção Velear, de Sene e J. Moreira (2012), permanece o erro semelhante, na página 231; em Martins (2012) et al., no livro que compõe a coleção Sociedade e Cotidiano, a incorreção está na página 244; no livro componente da coleção Geografia nos Dias de Hoje, de Giardino et al. (2012), o município de Joinville também está localizado incorretamente, na página 218.

No livro de Magalhães et al. (2012) componente da coleção Perspectiva Geografia, o município catarinense está devidamente localizado – fora da região do Vale do Itajaí (p. 137). Em Giansanti (2012) et al., apenas uma página é dedicada à Região Sul do Brasil e nenhum município de Santa Catarina é mencionado. Apenas a cidade de Curitiba (PR) recebe destaque no texto (p. 254).

Novamente é preciso recorrer a algumas indagações: as editoras de fato fazem as correções indicadas pelas equipes de avaliação? Ninguém, desde 2005, percebeu o erro crasso de localização comum a todos esses livros? Frente a erros como esse, pode-se inferir que os processos de avaliação se tornaram mais rigorosos ou vêm tolerando um certo número de incorreções?

Além da presença (e da permanência, no caso das coleções aprovadas em PNLDs anteriores) na maior parte dos livros consultados do erro de localização sobre Joinville, também permanece a incorreção relativa à atualização dos conteúdos, ferindo um dos critérios de avaliação. Um exemplo disso pode ser constatado na nova coleção assinada por Melhem Adas em parceria com Sergio Adas, em que se encontra um texto que destaca a importância do carvão mineral produzido em Santa Catarina para a siderurgia. Nas palavras dos autores

¹⁵⁰ Na página de apresentação da coleção, os autores se dirigem aos alunos e professores dizendo que “alguns livros são do tipo cometa, que passam logo, mas esta coleção pretende ser um livro estrela, um guia”. Seria mais interessante aos alunos receber um livro devidamente revisado. A correção das informações certamente daria brilho suficiente ao livro, no que se refere aos conteúdos sobre Santa Catarina.

O carvão mineral extraído de Santa Catarina destina-se principalmente ao mercado nacional, abastecendo as siderúrgicas dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do município de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, entre outras. Transportado por ferrovias até os portos de Imbituba e Laguna, em Santa Catarina, segue daí por navios cargueiros até Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, em direção àquelas siderúrgicas. (M. ADAS; S. ADAS, 2014, p. 238, **grifo nosso**).

Na mesma linha equivocada está o trecho presente no livro de Moreira, que passou a publicar sua coleção pela Positivo, substituta da editora Ática, como ocorrera em edições anteriores do PNLD. Segundo os autores, “No litoral Sul-catarinense, a atividade econômica mais importante é a extração do carvão mineral, principalmente, nos municípios de Criciúma, Siderópolis, Urussanga, e Lauro Muller”. (MOREIRA, 2014, p. 329).

Parece ter ocorrido em vários livros didáticos consultados uma espécie de congelamento das informações sobre a produção de carvão mineral no Brasil, pois os autores expõem uma realidade anterior a 1990 como se fosse atual. São mais 25 anos de desatualização sobre um episódio de repercussão nacional, cujas determinações foram definidas a partir da esfera federal durante o governo Collor. Para se ter uma ideia do impacto da desregulamentação do setor em 1990/91, a mineração, que até então empregava cerca de 15 mil mineiros, passou a empregar cerca de quatro mil trabalhadores (SILVA, 2002). É muito estranho que, além do aparente desconhecimento dos autores acerca dessa realidade, as equipes de avaliação não tenham considerado esse erro de atualização, conforme determinam os Critérios Eliminatórios Comuns do PNLD de 2014, aprovando as coleções.

Com as mudanças provocadas pela nova regulamentação da atividade, a partir dos anos 1990 a extração de carvão foi repassada em sua maior parte para a iniciativa privada, deixando de ser a principal fonte de riqueza e empregos na região. Atualmente, sua extração é quase que integralmente destinada à produção de energia, e não mais para o ramo siderúrgico, conforme a citação do livro didático de Moreira. Nos últimos anos, o carvão extraído na região é destinado para: termoeletricidade (Termoeletrica Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, propriedade da Tractebel); indústria cimenteira, 6%; indústria de papel, 4%; e indústria cerâmica, 5% (MALLMANN; ZWONOK, 2011), observando que, embora o carvão seja uma fonte de energia importante

para a região Sul de Santa Catarina, apenas cerca de 2% do total da produção de energia no Brasil advém dessa fonte.

O livro de Boligian (2012), embora seja de uma nova edição (4^a), traz a mesma generalização quando explica que a região Sul “dependia quase completamente das riquezas da produção agrícola e pecuária, até a década de 1970”, apenas modificou a página em que o trecho é apresentado – p. 136 no livro aprovado no PNLD 2014, em vez da p. 132 do livro aprovado em 2011.

O falso “atraso econômico” da região Sul é assim descrito por Antunes et al. “até meados da década de 1980 era fundamentalmente dependente dos setores que utilizavam matérias-primas locais e abasteciam o mercado regional”. (ANTUNES et al., 2012, p. 212). Mais uma vez, a falta de conhecimento histórico-geográfico sobre essa área se faz evidente nos textos da maioria dos livros didáticos consultados. Nessa coleção, chama atenção a presença de Celso Antunes entre os autores que a assinam, já que esse autor publicou vários livros didáticos de Geografia entre as décadas de 1970 e 1980, além de diversas obras sobre educação nas décadas de 1990 e 2000. Recentemente, então, vê-se uma coleção do autor aprovada no PNLD 2014.

Com base em Mamigonian, reitera-se o contra-argumento apresentado no item anterior desta pesquisa:

Por volta de 1960, [...] Porto Alegre e Curitiba já eram grandes capitais e a economia de seus respectivos estados estava em franco progresso [...] apesar de ser pouco divulgado, Blumenau e Joinville já eram notoriamente cidades industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira (MAMIGONIAN, 1986, p. 10).

No livro de Pereira e Carvalho (2012), encontra-se uma referência de teor semelhante ao das citações de Antunes e Boligian quanto ao chamado processo de desconcentração industrial na Região Sudeste (na página 176). De fato, ocorreu a migração de muitas indústrias situadas nessa área para outras regiões do Brasil, mas não há referências sobre quais ramos passaram a instalar fábricas em outras localidades, assim como não há nenhuma informação sobre as atividades industriais já anteriormente existentes nos estados mencionados pelos autores: Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Ainda sobre as permanências relativas às abordagens conceituais, verificou-se num texto sobre a industrialização do Brasil, no livro de Bellucci e García, uma total inversão do processo. A industrialização, segundo esses autores, ganhou impulso a partir das décadas de 1930 e 1940, quando o governo federal investiu nas indústrias siderúrgicas, metalúrgicas, petroquímicas e mineradoras

A implantação dessas indústrias, por sua vez, estimulou o desenvolvimento de vários outros ramos de atividade industrial, como aqueles voltados à **produção de bens de consumo duráveis** (móveis e eletrodomésticos, em geral, como refrigeradores, fogão e televisores) **e não duráveis** (roupas, calçados, alimentos, bebidas, produtos de higiene e limpeza etc). (BELLUCCI; GARCIA, 2012, p. 102, **grifo nosso**).

O que houve de fato no Brasil foi o desenvolvimento da *indústria leve*, que compõe o departamento II da economia, aquele que produz os chamados “bens não duráveis” (roupas, calçados, alimentos, bebidas), anteriormente ao departamento I. Esses bens foram os primeiros a serem fabricados (com maior proporção) no final do século XIX¹⁵¹. A *indústria pesada* realmente foi implantada por uma política governamental que reconhecia a importância da modernização do país, como falam os autores, mas ela não é o princípio, a “coisa primeira” no processo de industrialização. A indústria pesada (ou de base), que compõe o departamento I, foi desenvolvida exatamente para garantir que o departamento II se dinamizasse e se expandisse, podendo então produzir os bens de consumo duráveis, o que de fato ocorreu (RANGEL, 1985).

Insiste-se que as incorreções aqui demonstradas, pertinentes à informação, à localização e/ou aos conceitos, deveriam resultar na exclusão dos livros. Mas reitera-se novamente que, como a exclusão de um livro acarreta a exclusão de toda a coleção, parece estar ocorrendo uma tolerância (de fato, embora não de direito) de erros aceitos pela avaliação. Está-se diante de uma repetição de resultados que, embora

¹⁵¹ Os bens não duráveis são os produtos mais comumente fabricados nos processos de substituição de importações (PSI), e que o Brasil passou por diferentes etapas de SI: Crises na exportação de cana-de-açúcar, fim da mineração do ouro, crises na exportação do café, Primeira Guerra Mundial e Crise de 1929, e Segunda Guerra Mundial.

sejam encarados como satisfatórios pelas equipes de avaliação, não têm demonstrado uma evolução qualitativa, apesar do número de avaliações já realizadas. A continuidade de coleções assinadas por nomes bastante conhecidos e publicados por grandes editoras carece de mais discussão.

No PNLD de Geografia 2014, 24 coleções foram aprovadas, e na amostra de 12 livros, vários continham incorreções que contrariam os critérios da avaliação. Se as coleções dos livros aqui analisados tivessem sido excluídas, haveria ainda 11 coleções a serem submetidas à escolha dos professores, portanto não faltariam opções. Por quais motivos manter a aprovação de tantas coleções com a presença de erros em seus conteúdos?

A professora Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski, que atuou em algumas edições do PNLD para diferentes segmentos do ensino e participou da avaliação de 2014, quando questionada sobre o acesso aos relatórios da avaliação anterior (que poderiam ter auxiliado as análises da avaliação) afirmou que esse tipo de informação é de prerrogativa da equipe coordenadora. “A coordenação tem acesso aos relatórios da avaliação anterior e esse tema é objeto de análise no momento denominado pré-análise das coleções, e esse também é um momento de exclusão”. E, perguntada se já havia encontrado incorreções “repetidas” em livros avaliados em diferentes edições do PNLD, frisou que

é impossível o avaliador detectar erros anteriores, pois ele não sabe qual coleção está avaliando, se a mesma já foi objeto de avaliação anterior e se foi aprovada ou excluída.

Novamente essa informação é de prerrogativa da coordenação, esta sim pode criar mecanismos de evidenciar problemas em versões anteriores. (Informações extraídas do questionário respondido por Olga Firkowski)¹⁵².

Além dos impasses internos na avaliação há ainda outro aspecto a ser analisado: qual a responsabilidades dos autores nos conteúdos de seus livros didáticos? O que discutir sobre autoria de livros que passam por muitas mãos, por intervenções dos mais diversos profissionais: diagramadores, ilustradores, revisores? Compreende-se

¹⁵² Questionário reproduzido integralmente no apêndice I, p. 325.

que os livros passam por muitas interferências, mas eles têm uma autoria declarada, o que aliás é uma exigência do PNLD.

Alguns professores que participaram de avaliações do PNLD reiteraram nas entrevistas concedidas a essa pesquisa que escrever uma coleção de livros didáticos é um trabalho extremamente difícil. Dar conta de um conjunto tão grande de conhecimento, que abarque toda a Geografia de um determinado segmento escolar, exige uma gama de conhecimento muito ampla. Entretanto, boa parte das coleções é escrita por dois autores apenas, e somente algumas coleções, as mais recentes, costumam ser assinadas por quatro autores. Não seria o caso de se ampliar o número de autores efetivos na elaboração das coleções? Talvez a formação de uma equipe mais ampla aprofunde o olhar sobre os conteúdos e diminua o caráter repetitivo dos textos, inclusive das citações que contêm incorreções.

É incômodo perceber nas falas de autores que participam de palestras e congressos o acolhimento dos elogios à abordagem usada nos livros, por exemplo, e o uso quase exclusivo da justificativa de que a autoria não é inteiramente respeitada pela editora. Por outro lado, grande parte das coleções de Geografia aprovadas tem a autoria de professores ligados a atividades de ensino e pesquisa em nível universitário, e alguns, são docentes em renomadas universidades do país. Portanto, quando se verificam incorreções nos conteúdos e a falta de atualização de importantes informações nos livros didáticos apesar das inúmeras pesquisas realizadas e disponibilizadas por diversos programas de pós-graduação, vê-se que a distância entre o conhecimento de nível acadêmico e escolar também é mantida por muitos sujeitos que mesmo atuando nas duas esferas (professores universitários e autores de LDs) produzem um conhecimento bipartido, sem canal de comunicação.

Apesar de as equipes de consultores/revisores que trabalham nas editoras terem sido bastante ampliadas depois do PNLD, entende-se que os profissionais da edição não podem substituir a autoria do geógrafo. Não deveriam! E este, por sua vez, poderia contribuir com as discussões sobre a questão da autoria trazendo essa problemática à tona. Mas será que todos têm de fato interesse em discutir essa situação?

Tem-se acesso a coleções amplamente “trabalhadas” pelas editoras, mas será possível ter acesso a uma coleção cuja autoria tenha sido desenvolvida por seus autores com mais autonomia? Nesse sentido, talvez a última grande modificação do PNLD possa vir a abrir espaço para alguma alteração nesse quadro. Na avaliação de 2015, para as séries iniciais do ensino fundamental, passou a ser permitido que os autores inscrevessem suas obras independentemente de uma editora. Acredita-se

que o teor da autoria poderá ganhar espaço com essa medida. A necessidade de pesquisa sobre o tema é crescente.

Autores de livros didáticos de diferentes disciplinas se manifestaram publicamente quando dos resultados das primeiras avaliações, como foi demonstrado no capítulo anterior. Destaca-se aqui o livro do professor Francisco Sampaio e da professora Aloma de Carvalho, que relatam suas experiências e considerações a respeito das avaliações do PNLD. Intitulado “Com a palavra o autor” e publicado em 2010, o livro apresenta os diversos equívocos, segundo os autores, cometidos pelas avaliações e destaca o fato de uma de suas coleções de livros para a disciplina de Ciências (séries iniciais) ter sido aprovada em uma edição da avaliação e excluída posteriormente. Com o fim dos Critérios Classificatórios em 2011, é possível que esses autores possam demonstrar com maiores evidências as impropriedades cometidas pelas avaliações do PNLD.

Buscou-se ouvir as considerações de autores de LDs de Geografia sobre as avaliações do PNLD por meio da aplicação de um questionário¹⁵³, mas em razão da mudança nos trâmites exigidos pelo Comitê de Ética da universidade não foi possível obter o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Apesar do formato dado ao

¹⁵³ Em decorrência da greve dos técnicos administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina em 2014, os trâmites necessários para a consulta ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos ficaram suspensos. Optou-se, então, pela elaboração de um questionário encaminhado para alguns autores de LDs antes de obtermos uma resposta do comitê sobre os encaminhamentos necessários a esse tipo de procedimento. No entanto, pouco depois do envio destes, as atividades na universidade foram retomadas e informaram-nos de que as pesquisas iniciadas antes da Resolução Nº 466 (que entrou em vigor em 12/12/2012) não poderiam ser submetidas ao comitê. Assim, não foi possível obter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Alguns autores já haviam afirmado que não responderiam ao questionário sem esse termo. Entrou-se em contato com os demais selecionados pedindo que aguardassem nossa manifestação sobre os procedimentos necessários quanto à aplicação do questionário. Depois de alterar alguns detalhes desse instrumento de pesquisa (ênfatisado os cuidados que seriam tomados no uso das informações) entrou-se novamente em contato com alguns autores mas boa parte destes não respondeu. Como critério de escolha para a participação na pesquisa decidiu-se convidar um autor de cada coleção de Geografia aprovada no PNLD 2011, em que foram encontradas incorreções sobre o estado de Santa Catarina. Apenas Marcio Vitiello, um dos autores da coleção Geografia, Sociedade e Cotidiano, respondeu ao questionário. Fica registrado nosso agradecimento a esse autor.

questionário, que inclusive oferecia a opção de manter-se em anonimato obtivemos, entre os autores de coleções destinadas aos anos finais do ensino fundamental, somente a colaboração de Márcio Abondanza Vitiello, um dos autores da coleção Geografia, Sociedade e Cotidiano, escrita em parceria com Dadá Martins e Francisco Bigotto.

Perguntado se considerava que as avaliações do PNLD haviam contribuído para a melhoria dos conteúdos dos livros didáticos e quais seriam os aspectos positivos e negativos da avaliação, o autor respondeu:

Sim. Acho que as avaliações permitiram uma melhoria significativa das obras. Os aspectos positivos estão relacionados com a atualização das obras, suas referências temporais e espaciais, a coerência teórico-metodológica, e a negativa é a de querer impor um currículo oficial que limite o trabalho autoral. (Questionário respondido por Márcio Vitiello)¹⁵⁴.

Sobre o programa, Vitiello afirma que concorda com as avaliações mas acha que “o programa falha no sistema de escolha por parte dos professores”. O questionário também destacou a questão da concentração editorial nas vendas ao PNLD, já que nos últimos anos cerca de 80% dos livros adquiridos advêm de apenas quatro grandes grupos editoriais. Nomeando esse cenário de concentração editorial como “péssimo”, Vitiello afirmou que

Infelizmente sabemos que a forma pela qual os departamentos de marketing e de vendas dessas grandes editoras atuam acaba por inibir bons trabalhos. Coleções bem avaliadas no PNLD nem sempre são páreo para os “blockbusters” das grandes editoras. Acho que falta uma política mais adequada do MEC em relação a isso, seja por meio da fiscalização, seja por estabelecer parâmetros mais realistas na escolha dos livros por parte dos professores¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Questionário integralmente reproduzido no apêndice J (p.328).

¹⁵⁵ Durante a realização do EGAL 2015, no grupo de trabalho que discutiu questões referentes aos livros didáticos de Geografia, Vitiello chamou atenção para o que considerou ser uma forma de censura sobre os autores dos LDs: o limite de páginas imposto pelo último edital do PNLD 2014.

O questionário também trazia uma questão referente à autonomia do autor para realizar alterações nos conteúdos. Vitiello respondeu que poucas vezes, “por questões editoriais, a Editora fez alguns cortes de mapas, tabelas e até mesmos textos, mas que não alteraram de forma significativa os conteúdos e métodos propostos”.

A relação entre autor(a) e editora, em outro caso, mostrou-se diferente. Outro(a) autor(a) de LD de Geografia destinado às séries iniciais do ensino fundamental fez o seguinte relato:

Na organização do livro (Livro do Aluno e Manual do Professor) para o PNLD 2013 a editora efetuou acompanhamento constante do conteúdo, com pouca autonomia para o autor. Observei que esse acompanhamento constante por parte da editora deve-se à necessidade de seguir as regras do Edital PNLD e outras normatizações das Diretrizes Curriculares. Tais regramentos acabam restringindo muito a composição dos conteúdos da obra, inclusive obrigando a inclusão de temáticas que não são muito significativas para a compreensão da Geografia estadual. Efetuei algumas alterações específicas solicitadas pelo parecer de avaliação. Na época verifiquei erros cometidos pela editora (legendas de fotografias, mapas) e que não foram citados no parecer. Tais erros não foram corrigidos pois somente podiam ser ajustados os problemas apontados pelo parecer, conforme argumentação efetuada pela editora, embasada pelo Edital PNLD 2013. (Informação extraída do questionário respondido em anonimato)¹⁵⁶.

Essas e outras tantas questões só podem ser debatidas quando os autores e pesquisadores estiveram dispostos a compartilhar suas análises, em consideração ao papel importante dos livros didáticos no

¹⁵⁶ Questionário reproduzido integralmente no apêndice K (p.331). A(O) respondente preferiu manter-se em anonimato.

ensino e em respeito aos professores e alunos que fazem uso desse material.

No quadro 17, é possível visualizar os nomes dos autores, editoras e as edições do PNLD em que as coleções foram aprovadas.

Nome das coleções	Autores	Editora	Ano de aprovação no PNLD
Geografia (Espaço Geográfico)	Hélio Carlos Garcia	Scipione	2005/2008
Geografia Para Todos	Henrique Delboni et al.	Scipione	2008
Trilhas da Geografia	João C. Moreira e J. Eustáquio de Sene	Scipione	2002/2005/2008
Geografia	João C. Moreira e J. Eustáquio de Sene	Scipione	2011
Velear Geografia	João C. Moreira e J. Eustáquio de Sene	Scipione	2014
Construindo Consciências	Beluce Belucci e Valquíria Pires Garcia	Scipione	2008
Projeto Radix	Beluce Belucci e Valquíria Pires Garcia	Scipione	2011/2014
Geografia Crítica	José W. Vesentini e Vânia Vlach	Ática	2002/2005/2008/2011
Projeto Teláris Geografia	José W. Vesentini e Vânia Vlach	Ática	2014
Construindo o Espaço	Igor Moreira/ 2002 I. Moreira e Elizabeth Auricchio 2005/08	Ática	2002/2005/2008
A Geografia da Gente	Ieda M. Nogueira	Ática	2008
Geografia	Melhem Adas	Moderna	2002/2005/2008/2011

Construindo a Geografia	Regina Araújo et al.		Moderna	2002/2005/2008
Géia - Fundamentos da Geografia	Demétrio Magnoli		Moderna	2008
Projeto Araribá Geografia	Sônia Danelli * (2008/2011)	Fernando Vedovate 2014	Moderna	2008/2011/2014
Expedições Geográficas	Melhem Adas Sérgio Adas		Moderna	2014
Observatório de Geografia	Angela da Silva et al.		Moderna	2014
Geografia Ciência do Espaço	D. Pereira, D. Santos e M. Carvalho		Atual (Adquiri da pela Saraiva)	2002/2005
Geografia Espaço e Vivência	Andressa T. Alves Boligian et al.		Atual (Adquiri da pela Saraiva)	2005/2011
Geografia - Homem & Espaço	Elian Lucci/ 2002 e Elian e Ancelmo Branco 2005/2008/2014		Saraiva	2002/2005/2008/2014
Jornadas. Geo	Angela Rama Marcelo Paula		Saraiva	2014
Por dentro da Geografia	Wagner C. Ribeiro		Saraiva	2014
Geografia (Séries)	Sonia Castellar e Valter Maestro		Quinteto Editorial (adquirid a p/ FTD)	2005/ 2008
Geografia (Séries)	Sonia Castellar e Valter Maestro		Quinteto Editorial (adquirid a p/ FTD)	2005/ 2008

Geografia – Estudos para a apreensão do espaço	James Tamdijian Ivan Mendes	FTD	2014
Vontade de saber Geografia	Neiva Torrezani	FTD	2014
Geografias do Mundo	Diamantino Pereira e Marcos Carvalho	FTD	2008/2011/ 2014
Geografia uma leitura do mundo	Sonia Castellar e Valter Maestro	FTD	2014
Série Link do Espaço	Denise Rockenbach et al.	Escala Educacio- nal	2005/ 2008
Geografia, Sociedade e Cotidiano	Dadá Martins et al.	Escala Educacio- nal	2008/ 2011/ 2014
Geografia Dinâmica e Contrastes	Paulo Moraes, H. Garcia e T. Gavarello	Escala Educacio- nal	2014
Geografia (Elos)	Elce M. Silva et al.	IBEP	2008
Geovida Olhar Geográfico	Fernanda Padovesi et al.	IBEP	2008
Geografia do Século XXI – Geo. e participação	Maria Inês Vieira	IBEP	2014
Para Viver Juntos Geografia	Fernando Sampaio et al.	Edições SM	2011/ 2014
Geografia em Foco	Adriano Baroni	Leya	2014
Geografia nos dias de hoje	Rosaly B. Chianca	Leya	2014
Geografia do Século XXI	Francisco C. Sampaio	Positivo	2008
Mundo da Geografia	Igor Moreira	Positivo	2014
Coleção Geografia	Roberto Giansanti	AJS	2014
Perspectiva Geografia	Claúdia de Magalhães et al.	Editora do Brasil	2011/ 2014
O mundo da Geografia	Laercio de Mello e Hamilton Bettes Jr.	Terra Sul	2014

Quadro 17 - Coleções aprovadas nas edições do PNLD 2002, 2005, 2008, 2011 e 2014.

Fonte: Informações obtidas por meio dos guias do LD de Geografia.

Elaboração: Giséle Neves Maciel.

*Neste ano a autoria da coleção foi atribuída ao chamado “editor executivo”, e não a um autor.

Finalizando as análises sobre a permanência de incorreções nos LDs de Geografia, reafirma-se mais uma vez não se considerar plausível que as incorreções exemplificadas nesta pesquisa não tenham sido detectadas pelas equipes de avaliação. Assim, estaria havendo uma tolerância frente aos erros encontrados, evitando a exclusão das coleções. Uma das avaliadoras do PNLD de 2014 afirmou que

Não há uma métrica específica quanto às incorreções toleráveis, contudo é impossível a aprovação de um livro ou coleção que não contenha incorreções, se esse fosse o critério, por certo, nenhuma coleção estaria apta a ser aprovada. O que ocorre é uma ponderação, a partir do universo das obras inscritas naquele edital, ao que se somou, recentemente, a inserção de “falhas pontuais” que passaram a ser determinantes na aprovação de certas obras. (Informação extraída de questionário respondido por Olga L. C, de Freitas Firkowski).

Porém, os exemplos discutidos neste capítulo demonstram a quantidade de incorreções em livros de coleções distintas que se repetiram em diferentes edições – das editoras – e do PNLD. Essa afirmação também denota que a condução da avaliação tem uma perspectiva que se distancia do cumprimento dos Critérios Eliminatórios Comuns, os quais foram assegurados em lei, no item IV do Capítulo V, da Seção II, do Art. 19 do Decreto nº 7.084 de 27/01/2010. Esses critérios exigem que os livros sejam apreciados quanto à “correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos”. Houve uma extensão considerável na margem de interpretação dessa determinação legal nas avaliações dos LDs de Geografia, no que concerne aos conteúdos sobre Santa Catarina em livros aprovados no PNLD.

O reconhecimento das determinações dos Critérios de Eliminação Comuns e Específicos evidencia que estes não foram devidamente observados pelas equipes de avaliação ou que não puderam ser satisfatoriamente aplicados na análise dos conteúdos sobre o estado de Santa Catarina nos livros destinados ao 7º ano. Estariam outros conteúdos dos livros dos demais anos do ensino fundamental isentos de graves incorreções? Informações que além de equivocadas contrariam os próprios critérios de avaliação. Essa pergunta não responde aos anseios desta pesquisa – nem cabe aqui um ponto final. Ao fim dessas análises, ela tem a função de direcionar o olhar para a necessidade de ampliação dos estudos nessa temática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desta pesquisa, a consulta às bibliografias e aos documentos sobre a origem do Programa Nacional do Livro Didático levou ao conhecimento da existência de três comissões de avaliação anteriores ao programa. Pode-se dizer que a avaliação pedagógica realizada pelo PNLD e boa parte de seus critérios são uma novidade sem ineditismo, isso ficou evidenciado na comparação da ficha de julgamento dos livros utilizada em 1940 com a ficha de avaliação de 1999. Até mesmo os critérios, que são elementos fundamentais na análise dos livros, já eram definidos como “critérios de eliminação”. Contudo é preciso reconhecer e ressaltar que a distribuição dos livros a todos os alunos das escolas públicas e a escolha das coleções pelos professores sejam de fato sua grande distinção ante a outros programas de distribuição de livros de didáticos, já que nenhuma delas alcançou a dimensão que o PNLD possui.

A compreensão sobre o funcionamento das comissões de avaliação CNLD (1938-1965), Conac (1966-1969) e Calst (1970-1980), apresentado no trabalho de Filgueiras (2011), trouxe importantes reflexões sobre a relação entre as políticas públicas para a educação, a sociedade e a economia. Cada uma delas estava envolta nos elementos componentes da superestrutura (educativa/cultural) e da infraestrutura (econômica) dos períodos em que foram vigentes. A análise desses instrumentos de avaliação dos livros didáticos evidenciou as diretrizes pensadas para a educação, os conflitos internos dos órgãos administrativos e, claro, a imbricada relação entre a esfera pública – os programas de distribuição de livros por parte do MEC e a esfera privada – as editoras.

A criação do PNLD, em 1985, ocorreu em meio a uma reorganização política do país, que passava por um período de transição do regime militar para a democracia republicana. Nos primeiros anos de vigência foram recebidos recursos advindos do Banco Mundial para promover a compra dos livros e a distribuição destes aos alunos das escolas públicas. As ações de investimento da educação por parte desse órgão são um exemplo contundente de que a educação não está descolada da materialidade.

Em vários países da América Latina, as políticas de incentivo à adoção e aquisição dos livros didáticos foram formuladas, disseminadas e financiadas por importantes órgãos difusores da hegemonia dominante, nesse caso o Banco Mundial e o BIRD. Tanto foi

assim que duas décadas depois as relações entre funcionários do BM na América Latina e representantes do setor editorial espanhol foram fundamentais para o grande volume de livros vendidos pelo grupo Santillana na década de 2000. Cabe registrar, contudo, que embora as ações do banco tenham sido direcionadas para o investimento na compra de livros didáticos por países da América Latina, no Brasil, nas últimas duas décadas, o PNLD vem sendo executado com recursos próprios, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Na década de 1990 o ritmo acelerado de expansão das matrículas no ensino fundamental e o aumento nos investimentos para a aquisição de livros didáticos ocorreram conjuntamente, e não de forma aleatória, à aprovação da LDB (1996) e à publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Sob forte influência neoliberal, a nova LDB abriu espaço à educação privada, não assegurou a formação de um sistema nacional de ensino, de responsabilidade do governo federal, e a maior ação para o setor da educação pública foi a compra e distribuição de livros didáticos, que foi muito enaltecida como política séria e elogiada, já que realizava a avaliação do material adquirido com recursos públicos e a relação custo-benefício podia ser calculada.

Com a realização das primeiras avaliações atreladas ao PNLD, o MEC pôde abrir um caminho que assegurou melhoras significativas na qualidade dos LDs. Passou também a atender a uma reivindicação antiga dos professores: poder escolher os livros a serem utilizados nas escolas. Apesar da permanência na concentração das vendas entre as maiores editoras do setor, mesmo essas grandes empresas tiveram muitas coleções excluídas e precisaram rever seus conteúdos. Muitos absurdos correntes nos conteúdos dos livros didáticos foram suprimidos após as primeiras avaliações.

Muitos editores e autores manifestaram-se contra os resultados das avaliações alegando falta de critérios no processo. Porém, os critérios que orientavam as análises (Critérios Eliminatórios e Classificatórios) a partir de 1996 haviam sido devidamente divulgados e eram conhecidos por todos os envolvidos no processo de avaliação dos livros. Apesar de toda polêmica criada em torno do programa, o MEC conseguiu manter as avaliações do PNLD.

Como síntese da análise sobre o desenvolvimento do programa, concorda-se com Cassiano (2007) que identificou neste, duas fases distintas. A primeira de 1985 a 1995, quando os recursos financeiros não provinham de uma fonte assegurada. A segunda fase, de 1996 em diante, quando o governo federal passou a disponibilizar recursos fixos ao FNDE, garantindo os recursos para avaliação e compra

dos LDs. E com a publicação do Decreto-Lei 7.084, de 27/01/2010, considera-se que há uma terceira fase, já que o PNLD deixa de ser uma política de governo(s) e torna-se, de fato e de direito, uma política de Estado.

Atualmente, o funcionamento do programa pode ser assim resumido: depois de participarem do processo de avaliação, os livros são apresentados no Guia do Livro Didático para que os professores possam realizar as escolhas das coleções: estas, então, são repassadas via sistema eletrônico (Novo Siscort), sendo registradas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que negocia o valor dos livros com as editoras. Estima-se que mais de 12 bilhões de reais tenham sido investidos na avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos entre 1996 a 2015. Em 2014, investiu-se mais de um bilhão e trezentos milhões de reais na avaliação, aquisição e distribuição de cerca de 140 milhões de livros didáticos.

Os dados referentes aos valores negociados com as editoras demonstraram que a compra dos LDs pelo governo federal se faz com um valor baixo por exemplar, em razão da escala de sua demanda. E aí destaca-se a participação da esfera privada nesta política pública – as editoras. Constatou-se que desde a década de 1970 já havia uma concentração de livros vendidos por poucas editoras, mas a dimensão dessa concentração no setor após a década de 1990 configura uma situação de oligopólio, já que mais de 83% das compras realizadas pelo governo federal são efetivadas entre um grupo de quatro grandes empresas.

Verificou-se que em termos gerais a demanda numérica para a ampliação das compras de LDs das editoras estava deflagrada nos anos 1990, em razão do grande aumento no número de matrículas e pelo fato de os fatores políticos para a consolidação do programa como a grande ação de governo (federal) para educação brasileira estarem em ebulição. A “abertura econômica” favoreceu a centralização do capital das maiores empresas nacionais, que adquiriram editoras menores e anos depois, com o aprofundamento da crise, empresas nacionais foram abrindo seu capital a negociações com grandes grupos editoriais internacionais.

A relação delicada entre a elaboração de um material com fins educativos que imbrica o setor público e o privado continua carecendo de análises que evidenciem as influências da editoração sobre os conteúdos dos livros didáticos. Compreende-se que estes constituem parte importante do currículo escolar, do aprendizado do aluno, e na situação da educação brasileira são material de consulta, preparação de

aula e atualização para boa parte dos professores. Se no começo do século XXI os editores de livros didáticos nos EUA estavam assumindo o papel dos intelectuais na formação dos professores, no Brasil há editoras que também desempenharam um papel semelhante, cativando uma clientela bastante fiel e dependente de seus livros.

Um exemplo contundente desse quadro é o chamado Livro do Professor – uma inovação da editora Ática tornou um instrumento tão utilizado que o próprio PNLD exige das editoras e avalia o “renomado” Manual do Professor. Reforça-se aqui que as condições da materialidade que determinam diversos aspectos da educação não estão circunscritas apenas às condições de trabalho dos docentes e à estrutura física das escolas, elas também aparecem no produto editorado – o livro didático.

Frente à conjuntura de crise financeira internacional que beneficia os processos de centralização do capital, certamente ainda serão vistas novas movimentações no setor de livros didáticos. Há uma grande concentração de vendas nas mãos da Abril, da Moderna, da FTD e da Saraiva, que detêm um grande percentual das compras realizadas pelo PNLD. O que haverá a partir da nova configuração de aquisição de editoras é que essa elevada porcentagem será dividida em três grandes grupos editoriais: o SOMOS, pertencente ao Tarpon (detentor das editoras da Abril e Saraiva); a Moderna, que pertence ao Santillana (o qual já vendeu parte de seus negócios para o Penguin Random House) e a FTD, editora pertencente à Congregação Religiosa Marista.

A análise das coleções de Geografia aprovadas ao longo de seis processos de avaliação evidenciou o “reflexo” da concentração editorial que ocorre no total de LDs adquiridos pelo programa. Os dados sobre o número de coleções de Geografia, por editora são estes: Grupo Abril Educação com vinte coleções; o Grupo Santillana-Prisa treze; a Saraiva S/A onze; a FTD oito; grupo Anaya-Hachet (Escala Educacional) seis; a IBEP três; a Fundação SM duas; o grupo editorial Leya duas; o Sistema Positivo duas; a AJS duas; a Editora do Brasil uma; e a Terra Sul uma coleção de Geografia.

Ao discutir as mudanças ocorridas no decorrer das edições do PNLD evidenciou-se que algumas delas acabaram por facilitar a aprovação das coleções. Repassando os principais aspectos de cada avaliação de Geografia destaca-se que na edição de 1999 a avaliação dos livros se dava de forma isolada. As editoras não eram obrigadas a inscrever coleções completas, e era comum o fato de um autor não ter todos os livros aprovados. Nessa edição, o professor Manoel Correia de Andrade coordenou o processo que contou com professores de diversas

partes do Brasil, reunidos na cidade de Brasília nos dias de análise dos livros.

A partir de 2002 a análise da coleção completa (4 livros) e não mais dos livros inscritos isoladamente foi a mudança de maior impacto ao programa. Essa mudança significou que: caso um livro fosse reprovado, toda a coleção seria excluída. Apesar de o MEC ter alegado que a avaliação dos livros sem a condicionalidade de aprovação de toda a coleção “não contribuía com a sequência didática proposta pelo autor/editora”, era comum entre muitos professores a escolha de um livro do 6º ano da editora A e um livro do 8º ano da editora B, por exemplo. Essa adaptação que podia ser realizada pelo professor foi encerrada quando da aplicação dessa norma. Certamente, essa modificação quanto a aprovação/escolha da coleção completa trouxe mais benefícios as editoras que obtiveram coleções aprovadas que aos professores. O PNLD, precisa ser analisado, discutido e revisado de forma ampla e democrática.

As análises sobre a evolução das edições indicaram que esse novo formato causou uma espécie de ponderação nas análises das obras. Pôde-se inferir que incorreções que justificariam a exclusão de um livro, não eram suficientes para excluir uma coleção completa. Como analogia pode-se dizer que o rigor empreendido na análise de um livro isolado foi *igual a X*, mas o rigor empreendido na análise de uma coleção completa (formada por quatro livros) foi *igual a Y*. Ao que tudo indica, o novo formato da avaliação causou uma flexibilização dos critérios de análise, já que “no conjunto da obra” alguns livros foram aprovados com incorreções provavelmente com a justificativa de que estas não comprometeriam a qualidade da coleção em sua integralidade.

Outra importante alteração ocorrida em 2002 foi a centralização das avaliações em universidades. Coube à UNESP a condução das avaliações de Geografia e História. Anteriormente, os pareceristas se reuniam na cidade de Brasília para realizarem os trabalhos.

Na avaliação de 2005, houve mais uma mudança imposta pelo PNLD. As categorias que classificavam as coleções como – recomendadas com distinção, recomendadas e recomendadas com ressalvas – foram extintas. Essa medida certamente se fez sentir na avaliação - quando da demonstração dos resultados apresentados nos guias dos livros didáticos de Geografia e no processo de escolha pelos professores que reconheciam essas categorias. Entre 2002 e 2008, os professores Maria Encarnação Beltrão, Eliseu Spósito e Nivaldo Espanhol estiveram à frente da coordenação de área. Com base nas

informações prestadas por esses professores, percebeu-se que a análise das incorreções presentes nos LDs de Geografia era realizada com base no conjunto da coleção.

Anos mais tarde, foi instaurado o Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, mas a avaliação de Geografia realizada em 2011 (centralizada pela UFRGS) não pode utilizar as novas determinações estabelecidas nos Critérios Eliminatórios Comuns, porque o edital publicado para essa edição já havia sido elaborado e publicado para as editoras antes da instauração do Decreto, que entre outras coisas, excluiu os Critérios Classificatórios.

Somente em 2014 as novas normas do PNLD foram executadas, entre elas a permissão de que as coleções que tivessem apresentado as chamadas falhas pontuais pudessem ser corrigidas pelas editoras, durante a avaliação, num prazo de quarenta e oito horas, o que é um prazo muito exíguo para a realização de correções. Nesse ano, a avaliação de Geografia foi centralizada pela Universidade Federal de Uberlândia. Chamou muito a atenção o fato dessa edição ter aprovado 24 coleções de Geografia entre as 26 inscritas – um recorde nos percentuais de aprovação nos PNLDs dessa disciplina. Obtiveram-se os seguintes dados sobre a aprovação das coleções: em 2002, 53% das coleções completas foram aprovadas; em 2005, 68%; em 2008, 73%; em 2011, 55% e em 2014, 92% das coleções receberam aprovação.

Quanto a apresentação das coleções nos guias constatou-se que se foi suavizando a caracterização da qualidade das obras, em especial nos guias de 2008 e 2014. Essas duas edições formaram um material que mais corresponde *ao estado da arte* das coleções de LDs que propriamente um *guia*, na acepção da palavra e no objetivo desse material – sintetizar aspectos referentes às coleções para que os professores possam realizar suas escolhas. O quadro que apresenta os aspectos-chave analisados em cada processo de avaliação e as fichas de avaliação (apresentadas em anexo) demonstram a permanência da maior parte dos aspectos, entretanto a apresentação dos resultados da avaliação sofreu grande mudança nos guias dos LDs de Geografia.

Com base nas informações extraídas das entrevistas e das análises diretas nos guias de Geografia, compreende-se que o conjunto das equipes de avaliação tinha espaço para reivindicar alguns elementos quanto à exposição da avaliação no guia, mas parece que a solicitação da equipe da Geografia não fez coro entre os colegas das demais disciplinas. E frente as questões que foram analisadas, conclui-se que não houve o fundamental – o empenho do MEC em destacar a diferenciação qualitativa entre as coleções, *nas grandes ações*: quando

determinou que os livros seriam avaliados como coleção, e não por livros isolados, e quando retirou as categorias recomendado com distinção, recomendado e recomendado com ressalva; e *nas pequenas ações*: quando não estimulou ou permitiu que houvesse referências mais claras nos guias quanto à qualidade das obras.

Constituiu-se ao longo das avaliações um impasse que parece não ter prenúncio de resolução: as editoras conhecem o receituário que vem garantindo a aprovação das coleções no PNLD; boa parte dos professores ainda é muito influenciada pela divulgação dos livros, e suas escolhas em parte contribuem com a concentração das vendas em mãos de poucas editoras; a avaliação é obrigada a cumprir a determinação de excluir uma coleção completa caso um livro não tenha sido aprovado. Essa imbricação de fatores apresenta vícios e incongruências inerentes ao processo aos quais estão vinculados. Mas a quem essa situação tem favorecido? As editoras.

A tríade livros didáticos–editoras–avaliações parece dar mostras dos limites alcançados pela avaliação e demonstra o poder de ação e a influência das editoras. Os desfavorecidos nessa relação certamente são os alunos e professores que recebem os livros didáticos permeados de conteúdos semelhantes, fragmentados e com erros que se repetem há várias edições, como no caso dos conteúdos referentes a Santa Catarina encontrados em diversos livros didáticos de Geografia.

Frente ao crescimento no percentual de coleções aprovadas e analisando aqueles referentes ao estado de Santa Catarina questionou-se no desenvolvimento da pesquisa por que assegurar a aprovação de tantas coleções com erros em seus conteúdos, os quais contrariam os critérios da avaliação. Há mais de dez anos vem se constatando a permanência de incorreções em livros didáticos aprovados no PNLD e publicados por grandes editoras. Entre as mudanças e as permanências nas avaliações de Geografia, evidenciou-se que os erros sobre o estado de Santa Catarina são uma permanência muito incômoda.

A análise dos livros didáticos aprovados em 2011 e dos 12 livros do PNLD 2014 demonstrou a permanência de incorreções que se repetem há algumas edições – das editoras e da avaliação do PNLD. Considera-se improvável que nenhum avaliador tenha percebido e apontado os erros crassos de localização, por exemplo. O que se depreende das análises aqui desenvolvidas é que parece haver uma quantificação de erros “tolerados” nos LDs de Geografia, erros que ferem os princípios da ciência geográfica, como o da localização/extensão, bem como contrariam os critérios de avaliação.

No caso das incorreções pontuais, e de fácil correção, causa ainda mais estranheza o fato de livros como “Expedições Geográficas”, “Geografia Espaço e Vivência”, “Geografias do Mundo”, “Mundo da Geografia”, “Perspectiva Geografia”, “Projeto Velear” e “Telares Geografia” continuarem apresentando municípios e regiões fora de suas áreas corretas, quando o PNLD de 2014 permite a correção das chamadas falhas pontuais. Na maioria dos casos essas incorreções já estavam presentes em outras edições, apesar das mudanças no nome da coleção de alguns autores. Em que momento da avaliação essa situação passou despercebida? Teríamos respostas para elucidar essa pergunta se o MEC permitisse o acesso às fichas de avaliação. Com acesso às fichas se poderia determinar: se elas foram de fato indicadas pelos avaliadores e não modificadas pelas editoras, ou; se por não terem sido indicadas pela avaliação, não foram corrigidas no prazo determinado.

Sobre a questão da autoria dos livros didáticos, compreende-se que ela sofre diversas alterações feitas pela editora (a parte que detém o capital), mas isso não significa estar satisfeita ou compactuar com essa condição. Parece haver um certo conformismo diante essa realidade entre muitos professores, na educação básica e superior. Mas afinal qual o papel do intelectual – autor de livro didático – na formação dos alunos que utilizam seus livros, e qual o compromisso do autor com os professores da educação básica? São questionamentos que precisam de debate e não serão respondidas nestas considerações finais.

Diante da configuração de um mercado cada vez mais competitivo e oligopolizado no setor de livros didáticos, indaga-se sobre possibilidades alternativas de editoração desses materiais. É de se pensar, por exemplo, na possibilidade de editoração de LDs pelas universidades, pois é notória a qualidade das chamadas coleções didáticas de importantes editoras universitárias. Talvez uma ou outra coleção elaborada com mais tempo e rigor quanto à correção dos conteúdos pudesse servir de “modelo” às editoras privadas do setor. Se foram encontradas formas de se investir no material educativo via aquisição no mercado privado, por que não criar mecanismos em que os recursos públicos possam circular por instituições públicas? Certamente, grande parte dos pesquisadores considerará essa ideia muito utópica, mas a história demonstrou que aqueles que reivindicavam a distribuição universal de LDs na década de 1970 só alcançaram essa reivindicação nos anos 1990. Se o Estado pode, via política pública, fomentar grande parte do faturamento de empresas privadas, não poderia esse Estado possibilitar certo tipo de reinvestimento, ao alocar recursos nas editoras de universidades públicas?

Conclui-se, em consonância com a hipótese esboçada inicialmente nesta pesquisa, que o poder (econômico e político) das grandes editoras parece mesmo ter imposto freios ao desenvolvimento das avaliações, sobretudo a partir de 2002, quando a avaliação dos livros passou a aprová-los ou excluí-los enquanto coleção completa. Entretanto, também recai sobre as equipes de avaliação o fato de haver livros com incorreções nos conteúdos sobre Santa Catarina, que contrariam os Critérios Eliminatórios Comuns e Específicos do PNLD, especialmente na avaliação de 2014, em que as correções pontuais podiam ser realizadas (se indicadas pela avaliação) pelas editoras.

Reconhecem-se os limites desta pesquisa em diferentes aspectos, com destaque para: a limitação imposta pelo MEC ao não permitir a consulta ao material produzidos pela avaliação durante o processo de análise dos livros; a impossibilidade de contemplar todos os livros aprovados no PNLD de Geografia 2004; e a dimensão do recorte de análise que investigou apenas os conteúdos referentes ao estado de Santa Catarina. As informações e os dados aqui apresentados referiram-se a uma pequena parte da análise sobre um campo de investigação muito amplo. Quantas são as incorreções sobre os demais estados brasileiros? Quantas são as inadequações conceituais sobre diferentes temas da Geografia no ensino médio, por exemplo? É preciso seguir pesquisando. Seria de grande importância também investigar as possíveis influências das correntes de pensamento da Geografia sobre as análises dos autores, bem como dos avaliadores de LDs.

Reitera-se que o PNLD abarca os dois segmentos do ensino fundamental, o ensino médio, a educação no campo e a EJA, avaliando e distribuindo livros para as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Línguas Inglesa e Espanhola, Sociologia, Filosofia, Física, Química e Biologia, portanto, há muito a ser pesquisado e debatido. Todo esse alcance também significa uma problemática concreta a ser investigada por inúmeros pesquisadores. É fundamental articular a formação de grupos de pesquisa e fomentar estudos desenvolvidos com apoio institucional (CNPq e Capes) a fim de analisar os livros didáticos de diferentes disciplinas e segmentos da educação básica.

Ficam aqui registrados alguns apelos: aos colegas professores, da educação básica e superior, para que cobremos do MEC a liberação das fichas de avaliação para fins de pesquisa; e ao ministério, para que perceba a grande incoerência em negar o acesso de pesquisadores a documentos que dizem respeito à educação. Também vale como sugestão aos futuros coordenadores e avaliadores das próximas edições

do PNLD que a equipe dedique uma pequena parte do tempo a analisar as fichas de ao menos uma edição anterior, verificando o que foi apontado, o que corrigido, quais as mudanças e permanências em livros inscritos sequentemente no programa. Certamente esse trabalho otimizaria bastante as atividades previstas no cronograma da avaliação, que segundo os próprios coordenadores é bastante exíguo.

É de fundamental importância acompanhar e investigar os desdobramentos da próxima avaliação do que virá a ser o PNLD 2017. A partir do recorte apresentado nesta tese, sobre os conteúdos referentes a Santa Catarina, será possível constatar se as incorreções se repetiram novamente, no caso de livros inscritos e aprovados, ou se foram corrigidas/suprimidas dos textos. Segundo o edital para a avaliação de 2017, (divulgado em 2015) as editoras passarão a contar com quinze dias para a correção de falhas pontuais indicadas pela avaliação.

Por fim, considera-se que analisar um material que tem grande influência na educação pública exige sobretudo compreender o cenário no qual o livro didático está inserido. Na falta de meios materiais, segue ainda hoje em boa parte das escolas públicas a prática comum entre muitos professores de converter os sumários dos livros didáticos nos programas curriculares das disciplinas que ministram. Encerrando essas considerações finais, é necessário frisar que para muitos alunos os livros didáticos continuam sendo os únicos livros presentes em sua casa. Para muitos cidadãos estes ainda são os únicos livros aos quais eles têm acesso.

Não se está colocando sobre o livro didático a responsabilidade pela melhoria de todos os aspectos da educação, mas é preciso exigir-lhes o que é fundamental – a correção de seus conteúdos. Tem-se consciência de que enquanto não houver uma política bem articulada de formação de professores, remuneração salarial decente, assegurada pelo governo federal, redução da carga horária em sala de aula, valorização do plano de carreira e condições estruturais adequadas nas escolas, permanecerá sendo o livro didático – para muitos – programa curricular, material de consulta, material de ensino do início ao fim do ano letivo. Considerando-se essa realidade, espera-se que esta pesquisa tenha demonstrado a importância de se discutir e exigir o atendimento dos critérios de avaliação dos livros didáticos aprovados e escolhidos.

A realização desta tese foi motivada pela ideia de que o caminho da pesquisa pode levar a feitos mais coerentes e mais comprometidos com a qualidade do ensino de Geografia naquilo que cabe aos livros didáticos. Por isso a epígrafe que abre esse trabalho fala

de incômodo e acomodação. Que passemos sem constrangimento a *incomodar o modo* como os livros didáticos são elaborados, avaliados e adquiridos e deixemos de *acomodar a ação*. Ousemos!

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRELIVROS. **Abrelivros vai punir editoras que fizerem propaganda enganosa de livros didáticos.** Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01>>. Acesso em: 06 dez. 2011.

ADAS, Melhen. **Geografia**. 5.ed. São Paulo. Editora Moderna, 2002.

_____. **Geografia**. 5.ed. São Paulo. Editora Moderna, 2010.

ADAS, Melhen. ADAS, Sérgio. **Expedições Geográficas**. 7º ano. Moderna 1ª ed, 2014.

ALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro.** *Revista Educação e Pesquisa*, S ã o P a u l o, v. 2 8, n. 1, p. 7 7 - 8 9, j a n. / j u n. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11656.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

AMARAL, Nelson C. **O financiamento das IFES Brasileiras e o custo do aluno em FHC e Lula.** 34ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Natal – RN. De 02 a 05 de Out. 2011. Disponível em: < <http://www.anped11.uerj.br/34anped.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

ANDRIOLI, A. I. **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo.** *Revista Espaço Acadêmico*. Ano II, n. 13, jun. de 2002. ISSN 1519.6186. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>> Acesso em: 03 mar. 2013.

ANTUNES, Celso. et al. **Geografia e Participação**. 7º ano. 2ª ed. SP. IBEP, 2012.

ARAPIRACA, José. O. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano.** Rio de Janeiro: FGV, 273 F. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, FGV, Rio de Janeiro, 1979.

ARAÚJO, Regina. RIBEIRO, Wagner C. GUIMARÃES, Raul B. **Construindo a Geografia**. 6ª Série. Regina Araújo, Wagner C. Ribeiro e Raul B. Guimarães. São Paulo. Editora Moderna, 1999.

BASTOS, J. M. **O comércio de múltiplas filiais no Sul do Brasil**. SP: USP, 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 2. ed. São Paulo. PEDEX, 1994.

BELLUCCI, Beluci. GARCIA, Valquiria Pires. **Projeto Radix Geografia. 7º ano**. 2.ed. São Paulo. Editora Scipione, 2009.

BELTRÃO, Leila M. V. **A industrialização em Sombrio/SC: gênese e evolução**. Fpolis: UFSC, 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar: 1810-1910**. Belo Horizonte. Autêntica, 2008.

_____. **O livro didático de História**. Palestra proferida no auditório do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 26 nov. 2007.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). ARAÚJO, Marta Maria de. **Anísio Teixeira na direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964)**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 87, n. 215, p. 97-103, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/446/452>>. Acesso em: 27 de jun. 2014.

BOLIGIAN, Andressa. et al. **Geografia Espaço e Vivência**. 3.ed. ref. São Paulo. Saraiva Livres Editores, 2009.

BOLIGIAN, Andressa. et al. **Geografia Espaço e Vivência. 7º ano.** Saraiva. 4ª ed. 2012.

BOLIGIAN, Levon. et al. **Geografia Espaço e Vivência. 6ª Série.** São Paulo. Atual Editora/ Editora Saraiva, 2004.

BRASIL. MEC. **QUADRO 03: Histórico das principais ações do PNLD de 1985 a 2011.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico>>. Acesso 22 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais - PCN: Geografia.** Brasília: MEC/ SEF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático.** Brasília: MEC/ SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático.** Brasília: MEC/ SEF, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia.** Brasília: MEC/ SEF, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia.** Brasília: MEC/ SEF, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia.** Brasília: MEC/ SEF, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia.** Brasília: MEC/ SEF, 2013.

BONAMINO, Alicia & MARTINEZ, Silvia A. Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: A Participação das Instâncias Políticas do Estado. Revista Educação e Sociedade,

Campinas, vol. 23, n. 80, p. 368-385, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12937>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; MARCONI, N. **Existe doença holandesa no Brasil?** Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CAMPOS, Nazareno J. **Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina.** Fpolis: UFSC, 1989. 215f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

CARVALHO, Marcos de. PEREIRA, Diamantino. **Geografias do mundo.** 1. ed. renovada. São Paulo. Edições FTD, 2009.

CASSIANO, C. F. **Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais.** Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 281-312, jul./dez. 2005.

_____. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo, 2007.

CASTELLAR, Sonia. MAESTRO, Valter. **Geografia.** 6ª Série. São Paulo. Quinteto Editorial, 2001.

CASTRO, Jorge Abrahão. **O processo de gasto público do Programa do Livro Didático.** Texto para discussão – IPEA n.º 406. Mar. de 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3566>. Acesso 25 out. 2013.

CIEGLINSKI, Amanda. **Autores querem mudança nos critérios de seleção de livros didáticos destinados a escolas públicas.** Agência Brasil. 02/09/2011.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. **A afinidade eletiva entre Anísio Teixeira e John Dewey**. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 1999 N° 11. Disponível em: <http://anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE11/RBDE11_09_MIRIAM_WAIDENFELD_CHAVES.pdf>. Acesso em: 28 de ago. 2014.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. Trad. Marques Rosa; Paulo Nakatami. São Paulo. Boitempo, 2005.

COMIN, A. **A desindustrialização truncada perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2009.

CORRÊA, Domingos Sávio. **O Movimento de Fusões e Aquisições de empresas e o processo de privatização e desnacionalização na década de 1990 – O Caso Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – USP. São Paulo, 2004.

CORTES, Bianca Antunes. **Financiamento na Educação: Salário-Educação e Suas Dimensões Privatizantes**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1989000400006&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 dez. 2013.

CRUZ, Rosana Evangelista. **O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde) d os Programas de Distribuição de Livros para as Escolas Públicas Brasileiras**. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.5/GT_05_10_2010.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2013.

DANELLI, Sônia. **Projeto Araribá Geografia. 7º ano**. 2ª ed. São Paulo. Editora Moderna, 2007.

DESIDERIO, Raphaela T. **O ambiental nos livros didáticos de geografia: uma leitura nos conteúdos de geografia do Brasil**. Florianópolis, 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

DIAS, Gabriela. **Amazon e MEC: um divisor de águas?** Disponível em:

<<http://www.publishnews.com.br/telas/colunas/detalhes.aspx?colunista=36>>. Acesso em: 4 mai. 2015.

ESPÍNDOLA, Carlos J. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil**. 261 f. SP: USP, 2002. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Pulo, 2002.

FRANCO, Maria Laura. **O livro didático e o Estado**. Revista da ANDE, ano 1 nº 5, 1982. P. 19-24.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril de 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

GARCIA e Hélio C. GARAVELO, Tito M. Geografia: **Espaço Geográfico e fenômenos naturais**. 6ª Série. 11ª ed. São Paulo. Editora Scipione, 2004.

GIANSANTI, Roberto. et al. Geografia: **Um Olhar Sobre o Planeta Terra**. 7º ano. 1ª ed. SP. Editora AJS, 2012.

GIARDINO, Cláudio. et al. **Geografia nos Dias de Hoje**. 7º ano. 1ª ed. SP. Editora Leya, 2012.

GUEDES, Marilde Queiroz. **Parâmetros Curriculares Nacionais ou o Currículo Oficial?** Revista Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 27 (2): 85-99, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/viewFile/1528/1509>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

HOLLOWAU, Thomaz H. **Imigrantes para o Café**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático**. Educ. Soc. vol.21 n.70 Campinas Apr.

2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000100009>>. Acesso em: 19 set. 2007.

KORTH, Leomar Cláudio. **As Transformações na Indústria Editorial de Livros no Brasil e os Desafios para as empresas brasileiras.** Relatório de Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas - Mestrado Executivo em Gestão Empresarial. Rio de Janeiro, 2005.

LENINE, V. I. **O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo.** São Paulo. Centauro, 2008.

LOPES, Kátia de Carvalho. **Educação pública como nicho de investimento social privado.** 249 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

LOPES, Alice Ribeiro C. **Bachelard: o Filósofo da Desilusão.** Caderno Catarinense de Ensino de Física. v. 13, n 3: p. 248-273, dez. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/download/>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

LUCCI, Elian A. BRANCO, Anselmo L. **Geografia – Homem & Espaço.** 6ª Série. 15ª ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2002.

LÜDKE, Menga. et al. **Repercussões de tendências internacionais sobre a formação de nossos professores.** Revista Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a14v2068.pdf>>. Acesso 07 dez. 2014.

MACIEL, Giséle Neves. **As interpretações sobre a industrialização na Região Sul do Brasil presentes nos livros didáticos de Geografia PNLD 2005/2007.** Fpolis: UFSC, 2008. 169f. Dissertação (de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

_____. **Livros didáticos de geografia: as avaliações das coleções e a concentração editorial no PNLD.** Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

MAGALHÃES, Cláudia B. et al. **Perspectiva Geografia. 7º ano.** São Paulo. Editora do Brasil, 2009.

_____. **Perspectiva Geografia. 7º ano. 2ª ed.** Editora do Brasil, 2012.

MALLMANN, Eduardo; ZWONOK, Oleg. **Panorama dos resíduos da combustão do carvão mineral e características químicas e físicas das cinzas de fundo.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/redecarvao/Rembrandt/DIA23/TARDE/15h40%20Eduardo%20Mallmann.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2014.

MAMIGONIAN, Armen. **A Indústria de Santa Catarina.** In: Atlas Geográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. (Versão atualizada pelo autor).

_____. **Notas Sobre o Processo da Industrialização no Brasil.** Boletim do Departamento de Geografia da FFCL de Presidente Prudente, 1969.

_____. **O Processo de Industrialização em São Paulo.** Boletim Paulista de Geografia, nº 50, mar. de 1976.

_____. **Teorias sobre a Industrialização Brasileira.** UFSC. Cadernos Geográficos. Florianópolis. Nº 1. 49 p. Maio 2000.

MARTINS, Dada. et al. **Geografia Sociedade e Cotidiano. 7º ano. 3ª ed.** reformulada. São Paulo. Edições Escala Educacional, 2009.

_____. et al. **Geografia, Sociedade e Cotidiano. 7º ano. 4ª ed.** Escala SP. Educacional, 2012.

MARTONNE, Emmanoel De. **Panorama da Geografia.** Vol 1. Lisboa. Edições Cosmos, 1953.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política. (Primeiro livro, Vol. II) Cap. 2 Decréscimo Relativo da Parte Variável do Capital com o Progresso a Acumulação e da Concentração que a Acompanha. p. 722-730. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1971.

MARX, Karl. “Pós-fácio à 2 Edição de O capital”. In: **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELO, Laercio. BETTES, Hairton. **O Mundo da Geografia. 7º ano. 1ª ed.** Curitiba. Editora Terra Sul, 2012.

MELLO, Guiomar. **Educação escolar brasileira: o que trouxemos do século XX**. Porto Alegre. Artmed, 2004.

MELLO, Gustavo. **Desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital**. BNDES Setorial. n. 36, p. 429-473. 2012. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3612.pdf> Acesso em: 19 abr. 2013.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo. Ed. Hucitec e Polis, 1984.

MOREIRA, Igor. **Construindo o Espaço**. 6ª Série. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática, 2002.

_____. **Mundo da Geografia. 7º ano. 1ª ed.** Editora Positivo, 2012.

MOREIRA, Márcio R. T. **A construção naval no Brasil: sua gênese, desenvolvimento e o atual panorama da retomada do setor - 1990-2010**. Fpolis, 2012. 207 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

NAPOLEÃO, Fábio. **Origem, desenvolvimento e crise da indústria joinvilense de materiais de construção em PVC: 1941 - 2002**. Fpolis: UFSC, 2005. 1 v. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

NEVES, Lúcia. M. W. **Educação e política no Brasil de hoje**. 4. ed. São Paulo. Cortez, 2005.

PEREIRA, Diamantino. SANTOS, Douglas. CARVALHO, Marcos. **Geografia: Ciência do Espaço**. 6ª Série. 3ª ed. Revista e Atualizada. São Paulo. Editora Atual/Editora Saraiva, 2004.

_____. _____. **Geografias do Mundo**. 7º ano. 1ª ed. renovada. São Paulo. Edições FTD, 2009.

_____. _____. **Geografias do Mundo**. 7º ano. 2ª ed. Editora FTD, 2012.

PEREIRA, Raquel M. F. do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 3ª ed. Florianópolis. Ed. Da UFSC, 1999.

_____. **A geografia e a formação nacional brasileira: uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel**. SP: USP, 1997. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Pulo, 1997.

PEREZ, Bruno Mandelli. **A Abril e a Naspers: Um Estudo de Caso do Capital Estrangeiro na Mídia Brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso**. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_d ocman&task=doc_view&gid=542&Itemid=99999999>. Acesso em: 14 nov. 2011.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. **Imigração**. In O Brasil Republicano. Tomo III. 2 vol. Sociedade e instituições (1889-1930) 3ª ed. Editora Difel, 1985.

PINTO, JOSÉ MARCELINO R. **Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002)**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 108-135, setembro/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12927>>. Acesso 09 dez. 2014.

PORTAL DA INDÚSTRIA. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/11/1,51066/estu>

do-inedito-da-cni-mostra-mudanca-da-distribuicao-geografica-da-industria-no-pais.html>. Acesso 29 de Abr. 2015.

RANGEL, Ignácio. **Economia: Milagre e Anti-Milagre.** Rio de Janeiro. JZE Editor, 1985.

REVISTA ÉPOCA. **Maior segmento do mercado editorial é o de livros didáticos.** Autores de livros para escolas são os que mais vendem no país. Época. Edição n. 492. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG79649-5856,00.html>>. Acesso 14 dez. 2007.

ROCHA, Isa O. **Industrialização de Joinville (SC): da genese as exportações.** Fpolis: UFSC, 1994. 176f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

RUWITCH, John. SIEG, Linda. **Não temos razão para pedir desculpas, diz China ao Japão. (2005).** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2005/04/17/ult27u48433.jhtm>> Acesso em: 25 abri. 2005.

SANTOS, Eder. **O ensino superior no Brasil e os “Acordos MEC/USAID”: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira.** Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2005-Eder_Santos.pdf>. Acesso 28 ago. 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** 2ª ed. Petrópolis-RJ; Ed. Vozes, 1982.

_____. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro. Best-Bolso, 2011.

SAMPAIO, Fernando S. et al. **Para viver juntos Geografia.** São Paulo. Edições SM, 2009.

_____. **Geografia para Viver Juntos.** 7º ano. 3ª ed. Editora SM, 2012.

SAMPAIO, Francisco; CARVALHO, Aloma. **Com a palavra o autor**. SP. Editora Sarando, 2010.

SILVA, Marcos Aurélio. **O Processo de Industrialização no Sul do Brasil**. Cadernos Geográficos. Departamento de Geociências. 15, maio, 2006.

SPOSITO, Maria. E.B. (Org.). BEZERRA, Holien G. LUCA, Tânia R. Em busca da Qualidade PNLD História – 1996-2004. In **Livros didáticos de História e Geografia. Avaliação e pesquisa**. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2006. (p. 27-53).

SQUEFF, Org. **Dinâmica Macrossetorial Brasileira**. Brasília. IPEA, 2015.

STEAVENS. Iona T. **‘O sistema colocou uma máscara de ferro no mercado editorial’, diz André Schiffrin**. Disponível em: <<http://www.livrosepessoas.com/tag/andre-schiffrin/>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

ROMANELLI, O. de Otaíza. **História da educação no Brasil**. 17ª ed. Petrópolis. Vozes, 1995.

ROCKENBACH, Denise. et al. **Série Link do Espaço**. 6ª Série. São Paulo. Editora Moderna, 2002.

ROSENBERG, Lia. **O livro didático**. Revista da ANDE, ano 1, 1981. (p. 37-38).

SAVIANI, Demerval. **A escola pública brasileira no longo século XX (1890-2001)**. Congresso. Disponível em:<<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documents/Coord/Eixo3/483.pdf>>. Acesso 17 mai. 2014.

SAVIANI, Demerval. **Educação do senso comum à consciência filosófica**. 4ª ed. São Paulo. Atores Associados, 1984.

_____. **Organização da Educação Nacional: Sistema e Conselho Nacional de Educação, Plano e Fórum Nacional de Educação**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-

set. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso 04 dez. 2014.

SENE, Eustáquio. MOREIRA, João. **Trilhas da Geografia**. 6ª Série. São Paulo. Editora Scipione, 2000.

_____. _____. **Geografia**. 1.ed. São Paulo. Scipione, 2010.

_____. _____. Projeto **Velear Geografia**. 7º ano. 1ª ed. São Paulo. Editora Scipione, 2012.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal. (1989 a 2000). (Vol. 1 e 2)**. Tese (doutorado). Pós-Graduação em História UFF/UNIOEST. Niterói, 2005.

SILVA, Vitória Rodrigues. **Concepções de História e de ensino em manuais para o ensino médio brasileiros argentinos e mexicanos**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social – USP. São Paulo, 2006.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2ª ed. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1977.

SOARES, Maria Couto. In TOMMASI, Livia de. WARD, Mirian. HADDAD, Sérgio. (Org). **O Banco Mundial e as políticas públicas educacionais**. 2ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 1998.

SOARES, Ricardo Pereira. **Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada - IPEA**. (2007). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1307.pdf 14/11/1>. Acesso 06 nov. 2011.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação e a autonomia da escola**. 23ª Reunião da Anped, Caxambu, MG, de 24 a 28 de setembro de 2000. Disponível em: < <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0503t.PDF>>. Acesso 19 mar. 2015.

TONINI, Ivaine. **Imagens nos livros didáticos de Geografia: seus ensinamentos, sua pedagogia...** Disponível em:

<<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/148/117>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

TOUSSAINT, Eric. **A Supremacia dos Estados Unidos no Banco Mundial**. Disponível em:< <http://cadtm.org/A-Supremacia-dos-Estados-Unidos-no>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

TREGENNA, F. **Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally**. Cambridge Journal of Economics, vol. 33, 2009.

UNESCO. **La reforma de los manuales escolares y del material de enseñanza**. Paris: Imprinta Lahure. 1956. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000630/063011so.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

VIEIRA, Maria Graciana E. D. **Formação social brasileira e geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. Fpolis: UFSC, 1992. 139f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

VESENTINI, J. William. VLACH, Vânia. **Geografia Crítica**. 7^o Série. 30^a ed. São Paulo. Editora Ática, 2004.

_____. _____. **Geografia Crítica**. 7^o ano. 4^a ed. São Paulo. Editora Ática, 2010.

_____. _____. **Telares Geografia**. 7^o ano. 1^a ed. Editora Ática, 2012.

WARDE, Mirian. **A industrialização das editoras e dos livros didáticos nos Estados Unidos (do século XIX ao começo do século XX)**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 32, n. 114, p. 121-135, jan.-mar. 2011. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 02 mai. 2014.

WOOD, Ellen. **O império do capital**. Trad. Paulo Castanheira. São Paulo. Boitempo, 2014.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Decreto nº 19.402, de 14 de Novembro de 1930. (Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 23 mar. 2014).

Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938. (Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=19340&norma=34467>>. Acesso 23 mar. 2014).

Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de Abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. (Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 23 mar. 2014).

Decreto-Lei nº 6.339, de 11 de Março de 1944. (Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6339-11-marco-1944-416238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 23 mar. 2014).

Decreto-Lei nº 8.222, de 26 de novembro de 1945. (Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8222-26-novembro-1945-416341-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 23 mar. 2014).

Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de. (Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 23 mar. 2014).

Decreto nº 59.355/ de 21 de Jun de 1966. (Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2878883/pg-41-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-06-1967/pdfView>>. Acesso 23 mar. 2014).

Lei Nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm>. Acesso 25 ago. 2014).

Decreto nº 68.728, de 9 de Junho de 1971. (Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 23 mar. 2014).

Portaria nº 409 de 01 de Julho de 1980. Ministro da Educação Eduardo Portella (Disponível em:<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3352950/pg-11-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-07-1980/pdfView>>. Acesso 25 ago. 2014).

Portaria nº 02. 07 de Julho de 1982. Ministro da Educação Rubem Ludwig (Disponível em<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3104517/pg-42-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-07-01-1982/pdfView>>. Acesso 25 ago. 2014).

8 APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário I anônimo

Esse questionário, destinado aos Professores de Geografia (da educação básica), constitui um importante instrumento para a coleta de dados para dar continuidade à pesquisa de doutorado cujo título é “Livros Didáticos de Geografia (PNLD 1999-2014): editoras, avaliações e erros nos conteúdos sobre Santa Catarina”, que vem sendo desenvolvida por Gisèle Neves Maciel, sob orientação da professora Dr.^a Raquel M^a. Fontes do Amaral Pereira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina. Como a pesquisa começou a ser desenvolvida em 2011 e a Resolução Nº 466 do Comitê de Ética da UFSC só entrou em vigor em 12/12/2012, não pudemos submeter o projeto que já estava em andamento ao citado Comitê, razão pela qual não dispomos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, asseguramos que as informações fornecidas através do presente questionário serão tratadas de maneira ética e responsável, atendendo a determinação do entrevistado quanto ao anonimato.

a) Autorizo a devida utilização das informações prestadas nesse questionário (encaminhado à pesquisadora em formato PDF) na pesquisa acima referida:

(X) Sim () Não

b) Deseja manter o anonimato: (X) Sim () Não

c) No caso de optar por identificar-se, escreva seu nome completo:

.....

d) Formação: Licenciatura Plena e bacharelado em Geografia-UDESC

e) Atuação em escola municipal, estadual ou particular? Anos de atuação como professor (a):

Escola Estadual Jacó Anderle. Atuo no magistério há cinco anos.

1- Houve mudança nos livros didáticos de Geografia, nos últimos anos ao seu ver? Pode citar alguma?

Sim. Algumas editoras estão prestando mais atenção em relação à atualização dos dados apresentados, com informações mais adequadas à realidade. Além disso, alguns livros estão melhores na apresentação de gráficos, os quais ilustram melhor o conteúdo estudado e possuem maior aproximação com o mundo real. Destaco também as referências, as quais estão melhores. Utilizo um livro em que muitos conteúdos de geografia física estão referenciados no livro “Decifrando a Terra”, muito respeitado no meio acadêmico.

2- O (A) senhor (a) percebeu alguma mudança nos guias dos livros didáticos de Geografia, nos últimos anos? Ele é importante para a escolha das coleções?

Sim. Estão mais interativos. Junto dos guias recebemos uma série de recursos de multimídia que podem ser utilizados não apenas na preparação das aulas, como em sala de aula, ou no laboratório de informática.

3- Há tempo hábil para escolher as coleções, adequadamente, na (s) escola (s) em que o (a) senhor (a) leciona?

Isso é um problema. É muito complicado, dependendo o tamanho da escola, o número de professores, torna-se muito difícil reunir todos os professores da mesma área para tomar esta importante decisão, que é a escolha do livro para os próximos três anos

4- O (A) senhor (a) já observaram a presença de incorreções nos conteúdos dos livros didáticos de Geografia? Poderia citar algum exemplo?

Bom, eu utilizo dois livros, pois trabalho em duas escolas. Em uma das escolas (Jacó Anderle), na qual sou professor efetivo, participei do processo de escolha do livro, o qual apesar de não ser a opção perfeita, está bem organizado. Porém, na outra escola (Padre Anchieta), onde estou completando minha carga horária, eu não sei como foi feita a seleção. Mas, posso relatar que a escolha foi um tanto equivocada, pois a coleção escolhida é incompleta em muitos aspectos. Mas, apesar disso, não lembro de erros tão grotescos, ainda bem.

5- Dentre as coleções mais escolhidas nas escolas nas quais já atuou, prevaleceram coleções de quais editoras?

Em primeiro lugar, destaca-se a editora FTD, com livros de Geografia, História, Português e Artes, e as demais editoras foram ática, saraiva e moderna, como duas disciplinas cada.

6- O (A) senhor (a) constataram alguma vez, a presença de representantes de editoras nas escolas, no período de escola das coleções?

Sim. O ano passado, 2014, foram inúmeras as visitas, muitas delas, acompanhadas até de *coffee break*.

7- Quais são as maiores contribuições e os limites da avaliação do PNLD dos livros didáticos, ao seu ver?

Acredito que um dos principais desafios que se coloca para o PNLD é o processo de escolha dos livros, pois há muito pouca discussão entre os professores, e assim torna-se complicado, por exemplo, adotar critérios para a escolha das melhores opções. Além disso, penso que os livros didáticos, pelo pouco que conheço, e apesar das limitações de conteúdos, poderiam ser melhor utilizados no trabalho dos professores, e não apenas como um local onde se encontra respostas, para os questionários. Atribuo essa última situação à falta de momentos para o planejamento coletivo, para troca de experiências. Nós professores ficamos muito isolados.

Agradeço antecipadamente sua preciosa colaboração para o desenvolvimento de minha pesquisa.

Cordialmente,

Giséle Neves Maciel

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC.

APÊNDICE B - Entrevista concedida pelo Professor Dr. Eliseu Sposito, no dia 11/11/2014, em Presidente Prudente (SP) à autora da pesquisa

Legenda:

F1- Giséle Neves Maciel

M1- Professor Eliseu Savérios Sposito

F1: Eu queria começar perguntando sobre a primeira avaliação que o senhor participou.

M1: Olha, eu participei já como adjunto de área. Eu nunca participei como avaliador, mas como adjunto de área, deve ter sido no ano 2001, acho que foi em 1999. Nesse momento, a avaliação de Geografia... não tinha essa divisão entre ensino fundamental... aliás, não tinha avaliação do ensino médio. E não tinha essa divisão entre primeira a quinta e de sexta a nona, era um bloco só de ensino fundamental. E a responsabilidade nesse momento da avaliação era da Unesp. Tanto de Geografia quanto de História. Então essa foi a primeira vez em que eu participei.

F1: Da primeira avaliação, professor, a mudança na forma de avaliar os livros, porque os livros eram avaliados isoladamente e depois passaram a ser analisados em coleção. Não ficou mais difícil para a avaliação fechar consensos de obras aprovadas e de obras excluídas?

M1: Quando nós começamos a participar, já era em conjunto. Nas avaliações anteriores, quando havia os outros coordenadores, por exemplo, Manuel Correia de Andrade, cada avaliador avaliava um livro. E aí, obviamente, casos assim, de inconsistência na avaliação... eu me lembro de uma coleção do Vesentini, que de todos os livros, um foi aprovado muito bem, o outro foi reprovado e tal. E a coleção, então, ficou esquartejada. E ele entrou com recurso, reclamou com razão e no ano seguinte passou a ser feita a avaliação da coleção toda por um avaliador apenas. A partir daí, passou a ser de dois avaliadores a responsabilidade pela avaliação de cada coleção. Desde esse tempo 1999, a avaliação é feita... como a gente chama, por avaliação cega. O avaliador não conhece o livro, vê uma capa em branco com código e ele vai olhando o livro e tal. E são dois avaliadores. Geralmente há uma combinação entre Geografia física e Geografia humana. Um mais experiente, outro mais novo. A coordenação sempre procura colocar

duas pessoas que tenham especializações ou especialidades diferentes para terem diferentes enfoques para avaliar os livros. Mas de 1999 para cá, que é do período de 2001, todas as avaliações já eram por coleção.

F1: E a mudança das categorias? Porque para os professores era muito forte aquela caracterização das estrelas, não é? Significava aprovado, aprovado com ressalva, aprovado com distinção...

M1: É, tinha... a gente, por exemplo, da equipe de Geografia, foi contra a extinção dessa diferenciação qualitativa. Mas nós perdemos pelas pressões, gente do próprio mercado, que o MEC foi aceitando uma... digamos assim, uma diferenciação muito tênue entre as coleções. A diferenciação, por exemplo, hoje, só é acessível na leitura das resenhas. Nós fomos contra isso, mas claro que há muita estigmatização. Por exemplo, as estrelinhas eram usadas para marketing, eram utilizadas... tanto para críticas veladas, como para elogios exagerados. Então virou, realmente, uma representação, vamos dizer assim, simbólica, que começou até a deturpar um pouco o processo. Muitos autores se colocavam como mais estrelados ou menos estrelados. As editoras passaram a usar isso para divulgar seus livros. Então esse foi o lado negativo. O lado positivo é que havia uma gradação, era realmente uma diferenciação. Isso foi acabando aos poucos. E aí o MEC quis que houvesse aprovação, aprovação... eu não sei se com ressalvas, alguma coisa assim, e reprovação. Hoje, por exemplo, tem a aprovação, aprovação com falhas pontuais e a reprovação. Então, ao chegar nas falhas pontuais, chega-se ao nível de que a equipe de Geografia (ou das outras áreas) trabalha, avalia o livro e indica os erros do livro e a editora tem acesso àquela ficha e ela corrige a partir da leitura do MEC. Então isso, para nós, é ruim. Porque o MEC está fazendo um trabalho gratuito para as empresas particulares. Aí, o que a Geografia sempre tentou fazer? Uma diferenciação entre as coleções. Por exemplo, a gente... se você observou o guia, tem quatro ou cinco gráficos, que são gráficos que têm as diferentes características dos livros e os nomes das coleções. A gente queria fazer a ordem por importância. Mas nenhuma vez nós conseguimos isso. Toda vez, o MEC diz que como é só a Geografia que procura fazer isso, então não pode ser diferente das demais áreas. A gente insistiu muitas vezes, fez documento e eu lá na comissão técnica, na última vez também já me dei por vencido, nem saí mais a falar isso. Mas nós sempre tentamos e não conseguimos. As outras áreas são menos sensíveis a essa diferenciação. Eu não sei por que. Mas a Geografia sempre quis, porque nós sabemos que mesmo antes da avaliação tem autores consagrados, tem autores novos e os consagrados não são necessariamente os mais atualizados e os mais modernizados.

Para dar um exemplo de hoje, na última avaliação teve os OEDs, objetos educacionais digitais. Alguns tinham um DVD com PDF, outros tinham uma interação, quando você clicava no site da editora você já baixava documentários, filmes, entrevistas, falas das mais diversas, jogos. E os livros novos, de coleções novas, estão muito mais bem adaptados, porque já foram quase que construídos junto com um artifício como esse. Enquanto que os livros mais tradicionais estão ainda se adaptando, fazendo um OED de acordo com a sua estrutura de conteúdo. Então tem livros que ainda só têm PDF. Os mais novos, não, já têm trabalhos bem articulados. De uma forma geral, ainda eles estão em construção. O acervo de Geografia não tem nenhum, assim, que você pode dizer, "olha, que objeto bom, que ajuda os alunos". Todos tiveram algumas críticas por parte dos avaliadores. No entanto, há diferenças entre eles muito grandes. Desde aquele que só têm repetição do conteúdo, como eu falei, em forma de PDF, até aquele que tem realmente links no site da editora, que você pode navegar, literalmente navegar, tendo internet você pode dar uma aula com os computadores. E aí fazer, realmente, atividades, que é o objetivo básico do OED. Ou seja, a interação dentro da sala de aula entre professor, alunos e um conteúdo em movimento. Porque hoje a juventude está muito ligada às tecnologias da informação e comunicação. Então para você atrair com alguma atividade didática, é realmente... no caso dos livros didáticos vai ser um avanço muito... vai ser muito rápido.

F1: Professor, quando o senhor teve mais contato com o MEC, existia alguma interlocução com as editoras? No sentido do envio do material...

M1: ...eu ou o MEC?

F1: ... o MEC e as editoras.

M1: Não, o MEC só aceitou essa aprovação com falhas pontuais, no caso do ensino médio, nos dois últimos PNLDs.

F1: É recente, então.

M1: Até então, havia uma resistência. Porque agora foi o PNLD 2015. Até o 2012... em 2012 já teve essas falhas pontuais. Mas até ali não havia... havia uma negação de mostrar às editoras a correção do MEC. Depois, no final do processo, as editoras tinham acesso à ficha, aos pareceres, certo? Mas só depois. Aí elas poderiam arrumar o livro, rever e tal, mas depois de terminada a compra por parte do MEC. Agora não, agora elas têm... no próprio edital já tem um tempo, um prazo que elas têm para ter acesso a sugestões e às correções que os avaliadores fazem, para elas poderem "consertar" os erros e aí entregar ao MEC uma versão definitiva. Essa versão definitiva só volta para a equipe avaliadora se o MEC achar que é necessária uma reavaliação, assim, muito mais

detalhada. Mas, de uma forma geral, fica para o MEC mesmo resolver, os técnicos da COGEAM, que é a comissão... a coordenadoria de materiais didáticos, que faz toda a triagem e a comparação.

F1: E chegou a acontecer dentro dessas avaliações alguma discussão sobre... no momento em que... acho que na avaliação de 2002, principalmente, já estava bem consolidado o processo, mas ainda tinha muitos autores resistentes à avaliação e muitas editoras soltando foguete na mídia...

M1: Sim.

F1: Criticando a avaliação. Como é que foram as discussões dentro do MEC, da relação com as editoras? Porque apesar de elas terem se posicionado contra, com o tempo elas vão se adaptando. Tanto que a concentração das coleções nas mãos de poucos, continua entre...

M1: Sim, isso é uma coisa muito interessante e contraditória numa política pública. Quando, por exemplo, nós começamos a trabalhar com isso, em 1999, havia já a possibilidade de mudar de modelo, certo? Porque antes, no tempo do governo FHC, que foi em 1994, 1998... o Lula ganhou a eleição em 2002?

F1: 2002.

M1: Muito bem. Então, um dos esforços feitos pelas equipes, foi todo mundo falando e o MEC conseguiu fazer, foi estabelecer o PNLD como uma política de Estado, e não de governo. Portanto, o orçamento já faz parte da LDO, tal... então todo ano isso já faz parte de... digamos assim, da divisão dos fundos de investimentos do governo. Muito bem. Como é uma política que deu certo e a distribuição é de milhões de dólares a cada dois, três anos, em livros, é o maior mercado de livros do mundo, praticamente. Isso já foi feito comparação com outros países. O caso brasileiro é o maior mercado editorial do mundo, o PNLD. Ora, com isso não tem editora que não olhe com preocupação, logicamente, para vender seus livros. Como é um mercado forte, editoras do exterior passaram a comprar editoras brasileiras. Então o movimento de concentração passa a ocorrer à Hachette, da França, à Santillana, da Espanha. Passam a comprar editoras brasileiras a partir do momento em que há uma desregulamentação, por exemplo, na entrada de capitais e de apropriação de... assim, de entrada de firmas estrangeiras no Brasil. Isso começa no último... no segundo governo do Fernando Henrique e depois não muda com os governos Lula, Dilma, não tem como mudar. Realmente, é uma política de Estado que se... vamos dizer assim, que se rende às forças do mercado. Para o bem e para o mal, eu não vou fazer julgamento aqui. Mas é nesse momento, com esse mercado editorial tão grande, que as editoras do exterior passam a olhar com bons olhos e

entrar no mercado brasileiro. Então, as pequenas editoras que estavam emergindo nesse processo e olhando também com bons olhos para o PNLD, acabam sucumbindo e são incorporadas ou fecham as portas por causa da concorrência pesada dessas editoras, que passaram a fazer vendas para o governo mais barato do que as outras editoras menores poderiam vender para sobreviverem. Quase que num processo de *dumping*. Porque elas tinham como suportar... porque elas também não tinham uma coleção apenas, com três, quatro coleções aprovadas poderiam vender uma mais barata, outra mais cara, para compensar esse jogo. Porque o livro sai para o governo, quando é por licitação, sai muito barato. Mas as editoras ganham na quantidade. Se você for comprar numa livraria um livro didático hoje, eu não sei quanto, mas deve estar custando 50, 60 reais...

F1: 94 reais.

M1: 94 reais. Elas vendem... em 2002, eu lembro que elas vendiam por três reais e 50. Hoje, deve estar 10, 12 reais. Só que elas não vendem 10, 20 livros, vendem 200 mil, 300 mil livros. Então... e outra, elas consolidam o nome do livro, o nome do autor, a marca do livro, sabe? Então eles vão ganhando assim. E além do governo, eles também têm o mercado das escolas particulares, que aí já são outras táticas para a venda. Eu só estou falando das vendas para as escolas públicas. Porque é uma... nós entramos... agora uma opinião pessoal, nós aqui na Unesp entramos porque sempre achamos que, desde o início, quando se falou dessa avaliação, quando era em Brasília, durante um mês as equipes iam para lá, ficavam isoladas, todo mundo junto... quer dizer, estava se aprendendo a fazer avaliação, mas sempre apostamos, nós da Unesp, sempre apostamos nessa política. Porque é uma coisa espetacular você levar para todas as escolas públicas um livro que dura três anos, para passar de um aluno para outro. E a cada três anos você renova o estoque. Isso leva um material, digamos, sempre atualizado, um material que resiste pelo menos por três anos e um material de distribuição gratuita para todos os pontos do Brasil. Claro que há problemas na distribuição, na entrega dos Correios, na escolha do livro nas escolas. Sempre problemas locais ou até problemas de logística mesmo. No entanto, de uma forma geral, o programa foi um sucesso. Essa é a avaliação que eu faço, acredito que todo mundo da Geografia também faz.

F1: Não sei se o senhor tem conhecimento sobre isso, mas dentro do MEC, em que órgão ou em que secretaria as editoras podiam se colocar? Qual era o momento de as editoras terem voz sobre o processo? De repente, sugerir uma mudança para a próxima etapa ou para o próximo PNLD...

M1: Não, as editoras não têm nenhum acesso ao MEC, à Cogeam. No entanto, eles têm alguns momentos em que tem sessões públicas. Por exemplo, lançamento do edital. Aí eles vão lá e até dão opiniões, sugerem, reclamam, fazem os lobbies e tal, e até agora eu não vi edificação de editais, porque os editais são muito bem elaborados, principalmente agora. No começo, os editais estavam começando. Mas também as próprias editoras não tinham domínio geral, o domínio total dos editais. No momento em que elas recebem agora os pareceres com as falhas pontuais. Porque se está aprovado, está aprovado, elas não têm que ficar indo ao MEC fazer nada. Mas com as falhas pontuais, então, logicamente, elas mandam um representante ao MEC para buscar esse material. E como eles se relacionam lá eu não posso dizer, porque eu não sei, nunca fui chamado, nunca fiz... nunca estive presente nessas coisas. E também elas, em sessão pública, têm representantes e realmente com a imprensa, com gente do Brasil inteiro no lançamento do guia do livro didático. Isso é feito com a televisão, com rádio, com... agora não sei, mas o ministro da educação, o presidente, a presidenta, não sei se foi alguma vez, mas o ministro da educação tem que estar lá para fazer todo... porque isso é, vamos dizer assim, lançado num momento solene. É um guia de trabalho, sabe? E aí os avaliadores são todos convidados para irem, quem pode, vai, dá entrevistas, as pessoas perguntam, as próprias editoras já olham ali o que aconteceu, já têm suas perguntas também, suas críticas, seus elogios etc. Então nesses momentos elas têm acesso à informação. Mas pelo que eu sei, o pessoal da Cogeam não... é um pessoal já bem blindado em relação a esse tipo de ação, por exemplo, de contato. Porque ela é mais de avaliação. E os representantes das editoras, acredito, que não vão falar com esses funcionários. Eles vão diretamente a gabinetes de ministros, de chefes, de assessores, de... como é que chama? De secretarias e tal. Nunca ninguém lá na Cogeam falou, "olha, veio aqui um representante da editora tal", eles não têm o que fazer lá. Eles vão, logicamente, fazer lobbies, se vão, não sei, nas instâncias superiores. Então se eles têm esse papel, é nessas instâncias superiores mesmo.

F1: Dos guias do livro didático, o senhor mencionou esse 'não' do MEC em fazer uma qualificação ranqueada das coleções. Eu fui notando, com o passar do tempo, que o guia se tornou bastante extenso, tem muitos detalhes, vários aspectos da avaliação estão contemplados ali, mas para um pesquisador tem muito material a ser analisado. Mas para o professor que recebe esse guia em um mês para ter uma ideia da coleção, já chegou até às equipes de avaliação alguma análise, assim, do guia? Será que ele pode ficar mais conciso?

M1: ...olha, o que aumentou nos guias foi... com um mercado importante, aumentou o número de coleções. Para o ensino médio, por exemplo, esse ano passado foram 18 coleções. Quando começou a avaliação do ensino médio, parece que era uma dúzia. Então a tendência é aumentar mesmo. Agora, com isso, o guia aumenta. Mas para você fazer uma análise qualitativa, com ilustração, com gráficos, você tem que ter, no mínimo, duas páginas para qualificar a coleção, porque não é um livro, é uma coleção. Então o guia é dividido na primeira parte é a análise das coleções, análise comparativa. O que nós conseguimos, por exemplo, foi dizer assim num parágrafo, "os aspectos econômicos são mais trabalhados nas coleções tais", você pode ver lá, "os aspectos culturais são privilegiados nas coleções tais". Por exemplo, "a relação sociedade e natureza está presente com mais intensidade nas coleções tais". Então a gente procura diferenciar isso na comparação entre as coleções. Mas depois, cada coleção tem cinco páginas de estrutura dela, que uma leitura... que na realidade é uma repetição do índice das partes que ela tem, depois a análise crítica e em sala de aula. Então não é uma leitura muito demorada. O que chega para a gente é que muitas vezes a escolha do livro é prejudicada por várias razões, por exemplo, o orientador, o coordenador pedagógico pega e escolhe os livros sem falar com os professores. Não tem um tempo de preparação para o professor escolher. Muitas vezes o próprio guia, quando era em papel, demorava para chegar na escola, para seguir aquele calendário, porque era em agosto. Mas agora o guia já é em formato digital. Então está tendo outros problemas de contato com os professores. Já tem um livro, que foi coordenado pela Carminha, sobre avaliação da escolha do livro, você conhece o livro?

F1: Sim.

M1: Muito bem. Deve ter sido publicado em 2008, por aí. O que se sugeriu, sempre se sugeriu é que... a gente sabe que a primeira semana do ano letivo é uma semana de preparação para o ano letivo. Então a sugestão é que nessa semana o diretor, os coordenadores pedagógicos tenham uma estratégia para que os professores fiquem lá para lerem as suas resenhas e poderem comparar e escolher aquele livro que ele está acostumado a escolher ou um novo que atende melhor ao que ele faz. Porque ler um livro numa oficina de trabalho, durante uma semana, ler o guia, que deve ter... no caso, a Geografia deve ter 100 páginas, com ilustrações, não é complicado. Desde que seja uma leitura orientada. Ou pode ser uma leitura coletiva. Porque ler as resenhas de cinco coleções por dia, que dá o que... não dá nem 30 páginas, não é um problema muito sério. Mas não há essa organização, de uma forma geral, nas

escolas. Então a sugestão nossa foi sempre ter uma semana de planejamento, que já existe nos calendários, pelo menos eu acredito que faz parte dos calendários escolares. E usar essa semana de planejamento para isso. Quer dizer, atrair os professores para debaterem esses... os guias. Por quê? Uma escola muito pequena pode ter um professor de Geografia. Mas uma escola de um certo tamanho já tem dois, três... E os professores de Geografia podem conversar com os professores de História, porque nos... Nas resenhas em sala de aula, há muitas sugestões de interdisciplinaridade, de atividades fora da sala de aula ou atividades dentro da sala de aula. Então falta, realmente, a organização, porque eu acredito que o tempo já faz parte do calendário escolar. Então o que a gente sempre coloca, em todas as resenhas... e aí não é só a Geografia. Eu estou falando da Geografia, mas todas as áreas colocam em sala de aula que são 10 linhas, não mais que isso, você lê em cinco minutos, 10 linhas, com muita... muito devagar. Assim, sugestões para despertar a curiosidade do professor. E para tentar chegar até ele, novidades de atividades que ele pode não conhecer. Então essa preocupação nós sempre tivemos. Mas como não é da alçada do MEC esse tipo de atividade, mas a gente faz muito mais sugestões, acredito que ainda tem muitas escolas com muita fragilidade nesse sentido. Há algum tempo atrás, alguns estados como Santa Catarina, que eu me lembro, Paraná, Goiás, Ceará, convidavam as pessoas dos PNLDs para ficarem uma semana nas capitais, geralmente, ou em alguma cidade, para passarem para todos os professores da sua área, assim, de manhã um grupo, 40 pessoas e a gente falava. À tarde repetia para mais 40. No dia seguinte, para mais 40. Então eu me lembro que no Ceará, em Goiás, eu fiquei três dias falando em seis sessões de 40 pessoas. Portanto, foram 240 professores de Geografia ouvir o que a gente estava falando. Isso não engloba todos os municípios, mas já é um número significativo. Só que isso dá uma certa despesa. E muitas vezes os Estados não arcaram com isso. Isso... e quando começou a facilitar a internet, eu já participei de sessões por internet. Aquelas sessões que você tem numa tela grande 12 pessoas aparecendo ao mesmo tempo. Aí vão se revezando. Então quem quer falar, perguntar, vai respondendo aqui, ali e tal. Então, também já teve esse tipo de atuação. Agora, não dá para a gente fazer além do que sugerir e esperar que os estados e as regionais também tenham essa preocupação. Faz parte do trabalho do docente. Aí isso já é cargo dos diretores e dos coordenadores pedagógicos. Eles têm que estar atentos para isso, como é que vai fazer essa ponte entre o guia do livro didático, que agora está disponível pela internet com os

professores também, logicamente estão cada vez mais usando essas TICs no seu dia a dia, na sala de aula.

F1: Professor, durante a coordenação das avaliações, os avaliadores chegaram a repassar um estranhamento com a semelhança do conteúdo dos livros? Porque, assim, alguma semelhança precisa ter, porque são livros falando sobre as mesmas séries em Geografia. Mas há trechos em que a gente encontra semelhança quanto a informações incorretas. Por exemplo, autores diferentes, editoras diferentes. Isso chegou a ser levantado nas avaliações?

M1: Não, não. Nós não levantamos, assim, os avaliadores, quando eles terminam as suas fichas, tem uma sessão com as coordenações para debater isso aí. As coordenações, logicamente, vão vendo isso e vão comparando, detectando. Isso está na ficha e no parecer, mas a gente nem pode dizer assim, "olha, esse livro...", assim, pôr no guia e tal, "está semelhante àquele, tem os mesmos erros", isso não pode. A gente pode ter essa avaliação e colocar nos pareceres, que são objeto de análise das editoras e do próprio MEC. Mas isso não aparece nas resenhas, isso não pode ser tornado público, porque muitas vezes os erros são da própria fonte. A própria fonte, às vezes, está errada. Certo? E se a fonte está errada, às vezes as pessoas que consultam aquela fonte vão, logicamente, repetir o erro. A nossa preocupação maior é com os erros conceituais, por exemplo. E erros conceituais são erros que também podem ser repetidos, porque é das universidades que os autores... nas universidades que os autores vão buscar as novidades das pesquisas, das teorias e das interpretações. Por exemplo, quando se fala de globalização, o que é globalização? Tem dezenas de acepções para... de sentidos para globalização. Então muitas vezes o que você diz, "olha, esse aqui está errado", ele está se baseando em uma informação. "Esse aqui está certo", ele está se baseando em outra informação. Então essas comparações também não são apenas, vamos dizer assim, incompetência dos autores. São fontes diferentes. E até quem lê pode achar que está errada, mas se você for olhar a fonte, aí sim, tem algum erro. Mas isso a gente procura ver. Por exemplo, se tem dados defasados. Já temos o censo 2010, então se você não tiver dados de população, de mão-de-obra etc., de 2010, o livro está defasado. Então, automaticamente, ele já está fora... já está desclassificado nesse item. E se ele tiver erros conceituais ou desatualização da informação, já é um erro eliminatório. Então, como a geografia é uma ciência humana, ela permite várias interpretações, dependendo do prisma que você toma para explicar um conceito, por exemplo, quando ele é incorporado e transformado na linguagem didática do livro didático, ele pode ter alguma modificação, uma

simplificação. Ele só não pode ter erro. Mas a simplificação é necessária, porque é o que a gente chama da decodificação pedagógica do conceito. Imagine o conceito de espaço, por exemplo, espaço geográfico. Não dá para um livro para meninos de 12, 13 anos, você ficar debatendo o que o Milton Santos debateu durante toda sua vida. Então os autores simplificam nessa decodificação pedagógica. Nessa simplificação pode haver lacuna, mas não pode haver erro. Então os conceitos podem estar simplificados, não podem estar errados. Porque tem muitos conhecimentos... até, assim, [00:34:59] a latitude dos trópicos, sabe? A altitude do Everest. São coisas que, de cara, se estiver com o número errado no livro, isso não pode ser relevado, porque são informações consagradas, todo mundo está sabendo quanto que é a Terra... as pessoas, o senso comum já sabe certas informações.

F1: Seria o erro crasso, não é?

M1: Seria. Quer dizer, a falta, inclusive... na realidade, nesse caso, o autor pode até saber, mas o que falta é a revisão. Por exemplo... só para dar um exemplo, da última vez, um livro foi desclassificado porque tinha, no meio do texto, entre parênteses, "perguntar para fulana se está certo", fechava parênteses. Quer dizer, uma falha de revisão. Dá a impressão até que a pessoa inscreveu a coleção para ver qual é a correção do MEC para ela fazer uma correção melhor, para o PNLD seguinte.

F1: E aí os conteúdos estão parecidos.

M1: Claro. E aí você pode ter semelhança. Mas como é... realmente, para as mesmas séries, 20 coleções, muitas estruturas são repetidas. Porque se você pega, geralmente Geografia física, a primeira série, Geografia humana na segunda e regional na terceira é mais ou menos essa divisão clássica. Então vai ter os continentes, geopolítica, os movimentos, por exemplo, separatistas, sabe essas coisas? Vão se repetir mesmo. Inova com recorte de jornal, com exercício, mas a notícia, praticamente é a mesma. Aliás, nem dá para diferenciar muito, porque se não, você distorce a própria informação, quer dizer, distorce o próprio conteúdo. O que não pode é ter redação igual. Mas o tema semelhante, isso realmente se repete demais.

F1: Dos critérios eliminatórios, é bastante claro, o próprio guia vem com os critérios bem definidos. Erros de atualização, de conceituação e localização, por exemplo. O senhor vê que ao longo da avaliação diminuiu esse tipo de ocorrência nos livros?

M1: Diminuiu. Tem diminuído bastante. Mas, realmente, os livros... a gente que está aí há praticamente 15 anos nesse processo, dos primeiros livros, a equipe coletou um conjunto de erros que chamava "pérolas",

que eram coisas absurdas, até que a internet ficou mais acessível, e provas do ENEM, o que escreviam, hoje os erros já são muito mais sutis. São até difíceis de verificar se é erro ou não, porque o avaliador não tem que só ler o livro, ele tem que estudar o livro. Porque não há avaliador que tenha uma coleção na cabeça. É impossível. Por isso, há dois avaliadores. Melhor seriam quatro avaliadores, ou três, pelo menos, cada uma... os três pegarem e, por ordem, um de Geografia física, um de humana, um de ensino. Seria o ideal. Aí, no debate que se realiza entre os avaliadores e os coordenadores, cada um vai privilegiar o que está acostumado a fazer, certo? Então hoje tem que ter muito mais cuidado, porque há detalhes em mapas que, se você não tiver um olho muito aguçado, passa. Por exemplo, vou dar um exemplo muito claro, num dos livros aí, há cinco, seis anos atrás, tinha a foto de uma cidade. Cidade tal, nas margens do rio São Francisco. Uma pessoa de lá escreve para o MEC dizendo que aquela cidade que estava ali não era aquela de que se falava, mas uma vizinha, por exemplo. Então foi um erro de fonte. A pessoa pegou num acervo de fotos na internet, porque isso tem que ter os créditos e muitas vezes até pagar, a editora paga os créditos da fotografia. E a pessoa pôs... foi um descuido, colocou a fonte... não é nem a fonte, é o nome errado. A fonte era a mesma, eram duas cidades parecidas, na beira do São Francisco, do mesmo acervo. E colocou errado. Uma pessoa de lá, que vive no dia a dia da cidade, escreveu, logicamente, reclamando como é que o MEC deixa a minha cidade ter outro nome, vamos dizer assim, ou ter outra fotografia para a minha cidade. Mas isso aí não dá para “pegar”. Como é que eu tenho na cabeça a fotografia de todas as cidades do (Brasil)? Muitas vezes, por amostragem, a gente pede para os avaliadores irem na fonte para verificarem a veracidade disso aí. Mas muitas vezes colocam a fonte e tem mil fotografias de cidades, mil fotografias não sei do que. Aí a avaliação que demora 03 meses, por causa do ano letivo, por causa da pressão das editoras, os avaliadores têm, muitas vezes, 02 meses para fazer isso correndo. É o treinamento, é a leitura, o preenchimento das fichas, mais duas reuniões para fazer pareceres, resenhas, etc. É um massacre o que a gente faz com os avaliadores. Então tem coisas que, realmente, às vezes passam por essas sutilezas. Mas passaria por 99,9% dos brasileiros que estão ligados à educação. Mas aí não é uma... assim uma lacuna espantosa, você sabe que é uma lacuna por absoluta falta de, digamos assim, mecanismo de capturar essa falha. Isso é o que acontece. Mas quando alguém escreve para o MEC falando isso, aquilo, eles remetem para a gente todas as cartas e a gente, às vezes, leva em consideração, passa para os avaliadores, olha na coleção anterior... como

a gente está repetindo, dois anos depois já está junto de novo, então, "olha, cuidado com isso, pessoal, se vocês desconfiarem, procurem verificar, de repente, é propaganda, o que é propaganda, o que não é". Porque você não pode dizer que uma fotografia de uma cidade que aparece o M do Mc Donald's grande é uma propaganda. Mas depende do contexto e do texto que está do lado. Então, tudo isso é muito sutil, sabe? E a gente tem essa preocupação de verificar ao máximo todos os detalhes contidos no livro. Aí muitas vezes passa. E essa relação com o MEC é muito boa. Mas mesmo assim... uma outra informação, que eu lembrei agora, que é muito importante você colocar, é que a equipe de Geografia é a que menos tem tido recursos das editoras e dos autores. Já tivemos até cursos de fáceis respostas, mas de uma forma geral. Teve aí, há uns três anos atrás um período muito confuso, que tivemos alguns recursos. Tivemos que acatar. Mas de uma forma geral, a equipe que menos tem que responder a recursos é a de Geografia. E isso é um elogio aqui. É para não provocar, digamos, comparações, o pessoal do Cogeam fala só com um ou outro, mas não fala em público, não fala em reuniões para outras, porque isso pode provocar ruídos desnecessários entre os colegas.

F1: Professor, ao longo dessas avaliações, o que o senhor tomaria como mais positivo nessa trajetória do PNLD para a Geografia e o que o senhor considera uma lacuna possível, ainda que seja restaurada, ou melhorada.

M1: Muito bem. Vamos ver. Aspectos positivos, o PNLD hoje é uma política de Estado, não é de governo. Portanto, é algo que veio para ficar. É um investimento maciço na educação, que é um programa tão importante que já foi elogiado por pessoas de outros países. Tem uma política pública entre os países com maior desigualdade social, eu acho que é a melhor política de avaliação e de distribuição do livro didático. Isso aí é insofismável. Tanto que o MEC presta assessoria, pelo que eu já ouvi falar, e pessoas do MEC vão dar palestras sobre essa política em outros países. Eu já soube que até na França, na... eu, por exemplo, falei na Suécia, uma vez, fui falar sobre o livro didático, sobre essa nossa política e eles... é claro que é outra sociedade, mas eles não têm essa política e as pessoas que me ouvira acharam isso um avanço muito grande para um país, inclusive, que diminui a sua desigualdade, mas ainda tem muita desigualdade social. Esse é um aspecto positivo. Segundo aspecto positivo, a qualidade dos livros melhorou em todos os sentidos. No conteúdo, no manual do professor e na articulação do manual com o conteúdo, na bibliografia de base, que todos têm no final uma bibliografia. E também na apresentação, sabe? No layout, no

desenho, na facilidade de localizar as partes, os capítulos, sabe? Na graduação de cores. Então a melhora do livro didático foi tanto no sentido formal, de apresentação, quanto no sentido do seu conteúdo.

Então esses dois aspectos eu acho que foram fundamentais. O terceiro aspecto que eu acho positivo foi que também muitas pessoas do Brasil inteiro participaram das avaliações, conforme a universidade que coordena o trabalho de avaliação, os seus coordenadores convidam pessoas mais próximas e pessoas que eles acham que têm condição de fazer a avaliação. Há muitas pessoas que se repetem em várias equipes. E isso tem aumentado. Há muitas que variam também. Isso tem aumentado o número de pessoas ligadas a essa política do livro didático. Outra vantagem é que a universidade tem um papel ativo na avaliação. Portanto, não é só produzir teses, dissertações sobre o livro didático, é agir na avaliação e, portanto, ter uma voz ativa. Então esse é um outro aspecto positivo. Dois aspectos que eu considero negativos, a primeira é que nos últimos PNLD, nos últimos cinco ou seis PNLD, no caso da Geografia, houve uma... vamos dizer assim, uma sugestão quase que forçada para que as universidades mudassem. Inclusive, a partir do momento em que as universidades públicas estaduais, como a UNESP, não poderiam mais coordenar o processo de avaliação. A gente não deve ser eterno nas coisas, tudo bem. Mas foi, digamos assim, uma decisão do MEC fazer com que as avaliações fossem feitas apenas pelas universidades federais. Com isso, houve pessoas que tiveram que assumir o PNLD e aprender. E foram nesses momentos de aprendizagem que ainda teve alguns resvalos e houve alguns recursos. Mas quando foi coordenado por pessoas que já tinham experiência e estavam ligados ao PNLD há mais tempo, isso não aconteceu. Eu digo com certeza absoluta. E a segunda falha, ainda aquela que eu te falei na escolha do livro. Não há uma, por parte mais das escolas, das delegacias de ensino regionais, por parte dos governos estaduais, uma efetiva organização na escolha do livro didático. Esse é um problema muito sério. E é uma falha que... aparece todo ano. Houve uma época em que o MEC pagou propaganda sobre o livro didático, sobre a escolha, alertando os professores, os pais e alunos pela televisão. Antecipando essa propaganda ao lançamento do livro didático. Até no final do ano, por exemplo, o dia do livro didático, vai ser lançado um guia e tal, em Brasília, tal dia, toda uma preparação para isso. Houve até uma sugestão da comissão técnica para o MEC elaborar... decretar um dia, o dia do livro didático. Por exemplo, vamos supor, dia 15 de outubro, dia do professor, vai ser também dia do livro didático. Para que as escolas colocassem isso na memória das pessoas e no dia a dia delas. E isso não

aconteceu. Então a falha é a falta de comunicação, a falta de propaganda, falando de empenho. Mas, pelo menos, dificuldades. Para estabelecer estratégias, vamos dizer assim, concretas para os professores escolherem os livros. Isso eu acho que é o que falta. Então esses dois aspectos que eu acho que ainda têm que ser aprimorados no PNLD. Os outros são os positivos, que eu acho que são mais aspectos positivos que eu ainda vejo do que aspectos negativos. Então eu acho que é isso mesmo que eu me lembro, que eu avalio em termos comparativos.

F1: Está bem, professor. Agradeço muito as informações. Vou transcrever a entrevista e passo para o senhor para dar o aval.

M1: Claro, claro.

APÊNDICE C - Entrevista concedida pelo Professor Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, no dia 12/11/2014, em Presidente Prudente (SP) à autora da pesquisa

Legenda:

F1- Giséle Neves Maciel

F2- Professora Maria Encarnação Beltrão Sposito

F1: Professora como é que foi o convite para que a UNESP centralizasse a primeira avaliação?

F2: Na verdade, as razões desse convite são até anteriores, quando o MEC iniciou o processo de avaliação de livros didáticos, de primeira a quarta série, não havia área de geografia, a área era estudos sociais e era coordenada pela professora Ernesta Zamboni da UNICAMP, e era feito em Brasília, não havia ainda o processo sido descentralizado para as universidades, era o MEC que fazia a avaliação, convidava professores. E a professora Ernesta Zamboni que é da área de história, ficando, assim, insegura com o conteúdo de Geografia, convidou o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da USP, para ajudar na parte de geografia, e ele por sua vez convidou um conjunto de professores que foram, então, para Brasília e ficaram lá. A avaliação era feita de maneira centralizada e concentrada, você ficava em um hotel trabalhando todo o tempo e, enfim, lá se realizava essa avaliação. Então foi minha primeira experiência como avaliadora, então eu comecei meu PNLD fazendo avaliação, sendo da equipe de avaliação, cada livro de estudos sociais era avaliado por um professor da geografia e um da história. Depois foi criada a área de geografia, e o convidado para coordenar essa área foi o professor Manoel Correia de Andrade, da Federal de Pernambuco. Ainda era feito em Brasília, não tinha nada a ver com as universidades, ele convidou outras pessoas, eu não participei desse PNLD. Esse PNLD foi bastante controvertido, talvez porque ele tenha avaliado os livros de quinta à oitava série, os resultados foram bastante questionados, houve atraso, uma série de problemas de procedimentos técnicos, etc. As editoras já estavam mais organizadas, pressionaram muito mais com ações, com recursos e o MEC, então, tomou a decisão de descentralizar, ou seja, passar a responsabilidade científica para as universidades, e não serem mais coordenadores que respondiam, cientificamente, pelo MEC. Então, eles fizeram uma

conversa entre os que foram coordenadores desde o começo. Eu não sei quem estava nessa reunião, se estava também a professora Ernesta Zamboni, eu sei que o MEC então telefonou na minha casa e disse que nessa reunião eles haviam pensado nas pessoas que eles consideravam que quando foram avaliadores, tinham tido, enfim, um bom trabalho, e um perfil para coordenar a avaliação. Por coincidência na área de história, foi indicada a professora Tânia Regina de Luca, que era da UNESP de Assis, e na área de geografia foi indicado meu nome, então por circunstâncias dos nomes das pessoas indicadas, a UNESP ficou com a avaliação de duas áreas, geografia e história. Então, no começo eu fiquei bastante preocupada, alegre de ter sido escolhida entre tantos avaliadores, na área de geografia nos PNLDs que haviam sido feitos em Brasília, deve ter passado por lá 30, 35 avaliadores), fiquei contente, mas preocupada, porque também não se sabia como é que isso ia ser feito. Aí deram início às reuniões, e o MEC criou... ao fazer a descentralização, criou uma comissão do MEC, composta por especialistas que deveriam acompanhar o trabalho das universidades, e conferi-lo, e na área de geografia, quem ficou com essa função, foi a professora Marília Peluso, da Universidade de Brasília, justamente por circunstâncias, porque quando começou haver muitos recursos em relação ao PNLD coordenado pelo professor Manoel Correia de Andrade, ela ajudou a responder, ajudou a terminar o trabalho, por morar em Brasília. Então, ela foi a escolhida para ser a representante do MEC, função que ela exerceu por muito tempo, e depois foi sendo substituída por outras pessoas, e nós da UNESP então recebemos a avaliação da área de geografia e de história, eu me tornei coordenadora da área de geografia, e a professora Tânia da área de história, e uma técnica da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP - FUNDUNESP, se tornou coordenadora institucional na primeira avaliação. Mas, depois, nós vimos que isso também não funcionava, porque ela como coordenadora institucional tinha que ir à Brasília, tinha que negociar prazos, direcionamentos, e ela, como não tinha uma noção do processo de avaliação, tinha dificuldades. Então as equipes, ela mesma achou, e a equipe de história também, que eu deveria ser a coordenadora institucional das duas áreas, para poder organizar todo o trabalho, cronograma, orçamentos, documentos, fichas, então eu fiquei nesse papel de preparação da avaliação, acompanhamento e a coordenação de área de geografia então no segundo PNLD que a UNESP participou, que eu só não me lembro se foi o PNLD 2004, mas primeiro foi o 2002, que foi feito em 2000, 2001, o trabalho foi entregue em 2001, chama PNLD 2002, porque o PNLD corresponde ao ano que o

livro entra na escola. Então na verdade, nós começamos a trabalhar em 2002, trabalhamos 2002, 2001, entregamos o primeiro PNLD, eu era a coordenadora de área, a partir do subsequente que foi o PNLD 2004, que já teve início em 2002, eu me tornei coordenadora institucional, e o professor Antônio Nivaldo Hespanhol passou a ser o coordenador da área de geografia, a e professora Tânia de Luca continua a ser coordenadora de história.

F1: Para convocar esses professores agora com a avaliação centralizada, como é que se deu a escolha? Professores mais vinculados à área de ensino, professores especializados em conteúdo específicos?

F2: Certo. Esse foi um processo que a gente debateu bastante antes de compor as equipes, eu a professora Tânia, por vários motivos: primeiro, a área de geografia e história são áreas que cobrem conteúdos regionais, e a gente tinha uma avaliação que não poderia centralizar todo o processo na UNESP, quer dizer, convocar apenas equipes de pesquisadores da UNESP, como acontece na área de matemática, de língua portuguesa, inclusive nas áreas de língua portuguesa e ciências, eles convocam os doutorandos deles, nós achamos que a gente tinha que ter três critérios principais, primeiro, um núcleo duro, quer dizer, uma parte da equipe que fosse gente que já tivesse participado do PNLD, para gente não começar do zero, tivesse experiência, que enfim, pudesse trazer esse *background* para avaliação; segundo lugar, uma cobertura regional, mínima, porque também a equipe não é muito grande, você não pode ter gente de todo lugar, uma equipe mínima, uma cobertura regional mínima, mesmo assim no primeiro PNLD nós não tínhamos ninguém da Amazônia, por exemplo. E, em terceiro lugar, uma mescla de especialistas, geografia humana, entre aspas, geografia física, entre aspas, e cartografia, que a gente achava eu tinha que ter também alguma pessoa que compreendesse isso, e inclusive a partir do segundo PNLD, nós mudamos isso, e tinha um assessor de cartografia que olhava todas as correções, foi assim, uma especialização, claro, os professores também olhavam os mapas, mas ele olhava com lente mapa por mapa. Então a equipe foi composta dessa maneira. Não é muito simples essa composição porque há outros fatores que entram, por exemplo, a pessoa não pode ter publicações ligadas ao ensino, livros didáticos, paradidáticos, e nem publicar... nem ser autor das editoras que compõem o grupo de candidatas ao PNLD, quer dizer, se você já publicou nos últimos cinco anos uma coisa, por exemplo, publicou algo pela Editora Ática, você está desclassificado, então desclassificava assim, um grande número de professores, que eram mais associados ao ensino de geografia na universidade. Se debateu também a pertinência ou não de

ter professores da rede, e por recomendação do próprio ministério, não como uma recomendação rígida, mas como um alerta dado pelo ministério, evitar esse convite. Por que? Porque um dos problemas das avaliações centralizadas, foi que havia esse perfil de professor, e ou porque eles pararam de estudar, e não acompanham os novos conhecimentos científicos que vem sendo produzidos pela universidade, eles tendiam a ser menos seletivos e a deixar passar erros, que seriam mais erros de natureza conceitual, esse era um problema. E um segundo problema, que evitar... que deveria se evitar, não quer dizer proibido, porque nós tivemos professores da rede nas equipes, em proporção sempre pequena, era a dificuldade que esses professores tinham de depois redigir um documento, menos afeito no cotidiano deles, eles eram mais afeitos a preparar a aula, enfim, preparar material, corrigir, eles tinham imensas dificuldades, e não era incomum que acontecesse o seguinte: tinha uma dupla, e acabava que o parecer e o material escrito era feito por uma das pessoas, e aí tinham até problemas de conflito, porque as duas pessoas recebiam pelo trabalho, mas nossos coordenadores tinham esse problema, quer dizer, não se poderia aproveitar o texto do professor do ensino básico e também deixá-lo na equipe ganhando menos, ou sem fazer esse trabalho não tinha sentido. Então, se nesse primeiro PNLD organizado pela UNESP, e acho que também no segundo eu preciso conferir na lista da equipe nós evitamos a escolha dessas pessoas, mas depois aos poucos, como o MEC foi fazendo, ou algumas secretarias de educação dos estados, foram fazendo workshops para debater a escolha do livro didático, eu fui conhecendo algumas pessoas que eram representantes, foram eleitos nos seus estados para irem lá, então vamos dizer, eram professores que já tinham um destaque nos seus estados, e que nos debates me pareceram com uma capacidade acima da média. E reuniu o fato de que algumas dessas pessoas também faziam mestrado em educação e ensino de geografia, então essas pessoas passaram a ser convidadas, e algumas delas permaneceram por vários PNLDs, mesmo depois que saiu da UNESP, quando a gente passa por uma outra, geralmente o coordenador pede opinião, quais os avaliadores que dão certo, ou que não deram... Dizemos para incluírem essas pessoas, especialmente duas colegas do estado do Paraná, muito comprometidas, e que redigiam também muito bem, enfim, se integravam muito bem à equipe. Mas essa escolha não é simples, inclusive esse problema da redação dos documentos, ele não se restringe aos professores do ensino básico brasileiro, também há professores na universidade que tiveram dificuldade de redigir esse tipo de documento, ou porque são pessoas que, eventualmente, não têm

mesmo grande capacidade de redação, mas aí não é o problema, o problema da universidade é a dificuldade que o professor universitário pesquisador tem de redigir um documento, sem colocar a sua opinião teórica metodológica e isso não pode haver na PNLD. Havia muitas discussões sobre esse tema, algumas pessoas da equipe debatiam contra nós da coordenação, dizendo que não podia, que não havia avaliação neutra, e nós não falamos que a avaliação era neutra, falamos que o papel da universidade era ver se os livros estavam corretos, bem articulados, se o que dizia no manual do professor estava no livro, que nós não poderíamos excluir um livro por... vamos dizer assim, seguir uma geografia clássica. Não, você não pode excluir um livro por essa razão e nem pode aprovar um livro por ele desenvolver uma corrente teórica metodológica que eventualmente nós, ou alguns de nós achasse que seria melhor, o professor teria direito de fazer escolha entre livros de diferentes paradigmas teóricos, por isso esse aspecto não poderia entrar, não poderia haver uma frase do tipo, “o livro não está aprovado porque ele não é crítico”. Isso não pode ocorrer, ou “porque ele não segue os novos paradigmas da geografia humanista”, ou “da geografia marxista”. Isso não pode haver e isso alguns professores tinham dificuldade, então ocorreu em poucas situações, poucas, mas isso ocorreu de nós desligarmos o professor, quer dizer, nós não poderíamos passar todo o tempo fazendo uma discussão teórica, quando ele não aceitava mais retirar aquelas frases do parecer, nós tínhamos que desligar, inclusive, porque o parecer não é assinado pelo professor avaliador, o parecer é assinado pelos coordenadores, a responsabilidade é dos coordenadores, nós não podemos assinar um documento que a gente sabe que não apenas fere a proposta do PNLD, como nós nos responsabilizaríamos juridicamente por aquele resultado. Então em alguns poucos casos, foram muito poucos casos, talvez na história da UNESP, do PNLD, foram 3 ou 4 pessoas em todas as avaliações somadas, em outros casos, se levava até o fim aquele avaliador, porque ele tinha muitos métodos, fazia bem feito, era cuidadoso, mas sempre evitava-se o convite na vez seguinte, porque o trabalho tem que ser feito com objetividade e no tempo previsto. O não cumprimento do tempo traz repercussões jurídicas para a universidade e para o próprio MEC, além de repercussões políticas, quer dizer, um jornal falar que está atrasada a avaliação dos livros, os livros não vão chegar nas escolas, sabe, isso dá manchete no jornal. Então, também tinham as pessoas com dificuldade no cumprimento de prazos, isso não podia acontecer, não se pode atrasar, o avaliador não pode atrasar, quando o avaliador atrasa, o coordenador tem que fazer, se 2, 3, avaliadores atrasam em 15, você está

perdido porque tem que passar a fazer o trabalho de ler o livro todo correndo, com menos tempo. Então todos esses fatores entraram na composição das equipes. E, por último, um fator menor, mas que também contava, era o próprio custo da avaliação, na hora de fazer o orçamento, havia reuniões das equipes, de todas as cinco prioritárias, inicialmente as cinco áreas, língua portuguesa, matemática, ciência, geografia, história, depois entrou no ensino médio e se ampliou o número de componentes disciplinares, mas no começo, e todo o tempo se tem que chegar a um preço comum, para todas as áreas, que é um preço por livro, pois na verdade, se faz um orçamento dizendo quanto vai custar. Então o fato de que outras áreas, não precisavam ter equipes tão diversas, também apertava o nosso orçamento, porque custa caro trazer uma pessoa de uma distância maior, ou do Nordeste, ou da região Norte, ou Centro-Oeste, custa caro, não foi o único fator... é que às vezes, também nós não achávamos uma pessoa com o perfil. Por participar de vários congressos, ouvíamos as pessoas falarem, você pensa, puxa, essa pessoa vamos convidar da próxima vez. Então, eu posso dizer que no tempo que foi da UNESP, 70% das equipes permaneciam no PNLD seguinte, 30% mudava, mudava, ou porque nós achávamos que a pessoa não correspondeu ao perfil, ou porque a própria pessoa se apavorou com o volume de trabalho, isso também aconteceu algumas vezes, “não, não vou, por dinheiro nenhum”, embora esse trabalho fosse remunerado. Mas enfim, ele ocupava, no período em que você está na avaliação ele ocupa um número de horas muito grande da semana. Você avaliar uma coleção inteira e escrever todas aquelas fichas, é um trabalho de algumas dezenas de horas, então a pessoa tem que compatibilizar isso com o seu trabalho, e às vezes, a pessoa não consegue.

F1: Professora, sobre o tempo das avaliações, em que a senhora atuou na coordenação, em que momento, em que edição do PNLD o prazo foi mais apertado?

F2: Olha, tenho até dificuldade em lhe dizer qual foi o mais apertado, todos foram apertados pelo seguinte: quando você começa a organizar o edital, eles te chamam com uma antecedência grande, por exemplo, se o PNLD é 2004, eles te chamam às vezes, no final de 2001, você já está fazendo o edital para as editoras terem um tempo de ler o edital, e escrever suas obras, de acordo com o edital isso é feito com antecedência para as editoras. Entre esse momento que é aberto o edital, por exemplo, sai lá no edital que as editoras terão 4 meses para fazer e escrever suas obras, você está correndo, montando os orçamentos para fazer o PNLD, mas ainda os orçamentos sem saber quantas obras serão

escritas. Então, claro, veja, tem uma série de dificuldades aí, depois é que você vai saber quantas obras são escritas, são escritas 20 obras, em 20 obras você tem que montar um orçamento e ter uma equipe de um determinado tamanho, se são 10 obras isso é completamente diferente. Então, se corria rapidamente para montar esses orçamentos, esses orçamentos eles eram apreciados e tramitados no FNDE, e não no Ministério da Educação, é a Fundação, o FNDE que paga para gente, faz essa intermediação, e repassa o dinheiro para a universidade, e aí está um gargalo, o MEC, a equipe técnica do MEC sempre muito dedicada, só tenho elogios a essa equipe, ... sempre foram muito dedicadas, de muito trabalho, mas cujo o poder de decisão sobre o dinheiro não está na mão delas, e em determinados períodos tanto no governo Fernando Henrique, como no governo Lula, porque eu fiz avaliação nos dois governos, o Ministério da Educação estava na mão de um partido e o FNDE de outro partido ou, ao menos, de outro grupo político. Então você vê que isso não é muito simples, você entrava na agenda do FNDE, então o que acontecia? Por exemplo, você entregava um orçamento, uma hipótese, no janeiro do ano com o cronograma para ter início em março, para que em 2 meses aquele dinheiro fosse liberado, esse dinheiro não era liberado, não era liberado por que? Porque tinha a legislação que dizia não pode, o ministério passar dinheiro para as federais, tudo bem, mas nós éramos estaduais. Bloqueava-se todo o PNLD porque estava resolvendo aquele problema, ou ao contrário, pode passar para a Fundação, mas não pode passar para a universidade. A cada PNLD tinha um novo parecer jurídico de como repassar esse dinheiro, em algumas situações, que foram nos primeiros PNLDs, nós da UNESP e de outras universidades isso também aconteceu, adiantávamos o dinheiro, e isso era tragédia total, porque depois eles ficavam meio sossegados porque a coisa estava andando, e eles demoravam ainda mais, e você vai ficando em um desespero, porque não é um custo pequeno, fazer uma reunião de PNLD, são milhares de reais, e você pegava aquilo das fundações das universidades, e depois ia ficando com muito desespero, porque esse dinheiro tinha que entrar antes de fechar o ano. Então, muitas vezes, o coordenador institucional gastava mais tempo do que o desejável com essas idas ao MEC, pressão, telefonemas para o FNDE, que respondia, “não fizemos o depósito porque falta tal documento, ou todas as certidões”, porque nós tínhamos que mandar a certidão dos Reitores, atetando que eles não deviam nada, que não tinham problema na justiça, essas certidões venciam em 30 dias, então, você recomaçava, imagina o que é o Reitor de uma universidade no tamanho da UNESP, com 40 mil alunos, você atrás de certidões nos cartórios de São Paulo, para poder

apresentar a documentação, essa documentação vencia, você começava. Então, essa era a parte difícil, e quando havia o atraso, esse atraso era um atraso para entrar o dinheiro, e para desenvolver o trabalho, mas o dia da entrega não se alterava, você não tinha 4 meses depois que foi feito o depósito ou 6 meses, você tinha que manter aquele prazo, aí você apertava o trabalho, então você planejava fazer o trabalho em três etapas, por exemplo, três reuniões da equipe em um hotel, você fundia para duas, ou você na última hora aumentava o número de avaliadores, para fazer mais obras ao mesmo tempo, e nós evitávamos ao máximo isso, a área de matemática, língua portuguesa sempre fazia isso, aumentava o número de avaliadores, equipes maiores, porque talvez não fosse um problema para eles, mas para nós isso era um problema muito grande, porque você poderia ter critérios diferentes, não esses objetivos de ver um erro, mas de fazer uma interpretação, então se evitava aumentar o número de pessoas, quanto mais pessoas novas, e maior número de duplas, maior probabilidade de um ser muito duro aqui, o outro ser pouco seletivo ali, então se evitava, mas às vezes, na última hora se fazia isso, se pegava os avaliadores que a gente achava que tinha o melhor rendimento, eram mais rápidos e passávamos 2 obras para eles em um período em que ele deveria fazer 1 obra, 1 coleção. Então isso criava um campo de tensão muito, muito difícil na área, e nós especialmente na geografia tínhamos um problema adicional: o fluxo de trabalho entre nós a representante do MEC acabava ocorrendo lentamente, às vezes, nós ficávamos a 3 dias da entrega do documento, ainda não tínhamos recebido a leitura. Ela era uma pessoa cuidadosa, era madura, ela fazia uma leitura..., mas às vezes, ela discordava da decisão e como ela discordava da decisão criava um impasse, porque tínhamos feito um trabalho de 3, 4 meses, acompanhando tudo e tomamos uma decisão, por exemplo, uma decisão que aquela obra deveria ser aprovada, geralmente era essa a diferença entre nós, e ela achava que a obra deveria ser reprovada e nós então não sustentávamos. Então mais de uma vez isso ocorreu, e eu inclusive sai da coordenação de área, um dos motivos foi esse, no geral ela tendia a focar em um problema, ou em uma parcela, ou em um pequeno texto do livro, em que havia um problema. Concordava que ali havia um problema, mas eu discordava que aquele problema fosse suficiente para excluir a obra, então normalmente o que eu dizia é que a universidade ia mandar daquele modo, e ela como era hierarquicamente superior, ela poderia mudar o parecer, mas isso já é um conflito, porque para mudar ela teria que redigir tudo de novo. Então isso foi um campo de tensão adicional, como eu acompanhei a geografia e a história, na história isso fluía, até

porque, o professor Holien Bezerra, que era o representante do MEC na história, ele fazia tudo junto com a coordenadora, eles já iam fazendo juntos, então quando ficava pronto, já era um acordo entre os dois, no nosso caso ela seguia muito a metodologia que era a que o MEC orientava, a gente fazia e ela revisava, mas não foi uma vez apenas que a gente teve grande dificuldade em relação a isso. Então, o problema do tempo se transforma também em um empecilho, porque você às vezes, não tem mais o tempo de amadurecer e revisar, quer dizer, às vezes, essa revisão era feita de hoje para amanhã, tem que entrar na gráfica amanhã, ou geralmente o PNLD antes de ele ir impresso, o Ministro faz um orçamento público em uma festa, em um coquetel em Brasília em que vão os editores, e essa festa às vezes, é marcada assim, de hoje para depois de amanhã, porque tem a agenda do Ministro. Então, você... o lançamento, o que ia entrar no ar, nas telas, nos Power Points da vida, daqui a 48 horas e você ainda estava acabando de decidir, então o grau de tensão era muito grande, eu me lembro de um deles que eu não fui ao lançamento, porque na verdade, eu passei praticamente 30 horas sem dormir para terminar tudo, quando eu mandei pela internet eu tive que dormir eu não tinha condição de viajar ainda para... nem dava tempo hábil de pegar o avião. Então, essas tensões, cuja responsabilidade eu tenho que deixar isso bem claro, nunca foi da equipe do ministério, mas foi desse descompasso entre um ritmo científico, acadêmico, que o MEC está acompanhando, e o ritmo burocrático, por exemplo, algumas vezes eu fui diante do Procurador do FNDE, que é um jurista prestar contas, sobre: {como se o procurador estivesse falando} “Por que estava a equipe recebendo pelo trabalho? Por que a universidade estava recebendo, e até em uma das vezes, por que vocês professores recebem? Por que vocês não fazem isso com o salário de vocês?” E aí você tem que explicar, olha, é um volume de trabalho violento, que ninguém vai assumir se não for remunerado... enfim, problemas jurídicos mesmo, que existem. Você é professora universitária, em tempo integral, como é que o MEC vai pagar um professor, por exemplo, eu era da estadual, mas eu tinha na minha equipe professores da federal, eles do FNDE questionavam que eu pagasse os professores da federal, queria que eu pagasse só os das estaduais, mas não posso, não posso ter uma equipe que metade recebe, e metade não recebe. Então, são problemas jurídicos que, às vezes, não são pensados antes do processo e que depois eles vão entrando no processo. Outra dificuldade muito grande em relação aos cronogramas, é porque havia sempre uma pressão por parte das equipes, e isso era forte na área de geografia, de história e de ciências, para que houvesse uma divulgação, não uma hierarquia, não um ranking dos

livros, mas uma divulgação mais clara de quais eram os melhores livros, e isso o MEC sempre resistia na última hora, quer dizer, no decorrer do processo ele dizia, sim, vamos ver, vamos lá, vamos tentar, depois por causa eu acho de medo do edital, da pressão das editoras, às editoras isso não interessava, quer dizer, quando havia classificação por estrelas, os livros que tinham muitas estrelas, eles colocavam que tinham, mas na verdade, eles preferiam que essa classificação também não saísse, visto que com muita frequência, a melhor obra, ou aquela que nós avaliávamos, a que estava mais isenta de erros, com melhor integração metodológica, melhor diálogo entre o guia do professor e o livro, eram obras novas, de autores desconhecidos, e isso gerava muitas vezes - começou ocorrer no decorrer do PNLD - diminuiu o número de editoras, as pequenas foram tendo menos condição de apresentar, atendendo editais cada vez mais difíceis, complexos, e as grandes editoras foram convidando vários autores, então as grandes editoras, Ática, Moderna, elas chegaram a ter PNLDs que elas tinham 4 coleções, concorrendo na geografia, como uma espécie de tentativa de, “bom, se 1 ou 2 são excluídas, nós temos outras concorrendo”, o que de fato acontecia, às vezes, com 4 coleções, 1 não passava, 3 passavam. Enfim, embora, tenha havido progressivamente uma tendência a diminuir o número de excluídas, claro, eles vão acertando e o próprio trabalho do PNLD é um trabalho de correção da obra, o que também era questionado por nós, se nós deveríamos entregar documentos tão detalhados, porque era na verdade, um serviço gratuito de correção das obras, você pagar uma... eu por exemplo, cheguei... chegamos a ter coleções, cuja o parecer tinha 40 páginas, então é praticamente uma correção da obra, e isso também se questionava com o MEC, mas o MEC tinha também razão, do seguinte ponto de vista não podia excluir sem fundamentar muito bem, porque senão viria ação na justiça e isso seria mais trabalhoso. Então se entregava uma correção e as editoras maiores, elas montavam equipes de correção depois, de atendimento do parecer, e chegaram a inclusive, a ter o seguinte procedimento, a contratar pessoas que faziam a revisão antes de inscrever o livro, inclusive pessoas que tinham sido das equipes, o que fazia, às vezes, que a gente também perdesse colegas, porque o pagamento que elas faziam era um pagamento mais elevado, provavelmente com menos etapas de trabalho, e a pessoa, enfim, tinha um *background* por saber como é que é feita a avaliação, e as pessoas passavam a ser pareceristas das editoras, o que nós víamos também com certa naturalidade. Nós coordenadores, não, nunca, nenhum de nós deu parecer, fomos várias vezes contatados, inclusive por algumas editoras para receber valores muito elevados, mas, nunca ninguém da

coordenação aceitou, e também os avaliadores que aceitaram foram extremamente honestos dizendo, vou aceitar, e não vou participar mais da avaliação, etc., sempre com integridade, nunca no mesmo PNLD, nunca houve ninguém que trabalhou no PNLD e para qualquer editora, mas claro, no PNLD seguinte, dois anos depois, a pessoa dizia, olha, acho que já não vou aceitar, porque eu tenho um convite de editora. Então, as obras foram sendo aperfeiçoadas, mas nós queríamos fazer isso chegar ao professor. Porque nós tínhamos feito a pesquisa sobre o processo de escolha dos livros didáticos, cujos resultados foram até publicados, em que nós vimos que os professores não liam as resenhas, ora, eles não lendo, como é que nós vamos sinalizar para eles um modo de.... já que não liam todas, ler ao menos as melhores obras, ou chamar atenção deles, para que algumas obras valeriam a pena ter a resenha lida. Porque ele não lendo a resenha, pelo que a pesquisa mostrou, foram entrevistados professores, em várias escolas, que a tendência era o seguinte, ele permanecer com o livro que ele está, ele usa tal autor, se aquele autor está no PNLD eu escolho, então a melhoria da qualidade de alguns livros, ou emergência de novos autores, não tinha correspondência com a venda dos livros, quer dizer, na hora em que havia o pregão, e o PNLD... o FNDE recolhia a escolha dos professores, tendia a reproduzir um certo perfil de escolha, claro, não era mais o mesmo perfil anterior ao PNLD, porque naquele período se escolhia livros com erros, aqueles livros não estavam mais na lista. Mas, claro, se eu uso livro de Antônio Maria, e ele continua no guia, eu tendo a permanecer com Antônio Maria, e nós avaliávamos que isso não era certo, apenas em um PNLD, que eu já não me recordo qual é, mas você poderá conferir, nós montamos um quadro, foi a área de geografia a pioneira, então eu acho e a foi a única que fez isso, em que nós pintamos esse quadro com cores, fizemos uma matriz que tem as obras, e tem características das obras, características tais como ênfase no ambiental, ênfase no econômico, ênfase no social, ênfase na metodologia, qualidade do manual do professor, e nós pintávamos em cores escuras o que caracterizava aquela obra, se imaginou uma matriz que o professor olhasse, e por exemplo, ele está na Amazônia, ele fala, para mim interessa uma abordagem fortemente valorativa do ambiental, ele lia ali no guia, procuraria na coluna do ambiental quais as obras que... se destacavam, e na verdade, a matriz mostrou quais eram as melhores obras, porque, claro, as cores fortes, correspondiam às obras que tinham tido um certo equilíbrio em vários aspectos daquela matriz, o bom leitor logo via quais eram as boas obras, mas não era uma hierarquia, dizendo essa é a primeira, essa é a segunda, essa é a terceira, o que nos

desagradava muito, nós não esperávamos dizer, primeira, segunda, terceira, mas a gente esperava dizer em um guia, olha, entre 15 obras, tais obras são... isso tinha que ser dito em meias palavras na resenha, mas a resenha se eles não liam não adiantava, entende? Então, essa sempre foi uma luta das equipes das universidades, e para nós sempre foi um entrave, e nós nunca chegávamos a convencer o(MEC, às vezes, convencíamos a equipe técnica, mas nas reuniões com seus superiores, eu acho que também porque eles tinham preocupação com a repercussão de uma hierarquia, isso nunca chegava a se concretizar. É um processo difícil, eu acho, pelo seguinte: se trata de milhões de reais, um livro, na área de geografia, como havia alguns livros muito escolhidos pelos professores, ter um livro dentro, aprovado, poderia significar para uma editora, ter uma venda de 10, 12, 15 milhões de reais, entende? Não são R\$ 1.000,00, são milhões de reais, e isso, claro, gerava uma pressão gigantesca, qualquer coisa que pudesse dificultar essa venda, ia ser questionado pelas editoras, por exemplo, você não escrever em um edital, vai ter uma classificação, seria o suficiente para em apresentando uma classificação, eles dizerem, vamos anular o processo, e a repercussão disso era enorme, seria as crianças não terem os livros na escola. Então, veja, é um jogo forte, porque o MEC, esse é o grande mérito do Ministério da Educação, começou com o Paulo Renato, quando entrou no governo Fernando Henrique, quando entrou o governo Lula, houve um pequeno período que não se sabia se o PNLD ia continuar, o que é normal, novas equipes começam a avaliar, mas ainda bem, rapidamente se percebeu que o programa não poderia ter descontinuidade, o governo assumiu a continuidade, como aliás, depois o governo Dilma, quer dizer, aquilo que sempre nós dissemos, deixou de ser uma política de governo e se transformou em uma política de Estado, porque, claro a cada novo momento político se temia que houvesse descontinuidade, ou porque, mudam as equipes, e, bom, não vamos colocar força no que era do outro governo, do outro partido, ou porque a avaliação ela tem um trabalho monumental, ela dá um trabalho monumental para o ministério, e dá um custo também. No começo, as primeiras avaliações feitas pelo Ministério da Educação, acho que foi o primeiro ou segundo PNLD, foi inclusive exigência internacional, porque o ministério havia recebido dinheiro, de agências internacionais, essas agências exigem avaliação, aí depois avaliação foi assumida pelo governo brasileiro, quem paga hoje é o (Brasil), é o Ministério da Educação que paga, que financia essa avaliação, ela tem um custo, claro que segundo os critérios internacionais, esse custo é baixo, se diz internacionalmente que toda vez que você ao investir um dinheiro

público em política pública, você gasta 5% da verba para avaliar a eficácia, isso é considerado normal, e o PNLD, embora, seja caro, avaliar todas as obras, é caro, ele fica em valor muito menor do que 5% do custo referente ao volume de livros comercializados. Eu acho que isso já foi até destacado para você, mas eu friso, o Brasil, o governo brasileiro é o maior comprador de livros do mundo, o governo, por exemplo, estadunidense, que também tem um programa de livro didático ele troca livros didáticos a cada 8, 9 anos, o Brasil troca a cada 3 anos, todos os livros nas escolas brasileiras, e é claro, isso acontece, porque o Brasil tem muito mais pobres, e você tem que garantir que as crianças tenham os livros. Então, sendo um grande comprador de livros, esse mercado se internacionalizou, este foi um ponto, uma consequência, em termos econômicos, em termos de estratégia política, uma consequência que eu considero um pouco negativa do PNLD. Ao se ser mais criterioso, ao se ter mais exigências, as pequenas editoras saíram de cena, as grandes editoras entraram, e parte delas foi comprada por capital internacional, a Espanha, que já dominava a produção do livro didático no México, em outros países da América Central, até por uma proximidade cultural e linguística, passou também a ter participação majoritária em editoras brasileiras. Esse foi um processo de internacionalização, um segundo processo que ocorreu é, depois que as obras saem, são escolhidas pelos professores, há o pregão, o professor às vezes, não entende isso, ele escolhe até 3 obras, às vezes, a que ele escolheu em primeiro lugar não vem. Por que não vêm? Porque é feito uma matriz estatística nas 3 escolhas, e claro poderá fazer um preço menor por livro, a editora que tem o maior volume de livros, então, às vezes, é a terceira escolha do professor a que entra, porque o MEC faz o pregão, e o pregão vai definir as editoras que ganham, as que dão o menor preço ganham. Então, vamos supor, que você na geografia escolheu o Antônio, Maria, José, esses 3 autores, se você preferir Antônio, mas foi a editora de José que deu o menor preço, é aquela obra que é comprada. E o que aconteceu? Houve recentemente do ano de 2008 ou 2009 para cá, editoras que ganharam volume tão grande no pregão, em todas as áreas, que tiveram que mandar imprimir o livro fora do Brasil, então se internacionalizou também a impressão do livro didático, o que, claro, em termos de soberania nacional, de essa luta, não é? Em um período globalizado, o resultado foi uma internacionalização na editoria do livro, o que significou incluso dos autores, quer dizer, houve inclusive pressão das editoras, para que fossem aceitos autores estrangeiros, ou parte das obras serem em traduções de obras que já estão em outros países. Isso eu não sei dizer bem como ficou, precisaria

fazer um estudo dos editais, mas em vários editais o MEC proibiu isso, mas é muito difícil você controlar, porque a editora ela pode, e nós sabemos que algumas editoras fazem isso, pagam para alguém escrever uma parte do livro, ou fazer toda a pesquisa para uma parte do livro, e o nome do livro vai ficar com outro autor, por exemplo, um autor conhecido e consolidado no mercado, ele às vezes, já não tem tempo disponível para reproduzir uma obra inteira, então uma obra é feita por uma grande equipe cujo nome não vai aparecer como autoria, vai aparecer o nome daquele autor já conhecido. E uma coisa importante que ocorreu, já nos primeiros PNLDs, isso você já deve ter também visto, é que havia autores com nomes fictícios, e o MEC proibiu, era obrigado a ter um nome comprovado juridicamente, a pessoa ter formação de ensino superior e ter formação naquela área que ele era autor, porque isso trazia 1000 problemas. Muitas pessoas formadas apenas na área de pedagogia, produziam livros para geografia, para história, e os livros tinham erros enormes, e o MEC ficava gastando milhões de reais para em uma avaliação, por exemplo, isso aconteceu muito nos livros regionais, a editora tinha um cara que morava em São Paulo, fazia o livro para São Paulo, depois ele repetia aquele modelito de livro para todos os estados da federação, em um recorta e cola, às vezes, aparecia no livro do Piauí uma coisa que era da Bahia, a pessoa não conhecia esses estados, e o livro regional é muito difícil de ser avaliado, porque ele traz especificidades. Então, às vezes, tem um livro de Pernambuco, se você tem alguém de Pernambuco na equipe, maravilha, se você não tem, você passa a equipe a ter que fazer toda uma pesquisa, se remeter a colegas, procurar bibliografia para conferir especificidades daquele estado, então o livro regional é um livro muito, muito difícil de ser avaliado. Ele é resultado de uma pressão dos professores, para que tivesse livros regionais, que falassem na nossa realidade, mas os resultados não foram bons. Na média os livros regionais têm qualidade inferior às coleções, porque eles são feitos em série. A editora, tem o interesse de produzir livros regionais? Então vamos por uma equipe para fazer livro para o Brasil inteiro, imagina, não digo para o Brasil inteiro, porque não aparecia um livro para o Acre ou para Roraima, mas apareciam livros para os principais estados da federação, e qual era o critério das editoras? Os estados que tinham mais professores, e que, portanto, as vendas poderiam ser maiores. Então passava o MEC, a corrigir esses livros, e nós a fazer a avaliação, em um trabalho de endoidecer, em que o porcentual de aprovação nunca podia ser alto, porque a qualidade dos livros era muito ruim, em alguns casos os nomes dos autores eram fantasia, então aí o MEC passou a exigir a

certificação dos autores, documentos, diplomação e tudo mais. E isso foi uma espécie política, em primeiro lugar, saber de onde vem o livro, mas, sobretudo, também defender os autores, porque o que interessava para algumas editoras, as maiores, eram livros sem autor, chegou a haver uma inscrição em que apareceu livro sem autor. Por que apareceu? Porque não estava escrito no edital que não podia aparecer, o MEC teve que aceitar e, na vez seguinte, a gente incluiu, entende? Então, também o edital ele é trabalhoso, e vai ficando cada vez maior, porque as editoras vão encontrando meios de burlar, e você na vez seguinte tem que escrever explicitamente, isso pode, isso não pode, quer dizer, o edital vai se tornando uma peça difícil de ser elaborada, e difícil de se chegar a consensos sobre ela, porque o setor jurídico e técnico do MEC tende a se preocupar, não sem razão, eu dou razão a eles, para que seja, cada vez, com maior dispositivos, isso prejudica, coloca em um segundo plano a questão pedagógica e a questão dos conteúdos pelas áreas, quer dizer, a avaliação científica fica a reboque de um conjunto de procedimentos jurídicos.

F1: Sobre os critérios, professora, analisando os guias, ou mesmo os documentos e edital do MEC, nos critérios eliminatórios fica claro que o livro não deve conter, não poderia conter erros de atualização, erro de informação, erros conceituais, e tem muito trabalho para a melhoria dos conceitos gerais da geografia. É possível dizer, que se esses critérios fossem levados ao pé da letra, não se aprovaria nenhuma coleção?

F2: É possível se dizer em termos absolutos, como eu sempre gosto de fazer comparações, quando a gente escreve um livro científico, quando a gente escreve um artigo, uma tese, uma dissertação nenhuma dessas obras é completamente isenta de erros, porque o volume de conhecimento disponível no mundo é enorme, e ninguém, nenhuma equipe é capaz de dominar todos esses conhecimentos, e segundo, porque especialmente no caso da área da geografia, a abrangência analítica é muito grande, dificilmente 1 autor de livro didático ou 2 autores, muitos livros, são 2, 3, autores por coleção, eles têm formação suficiente para abranger todas aquelas áreas, então a probabilidade de pequenos deslizes ela ocorre, o que há... isso sim, sempre foi um consenso entre o MEC e as equipes, se tem que ter bom senso para verificar se o peso daqueles equívocos, em termos de incompletudes, generalizações, eles chegam a ter impactos na formação do aluno, entende? Se uma obra, por exemplo, ela não traz com precisão a distinção entre um *iceberg* e uma banquiza, enfim, isso para uma criança de 13 anos, de 12 anos, não prejudica a formação dela como cidadão, ou como alguém que deve ter na geografia um apoio para ter uma melhor

visão de mundo, se posicionar nesse mundo, do ponto de vista espacial, isso não chega a ser um problema gravíssimo, você não vai eliminar uma coleção por esse erro, entende? Ou se, enfim, você considera que há concepções mais contemporâneas sobre a forma como se forma o relevo e, às vezes, os autores ainda trabalham com uma concepção que foi superada por uma nova obra, também isso, às vezes, não chega a ser um problema, porque, enfim, você, por exemplo, descobrir que a ideia de mares e morros do professor Aziz Ab'Saber, ela foi complementada por um mapa geomorfológico mais preciso, isso para o ensino fundamental não é uma diferença significativa. No ensino superior é, você realmente tem um mapa geomorfológico mais preciso, você usa esse mapa é fundamental, mas para o ensino fundamental não, então se procurava pesar estes aspectos. Agora, uma coisa que eu acho que o PNLD propiciou, e isso eu pude acompanhar, porque eu estava nos primeiros PNLD como avaliadora, e acompanhei e acompanho até hoje, é o quanto os critérios se tornaram mais seletivos, critérios que eram antes classificatórios, como por exemplo, a coerência metodológica, entre o guia e o livro, passaram a partir de certo momento a ser eliminatórios, e problemas que apareciam nos primeiros livros, e eram muito importantes como critérios eliminatórios, por exemplo, preconceito, eles passaram a ocorrer com uma frequência muito baixa, quer dizer, nas primeiras obras era enorme o número de passagens em que o preconceito aparecia, quer dizer, pouco a pouco, isso foi sendo eliminado. E, e claro, desse ponto de vista sim, nas primeiras avaliações muitas vezes, nós aprovávamos com ressalvas, que era aquela pior classificação, livros que a gente desejava não aprovar, mas você também se põe uma lente muito pesada, você deixa o professor sem escolha, e você dá domínio do mercado para uma editora, o que não é desejável. Então se preferia, às vezes, nas primeiras avaliações, deixar passar coisas, que enfim, não eram desejáveis, mas na expectativa de que os professores tivessem algum espaço para escolher e, também, na expectativa de que essa própria editora, na próxima vez, ela entrasse com a obra melhor avaliada. Isso é uma parte muito interessante, antes de começar a avaliação existe uma etapa chamada pré-análise, que é feita pelo IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, e também pelas equipes de avaliação científica, as universidades são chamadas lá no IPT. O IPT verifica se o livro atende as normas técnicas, a qualidade do papel, colorido, formato, tamanho da letra, tudo isso interfere na qualidade do livro, e nós avaliávamos, ou seja, conferíamos se a editora tinha feito, nos livros, as correções de acordo com a ficha anterior, se não já era eliminado ali, entende? Então, claro, a gente aprovava numa

rodada de avaliação, pensando assim, na vez seguinte, se vierem esses erros, o livro já se desclassificava automaticamente, na primeira vez, eles não acreditaram que ia acontecer isso, aconteceu, aí a partir da segunda, terceira vez a gente vai lá no IPT, aí quase já não tem mais nada, quer dizer, passa praticamente tudo, porque eles sabem como é... como é que uma editora vai investir um ano, investe em dinheiro, porque elas pagam adiantado os autores, para aquele livro sair, depois o livro ser desclassificado, ou porque o papel é fino, ou porque aquele problema apontado na ficha anterior não foi corrigido. Claro que isso não isenta o livro de novos problemas, ou porque o livro é modificado, ou porque por uma outra razão muito importante que é, quando você tem um livro com muitos erros, com muitas imprecisões, quando você aponta as principais, ele vem corrigido, aí você passa a fazer uma nova avaliação com um pente mais fino, pegando problemas menores, porque nós não temos obrigação de fazer uma correção exaustiva do livro, você tem obrigação de fundamentar a avaliação.

F1: Com isso, a possibilidade de repetir os erros em edições posteriores diminuiu?

F2: Diminuiu incrivelmente, incrivelmente, quer dizer, isso eu tenho... dou um depoimento assim, com total, eu tenho certeza sobre isso, quer dizer, a gente que acompanhou uma obra, viu que isso aconteceu, e quanto os erros eram... quando o parecer mostrava que havia um problema no perfil mesmo do autor, isso aconteceu, por exemplo, na área de geografia, um autor importante, ele foi mais de uma vez excluído, ele é um autor importante, escreve bem, todos sabem disso, mas que por não ter formação em geografia, ele cometia muitos equívocos na área de geografia física, então a editora tratou de, enfim, compor diferentemente os autores para evitar esses problemas. Então, um exemplo que eu estou dando, mas tem outros exemplos, o autor é da área, ou o autor é mais alguém da área de primeira à quarta série e se volta a lançar uma obra de quinta a oitava, claro, a probabilidade de eliminação da obra era grande, então a editora ou eliminava o autor, ou recompunha as parcerias, algumas editoras eram muito eficazes, por exemplo, o professor William Vesentini, que é um autor importante em números de livros vendidos, e também suas obras foram a partir de um certo momento sempre bem avaliadas, mas a editora, ele sempre tinha coautores, se era de primeira à quarta, muito tempo foi a professora Dora, aí ela tinha muito conhecimento, experiência nessa área, então a expertise dele se combinava com alguém de primeira à quarta, ou de quinta à oitava, como a professora Vânia Vlach. Então, as editoras cuidavam dessa composição, e aí cada vez menos as obras apareciam

coesas. Quer dizer, eu acho que o grande fenômeno do PNLD, a meu ver, a partir de 2004, de 2000 e... enfim, a segunda metade da década de 2000, é um número de novos autores, e alguns deles espetaculares, a gente poderia assim, dizer que há 2, 3 obras que estão muito acima do padrão médio das outras obras, uma pena que elas não foram escolhidas em grande proporção, mas realmente o professor passou a ter obras novas, e por que apareceu? Claro, quando a editora tem um autor que é um *best seller*, ela fica com ele, a partir do momento em que, em um determinado ano, uma obra é cortada, eles veem o que significa isso, eles passam a investir em novos autores, e a gente chegou a ter conhecimento que alguns desses foram contratados, por exemplo, eles eram professores da rede pública ou particular de ensino, eles passaram a ganhar um salário da editora, a deixar suas aulas para ficar escrevendo uma obra nova, em alguns casos, os resultados foram ótimos, realmente alguns autores articulam muito bem a análise do ambiental, ao social, ao econômico, a maior qualidade das atividades, a serem feitas pelos alunos, são obras que podem não ter se tornado as mais escolhidas, mas elas estão à disposição dos professores, e melhorando incrivelmente a qualidade dos livros, e se pode dizer hoje que há uma nova geração de autores, que isso é importante, porque garante também o futuro da produção, entende? Se você deixa um autor no mercado 30, 40 anos, vamos lembrar do passado da geografia, o professor Aroldo de Azevedo, uma pessoa importante na produção de livros didáticos no Brasil, não foi o primeiro, porque teve o Delgado de Carvalho, mas ele ficou algumas décadas com um único livro, a geografia era pequenininha, e o número de crianças nas escolas também era pequeno, e o livro didático não era comprado pelo governo, mas, à medida que tem esse país enorme com um número também muito significativo de crianças na escola, porque praticamente acabou o analfabetismo no país, você não pode ficar na mão de um autor, e pelas editoras se não houvesse o PNLD, elas ficariam, entende? Se esse autor é conhecido e os livros dele vendem, por que eu vou colocar... substituir esse autor? Agora, na medida em que corria o perigo do livro não ser escolhido, vamos ampliar o número de autores e isso garantiu que pessoas que espontaneamente não iriam talvez se tornar autores de livros didáticos, ou não teriam as condições para isso, gostariam, mas têm que trabalhar ou não podem escrever um livro didático. Eu fui em vários PNLDs, coordenadora, e eu sempre falei isso, eu tenho uma boa capacidade de avaliar livros didáticos, mas eu não seria capaz de escrever uma coleção, é um trabalho extremamente difícil, respeito muito os autores de livros didáticos por isso, é um trabalho extremamente difícil, você dominar um conjunto de

conhecimentos tão grande, passar isso para uma linguagem de um livro didático, e atender todas essas normas, é um trabalho muito difícil, eu acredito que quando 1 autor, ou 2 autores, ou 3 autores se dedicam a isso, alguns deles eu conheço, isso é feito *full time*, não tem como, não é uma coisa para você fazer de vez em quando, isso tem que ser a sua vida por um período, tem que ser o centro da sua vida por um período, por 1 ano, as obras são... algumas são só reformuladas, mas uma obra nova, isso não é trabalho para desavisado ou para principiante. Quer dizer, esses autores que se saíram bem, mesmo sabendo que eles não fazem sozinhos, que têm equipe de pesquisa, que levanta foto, que procura mapa, que levanta informação, hoje também tem a internet, que é uma maravilha, a pessoa recolhe, confere.... mesmo sabendo que ele não faz aquilo sozinho, que têm 2 nomes ali, que por trás desses nomes, eu sei que por exemplo, algumas editoras chegavam a alugar um prédio em São Paulo, e colocar em cada andar, geografia, história, e eram equipes trabalhando, vários computadores, várias equipes, cada uma formulando, levantando informações para compor um capítulo que depois ia ser redigido, ou revisado pelo autor principal, é uma equipe, o nome que aparece ali, é o nome de responsabilidade daquele conjunto. Mas isso é um trabalho fenomenal, porque se fazer avaliação disso exigia tanto tempo nosso, que é ler o que está pronto e corrigir, imagina o que é elaborar aquilo. Isso foi um resultado maravilhoso do PNLD, tantos novos autores, e tanto de geografia como história, enfim, uma qualidade das obras, várias obras sobre as quais eu me falava: “Poxa, mas eu gostaria que meu filho estudasse em um livro assim, são livros bons, bem feitos, uma qualidade muito superior aos livros dos anos de 1900”. No começo do PNLD, em que os livros eram simples, eles eram pouco atrativos para o aluno, além dos erros, lacunas, imprecisões, a produção gráfica do livro também ela não era de qualidade, hoje, a editora sabe que se ela não fizer uma encadernação que não rasgue, o livro não passar na pré-análise. Hoje, você pega um livro didático, ele é um produto material e um produto, em termos de conteúdo, qualificado. Você pode não concordar com aquela abordagem, pensar eu não faria assim, eu não ensinaria assim, isso é uma outra coisa, mas é um produto em condições positivas de ser usado como material didático. Por isso, eu, agora é uma opinião não do MEC, é uma opinião minha, vejo com restrições e, inclusive, imputo isso à falta de conhecimento dos meus colegas na universidade, que criticam o PNLD, que dizem que isso não deve ser feito pelo governo, que quem deve fazer isso é o professor. O professor no Brasil ou em qualquer outro país, mesmo em países que os professores têm melhores condições de trabalhos e são melhores

qualificados, individualmente ele não teria capacidade de fazer, primeiro porque ele não tem acesso a todas as obras, ele recebe as obras como um presente das editoras mais fortes, ele não tem acesso aos 15 livros, e vou ler os livros e vou escolher o livro, isso não existe, não há um professor no Brasil, que tem acesso a todas as obras, que tenha tempo e capacidade para fazer esse processo de seleção, não é porque ele é professor da rede, nenhum professor estando sozinho também tem essa capacidade, mesmo que tenhas as condições melhores que temos nas universidades. Então é preciso fazer avaliação, pois se o Brasil, vai comprar salsicha para a merenda, e vê a qualidade da salsicha, por que vai comprar livro e não vai ver a qualidade do livro? Esse argumento de que isso é censura, que vários autores defendem, hoje menos, eu em eventos científicos, como Encontro Nacional do Ensino de Geografia, várias vezes tive que diante de públicos, auditórios com 300, 400 jovens da geografia responder a coisas desse tipo, e claro, a posição da gente nunca é simpática, é visto como alguém que trabalha para o governo, que está fazendo a censura, coisa que não é verdade, porque nunca um livro foi excluído por censura teórica política ideológica, ao contrário, com que desprazer algumas vezes eu assinei a ficha aprovando um livro, cuja perspectiva do autor eu discordava completamente, e outros que eu considerava perspectivas interessantes, tive que reprovar. Então, lamentavelmente eu prefiro imaginar que não é por dolo, mas não sei dizer, por que razões, autores de livros didáticos e professores que são autores, são da área de ensino de geografia, ficam todo o tempo, inclusive nas universidades, ensinando para os alunos, que os alunos, quando forem professores, devem preparar seu próprio material e não devem usar o livro didático, o que é um desconhecimento do que é sala de aula, do que são as condições de trabalho dos professores, do que é o tempo que esses professores dispõem para produzir seu próprio material, eu sou completamente favorável que ele produza um material complementar, que ele selecione em um livro aquilo que ele quer trabalhar, o livro não é um manual que ele deve seguir de cabo a rabo, ele pode selecionar, é maravilhoso, eu vou trabalhar esses conteúdos eu vou usar o livro, esses eu não vou, eu vou complementar, eu vou divergir da atividade, que o livro propõe, e propor uma alternativa. Isso ele é capaz, no tempo, na jornada de trabalho dele, de complementar, revisar e ter até uma leitura crítica. Agora, ele preparar o material, os professores de práticas de ensino, de didática, que estão falando isso, ainda há gente que fala isso na sala de aula, eu lamento, eles não sabem o que é nem a realidade do professor, nem o quão criteriosa é a avaliação. Para comprovar essa minha hipótese, basta hoje pegar uma

livro didático e pegar uma apostila de uma escola particular, em que os erros são enormes, em que o plágio está lá, eles copiam de obras científicas, eles cometem erros, imprecisões, desatualizações, e é um produto que a classe média brasileira está comprando embutida na mensalidade, uma coisa de péssima qualidade, e veja, os professores de cursinhos, escolas particulares que têm material apostilado, nem correspondem, muitas vezes, ao mínimo desejado pelo PNLD... Os que são autores desse material, dessas compilações, eu não chamo produções, eu chamo compilações, eles compilam coisas, eles também não representam a média do professor que está na sala de aula e, mesmo assim, a quantidade desse material é questionável. Volta e meia recebo uma mensagem, um e-mail de alguém me dizendo, você viu que parte do seu livro está lá na apostila do colégio A, B, C? Eu recebo e vejo, é que a gente não se dá o trabalho de entrar na justiça, e porque sabe que, se isso acontecer, o prejudicado é o professor, não é nem o cursinho, mas isso é lamentável, quer dizer, qualquer hoje, material didático, apostilado no (Brasil), tem qualidade técnica e científica inferior ao livro didático, e isso seria o que representaria não usar, não adotar as obras, e usar um material produzido pelos próprios professores, que nem é produzido necessariamente pelo professor que está na sala de aula, às vezes, o cursinho tem alguém que faz essas apostilas, que não é necessariamente o mesmo que vá usá-la. Então, é uma falta de conhecimento, é um desserviço, essa fala é um desserviço, todo tempo dizendo isso, tanto é que a UNESP foi muito tempo coordenadora do PNLD, jamais, jamais um de nós foi convidado a dar um depoimento, entrar em uma sala de aula dos nossos alunos para falar isso em uma disciplina voltada a esse tema. Eu acho que isso é algo que eu jamais vou esquecer, porque eu considero que nós, professor Antônio Nivaldo Hespanhol, professor Antônio Cesar Leal, professor Eliseu Sposito, professor João Lima Sant'Ana Neto, pessoas todas que foram coordenadores ou adjuntos, têm um conhecimento sobre esse processo incrível, claro, eu sou professora de geografia urbana, econômica, sempre alguma parte do meu material, da minha aula são seminários de ensino, e não tenho esse discurso de dizer que não é para usar a originalidade, não obrigo também, porque não é do conteúdo da minha disciplina a fazer análise de livro didático, não vou, porque eu tenho esse conhecimento, por no meu conteúdo isso aí, isso caberia à disciplinas próprias desse campo de formação. Chegamos ao máximo na UNESP, de os professores dessa área se interessarem nem pela guarda das coleções de livros.

F1: Tem pouca pesquisa na área, não é? Discutindo as avaliações?

F2: Lamentavelmente, lamentavelmente, a própria coleção de livros ela não é aceita e valorizada, porque nós temos, isso é um material maravilhoso, a universidade recebe por força da avaliação todas as obras publicadas em um ano e isso daria um material incrível para ser manuseado, pesquisado e, lamentavelmente, isso não há. Eu fico muito triste com isso, porque eu acho que se apoiando em uma suposta visão crítica, essas pessoas estão fazendo um desserviço e estão, inclusive, despreparando o nosso aluno para a nossa sala de aula, que quando ele chega lá, essas ideias que eles estão tendo aqui não vão ser aplicáveis, e ele ou entra em um desespero, porque quer fazer um trabalho próprio, com personalidade, alguns poucos até conseguem, porque são alunos bem informados, ou ele cai em um niilismo, cai em um desencanto total com o ensino, isso não era nada do que eu imaginava, e aí ele sai do ensino, isso também não serve, quer dizer, o ensino está cada vez no estado de São Paulo, mais na mão de professores que não são tão bem preparados como os das universidades públicas, porque na verdade, ao falar tudo isso, você desprepara e desestimula o nosso aluno ao trabalho com o ensino, que é um trabalho importantíssimo. E no caso do estado de São Paulo, agravado pelo fato de o Governo do Estado de São Paulo não adotar o PNLD.

F1: É o maior estado da Federação...

F2: ...o maior estado da Federação, o MEC compra o livro, mas o livro não é usado, e há períodos inclusive que o Governo do Estado de São Paulo fez o seu próprio material didático, com muitos erros, como a imprensa paulista notificou largamente.

F1: Uma rixa política, não é? Porque não dá para encontrar outra justificativa.

F2: Não, não dá para encontrar outra justificativa, embora, o PNLD tenha tido início, como um processo de avaliação com o Governo Federal na mão do PSDB, principalmente depois que o PT assumiu o Governo Federal, se reforçou essa cisão, e os dois maiores estados da federação, em termos demográficos, que são São Paulo e (Minas), por vários e vários anos não adotam o PNLD.

F1: Desperdício?

F2: Total.

F1: Professora, eu vou retomar esse dado que a senhora passou de 5% do custo da avaliação, no total do que é investido no PNLD, teria sido então um acerto do MEC fazer com que esse material final da avaliação vá para as editoras para que elas corrijam suas obras, para quando inscreverem de novo em uma próxima edição? Há o aproveitamento desse material?

F2: Teria sido, bem o verbo, tempo verbal é esse, teria sido, porque eu acho que em alguns casos, os erros são realmente pontuais e fáceis de serem sanados, quando eles referem a informações, ou um erro em um mapa, ou algo assim que você pode na edição final substituir, mas essa tomada de decisão ela é um risco muito grande, porque como nós sabemos não há tempo hábil para uma nova revisão completa da obra.

F1: Durante a edição, mas, e para uma próxima...?

F2: ...antes da edição, porque atualmente isso é feito antes da edição, quer dizer, o que vai para avaliação é uma edição boneco, uma edição feita apenas para avaliação, eles imprimem X livros para ir para avaliação, o resultado da avaliação vem, e eles têm direito de corrigir esses erros antes de fazer a impressão que vai concorrer no (PNLD), na compra de livros, que aliás, não é feita a impressão lá, só depois do pregão é que eles sabem quem ganhou, e que vai imprimir tal livro. O tempo entre o resultado da avaliação e eles fazerem e correção é pequeno, e não é suficiente, e também seria um custo adicional voltar a uma avaliação completa. O (MEC) faz uma avaliação, a equipe confere, olha, é porque você dá uma lista, tem que corrigir o que está na página tal e tal, ele confere e faz aquela correção. Então, talvez nós não tenhamos todas as equipes das editoras bastante criteriosas e a gente preferiria que não tivesse o direito à correção entre a avaliação e a impressão dos livros no mesmo PNLD, mas que isso ocorresse, como vinha acontecendo, entre um (PNLD) e outro...

F1: ...mas eu me referi de uma edição de (PNLD) à outra, porque aí são 3 anos, mais 2 anos de trabalho, as editoras podem aproveitar esse material, deveriam aproveitar o material...

F2: ...super valeu a pena, elas aproveitam, só as editoras que não tem equipes competentes, que não têm dinâmica de trabalho, não têm recursos humanos suficiente para fazer isso, as que têm, as obras melhoram incrivelmente, quer dizer, houve casos nos primeiros PNLDs que você apontava o erro e o erro voltava, foi aí que se criou esse critério, só pode se inscrever a que vem acompanhada da ficha... chama ficha de correção, você pega lá a obra anterior, e, no parecer foi dito que no capítulo 3 tinha esse erro, página 28 do livro anterior, está na página 30 do atual, e você confere lá o IPT, você já faz uma primeira triagem no IPT, claro que não é uma triagem lendo a obra toda, é seguindo a ficha de correção...

F1: ...tem a ficha para isso, não é?

F2: ...tem a ficha para isso, a editora tem que preparar a ficha com os erros apontados na edição anterior e os trechos novos onde os erros foram corrigidos, e você vai colocando na coluna, ok, ok, ok, ok, o livro

é aprovado, é aprovado para entrar em avaliação, e isso também as editoras no começo não entendiam, como é que um livro poderia chegar a uma situação como houve, de ele ser aprovado em um PNLD, e não ser no seguinte. Por que? Porque os critérios se tonavam mais seletivos, você incluía um novo critério, então o livro estava aprovado, mas, por exemplo, você passou e incluiu o critério da coerência metodológica, nesse ele não passa, ele foi aprovado numa avaliação e é reprovado na avaliação seguinte. Então, houve também essa situação, são casos excepcionais, porque a gente inclusive refletia 1000 vezes antes de tomar essa decisão, o livro foi aprovado, foi comprado, foi usado, e agora ele não aprova mais, porque isso poderia dar, como deu algumas vezes, matérias nos jornais, sabe, a imprensa, ela e as editoras têm força política e econômica nos jornais, uma matéria dizendo, livro usado pelas crianças no (Brasil), durante 3 anos, agora é reprovado... Então, ele não tinha qualidade por que ele foi aprovado? Até você explicar, às vezes, eu mandava respostas para os jornais, saia uma notinha de 2 linhas...

F1: ...são recortes, não é?

F2: ...sim, ou como nós fomos chamados ao Congresso Nacional, porque as editoras sensibilizam 1, 2 deputados, que vão na tribuna fazer aquele discurso, aí o Ministério da Educação é chamado para depor e o ministério chamava a gente, a gente ia junto, eu fui uma vez responder pela área de geografia e história, por uma coisa completamente banal, que não me recordo bem, mas era mais ou menos assim, que tinha sido feita propaganda política ideológica, e mostrou uma fotografia do Presidente, eu não me lembro mais se era o Fernando Henrique, o deputado era do PT, ou vice-versa, enfim, mas aí foi fácil, nós mostramos outros livros que tinha outras fotos, foto do JK, você tem que... um livro de história, não é inadequado que você tenha uma foto do Presidente da República, foi um exemplo que aconteceu lá, que a gente claramente falou, olha, não, está aqui em outros livros, têm outras fotos. Claro, isso foi tornando a gente cada vez mais cuidadoso, às vezes, quando a gente percebia que em uma única obra havia mais de uma referência ao mesmo partido, pessoas do mesmo partido, a gente sugeria então que isso fosse retirado, porque sabe, o desgaste do PNLD é grande, porque são forças econômicas e políticas, que se associam contra um perfil que é mais científico, eu não estou dizendo que é neutro não acho que a ciência é neutra, mas estou dizendo que um deputado de um partido ele vê aquilo como... ele vê aspectos ali que nós não estamos priorizando na avaliação, como é que um partido pode questionar que haja foto do Presidente do outro partido? Isso para mim é um questionamento sem fundamento.

F1: Professora, a senhora destacou, em alguns pontos de andamento, de desenvolvimento das avaliações. Queria pedir para a senhora reforçar o último ponto positivo dessas avaliações, e para essa mudança agora, das universidades, há um edital para que as universidades concorram. Quais as perspectivas para as novas avaliações da geografia?

F2: Bom, eu acho que meu balanço sobre o PNLD é extremamente positivo, em que pesem vários momentos de tensão entre a universidade e o ministério, em que pesem várias conquistas que não foram alcançadas por nós, como por exemplo, uma melhor qualificação das obras, nas resenhas que são lidas para a escolha que o professor fará, quais são realmente as melhores obras, eu acho isso uma pena, mas enfim... Sou também capaz de compreender as dificuldades para um resultado dessa natureza, então eu acho que as dificuldades, os pontos de tensão, são proporcionalmente muito pequenos, frente aos resultados da avaliação. Ela é positiva, do ponto de vista científico, pedagógico em uma proporção tal que todos os outros problemas são menores, quer dizer, hoje no Brasil, na escola pública brasileira, o material disponível para os alunos é infinitamente superior ao material disponível para os alunos das escolas privadas, inclusive por que? O PNLD só seleciona os livros a serem comprados pelo governo, uma obra não classificada no PNLD pode ser usada na escola privada, e muitas vezes, é muito usada, porque a editora sendo desclassificada joga todas as fichas nas escolas privadas. Então, pode parecer um paradoxo, mas é isso, a classe média brasileira acha que seus filhos são melhores porque estão nas escolas particulares, em alguns aspectos isso é verdadeiro, pois as condições na escola pública não são as desejáveis, nós sabemos disso, mas em termos do material didático disponível, posso te garantir que o material usado na escola pública é infinitamente superior, isso eu acho que é um ponto extremamente positivo. A decisão do Ministério da Educação que eu não acompanhei, porque eu não participo mais do PNLD, de agora fazer uma espécie de edital, aberto a qualquer universidade que queira assumir a concorrência, é a meu ver, na minha modesta opinião, e acho que essa opinião ela agora tem isenção, porque eu não participo mais, e nem desejo participar, eu poderia me inscrever e não vou me inscrever, não vou apresentar uma proposta, teria todas as condições de formular proposta e concorrer e não vou. Mas eu acho que é uma operação de alto risco, porque o PNLD é um trabalho cumulativo, em que os erros das avaliações anteriores eles vão sendo incorporados com atitudes, critérios, procedimentos nas avaliações seguintes, por exemplo, a UNESP quando ela parou de fazer avaliação, ela tinha um volume de documentos produzidos sobre o assunto, o avaliador, em cada PNLD

não começava do zero, ele tinha procedimentos, como avaliar, como organizar, como sintetizar, como escrever, que tipo de redação deve ser... tudo isso é o material produzido, ele é em base em experiência, mas também base em pesquisa, a UNESP fez pesquisa sobre o tema, fez um pesquisa científica no Brasil sobre o tema. E meus colegas da Federal do Rio Grande do Sul, da Federal do Paraná, da Federal de Uberlândia, que também foram responsáveis por PNLD de geografia, aproveitaram equipes e membros dessas equipes antigas, em alguns casos, nós demos no final uma contribuição... fomos leitor crítico, tem essa figura, quando tudo fica pronto, você convida um professor da rede e um professor da universidade para ler os documentos finais, fazer um último pente fino, então muitas vezes, nós fomos chamados a sermos leitores críticos desses documentos, quer dizer, com base na nossa experiência, fazer uma última revisão no material. Pode ser que a universidade que venha a ganhar, por ter alguém que participou de algum PNLD, saiba disso tudo e vá também manter esses mesmos procedimentos, quer dizer, não começar do zero, pegar o *background* das anteriores, mas pode ser que uma equipe nova, ousada, o que não é um demérito ser ousado, de jeito nenhum, se apresente, e é um ponto positivo porque pode haver inovações com uma equipe completamente nova. No entanto, eu suponho, apenas suponho que a probabilidade de erros é grande, porque nós erramos também, porque nós também aprendemos por ter errado e depois acertando, errando e depois corrigindo. E a equipe técnica do MEC, ela também mudou, então você teria uma mudança completa, a equipe de técnicos, de funcionários públicos que estão no MEC, muda e mudam também as universidades. Então você imagina que isso possa dar resultados, inclusive diferentes entre os campos disciplinares, pode ser que, em alguns campos disciplinares, as mesmas equipes concorram e garanta alguma coisa e em outros não. E aí você vai ter descontinuidade, você vai ter área melhor avaliada, que outras áreas, você corre o perigo de cometer erros, não que eu seja favorável a uma continuidade eterna dos mesmos grupos, mas se você fizer um estudo das equipes técnicas, pode montar uma tabela, você poderá ver até que há pesquisadores, eu conheço 1 ou 2, que estiveram no PNLD, de 1996 até, sei lá, 2012, percorreram durante 15 anos o PNLD, por diferentes universidades eles foram convidados, e há outros não, que foram uma vez e não continuaram, então você não tem uma perpetuação do mesmo grupo todo o tempo, e mesmo os coordenadores, mudaram muito, a UNESP inclusive teve esse princípio, quando eu me tornei coordenadora institucional, eu percebi rapidamente isso, eu fui avaliadora, coordenadora de área, coordenadora

institucional, e depois leitora crítica, passei por vários... várias funções do PNLD, o que eu logo percebi, meus colegas concordaram que, de uma avaliação para outra, era melhor mudar as coordenações, quem era adjunto se tornar coordenador de área, ou um bom avaliador era galgado a coordenador adjunto, a geografia sempre teve vários coordenadores adjuntos, ou seja, um coordenador ele fica com o conjunto do trabalho, mas os adjuntos seria o seguinte, se você em uma reunião, você tem 12 obras sendo avaliadas, tem 3 adjuntos, esse adjunto, o adjunto A vai ficar com 4 obras, o adjunto B vai ficar com 4 e o adjunto C vai ficar com 4, e o coordenador geral vai ficar com todas. Então o trabalho do pente fino, era feito por esses adjuntos de área, e alguns depois se tornaram coordenador de área, então a gente mudou de posições, e isso permitiu que cada um de nós, na nova posição, fosse procurando incorporar no nosso trabalho a experiência da outra função, e isso é extremamente positivo, não foi... eu fui coordenadora institucional uma vez, de área 2 vezes, fui avaliadora 2 vezes, quer dizer, isso o professor Antônio Nivaldo Hespanhol idem, o professor Eliseu Sposito, que foi adjunto, foi coordenador de área, e hoje é da equipe do MEC, o professor Antônio Cesar Leal também foi avaliador, foi adjunto. Enfim, a gente foi na UNESP também, mudando para melhorar o trabalho e para não sobrecarregar ninguém, porque quando você termina uma avaliação, quem é o coordenador de área, a pessoa está realmente exausta, não convém a ela encarar, entrar de novo, quer dizer, é bom mudar um pouco as posições, porque a sua tendência seria dizer, não quero mais, cansa demais, é tenso demais, é exigente demais. Você, para avaliar, vai pesquisar, pesquisar em outras línguas, procurar obras que você não conhece, ler sobre assuntos que você não conhece para tomar a decisão, nós somos especialistas em áreas na universidade, eu sou uma especialista na área de urbana, eu realmente posso pegar um livro e eu tenho muita segurança em ler os capítulos, os conteúdos que são sobre a cidade e o urbana, mas imagina eu como coordenadora geral, conferir a geomorfologia, vem um parecer eu tenho que duvidar, não por não confiar no meu colega, mas o papel do coordenador é duvidar: cada erro ali apontado é um erro mesmo? Vamos conferir. E nós chegamos até na geografia, autores que tiveram obras excluídas, que recorreram à justiça com bibliografia em alemão. Nós tivemos que responder, respeitei enfim, claro, eu não sei ler alemão, tive que convidar pessoas que pudessem ler aquela obra para gente conferir se o recurso tinha fundamento ou não.

F1: Eu a agradeço, professora, as informações, esse histórico todo do PNLD, vou transcrever a entrevista e passo para a senhora fazer uma revisão...

F2: ...sempre às ordens. A gente fica... eu fico especialmente supercontente de ter pesquisas sobre o tema, porque eu acho que só a pesquisa feita pela universidade pode também ter um olhar crítico sobre o PNLD e ver também... às vezes, a gente está tão seguro de que tudo foi feito de modo adequado, mas pode, em um ponto ou outro, as pesquisas mostrarem que haveria necessidades de ajustes e mudanças, e eu acho que ainda, no caso brasileiro, a pesquisa é pouco valorizada nessa área, aliás, outros países do mundo, como já foi o caso da Suécia e da França, valorizaram, chamaram a gente para falar sobre o PNLD e no caso brasileiro houve também convites, alguns convites da AGB, mas foram sempre muito mais convites que nos colocaram em contraponto com os autores, o que também é necessário, e eu nunca faltei, nunca que me convidaram eu faltei, embora em vários casos eu soubesse que a minha situação não seria muito fácil, uma mesa redonda em que você tem dois autores, e você fala em nome do MEC, você é a primeira a falar e eles falam depois, e você... para alunos que ainda não são professores da rede, não sabe o que é isso...

F1: ...40 horas de trabalho semanais...

F2: ...sim, muitos autores, que são... inclusive bons autores também, alguns são muito... têm o dom da oratória, e isso não é simples, por isso entre os autores brasileiros, eu tenho grande respeito pelo professor José William Vesentini, porque ele quando teve uma crítica sobre o PNLD, escreveu um artigo, e ao escrever ele registra, ele faz uma coisa melhor fundamentada, ele permite que se escrevam outras coisas, esses debates orais, eles podem ser bom para um começo, mas eles não fazem avançar o processo, porque fica muitas vezes, em um jogo de palavras e informações que, vamos assim falar, em alguns casos os autores usaram essa manipulação de dizer que a avaliação era uma censura, e isso está longe de ser uma censura, inclusive foi feito para os governos democráticos, não foi feito para os governos ditatoriais brasileiros, e é uma... um autoritarismo por parte dos autores, e das editoras, acharem que o produto que eles estão vendendo para o governo, porque é uma mercadoria, eles ganham em cima dessa mercadoria, editores e autores, não deva passar por critérios de avaliação, quando todas as outras coisas, como eu disse, de iogurte, salsicha, a uma construção passa por critérios de avaliação, porque o produto deles não passaria. Isso é preciso ser dito, as editoras e os autores estão vendendo uma mercadoria, de alto custo, alto custo para o Estado brasileiro e cujo

processo de venda gera ganhos extraordinários, no caso de alguns, extraordinários, inclusive a crítica feita relativamente ao fato de que o MEC gastava dinheiro pagando avaliação, o que qualquer avaliador ganha é infinitamente menor do que os autores ganham e eles merecem ganhar, eu não faço parte do rol de professores da universidade, que acha que é um absurdo um professor universitário se colocar a fazer um livro didático, eu acho importante que professores universitários façam livros didáticos, eu sou completamente a favor, é um trabalho tão digno e importante como qualquer outro trabalho e, às vezes, na universidade ele é desvalorizado, é um equívoco, é uma sorte que vários professores que são pesquisadores científicos façam livros didáticos, e hoje vários jovens que fazem doutorado estão fazendo livros didáticos. Isso é uma maravilha, é um mérito deles, eles devem ser remunerados por isso, mas por outro lado, também não acho que eles tenham por causa disso direito de não serem avaliados. Essa oposição, esse discurso contra avaliação, é um discurso sem fundamento, primeiro porque ela não é uma avaliação ideológica, nem teórica ou metodológica, e em segundo lugar, porque as pessoas que emitem, fazem a emissão desse discurso, elaboram esse discurso, nunca incluem no seu discurso o fato de que estão vendendo um produto no mercado, e que pese todo o valor social desse produto, ele é um produto, ele não é um trabalho gratuito, ele é um trabalho regamente pago, regamente pago, o que não é um demérito, mas é um fato.

F1: Ok, professora, muito obrigada.

F2: Nada, que isso.

APÊNDICE D - Questionário para coordenadores

Esse questionário destinado aos Coordenadores de Avaliações do PNLD de Geografia constitui um importante instrumento para a coleta de dados para dar continuidade à pesquisa de doutorado cujo título provisório é “Livros Didáticos de Geografia: Permanência de erros nos conteúdos e mudanças nos processos de avaliação do PNLD (1999-2014) ”, que vem sendo desenvolvida por Giséle Neves Maciel, sob orientação da professora Dr.^a Raquel M^a. Fontes do Amaral Pereira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina. Como a pesquisa começou a ser desenvolvida em 2011 e a Resolução N° 466 do Comitê de Ética da UFSC só entrou em vigor em 12/12/2012, não pudemos submeter o projeto que já estava em andamento ao citado Comitê, razão pela qual não dispomos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, asseguramos que as informações fornecidas através do presente questionário serão tratadas de maneira ética e responsável, atendendo a determinação do entrevistado quanto ao anonimato.

a) Autorizo a utilização das informações prestadas nesse questionário (encaminhado à pesquisadora em formato PDF) na pesquisa acima referida:

(X) Sim

() Não

b) Desejo manter o anonimato:

() Sim

(X) Não

c) No caso de optar por identificar-se, escreva seu nome completo:

ANTONIO NIVALDO HESPANHOL

.....
1- De que forma se deu o convite para que o (a) senhor (a) assumisse a Coordenação de Área do PNLD de Geografia, para as séries finais do ensino fundamental?

Eu já fazia parte da equipe na condição de avaliador. Como na época a avaliação das áreas de Geografia e de História era coordenada pela UNESP, a Profa. Maria Encarnação Beltrão Sposito (coordenadora de área anterior) passou a ser a coordenadora institucional e coube a mim realizar a coordenação de área com o aval e consentimento do MEC. Foi coordenador em duas edições consecutivas (1ª a 4ª e 5ª a 8ª).

2- Que critérios ou parâmetros foram utilizados para a formação da equipe de pareceristas (chamados de avaliadores em 2014)?

O critério foi basicamente mérito acadêmico, experiência preliminar e a equipe deveria possuir avaliadores de todas as regiões do país. Depois do governo Lula, a coordenação da avaliação passou a ser feita exclusivamente por instituições federais e a UNESP deixou de coordenar a avaliação das áreas de Geografia e História.

3- Desde 2002, as normas da avaliação determinam que caso um livro da coleção inscrita no edital seja excluído, em observância aos critérios eliminatórios, toda a coleção deve ser excluída. A seu ver, isso causa algum tipo de pressão sobre a avaliação? Há alguma quantificação (ou de tolerância) de incorreções aceitas para que uma coleção inteira não seja eliminada?

Pelo que sei não há qualquer quantificação para tolerar incorreções. Nas duas edições em que fui coordenador de área não houve qualquer tolerância para que erros fossem relevados tendo em vista a eliminação da coleção. Penso que isto é problema das editoras e autores e não da comissão de avaliação.

4- O MEC disponibilizou os relatórios da avaliação anterior apontando as incorreções presentes nos livros didáticos, que deveriam ser corrigidas pelas editoras para submeter os livros à avaliação posterior? Isso ocorreu na avaliação em que o (a) senhor (a) foi o Coordenador (a)?

Sim.

5- Apesar da realização de vários processos de avaliação, ainda são encontradas incorreções nos livros didáticos de Geografia, como ocorre, por exemplo, em relação aos conteúdos sobre o estado de Santa

Catarina. Qual sua consideração sobre a permanência de erros nos conteúdos dos livros didáticos?

Elaborar coleções de livros didáticos de Geografia é muito difícil. No caso específico da Geografia, os assuntos abordados são os muito diversificados e a realidade tratada é extremamente dinâmica. É praticamente impossível encontrar uma coleção que não apresente vulnerabilidades no que concerne ao tratamento dos conceitos, a presenças de informações básicas com alguma imperfeição, tratamento metodológico inadequado etc. Portanto, penso que dificilmente haverá coleções que não tenham pequenos erros. Na avaliação não se pode tolerar erros graves, mas é necessário utilizar o bom senso.

6- Quais são as maiores contribuições e os limites da avaliação (do PNLD) para a melhoria da qualidade dos livros didáticos?

O PNLD forçou os editores e autores a aprimorar o material didático, além de ter propiciado a abertura do mercado para novas autores e editoras.

APÊNDICE E - Questionário II anônimo (coordenação de avaliação)

Esse questionário destinado aos Coordenadores de Avaliações do PNLD de Geografia constitui um importante instrumento para a coleta de dados para dar continuidade à pesquisa de doutorado cujo título provisório é “Livros Didáticos de Geografia: Permanência de erros nos conteúdos e mudanças nos processos de avaliação do PNLD (1999-2014)”, que vem sendo desenvolvida por Gisèle Neves Maciel, sob orientação da professora Dr.^a Raquel M^a. Fontes do Amaral Pereira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina. Como a pesquisa começou a ser desenvolvida em 2011 e a Resolução Nº 466 do Comitê de Ética da UFSC só entrou em vigor em 12/12/2012, não pudemos submeter o projeto que já estava em andamento ao citado Comitê, razão pela qual não dispomos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, asseguramos que as informações fornecidas através do presente questionário serão tratadas de maneira ética e responsável, atendendo a determinação do entrevistado quanto ao anonimato.

a) Autorizo a utilização das informações prestadas nesse questionário (encaminhado à pesquisadora em formato PDF) na pesquisa acima referida:

(X) Sim () Não

b) Desejo manter o anonimato: (X) Sim () Não

c) No caso de optar por identificar-se, escreva seu nome completo:

.....

1- De que forma se deu o convite para que o (a) senhor (a) assumisse a Coordenação de Área do PNLD de Geografia, para as séries finais do ensino fundamental?

Tive inicialmente experiência como avaliador nas equipes do PNLD coordenadas por Eliseu Sposito da UNESP (Pres. Prudente). Soube posteriormente que a qualidade de minha apreciação e avaliação de

artigos em periódicos científicos foi um quesito que pesou para minha indicação. Posteriormente, com o lançamento do 1º PNLEM, tivemos a indicação de que em nossa universidade (Grupo de Geografia da UFRGS), possuía perfil para organizar essa avaliação. Nesta oportunidade desempenhei a função de coordenador adjunto. Mais adiante, quando passou a haver descentralização orçamentária as avaliações só poderiam se realizar por universidades vinculadas ao sistema público federal. Por isso, o PNLD não pode mais ser realizado pela UNESP. Houve, então, indicação no MEC, para assumirmos o PNLD. Além de nossa experiência, contou também o fato de possuirmos junto à Graduação e ao Pós, inclinação para a reflexão do ensino em Geografia. Meu colega Nelson Rego, que possui essa dedicação, não querendo, porém, lidar com os trâmites da organização de todo o trabalho solicitou que eu assumisse e ele se mantivesse como coordenador adjunto.

2- Que critérios ou parâmetros foram utilizados para a formação da equipe de pareceristas (chamados de avaliadores em 2014)?

Tais critérios foram estipulados no Plano de Trabalho, para o qual foram discutidas diretrizes junto ao MEC e todas as coordenações de área convidadas. Os atributos principais (o perfil) estabelecidos para os avaliadores foram: portar o título de doutor; possuir experiência na área objeto da avaliação, considerando dedicação ao ensino, equilíbrio entre as especialidades da área, diversidade regional (ou seja: todas as regiões do país deveriam ser contempladas) e experiência em avaliação.

3- Desde 2002, as normas da avaliação determinam que caso um livro da coleção inscrita no edital seja excluído, em observância aos critérios eliminatórios, toda a coleção deve ser excluída. A seu ver, isso causa algum tipo de pressão sobre a avaliação? Há alguma quantificação (ou de tolerância) de incorreções aceitas para que uma coleção inteira não seja eliminada?

Não há tolerância. Em todas as avaliações nas quais participei, seja como avaliador ou coordenador, sendo um volume não aprovado, toda coleção foi excluída, mesmo que algum outro volume apresentasse qualidade. Essa diretriz exerce pressão para que autores e editores qualifiquem o conjunto da obra. Houve muitos casos em que a coleção foi excluída devido a incongruência entre o conteúdo e orientações seguída no Livro do Aluno e o que se orientava no Manual do Professor. Todavia, também houve casos em que se avaliou ser a qualidade da

orientação contida no Manual do Professor a garantia de que o conteúdo expresso no Livro do Aluno fosse bem explorado.

4- O MEC disponibilizou os relatórios da avaliação anterior apontando as incorreções presentes nos livros didáticos, que deveriam ser corrigidas pelas editoras para submeter os livros à avaliação posterior? Isso ocorreu na avaliação em que o (a) senhor (a) foi o Coordenador (a)?

Sabíamos disso, embora não fosse o parâmetro para dar continuidade à avaliação. Em certos casos foi possível observar, por exemplo, a qualificação da elaboração de uma edição para outra. Isso foi o que predominou, a melhoria, e não o contrário.

5- Apesar da realização de vários processos de avaliação, ainda são encontradas incorreções nos livros didáticos de Geografia, como ocorre, por exemplo, em relação aos conteúdos sobre o estado de Santa Catarina. Qual sua consideração sobre a permanência de erros nos conteúdos dos livros didáticos?

Não é possível considerar essa pergunta, tendo em vista que não há referência às supostas incorreções. Além disso, o Estado de Santa Catarina esteve representado com docentes conhecedores e trabalhadores de instituições aí localizadas. Todavia, aproveito para comentar um fato: Já quando estive atuando como coordenador do PNLD, houve denúncia de aquisição por parte do Governo do Estado de São Paulo de material didático com erro. (Este Estado não participava dos programas federais, era governado pelo PSDB.) Na semana seguinte, houve denuncia de que um livro utilizado em escola do Estado da Bahia, que havíamos avaliado no PNLEM, continha um erro. Fui argüido pelo MEC. Ao verificar o teor da denúncia, pudemos ver que o material submetido a nossa avaliação não continha o erro apontado. Deste caso pode ser concluído que poderia ter havido prática incorreta dos editores de “descarregarem” edições anteriores no material adquirido pelo MEC e que não tinham tido aprovação.

6- Quais são as maiores contribuições e os limites da avaliação (do PNLD) para a melhoria da qualidade dos livros didáticos?

Penso que o limite maior é depositar a melhoria da qualidade do ensino no material a ser utilizado em desproporcional consideração de duas outras atitudes políticas: a valorização da escola, de sua organização e planejamento e do professor (a diminuição de seu status social, remuneração, que implica em sobrecarga de sua jornada, e atenção para as políticas de formação e atualização profissional). Nosso país, talvez ainda se mantenha assim, faz a maior compra editorial (em bloco) de que se tem notícia no mundo inteiro. É claro que a medida garante que muitas escolas, que não têm atlas, mapas, laboratórios, pessoal formado na área, etc., possam ter acesso ao conteúdo com prescrição de qualidade. Mas isso não basta. A política não é holística! Por outro lado, resolve-se o problema pela mediação de um mercado (editorial, acadêmico e midiático).

APÊNDICE F - Questionário III anônimo (avaliador PNLD de Geografia)

Esse questionário destinado aos Pareceristas (avaliadores) de Avaliações do PNLD de Geografia constitui um importante instrumento para a coleta de dados para dar continuidade à pesquisa de doutorado cujo título provisório é “Livros Didáticos de Geografia: Permanência de erros nos conteúdos e mudanças nos processos de avaliação do PNLD (1999-2014) ”, que vem sendo desenvolvida por Giséle Neves Maciel, sob orientação da professora Dra. Raquel M^a. Fontes do Amaral Pereira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina. Como a pesquisa começou a ser desenvolvida em 2011 e a Resolução N° 466 do Comitê de Ética da UFSC só entrou em vigor em 12/12/2012, não pudemos submeter o projeto que já estava em andamento ao citado Comitê, razão pela qual não dispomos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, asseguramos que as informações fornecidas através do presente questionário serão tratadas de maneira ética e responsável, atendendo a determinação do entrevistado quanto ao anonimato.

c) Autorizo a utilização das informações prestadas nesse questionário (encaminhado à pesquisadora em formato PDF) na pesquisa acima referida:

(X) Sim () Não

d) Desejo manter o anonimato: (X) Sim () Não

c) No caso de optar por identificar-se, escreva seu nome completo:

.....

1- Como ocorreu o convite para que o (a) senhor (a) atuasse como avaliador do PNLD de Geografia, para as séries finais do ensino fundamental?

Através de convite pessoal feito pelos coordenadores das avaliações. Na primeira vez, foi me esclarecido do que se tratava e o porquê da escolha

do meu nome – temática de pesquisa e diversidade regional – e o compromisso com o sigilo.

2- Desde 2002, as normas da avaliação determinam que caso um livro da coleção inscrita no edital seja excluído, em observância aos critérios eliminatórios, toda a coleção deve ser excluída. A seu ver, isso causa algum tipo de pressão sobre a avaliação? Há alguma quantificação (ou de tolerância) de incorreções aceitas para que uma coleção inteira não seja eliminada?

De certa forma posso dizer que a observação por você feita sempre pesou, particularmente quando surgiram as chamadas falhas pontuais. Mas incorreções como conceituais não deixavam dúvidas sobre o parecer para exclusão da coleção.

3- O MEC disponibilizou os relatórios da avaliação anterior apontando as incorreções presentes nos livros didáticos, que deveriam ser corrigidas pelas editoras para submeter os livros à avaliação posterior? Isso ocorreu na avaliação em que o (a) senhor (a) foi avaliador?

Se disponibilizou não consultamos na avaliação seguinte e nem tive acesso as mesmas.

4- O (a) senhor (a) já chegou a constatar a presença de algum erro (definido assim, segundo os Critérios Eliminatórios) em algum livro de Geografia, que já havia sido apontado em uma avaliação anterior?

Não lembro de ter ocorrido nenhum fato desta natureza.

5- Apesar da realização das avaliações do PNLD, ainda são encontradas algumas incorreções nos livros didáticos de Geografia. Citamos como exemplo, conteúdos sobre o estado de Santa Catarina, onde o “município de Joinville é localizado no Vale do Itajaí”. Qual sua consideração sobre a permanência de erros nos conteúdos dos livros didáticos?

Os erros de informação, particularmente quando se referem aos “conteúdos regionais” são bastante comuns. Muitos deles são indicados para correção, outros podem permanecer, as vezes pela falta de atenção para aquela informação, outras vezes pela impossibilidade dos avaliadores em seu conjunto conhecerem as delimitações, regionalizações, entre outras informações. Este desconhecimento

evidentemente pode ser sanado com consultas, porém, isto de fato nem sempre é feito, muitas vezes pela grandeza do trabalho, particularmente no preenchimento da ficha de avaliação. Tive algumas fichas individuais que chegaram a mais de 100 páginas, por evidenciar muito os exemplos, mesmo os positivos.

6- Quais são as maiores contribuições e os limites da avaliação (do PNLD) dos livros didáticos, ao seu ver?

Deter-me-ei às duas experiências com a avaliação da segunda fase do Ensino Fundamental. As contribuições são evidentes para com a qualidade dos livros, dos conteúdos trabalhados e para o direcionamento no sentido da formação que privilegia a criticidade e a autonomia do pensamento. Tal conquista evidentemente só se concretizará com o aperfeiçoamento da formação do professor e com as melhores condições de trabalho. Como conheço algumas coleções que são adotadas pelas escolas privadas, observo que as escolas públicas estão podendo utilizar melhores livros enquanto as escolas privadas utilizam o que lhes são mais convenientes. Há coleções no mercado com erros muito grosseiros, com atividades inadequadas e isto, pelo menos nas avaliações que fiz, foi completamente descartado. Então, considero que o PNLD contribui sim para a melhoria do material didático e portanto para a qualidade do ensino público.

Os limites: além de não atingir a educação básica em sua totalidade, já que não impede que as coleções com erros de conteúdo estejam no mercado e sejam utilizadas, verifico que está no atendimento ao rigor jurídico. Pois, cada vez mais o edital precisa definir com clareza pormenores da avaliação para que se evite ao máximo os recursos das editoras. Isto interfere bastante na avaliação. Percebemos (nós, pois não somente eu percebo) que a força das editoras é muito grande sobre o MEC e contra o PNLD. Além disso, as editoras contam evidentemente com o poder da mídia em sempre mostrar as falhas do processo de avaliação, não mostrando nunca o que há de positivo neste processo.

APÊNDICE G – Elementos para a escolha de livros didáticos

Elementos importantes na escolha de uma coleção de livros didáticos*.

- Quais são os principais pontos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental, ensino médio, Eja, educação no Campo e ensino profissionalizante?
- Quais são os principais pontos destacados nos Parâmetros Curriculares Nacionais da disciplina que ministro que mais se alinham a proposta curricular do meu estado, ou, do meu município? (Considerar o PPP da escola).
- Qual é a Proposta Curricular da disciplina que ministro na(s) escola(s) onde atuo? Com base nos pontos (conceitos/conteúdos e objetivos) considerados essenciais ao trabalho da disciplina, esboçados num quadro, procure no guia em quais coleções estes pontos estão contemplados.
- O trabalho de análise das coleções é muito enriquecido quanto realizado coletivamente. O registro em Ata do processo de discussão é muito importante, esse documento além de registrar o trabalho realizado, é uma importante fonte de pesquisa.
- Qual a avaliação presente no Guia (indicativos) sobre a Abordagem teórico-metodológica; a Correção e atualização de conceitos e informações; e a Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social (Guia do Livro Didático, 2014), nas coleções que (lhe/s) despertaram maior interesse?
- Em algumas resenhas do Guia se faz referência a quantidade maior ou menor de inadequações presentes em uma coleção e em quais livros/anos isso pode ser mais frequente. Dê atenção a essas descrições.
- Cuidado para não escolher uma coleção de livros apenas pelos detalhes que são destacados no Guia, em vez de escolher aquela que atende as necessidades elencadas pelo grupo de professores.

* Esse material pode ser reproduzido nas escolas observando a referência à autoria: MACIEL, G.N. **Elementos importantes na escolha de uma coleção de livros didáticos**. Material componente da Tese intitulada: Livros Didáticos de Geografia (PNLD 1999-2014): editoras, avaliações e erros nos conteúdos sobre Santa Catarina. Contato endereço eletrônico: giselenm@gmail.com

APÊNDICE H - Questionário IV anônimo

Esse questionário faz parte da pesquisa de doutorado cujo título provisório é “Livros Didáticos de Geografia: Permanência de erros nos conteúdos e mudanças nos processos de avaliação do PNLD (1999-2014) ”, desenvolvida por Giséle Neves Maciel e orientada pela Professora Dra. Raquel M. Fontes do Amaral Pereira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina e é destinado aos editores de livros didáticos de Geografia aprovados no PNLD 2014. Como a pesquisa começou a ser desenvolvida em 2011 e a Resolução Nº 466 do Comitê de Ética da UFSC só entrou em vigor em 12/12/2012, não detemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, asseguramos que as informações fornecidas via questionário serão tratadas de maneira ética e responsável, atendendo a determinação do entrevistado quanto ao anonimato.

a) Autorizo a devida utilização das informações prestadas nesse questionário (encaminhado à pesquisadora em formato PDF) na pesquisa acima referida:

(X) Sim () Não

b) Deseja manter o anonimato: (X) Sim () Não

c) Caso opte em identificar-se, escreva seu nome completo:

.....

d) Deseja manter em sigilo o nome da editora a qual está vinculado(a):

() Sim () Não - No momento não estou vinculada a nenhuma, faço apenas freelas. Aparecem editoras variadas.

e) Caso opte em identificar a editora, escreva o nome desta:

.....

1- Qual sua formação em nível superior?

Ensino Superior completo, cursando mestrado.

2- Há quanto tempo o(a) senhor(a) senhora trabalha com a edição de livros didáticos de Geografia?

Iniciei em 2008.

3- A seu ver, quais os aspectos positivos e negativos da avaliação do Programa Nacional do Livro Didático?

Acredito que o mesmo ponto que vou levantar se aplica ao aspecto positivo e negativo: negativo, porque existem uma série de normas a serem seguidas no edital. Isso muitas vezes pode engessar algumas coisas nos livros, como ideias novas e diferentes, novas formas de abordagem de um determinado conteúdo. No fim, nunca se sabe o que irá se passar na cabeça da banca avaliadora.

Podem achar excelente o novo, como podem achar que está completamente fora do que deve ser ensinado e como deve ser ensinado. Principalmente, quando algo novo surge, como os objetos digitais (OEDs) e o livro digital, existe um grande medo dentro das editoras em não se cumprir o que o edital está exigindo. Quando vieram as OEDs e livro digital, era perceptível que existia um esforço por trás para que o edital fosse claro, porém, dúvidas sempre surgem e, em certos pontos, para quem já trabalha com livros, percebe-se uma visão de quem muitas vezes não entende todo o processo que passa o livro para ele chegar pronto na avaliação. O governo faz um esforço em sempre ouvir essas dúvidas. Normalmente, a Abrale é uma das porta-vozes das editoras, em reunir dúvidas em comum e enviar ao governo ao longo do processo do PNLD. O aspecto positivo é que, esse mesmo edital, traz exigências necessárias, como tratar de minorias, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, diferenças de gênero, diferenças de orientação sexual ao falar de gays, famílias com pais homossexuais etc. Mas há certos temas que ainda causam receio nas vendas, como a questão da orientação sexual. Creio que agora estão mais abertos a isso, porque já é uma exigência de alguns anos, mas lembro-me de no início, quando essa questão começou a surgir e ganhar força, havia a “sugestão” interna na editora de se tratar esse tema não tão diretamente, e sim pelo preconceito que existe contra pessoas LGBT. Tratar a questão mais generalizada, de que todos nós somos iguais. Agora, acredito que já se fala mais abertamente porque a Parada Gay, por exemplo, é algo explorado em livros, com fotos etc. Mas tenho minhas dúvidas se poderia, por exemplo, colocar um texto contando a história de uma criança transgênero.

Acho que a esse ponto ainda não existe tanta abertura. O medo das editoras é tratar esses assuntos muito abertamente e muitos professores não gostarem, já que não se sabe quem é o professor que irá usar o livro. E se vierem muitas reclamações, isso pode influenciar diretamente nas vendas.

4- Qual o procedimento adotado pela editora em relação aos pareceres elaborados pela equipe de avaliação do PNLD? Eles são úteis para melhoria e correção dos conteúdos dos livros didáticos? Os autores tomam conhecimento dos pareceres sobre as avaliações?

Os pareceres são muito bons e úteis, com certeza. Dá noção do perfil da banca também. Às vezes há coisas apontadas que parecem exagero ou não se entende porque se apontou. Eles ajudam na correção e na próxima edição do mesmo livro para o PNLD, porque apontam os pontos fortes e fracos. Os autores ficam sabendo dos pareceres, geralmente mandamos para eles. Porém, os pareceres são tratados de forma bem confidencial, já que cada editora acessa estritamente o seu. De outras editoras sabemos quando sai o Guia de recursos Didáticos do PNLD. Mas, por exemplo, os erros pontuais que devemos corrigir apontados pela avaliação ficam internos. Esse guia publica aspectos gerais das obras.

Os pareceres do PNLD, diria que tem dois momentos de procedimento:

1 – quando eles saem e a editora descobre se o livro foi ou não aprovado. Se sim, o governo dá um prazo – curto, de umas duas semanas – para a editora realizar as correções. Eles apontam pontualmente os erros e as páginas ou OEDs a serem corrigidas. Não se pode mudar nada além do indicado, mesmo que encontremos outros erros, eles não podem ser mudados. Algumas correções é a própria avaliação que indica o que quer, e temos que corrigir de acordo com o que pedem. As páginas corrigidas são substituídas no arquivo do livro fechado e a editora manda um novo livro corrigido de volta. Além disso, faz-se uma espécie de relatório de correções, indicando como estava antes e como ficou, com a justificativa do que foi feito e por quê.

2 – caso a obra seja reeditada no próximo PNLD, erros que passaram são corrigidos e, pontos fracos apontados na avaliação anterior são resolvidos ou melhorados para a próxima.

5- Qual a função das equipes de revisores na elaboração/correção dos conteúdos dos livros didáticos? Pode dar um exemplo?

Os revisores são essenciais. A cabeça principal é o editor, mas os revisores ficam atentos a uma série de coisas: padronização, nomes, se é caixa alta ou baixa, vêem se o texto está bom ou com erros de concordância ou ortografia. Também pegam absurdos que às vezes passam despercebidos. Ajudam também a revisar paginação, projeto gráfico, mapas, ilustrações, fotos, legendas... diria que eles fazem de tudo um pouco como os editores, porém, eles tem uma visão diferente da do editor e um foco diferente no momento do trabalho deles. Nem

sempre eles pegam um erro de conteúdo – no caso de Geografia, por exemplo, eles não necessariamente sabem que existe diferença entre usar o conceito espaço e lugar... às vezes até trocam um pelo outro para não repetir a palavra, mas aí entra o editor para ver isso – mas pegam alguma explicação estranha, que não entenderam, questionam aquilo...

6- Quais as razões que o(a) senhor(a) senhora consideram decisivos para os professores no ato de escolha das coleções de Geografia, no PNLD? Deveria ser aquele guia de Recursos Didáticos e os vendedores que vão apenas mostrar o livro e explicar porque ele é bom. Porém, infelizmente, isso vai além: acredito que nesse momento vem a concorrência mais desleal e desonesta, pois há escolas e até municípios que fecham diretamente com as editoras que oferecem brindes... desde caneta a computador para a escola.

Mais de uma pessoa já me comentou dessas práticas, todas pessoas de dentro de editoras... mas enfim, isso foi só o boca a boca.

7- Ao seu ver, é possível elaborar livros didáticos que não contenham erros em seus conteúdos?

Não, porque o livro é feito por pessoas... e todos erram, deixam passar algo. Mas acho importante destacar que existem erros como erro de digitação, numeração, que são simples; e erros graves, esses sim não podem passar de jeito nenhum, como algo que incite ao preconceito, que desmereça algo, algum lugar, ou mapas com erros muito graves, como trocar nome de países etc. Esses graves, realmente, não podem passar.

APÊNDICE I - Questionário para avaliador do PNLD de Geografia

Esse questionário destinado aos Pareceristas (avaliadores) de Avaliações do PNLD de Geografia constitui um importante instrumento para a coleta de dados para dar continuidade à pesquisa de doutorado cujo título é “Livros Didáticos de Geografia (PNLD 1999-2014): editoras, avaliações e erros nos conteúdos sobre Santa Catarina”, que vem sendo desenvolvida por Giséle Neves Maciel, sob orientação da professora Dra. Raquel M^a. Fontes do Amaral Pereira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina. Como a pesquisa começou a ser desenvolvida em 2011 e a Resolução N^o 466 do Comitê de Ética da UFSC só entrou em vigor em 12/12/2012, não pudemos submeter o projeto que já estava em andamento ao citado Comitê, razão pela qual não dispomos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, asseguramos que as informações fornecidas através do presente questionário serão tratadas de maneira ética e responsável, atendendo a determinação do entrevistado quanto ao anonimato.

a) Autorizo a devida utilização das informações prestadas nesse questionário (encaminhado à pesquisadora em formato PDF) na pesquisa acima referida:

(☒) Sim (

) Não

b) Deseja manter o anonimato: (☐) Sim (☒) Não

c) No caso de optar por identificar-se, escreva seu nome completo: Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski

1- Como ocorreu o convite para que o (a) senhor (a) atuasse como avaliador do PNLD de Geografia, para as séries finais do ensino fundamental?

Fui convidada pela equipe coordenadora de um PNLD pela primeira vez no ano de 2005, depois disso participei outras três vezes em níveis distintos. Provavelmente o convite se deu a partir da experiência advinda de processos de avaliação, não só de livros didáticos.

2- Desde 2002, as normas da avaliação determinam que caso um livro da coleção inscrita no edital seja excluído, em observância aos critérios

eliminatórios, toda a coleção deve ser excluída. A seu ver, isso causa algum tipo de pressão sobre a avaliação? Há alguma quantificação (ou de tolerância) de incorreções aceitas para que uma coleção inteira não seja eliminada?

Nenhuma pressão extra. O trabalho de avaliação, pela sua própria natureza e complexidade é, em si, envolvido em muita pressão, seja em relação aos critérios seja aos prazos.

Não há uma métrica específica quanto as incorreções toleráveis, contudo, é impossível a aprovação de um livro ou coleção que não contenha incorreções, se esse fosse o critério, por certo, nenhuma coleção estaria apta a ser aprovada. O que ocorre é uma ponderação, a partir do universo das obras inscritas naquele edital, ao que se somou, recentemente, a inserção de “falhas pontuais” que passaram a ser determinantes na aprovação de certas obras.

3- O MEC disponibilizou os relatórios da avaliação anterior apontando as incorreções presentes nos livros didáticos, que deveriam ser corrigidas pelas editoras para submeter os livros à avaliação posterior? Isso ocorreu na avaliação em que o (a) senhor (a) foi avaliador?

Essa informação é de prerrogativa da equipe coordenadora. A coordenação tem acesso aos relatórios da avaliação anterior e esse tema é objeto de análise no momento denominado “pré-análise” das coleções, e esse também é um momento de exclusão.

Quando da vigência das correções das falhas pontuais, não faz sentido essa pergunta, pois os livros só são adquiridos após as devidas correções, do contrário, são excluídos.

4- O (a) senhor (a) já chegou a constatar a presença de algum erro (definido assim, segundo os Critérios Eliminatórios) em algum livro de Geografia, que já havia sido apontado em uma avaliação anterior?

A partir do exposto na questão anterior, é impossível o avaliador detectar erros anteriores, pois ele não sabe qual coleção está avaliando, se a mesma já foi objeto de avaliação anterior e se foi aprovado ou excluído.

Novamente essa informação é de prerrogativa da coordenação, esta sim, pode criar mecanismos de evidenciar problemas em versões anteriores.

5- Apesar da realização das avaliações do PNLD, ainda são encontradas algumas incorreções nos livros didáticos de Geografia. Citamos como exemplo, conteúdos sobre o estado de Santa Catarina, onde o “município de Joinville é localizado no Vale do Itajaí”. Qual sua consideração sobre a permanência de erros nos conteúdos dos livros didáticos?

Será absolutamente impossível encontrar uma coleção com “erro zero”, dada a diversidade de conteúdos relacionados à Geografia e o fato de terem os livros caráter nacional, é compreensível a existência de pequenos erros que devem ser detectados e alterados pelo professor no momento de utilização do material.

O erro apontado, não fere a capacidade interpretativa do aluno e, ao meu ver, não oferece distorções relevantes no processo de formação dos conteúdos geográficos.

Há inúmeros detalhes, como legenda de fotografias de caráter regional ou local, que por vezes apresentam pequenas incorreções.

6- Quais são as maiores contribuições e os limites da avaliação (do PNLD) dos livros didáticos, ao seu ver?

A maior contribuição reside no fato de que há um processo de avaliação por pares que tem alterado de forma importante a qualidade dos livros didáticos. O maior limite é que o edital, com seu poder indutor, tem tido impacto na formatação dos livros de modo muito semelhante, levando as editoras a pouco inovarem em termos da inserção de temas e mesmo de abordagens mais criativas.

APÊNDICE J - Questionário para autor de livro de didático

Esse questionário faz parte da pesquisa de doutorado cujo título provisório é “Livros Didáticos de Geografia: Permanência de erros nos conteúdos e mudanças nos processos de avaliação do PNLD (1999-2014)”, desenvolvida por Gisèle Neves Maciel e orientada pela Professora Dr.^a Raquel M. Fontes do Amaral Pereira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina e é destinado aos autores de livros didáticos de Geografia aprovados no PNLD 2014. Como a pesquisa começou a ser desenvolvida em 2011 e a Resolução N° 466 do Comitê de Ética da UFSC só entrou em vigor em 12/12/2012, não detemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, asseguramos que as informações fornecidas via questionário serão tratadas de maneira ética e responsável, atendendo a determinação do entrevistado quanto ao anonimato.

a) Autorizo a devida utilização das informações prestadas nesse questionário (encaminhado à pesquisadora em formato PDF) na pesquisa acima referida:

(☒) Sim (☐) Não

b) Deseja manter o anonimato: (☐) Sim (☒) Não

c) Caso opte em identificar-se, escreva seu nome completo: Márcio Abondanza Vitiello.

d) Deseja manter em sigilo o nome da editora a qual está vinculado(a):

(☐) Sim (☒) Não

e) Caso opte em identificar a editora, escreva o nome desta: Escala Educacional.

1- À qual (quais) instituição (instituições) de ensino o senhor(a) está vinculado(a) atualmente?

Cursando o Doutorado na FE/ USP.

2- Qual o título do seu primeiro livro didático, ano de publicação deste e o nome da editora através da qual ele foi editado? (Caso queira identificá-la).

Geografia, Sociedade e Cotidiano, 2006, Escala Educacional

3- Como é sua relação com a atual editora: O senhor(a) tem total autonomia na elaboração do conteúdo? Já fez alguma alteração específica no conteúdo de algum livro, ou elas ficam a cargo da equipe de revisão?

Distraí com a Escala Educacional em 2015 por não cumprimento dos pagamentos. Estou hoje com a coleção na Editora Base de Curitiba, do Grupo IBEP.

Sempre tive autonomia na elaboração dos conteúdos. As alterações feitas no livro sempre ficaram a cargo dos autores. No entanto, algumas vezes, por questões editoriais, a Editora fez alguns cortes de mapas, tabelas e até mesmos textos, mas que não alteraram de forma significativa os conteúdos e métodos propostos.

4- Acredita ser possível elaborar um livro didático sem erros em seus conteúdos? Por quê?

Acredito que o processo de elaboração, diagramação e composição de uma coleção didática, que, no nosso caso, tem cerca de 1200 páginas, impõe algumas dificuldades. A revisão de tabelas, mapas, gráficos e textos exigiria profissionais mais qualificados, uma vez que, nem sempre, a equipe editorial é formada por geógrafos. Com isso, ocorrem interferências de outros profissionais que acabam influenciando negativamente no trabalho final. Um, ou até mesmo 3 autores, como no nosso caso, não conseguem dar conta deste volume de trabalho. Concluindo, apesar de nossos livros terem sido aprovados em todos os PNLDs com boas avaliações, alguns - mesmo que pequenos - erros são inevitáveis com a atual estrutura que temos.

5- Considera que as avaliações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) contribuíram para a melhoria dos conteúdos dos livros didáticos? Quais os aspectos positivos e negativos da avaliação?

Sim. Acho que as avaliações permitiram uma melhoria significativa das obras. Os aspectos positivos estão relacionados com a atualização das obras, suas referências temporais e espaciais, a coerência teórico-metodológica, e a negativa é a de querer impor um currículo oficial que limite o trabalho autoral.

6- Sua editora repassa os pareceres das avaliações do PNLD para os autores? Desde que ano?

Sim repassa e é extremamente útil, uma vez que podemos readequar nosso trabalho e rever alguns pontos que possam ser frágeis. Mas isso é recente, acredito que apenas nos dois últimos PNLDs.

7- Atualmente, mais de 80% das vendas de livros didáticos ao PNLD é concentrada por quatro grandes grupos editoriais. Qual sua opinião sobre a forte concentração editorial nas vendas ao programa?

Péssimo. Infelizmente sabemos que a forma pela qual os departamentos de marketing e de vendas dessas grandes editoras atuam acaba por inibir bons trabalhos. Coleções bem avaliadas no PNLD, nem sempre são páreo para os “blockbusters” das grandes editoras. Acho que falta uma política mais adequada do MEC em relação a isso, seja por meio da fiscalização, seja por estabelecer parâmetros mais realistas na escolha dos livros por parte dos professores.

8- Qual a principal contribuição do seu livro (coleção) para o ensino da Geografia?

Como o próprio nome diz, trata-se de uma coleção sintonizada com o cotidiano do aluno e da realidade do ensino de geografia no Brasil. Partimos sempre do conhecimento prévio dos estudantes para, então, construirmos as bases do conhecimento geográfico.

9- Qual sua opinião sobre o funcionamento atual do PNLD?

Acredito ter respondido parcialmente isso anteriormente. Concordo com as avaliações, mas acho que o programa falha no sistema de escolha por parte dos professores.

APÊNDICE K - Questionário V anônimo (para autor de livros didático).

Esse questionário faz parte da pesquisa de doutorado cujo título provisório é “Livros Didáticos de Geografia: Permanência de erros nos conteúdos e mudanças nos processos de avaliação do PNLD (1999-2014) ”, desenvolvida por Gisèle Neves Maciel e orientada pela Professora Dr.^a Raquel M. Fontes do Amaral Pereira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina e é destinado aos autores de livros didáticos de Geografia aprovados no PNLD 2014. Como a pesquisa começou a ser desenvolvida em 2011 e a Resolução Nº 466 do Comitê de Ética da UFSC só entrou em vigor em 12/12/2012, não detemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, asseguramos que as informações fornecidas via questionário serão tratadas de maneira ética e responsável, atendendo a determinação do entrevistado quanto ao anonimato.

- a) Autorizo a devida utilização das informações prestadas nesse questionário (encaminhado à pesquisadora em formato PDF) na pesquisa acima referida:
 (☒) Sim (☐) Não
- b) Deseja manter o anonimato: (☒) Sim (☐) Não
- c) Caso opte em identificar-se, escreva seu nome completo:
- d) Deseja manter em sigilo o nome da editora a qual está vinculado(a):
 (☒) Sim (☐) Não

1- À qual (quais) instituição (instituições) de ensino o senhor(a) está vinculado(a) atualmente?

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

2- Qual o título do seu primeiro livro didático, ano de publicação deste e o nome da editora através da qual ele foi editado? (Caso queira identificá-la).

Geografia de Santa Catarina. 4º ano ou 5º ano. Volume Único. Geografia Regional. PNLD 2013-2014-2015.FNDE. Ministério da Educação. 2012. 136p.

Geografia de Santa Catarina. Manual do Professor. 4º ano ou 5º ano. Volume Único. Geografia Regional. PNLD 2013-2014-2015. FNDE. Ministério da Educação. 2012. 168p.

Geografia de Santa Catarina. 4º ano ou 5º ano. Volume Único. Geografia Regional. 1. ed. 2011. v. 1. 168p. (publicado na forma on line para divulgação pela editora).

3- Como é sua relação com a atual editora: O senhor(a) tem total autonomia na elaboração do conteúdo? Já fez alguma alteração específica no conteúdo de algum livro, ou elas ficam a cargo da equipe de revisão?

Na organização do livro (Livro do Aluno e Manual do Professor) para o PNLD 2013 a editora efetuou acompanhamento constante do conteúdo, com pouca autonomia para o autor.

4- Acredita ser possível elaborar um livro didático sem erros em seus conteúdos? Por quê?

É possível ter livros com menos erros se o autor tiver acesso ao conteúdo inteiro do livro. Por exemplo, não consegui ter acesso ao livro inteiro (no final do processo de elaboração) para efetuar uma revisão criteriosa de todo o material produzido, antes de ser enviado ao PNLD. Assim, não tive acesso a muitos mapas, fotografias, figuras, que foram providenciados e incluídos pela editora, sem a minha revisão.

5- Considera que as avaliações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) contribuíram para a melhoria dos conteúdos dos livros didáticos? Quais os aspectos positivos e negativos da avaliação?

Aspectos positivos: implantar e disseminar maior qualidade dos conteúdos dos livros didáticos.

Aspectos negativos: padronização e engessamento dos conteúdos/temas dos livros didáticos. Avaliação dos livros efetuada por avaliadores que não têm conhecimento e formação sobre determinados conteúdos/temas geográficos estaduais.

6- Sua editora repassa os pareceres das avaliações do PNLD para os autores? Desde que ano?

Conforme anteriormente mencionado o parecer foi repassado.

7- Atualmente, mais de 80% das vendas de livros didáticos ao PNLD é concentrada por quatro grandes grupos editoriais. Qual sua opinião sobre a forte concentração editorial nas vendas ao programa?

A concentração em alguns poucos grupos restringe a possibilidade de publicação de obras de outros autores, com diferentes perspectivas teóricas.

8- Qual a principal contribuição do seu livro (coleção) para o ensino da Geografia?

Possibilidade de identificar, conhecer e analisar alguns aspectos da Geografia (Natureza-Sociedade), mais especificamente da realidade cotidiana dos estudantes.

9- Qual sua opinião sobre o funcionamento atual do PNLD?

Necessita ser amplamente discutido, analisado e avaliado.

9 ANEXOS

ANEXO A - Professores que atuaram na Comissão Nacional do Livro Didático

Professores que atuaram na Comissão Nacional do Livro Didático, em 1938:

Abgar Renault, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, foi escritor, poeta, tradutor e participou do movimento modernista mineiro;

Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira era Engenheiro Geógrafo e Civil, e bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II;

Adalberto Menezes de Oliveira (Oficial da Marinha Brasileira) era Engenheiro Eletricista formado na Bélgica, foi diretor da revista *Sciencia e Educação*;

Antônio Carneiro Leão era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, foi professor de Filosofia na Universidade do Recife e Diretor de Instrução Pública no Rio de Janeiro;

Cândido Firmino de Mello Leitão, Médico formado pela Faculdade de Medicina do Distrito Federal. Em 1913, foi professor de Zoologia na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária em Pirai, no Rio de Janeiro;

Carlos Delgado de Carvalho cursou Direito na Universidade de Lausanne; obteve o título de Doutor em Ciências Políticas e era catedrático das cadeiras de Geografia e Sociologia e Inglês, no Colégio Pedro II. Fazia parte, desde o início da criação, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Era autor de manuais didáticos de Geografia e História e manuais para professores; Euclides Guimarães Roxo era Bacharel pelo Colégio Pedro II e formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro;

Hahnemann Guimarães formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal. Era professor Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e professor Catedrático de Direito Romano e Civil na Universidade do Brasil, foi autor de livros didáticos de Ciências Físicas e Naturais;

Jonathas Serrano, Bacharel pelo Colégio Pedro II e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal. Foi professor da Cadeira de História Universal do Colégio Pedro II, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), da ABE e do CNE. Participou

do movimento da Escola Nova nos anos 1920 e foi, também, militante católico;

Padre Leonel Franca era jesuíta e um destacado educador católico. Foi professor do Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro e no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo. Teve atuação determinante na defesa da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas;

Maria Junqueira Schmidt era professora e pedagoga católica. Tornou-se sócia da ABE em 1927. Educadora conhecida pelo estudo de métodos para o ensino da língua francesa, tendo iniciado o ensino dessa língua pelo método direto. Era autora de livros didáticos e livros para professores; Rodolpho Fuchs era Inspetor de Rodolpho Fuchs era Inspetor de Educação Industrial e Ensino Técnico do Ministério de Educação e Saúde, sendo assessor direto de Capanema. Participaria da comissão que organizou o anteprojeto da Lei orgânica de Ensino Industrial;

Waldemar Pereira Cotta e Alonso de Oliveira, ambos, Coronéis, eram professores da Escola Militar; Armando Pinna, Comandante da Marinha, era estudioso de Oceanografia;

Rui de Cruz Almeida, era Coronel, formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura, do Distrito Federal. Especializou-se em desenho técnico e em literatura portuguesa e brasileira. Era professor de português do Colégio Militar do Rio de Janeiro (FILGUEIRAS, 2011, p. 27-33).

ANEXO B - Fichas do PLIDEF (páginas 1 e 2).

U.C. - DEF - ASSEESP

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO - LIVROS DIDÁTICOS
29 AO 8º LIVRO

OBRA ANALISADA PARA COEDIÇÃO

TÍTULO Meu Coração

AUTOR Alcyde Lisboa de Oliveira

LOCAL EDIÇÃO S. Paulo EDITORA Nacional DATA 1972 Nº EDIÇÃO 15

COMPONENTE CURRICULAR Comunicação e Expressão

SÉRIE A QUE SE DESTINA: ☒ Primário
☐ Ginásio
☐ 1ª Grau

TRATAMENTO DADO À MATÉRIA: ☒ Atividade
☐ Área de estudo
☐ Disciplina

Nº DE CÓDIGO 702

PONTOS ATRIBUÍDOS

Prod. Edit.	Prod. Gráfica	Prod. Gráfica	Manual Profº
5 9	18 14	42 32	71 25
TOTAL 74 100			

A) PRODUÇÃO EDITORIAL (9 % do total de pontos)

A.1) Elementos de identificação (5 % do total de pontos)

Fenômeno	Critérios de atribuição de pontos	Pontos atribuídos
a) TÍTULO (1% do total)	Objetivo, direto, expressivo (ou capa e folha de rosto)	= 1 pt <input checked="" type="checkbox"/>
b) AUTOR (1% do total)	nome na capa e folha de rosto	= 1 pt <input checked="" type="checkbox"/>
c) EDIÇÃO (1% do total)	nome e endereço completo da Editora data e local de edição nº da edição	= 1 pt <input checked="" type="checkbox"/>
d) ILUSTRADOR (1% do total)	nome da pessoa ou empresa ou referência à equipe responsável	= 1 pt <input checked="" type="checkbox"/>
e) FICHA CATALOGráfICA (1% do total)	impressa na obra ou anexa, obedecendo as normas técnicas de elaboração	= 1 pt <input checked="" type="checkbox"/>
Sub-total		A 1
		<input type="text"/>

A.2) Elementos de enriquecimento da obra (4% do total de pontos)

Fenômeno	Critérios de atribuição de pontos	Pontos atribuídos
a) PREFÁCIO (1 % do total)	De 1 a 30 linhas) linguagem simples, objetiva e capaz de fazer a criança compreender o plano da obra. (40 a 50 linhas) linguagem adequada de encadernar e educando a compreensão do plano da obra e envolver o leitor de 10 a 15 linhas) linguagem objetiva capaz de promover a compreensão do plano da obra e sua metodologia de trabalho, sugerindo consulta a outras obras que focalizam o assunto de variados pontos de vista.	= 1 pt <input checked="" type="checkbox"/>

ANEXO C - Fichas PNLD Geografia 2002

Folha 01

Ficha de Avaliação Geografia

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA OBRA

AVALIAÇÃO

Sim Não Parc.

1. CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS

Aspectos teórico-metodológicos

Há coerência entre as opções metodológicas, expressas no Manual do Professor, e o desenvolvimento dos conteúdos no LD

Há adequação metodológica para a construção do conhecimento geográfico (noções e conceitos) em relação ao nível cognitivo dos alunos aos quais o LD se propõe

Há coerência entre os objetivos propostos, os conteúdos, as atividades e os exercícios

O LD estimula vários processos cognitivos básicos (observação, investigação, análise, síntese, criatividade, comparação, interpretação, generalização, criticidade, problematização e memorização)

Conceitos e informações básicas

O LD apresenta relações espaço-temporais que permitam aos alunos compreender a construção histórica do espaço geográfico

O LD permite compreender as dinâmicas e processos constituintes do espaço físico

* Parcialmente

Folha 02

AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parc.
O LD permite compreender as dinâmicas e processos constituintes do espaço humano			
O LD permite a compreensão das relações entre sociedade e natureza			
O LD é isento de erros conceituais, indução a erros, confusão conceitual, reducionismos e/ou simplificações em:			
- elaboração e tratamento de noções e conceitos geográficos básicos			
- abordagem da espacialidade dos fenômenos			
- localização geográfica dos fenômenos			
- representações cartográficas			
As informações estão atualizadas			
As informações básicas estão corretas			
Construção da cidadania			
O LD (textos e ilustrações) é isento de preconceitos ou indução a preconceitos de:			
• origem			
• etnia			
• gênero			
• religião			
• idade			
• condição socioeconômica			
• outros			
* Parcialmente			

Folha 03

AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parc.:
O LD é isento de propaganda e doutrinação político-partidária, religiosa e ideológica			

OBSERVAÇÕES

AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parc.:
2. CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS			

Aspectos teórico-metodológicos e conceituais

O LD permite ao aluno a passagem do nível do senso comum para o do conhecimento científico

O LD está isento de lacunas que dificultam a construção do conhecimento geográfico

A distribuição e articulação entre os conteúdos pelo volume ou coleção é adequada para a elaboração do conhecimento geográfico do aluno

O LD incorpora, efetivamente, renovações na área de Geografia

Os conteúdos, atividades e exercícios evitam os estereótipos ao longo do LD

Quando são utilizados, os regionalismos vêm acompanhados das devidas explicações

O LD permite ao aluno distinguir e articular diferentes escalas geográficas (local, regional, nacional e mundial)

A abordagem proposta está de acordo com a capacidade cognitiva do aluno e a realidade contemporânea

A abordagem de novos conhecimentos leva em consideração os conhecimentos que os alunos já possuem

* Parcialmente

Folha 04

AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parc.
O LD propõe leituras complementares de fontes científicas reconhecidas e atualizadas, de acordo com a capacidade cognitiva dos alunos			
Os conceitos usados no LD são aceitos pela comunidade científica			
A linguagem é adequada ao nível cognitivo do aluno a que se destina			
Utiliza-se a linguagem própria da ciência geográfica			
Há uso de diferentes linguagens visuais			
Essas linguagens propiciam novas formas de conhecimento			
As atividades e os exercícios contidos nos LD:			
• auxiliam na realização dos objetivos propostos			
• são adequados ao nível cognitivo ao qual se destinam			
• estão integrados aos conteúdos			
• promovem a articulação entre os diferentes conteúdos			
• auxiliam no desenvolvimento dos processos cognitivos básicos			
• estimulam a capacidade para debater problemas			
• estimulam a capacidade de produzir textos			
As ilustrações (fotos, imagens, desenhos, blocos diagramas, croquis):			
* Parcialmente			

Folha 05

AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parc.
• são exploradas para auxiliar na leitura e compreensão dos textos			
• estão adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas			
• são claras e precisas			
• levam o aluno a problematizar os conteúdos			
As representações cartográficas (mapas, cartas, cartogramas, plantas):			
• são exploradas para auxiliar na leitura e compreensão dos textos			
• estão adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas			
• são claras e precisas			
• levam o aluno a problematizar os conteúdos			
• contêm legendas adequadas			
• contêm escala			
• contêm orientação			
• respeitam as convenções cartográficas básicas			
Os gráficos, tabelas e quadros:			
• são explorados para auxiliar na leitura e compreensão dos textos			
• estão adequados às finalidades para as quais foram elaborados			
• são claros e precisos			
• levam o aluno a problematizar conteúdos			
* Parcialmente			

Folha 06

AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parc.
São indicadas, corretamente, no LD (com referência aos textos, imagens, documentos, dados, representações cartográficas) as:			
• fontes			
• datas			
Construção da cidadania			
O LD colabora para a construção da ética democrática e plural (práticas e valores)			
O LD estimula o convívio social, o respeito e a tolerância, abordando a diversidade da experiência humana			
Estrutura editorial			
O texto principal é impresso em preto			
O papel utilizado permite boa legibilidade			
Há estrutura hierarquizada (títulos e subtítulos) evidenciada por meio de recursos gráficos			
A impressão está isenta de erros graves			
O sumário permite a rápida localização da informação			
Há glossário			
Há indicação de leituras complementares			
Aspectos visuais			
Os textos e as ilustrações estão distribuídos na página de forma equilibrada e adequada			
A formatação:			
* Parcialmente			


Folha 07

AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parc.
• proporciona boa legibilidade do texto;			
• proporciona boa visualização das ilustrações;			
• está adequada ao grau de escolaridade a que se destina o livro;			
• quando os textos são longos, oferece recursos de descanso visual.			
Manual do Professor (orientação ao professor)			
Contém orientações que explicitem os pressupostos teórico-metodológicos			
Explicita os objetivos das atividades			
Evita a mera reprodução, com resoluções de exercícios, do livro do aluno			
Oferece:			
• informações adicionais ao livro do aluno;			
• bibliografia diversificada;			
• sugestões de leituras e outros recursos que contribuem para a formação e atualização do professor;			
• orientação visando à articulação dos conteúdos do livro entre si;			
• orientação visando à articulação dos conteúdos do livro com outras áreas de conhecimento;			
• proposta e discussão sobre avaliação da aprendizagem;			
• sugestões de atividades e de leituras para os alunos.			
OBSERVAÇÕES			
* Parcialmente			

ANEXO D - Fichas PNLD Geografia 2005

Fichas Geografia 2005.

Folha 01

Atenção: os locais assinalados com o símbolo  são destinados às respostas. Não escreva nos demais campos. As alternativas Não e Sim (Ótimo, Bom e Regular) devem ser respondidas com a indicação de um X no retângulo correspondente. Para o quesito **Não se Aplica**, deve-se assinalar **NA** nos quadrados das respostas (em qualquer um).

Código da coleção:	
Código do Avaliador:	
Classificação:	

Abreviaturas: **R** – Regular; **B** – Bom; **O** – Ótimo; **NA** – Não se Aplica

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA COLEÇÃO

⇒ Sumário do conteúdo dos volumes de cada série da coleção (identificar as partes, os capítulos e indicar o número de páginas de cada livro) e do(s) Manual(is) do Professor.



ESTRUTURA DA COLEÇÃO








⇒ Indicar as partes componentes do Livro do Aluno e do Manual do Professor (seqüência e inter-relação entre textos, exercícios, atividades, boxes, ilustrações, bibliografia, glossário).











CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS

Coerência e adequação metodológicas	Não	Sim		
		R	B	O
E1. Há coerência entre a metodologia de ensino-aprendizagem proposta e a sua aplicação?				
⇒ Descrever a proposta e justificar a menção.				









Folha 02

⇒Exemplificar.				
				
E2. Há coerência entre a fundamentação teórico-metodológica da Geografia proposta e a utilizada?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
E3. Há articulação pedagógica entre os diferentes volumes da coleção (está de acordo com o princípio da complexidade crescente?)				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
E4. Há estímulo aos processos cognitivos básicos que contribuem para a compreensão, memorização, observação, investigação, análise, criatividade, comparação, interpretação, generalização, criticidade, problematização, síntese e formulação de hipóteses?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				








Folha 03

Correção dos conceitos e das informações básicas	Não	Sim		
		R	B	O
E5. Apresentam-se relações espaço-temporais que possibilitam ao aluno compreender a construção histórica do espaço geográfico?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
E6. Permite-se ao aluno compreender as dinâmicas e processos físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais constituintes do espaço geográfico a partir do entendimento das relações estabelecidas entre Sociedade e Natureza?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
E7. Os fenômenos geográficos estão localizados corretamente?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
E8. Os conceitos geográficos básicos (espaço, região, lugar, território, paisagem, sociedade, natureza) estão corretos?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				










Folha 04

E9. As informações básicas estão corretas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
E10. As informações básicas estão atualizadas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
Construção da cidadania	Não	Sim		
E11. Está isenta de preconceitos ou indução a preconceitos de origem, etnia, gênero, religião, idade, condição socioeconômica ou outros?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				
E12. Está isenta de propaganda mercadológica, político-partidária e de doutrinação religiosa e ideológica?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				
E13. Estimulam-se hábitos, atitudes e comportamentos voltados para a construção da cidadania, favorecendo-se o convívio social, o respeito, a tolerância e a liberdade?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				
E14. Permite-se a abordagem da diversidade das experiências humanas com respeito e interesse?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				









Folha 05

E15. Evita-se privilegiar membros de uma camada social ou os habitantes de uma região do país ou do mundo?				
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				
CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS				
Aspectos Gerais (nível de conhecimento, valorização do saber prévio do aluno, leituras complementares, linguagem e veiculação de estereótipos).	Não	Sim		
	R	B	O	
C1. Possibilita-se ao aluno a articulação entre os níveis de conhecimento do senso comum e científico, abordando-se conteúdos que levam em consideração o saber prévio do aluno para aprofundar novos conhecimentos?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C2. São propostas leituras complementares enriquecedoras e adequadas aos conteúdos?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C3. Propicia-se o desenvolvimento da linguagem do aluno, ampliando suas possibilidades de expressão escrita, gráfica e cartográfica, distinguindo e articulando diferentes escalas geográficas?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				









Folha 06

C4. São indicadas corretamente as fontes e datas dos textos e documentos utilizados na obra?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C5. Está isenta de estereótipos?	Não	Sim		
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				
Atividades (problemas, exercícios, pesquisas complementares):	Não	Sim		
	R	B	O	
C6. São adequadas para se atingir os objetivos propostos nas unidades temáticas?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C7. Possibilitam a articulação dos conteúdos?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C8. Propiciam a problematização dos conteúdos?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				









Folha 07

C9. Estimulam a capacidade de produzir textos e o desenvolvimento de habilidades diversificadas?					
⇒ Argumentar e justificar a menção.					
					
⇒ Exemplificar.					
					
Ilustrações (fotos, imagens, desenhos, blocos-diagrama, croquis), representações cartográficas (mapas, cartas, cartogramas, plantas), gráficos, tabelas e quadros:	Não	Sim			
	R	B	O		
C10. Estão adequados às finalidades para as quais foram elaborados?					
⇒ Argumentar e justificar a menção.					
					
⇒ Exemplificar.					
					
C11. São explorados para auxiliar na leitura e compreensão dos textos?					
⇒ Argumentar e justificar a menção.					
					
⇒ Exemplificar.					
					
C12. São claros e precisos e levam o aluno a problematizar os conteúdos?					
⇒ Argumentar e justificar a menção.					
					
⇒ Exemplificar.					
					







Folha 08

C13. Contêm legendas adequadas, escala, orientação, indicação de fontes e datas e estão de acordo com as demais convenções cartográficas?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
Manual do professor (orientação ao professor)	Não	Sim		
	R	B	O	
C14. Contém orientações que explicitem os pressupostos teórico-metodológicos da obra e os objetivos das atividades e dos exercícios propostos?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C15. Utiliza linguagem clara e adequada ao professor?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
Oferece:				
C16. Orientações para o desenvolvimento dos conteúdos, atividades e exercícios, visando à articulação dos conteúdos de cada volume e da coleção?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				

Folha 09

C17. Orientação visando à articulação dos conteúdos do(s) livro(s) com outras áreas de conhecimento?					
⇒ Argumentar e justificar a menção.					
					
⇒ Exemplificar.					
					
C18. Bibliografia diversificada e sugestões de outros recursos que contribuam para a formação e atualização do professor?					
⇒ Argumentar e justificar a menção.					
					
⇒ Exemplificar.					
					
C19. Proposta e discussão sobre avaliação da aprendizagem?	Não	Sim			
⇒ Argumentar e justificar a menção.					
					
⇒ Exemplificar.					
					
Estrutura editorial e formatação	Não	Sim			
C20. O papel utilizado permite boa legibilidade?					
⇒ Se não, argumentar e exemplificar.					
					
C21. Há estrutura hierarquizada (títulos e subtítulos etc.)?					
⇒ Se não, argumentar e exemplificar.					
					

Folha 10

C22. A impressão está isenta de erros graves?		
⇒ Se não, argumentar e exemplificar.		
		
C23. O sumário permite a rápida localização do conteúdo?		
⇒ Se não, argumentar e exemplificar.		
		
C24. Os textos e as ilustrações estão distribuídos na página de forma equilibrada e adequada?		
⇒ Se não, argumentar e exemplificar.		
		
C25. Proporciona-se boa legibilidade do texto e boa visualização das ilustrações?		
⇒ Se não, argumentar e exemplificar.		
		
C26. Oferecem-se recursos de descanso visual quando os textos são longos?		
⇒ Se não, argumentar e exemplificar.		
		
JUSTIFICATIVA DA MENÇÃO		
➤ Justificar a menção (por quê?) ➤ Realçar as qualidades e limitações da coleção e os cuidados que o professor deve ter (em sala de aula) ao adotá-la – aspectos positivos (pontos altos) e negativos (vulnerabilidades/problemas).		
		

ANEXO E - Fichas PNLD Geografia 2008

Fichas de Avaliação 2008

Folha 01

FICHA DE AVALIAÇÃO

PNLD/2008 – GEOGRAFIA – 5ª e 8ª Séries

Atenção: As alternativas **não** e **sim** (ótimo, bom e regular) devem ser respondidas com a indicação de um **X** no retângulo correspondente. Para o quesito **não se aplica**, deve-se assinalar **N** em qualquer um dos retângulos das respostas. Este documento está configurado para o papel A4.

Abreviaturas: **R** – Regular, **B** – Bom, **O** – Ótimo, **N** – Não se aplica

RN – Recomendada com Ressalvas

REC – Recomendada

RD – Recomendada com Distingão

NS – Não Selecionada

Código da coleção: _____

Código do(a) Avaliador(a): _____

Classificação: _____

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA COLEÇÃO

Sumário do conteúdo de cada volume da coleção (identificar as partes, os capítulos e indicar o número de páginas de cada livro) e do Manual do Professor.

ESTRUTURA DA COLEÇÃO

Redigir um texto analisando como os volumes da coleção e do manual do professor se estruturam e se articulam (inter-relação entre textos, exercícios, atividades, boxes, ilustrações, bibliografia, glossário etc.).

1. CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS

1.1. Coerência e adequação metodológicas

E01. Há coerência entre a metodologia de ensino-aprendizagem proposta e a sua aplicação?

Não; Sim (R-B-O)

- Descrever a proposta e justificar a menção.
- Exemplificar.

Folha 02

ED2. Há coerência entre a fundamentação teórico-metodológica da Geografia proposta e a utilizada?

Não; Sim (R-B-O)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

ED3. Há articulação pedagógica entre os diferentes volumes da coleção (está de acordo com o princípio da complexidade crescente?)

Não; Sim (R-B-O)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

ED4. Há estímulo aos processos cognitivos básicos que contribuem para a observação, memorização, comparação, classificação, compreensão, interpretação, análise, investigação, generalização, criatividade, criticidade, problematização, síntese e formulação de hipóteses?

Não; Sim (R-B-O)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

Síntese do item

1.2. Correção dos conceitos e das informações básicas

ED5. Apresentam-se relações espaço-temporais (dinâmicas e processos físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais) que permitam ao aluno compreender a construção histórica do espaço geográfico a partir do entendimento das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza?

Não; Sim (R-B-O)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

ED6. As informações básicas como a localização dos fenômenos e a precisão dos conceitos geográficos (espaço, região, lugar, território, paisagem, sociedade, natureza) estão corretas e atualizadas?

Não; Sim (R-B-O)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

Folha 03

1. 3. Construção da cidadania (não ou sim)

E07. Está isenta de preconceitos ou indução a preconceitos de origem, etnia, gênero, religião, idade, condição socioeconômica ou outros?

Não, Sim

- Justificar e apontar a(s) ocorrência(s).

E08. Está isenta de propaganda mercadológica, político-partidária e de doutrinação religiosa e ideológica?

Não, Sim

- Justificar e apontar a(s) ocorrência(s).

E09. Estimulam-se hábitos, atitudes e comportamentos voltados para a construção da cidadania, favorecendo-se o convívio social, o respeito, a tolerância e a liberdade?

Não, Sim

- Justificar e apontar a(s) ocorrência(s).

E10. Permite-se a abordagem da diversidade das experiências humanas com respeito e interesse sem privilegiar membros de uma camada social ou os habitantes de uma região do país ou do mundo?

Não, Sim

- Justificar e apontar a(s) ocorrência(s).

Síntese do item**2. CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS****2.1. Aspectos Gerais (nível de conhecimento, valorização do saber prévio do aluno, leituras complementares, linguagem e veiculação de estereótipos).**

C01. Possibilita-se ao aluno a articulação entre os níveis de conhecimento do senso comum e científico, abordando-se conteúdos que levam em consideração o saber prévio do aluno para aprofundar novos conhecimentos?

Não; Sim (R-B-0)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

Folha 04

C02. Os conteúdos são enriquecedores e adequados, propiciando o desenvolvimento da linguagem do aluno, ampliando suas possibilidades de expressão escrita, gráfica e cartográfica, distinguindo e articulando diferentes escalas geográficas?

Não; Sim (R-B-O)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

C03. São indicadas, corretamente, as fontes e datas dos textos e documentos utilizados na obra?

Não; Sim (R-B-O)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

2.2. Atividades (problemas, exercícios, pesquisas complementares):

C04. Possibilitam a articulação dos conteúdos adequadamente para se atingir os objetivos propostos nas unidades temáticas?

Não; Sim (R-B-O)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

C05. Propiciam a problematização dos conteúdos estimulando a capacidade de produzir textos e o desenvolvimento de habilidades diversificadas?

Não; Sim (R-B-O)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

Síntese do item

2.3. Ilustrações (fotos, imagens, desenhos, blocos diagramas, croqui), representações cartográficas (mapas, cartas, cartogramas, plantas), gráficos, tabelas e quadros:

C06. Estão adequados às finalidades para as quais foram elaborados, contendo legendas, escala, orientação, indicação de fontes e datas e estão de acordo com as demais convenções cartográficas?

Não; Sim (R-B-O)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

Folha 05

C07. São claros e precisos e levam o aluno a compreender os textos auxiliando na problematização dos conteúdos?

Não; Sim (R-B-D)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

Síntese do item

2.4. Manual do Professor (orientação ao professor)

C08. Utiliza linguagem clara e adequada ao professor?

Não; Sim (R-B-D)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

C09. Contém orientações que explicitem os pressupostos teórico-metodológicos da obra e os objetivos das atividades e dos exercícios propostos?

Não; Sim (R-B-D)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

Oferece:

C10. Orientações para o desenvolvimento dos conteúdos, atividades e exercícios, visando à articulação dos conteúdos de cada volume e da coleção, e com outras áreas do conhecimento?

Não; Sim (R-B-D)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

C11. Bibliografia diversificada e sugestões de outros recursos que contribuam para a formação e atualização do professor?

Não; Sim (R-B-D)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

C12. Proposta e discussão sobre avaliação da aprendizagem?

Não; Sim (R-B-D)

- Argumentar e justificar a menção.
- Exemplificar.

Folha 06

Síntese do item**2. 5. Estrutura editorial e formatação.**

C13. O papel utilizado permite boa legibilidade e a impressão está isenta de erros graves?

Não, Sim

- Se não, argumentar e exemplificar.

C14. Há estrutura hierarquizada (títulos e subtítulos etc.) e o sumário permite a rápida localização do conteúdo?

Não, Sim

- Se não, argumentar e exemplificar.

C15. Os textos e as ilustrações estão distribuídos na página de forma equilibrada e adequada, proporcionando-se boa legibilidade do texto e boa visualização das ilustrações com descanso visual quando os textos são longos?

Não, Sim

- Se não, argumentar e exemplificar.

Síntese do item

Folha 07

CARACTERIZAÇÃO DAS COLEÇÕES

Na coleção analisada observa-se:	Muita				Suficiente				Pouca				Ausente			
	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª
1. Preocupação com:																
Aspectos ambientais																
Aspectos naturais																
Aspectos sociais																
Aspectos econômicos																
Aspectos políticos																
Aspectos históricos																
Aspectos culturais																
Articulação Sociedade-Natureza																
Espacialidade dos fenômenos																
Temporalidade dos fenômenos																
Representação cartográfica																
Interdisciplinaridade																
	Inovador(a)				Adequado(a)				Regular				Inadequado(a)			
	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Organização dos conteúdos																
Metodologia ensino/aprendizagem																
Desenvolvimento de atividades																
Manual do Professor																
Projeto Gráfico																

JUSTIFICATIVA DA CLASSIFICAÇÃO

Justificar a menção, realçar as qualidades e limitações da coleção e os cuidados que o professor deve ter ao adotá-la – aspectos positivos (pontos altos) e negativos (vulnerabilidades/problemas).

ANEXO F - Fichas PNLD Geografia 2011
Fichas de Avaliação 2011
 Folha 01

FICHA DE AVALIAÇÃO
PNLD-2011 – Geografia

Código da Obra	
Código do Parecerista	
Parecer Final	

DESCRIÇÃO DA OBRA

Descrição sumária da obra: Sumário do conteúdo dos volumes de cada série da coleção (identificar as partes, os capítulos e indicar o número de páginas de cada livro) e do Manual do Professor.

ESTRUTURA DA OBRA

Estrutura da obra: Explicitar como estão organizados os conteúdos, indicando as partes componentes do Livro do Aluno e do Manual do Professor (sequência e inter-relação entre textos, exercícios, atividades, boxes, ilustrações, bibliografia, glossário).

I – Respeito à legislação, normas e diretrizes para o Ensino Fundamental

1. Utiliza abordagem coerente com a orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental?	Não	Sim

Se não atende ao edital, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).

II – Coerência e adequação metodológica

2. Há coerência entre a fundamentação teórico-metodológica proposta e a efetivamente utilizada?	Não	Sim

Argumentar e Justificar

Folha 02

Exemplificar		
3. Há articulação pedagógica no conjunto da obra e progressão do ensino-aprendizagem entre os diferentes volumes que integram a coleção?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
4. Contribui para o desenvolvimento de capacidades básicas do pensamento autônomo e crítico, como: compreensão, memorização, análise, classificação, síntese, formulação de hipóteses, planejamento, argumentação, generalização e crítica?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
5. Possibilita ao aluno a articulação entre os níveis de conhecimento já adquiridos e em formação? Contribui para a percepção de suas relações com o cotidiano?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
6. Recorre a diferentes gêneros textuais adequados às situações de ensino-aprendizagem?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
7. Utiliza linguagem adequada ao estágio de desenvolvimento cognitivo do aluno e à abordagem dos conhecimentos geográficos?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		

Folha 03

8. Oferece estímulo à apropriação do vocabulário específico da Geografia, tendo em vista o domínio de conceitos e conteúdos, por meio de diferentes tipos de linguagem, evitando reducionismos e estereótipos?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
9. Apresenta problematização das questões espaço-temporais, proporcionando o desenvolvimento do senso crítico do aluno e sua capacidade de indicar soluções, estimulando a curiosidade e criatividade?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
Síntese da avaliação do conjunto (atribuir uma menção conclusiva e justificar):	Não	Sim

III. Correção dos conceitos e informações básicas		
10. Os conceitos geográficos básicos (como: espaço, região, lugar, território e paisagem) assim como os de sociedade e natureza são abordados corretamente? São explorados corretamente em atividades, exercícios e recursos gráficos?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
11. As informações básicas, suas representações e imagens estão corretas e atualizadas?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		

Folha 04

12. Os fenômenos e fatos geográficos abordados estão localizados corretamente?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
13. Proporciona compreensão das relações entre Sociedade e Natureza?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
14. Apresenta relações espaço-temporais que possibilitem ao aluno compreender a formação do espaço geográfico?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
Síntese da avaliação do conjunto (atribuir uma menção conclusiva e justificar):	Não	Sim

IV. Construção da Cidadania

15. Está isenta de preconceitos ou indução a preconceitos, relativos às condições regionais, socioeconômicas, étnicas, de gênero, religião, idade, ou outra forma de discriminação?	Não	Sim
Se não atende ao edital, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).		
16. Está isenta de doutrinação religiosa ou política? Respeita o caráter laico e autônomo do ensino público? Está isenta de publicidade de marcas, produtos ou serviços comerciais?	Não	Sim
Se não atende ao edital, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).		

Folha 05

17. Promove positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação profissional e em espaços de poder, através de texto escrito, ilustrações e/ou atividades dos livros didáticos, reforçando sua visibilidade?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
18. Contempla abordagens referentes à participação do afro-descendente e do indígena na formação do espaço geográfico brasileiro? Compreende essas etnias integradas à sociedade brasileira? Promove imagem positiva, contribuindo para a visibilidade de seus valores, tradições, organizações e saberes?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
Síntese da avaliação do Conjunto (atribuir uma menção conclusiva e justificar):	Não	Sim

V. Manual do Professor

19. Há exposição sobre o conhecimento geográfico, permitindo compreender as necessidades e exigências do trabalho do professor de geografia?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
20. Aborda a relação entre o ensino da geografia, a pedagogia e a atualização do conhecimento geográfico? Refere-se aos principais documentos públicos nacionais que orientam o ensino de geografia para o ensino fundamental?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		

Folha 06

21. Apresenta orientação teórico-metodológica para a compreensão do pensamento geográfico que fundamenta a obra?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
22. Contém orientações para o desenvolvimento dos conteúdos, atividades e exercícios, visando à articulação entre cada volume da coleção?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
23. Contém orientação visando à articulação dos conteúdos do(s) livro(s) com outras áreas de conhecimento?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
24. Possui proposta e discussão sobre avaliação da aprendizagem? Sugere diferentes formas de avaliação, adequadas às propostas do livro e aos diferentes anos de escolaridade?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
25. Sugere bibliografia diversificada e outros recursos que contribuam para a formação continuada do professor?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
26. Oferece propostas de atividades individuais ou em grupo, que propiciem a leitura do espaço geográfico?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		

Folha 07

Exemplificar		
Síntese da avaliação do conjunto (atribuir uma menção conclusiva e justificar):	Não	Sim

VI. Atividades		
27. As atividades propostas possibilitam a articulação dos conteúdos?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
28. As atividades são adequadas para se atingir os objetivos propostos nas unidades temáticas?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
29. Contém atividades que propiciem a problematização dos conteúdos e instiguem a observação, investigação, comparação, compreensão, interpretação, criatividade, análise e síntese? Propõe a realização de trabalho de campo, ao menos em um dos volumes da coleção?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
30. Propicia o desenvolvimento de habilidades do aluno, ampliando suas possibilidades de expressão escrita, gráfica e cartográfica, distinguindo e articulando diferentes escalas geográficas?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		

Folha 08

Exemplificar		
31. Contém questões abertas e desafios, envolvendo seleção e interpretação de dados provenientes de diferentes fontes?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
32. Proporciona o trabalho com diferentes pontos de vista, de forma a colaborar com a formação de conceitos, compreensão dos conteúdos e com o exercício da cidadania?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
Síntese da avaliação do conjunto (atribuir uma menção conclusiva e justificar):	Não	Sim

VII. Ilustrações		
33. Exploram completamente as várias funções que as imagens podem exercer no processo educativo, extrapolando o papel estético e apenas ilustrativo? São claras, precisas e de fácil compreensão, problematizam, despertam curiosidade e motivam o educando?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
34. Reproduzem adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		

Folha 09

35. As legendas dos mapas e demais ilustrações são adequadas e claras, sem excesso de informação a serem identificadas? A escala é utilizada corretamente?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
36. São acompanhados dos respectivos créditos e locais de custódia? Gráficos, tabelas e mapas fazem referência às fontes e datas e possuem títulos? Indica-se corretamente a autoria dos mapas?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
Síntese da avaliação do conjunto (atribuir uma menção conclusiva e justificar):	Não	Sim

VIII. Aspectos gráfico-editoriais e projeto do livro:

37. Proporciona boa legibilidade do texto (desenho e o tamanho da letra, o espaço entre letras, palavras e linhas, bem como o formato e as dimensões dos textos na página)? O papel utilizado e a impressão permitem boa legibilidade, sem gerar visão confusa com a impressão do verso da página?	Não	Sim
Se não atende ao edital, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).		
38. Há estrutura hierarquizada de títulos e subtítulos? O texto principal é impresso em preto? Os textos complementares estão identificados adequadamente, evitando-se sua confusão com o texto principal?	Não	Sim
Se não atende ao edital, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).		
39. O projeto gráfico proporciona equilíbrio entre texto principal, ilustrações, textos complementares e as demais intervenções gráficas, permitindo o uso do material didático visando à compreensão, aplicação e à avaliação da aprendizagem?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		

Folha 10

Exemplificar		
40. Contém leituras complementares de fontes reconhecidas e atualizadas, coerentes com o texto principal? Acrescenta novas visões de maneira pertinente e adequada? São indicadas corretamente suas fontes?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
41. Possui glossário? Está isento de erros conceituais ou contradições com os textos?	Não	Sim
Argumentar e Justificar		
Exemplificar		
42. O sumário identifica adequadamente os temas trabalhados? Espelha corretamente a organização interna da obra e permite a rápida localização do conteúdo?	Não	Sim
Se não atende ao edital, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).		
Síntese da avaliação do conjunto (atribuir uma menção conclusiva e justificar):	Não	Sim

Parecer Final	
	Excluída
	Recomendada

Justificar o parecer.
Expor argumento conclusivo. Apontar as qualidades e limitações da obra. Justificar num parágrafo final as razões que justificam a inclusão ou exclusão da obra do PNLD 2011. Evitar a simples transcrição de trechos da avaliação.

ANEXO G - Fichas PNLD Geografia 2014

Ministério da Educação – MEC
Programa Nacional do Livro Didático – PNLD-2014

GEOGRAFIA
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

FICHA DE AVALIAÇÃO				
PNLD-2014 – Geografia – anos finais do ensino fundamental				
Coleção	Tipo 1		Tipo 2	
Código da obra				
Código do avaliador				
Avaliação final				

DESCRIÇÃO DA OBRA
<p>Descrição sumária da obra: sumário do conteúdo dos volumes de cada ano da coleção (identificar as partes, os capítulos e indicar o número de páginas de cada livro) e do Manual do Professor.</p>

ESTRUTURA DA OBRA
<p>Estrutura da obra: indicar as partes componentes do Livro do Aluno e do Manual do Professor (sequência e inter-relação entre textos, exercícios, atividades, boxes, ilustrações, bibliografia, glossário).</p>

I – Respeito à legislação, às normas e às diretrizes para o ensino fundamental de nove anos		
1. São observadas as prescrições legais constantes nos documentos que regem o ensino fundamental de nove anos adotado no Brasil?	SIM	NÃO
Constituição da República Federativa do Brasil.		
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.274/2006, nº 11.525/2007 e nº 11.645/2008.		
Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.		
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.		
Parecer Conselho Nacional de Educação CEB nº 15, de 04/07/2000		
Parecer Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 003, de 10/03/2004		
Resolução Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 01 de 17/06/2004		
Parecer Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 7/2010		
Resolução Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 4/2010		
Parecer Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 11/2010		
Se não atende ao edital, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).		

OBSERVAÇÃO: Nos itens a seguir, assinalar (com um X) a menção que corresponde a sua avaliação, segundo os parâmetros do edital do PNLD 2014.

	Sim
Sim – Satisfatoriamente	S
Sim – Plenamente	P

II – Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados.			
1. Há coerência entre a fundamentação teórico-metodológica proposta e a efetivamente utilizada?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
2. Há articulação pedagógica no conjunto da obra e progressão dos processos de ensino e de aprendizagem entre os diferentes volumes que integram a coleção?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
3. Contribui para o desenvolvimento de capacidades básicas do pensamento autônomo e crítico, como: compreensão, reflexão, memorização, análise, interpretação, criatividade, classificação, síntese, formulação de hipóteses, planejamento, argumentação, generalização e crítica?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
4. Possibilita ao aluno a articulação entre os níveis de conhecimento já adquiridos e em formação, contribuindo para a percepção de suas relações com o cotidiano?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
5. Recorre a diferentes gêneros textuais, adequados às situações de ensino e de aprendizagem?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			

6. Utiliza linguagem adequada ao estágio de desenvolvimento cognitivo do aluno e à abordagem dos conhecimentos geográficos?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
7. Oferece estímulo à apropriação do vocabulário específico da Geografia, tendo em vista o domínio de conceitos e conteúdos, por meio de diferentes tipos de linguagem, evitando reducionismos e estereótipos?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
8. Apresenta problematização das questões espaço-temporais, proporcionando o desenvolvimento do senso crítico do aluno e sua capacidade de indicar soluções, estimulando a curiosidade e a criatividade?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
Síntese do conjunto:			

III – Correção e atualização de conceitos e informações			
9. Aborda corretamente os conceitos geográficos básicos, tais como sociedade, natureza, espaço, paisagem, território, região e lugar?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
10. As informações básicas, suas representações e imagens estão corretas e atualizadas?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
11. Os fenômenos e fatos geográficos abordados estão localizados corretamente?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
12. Os conceitos e as informações são explorados corretamente em atividades, exercícios e recursos gráficos?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
13. Os conceitos e as informações proporcionam compreensão das relações entre sociedade e natureza?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
14. O conteúdo apresentado permite compreender e refletir sobre o cotidiano do aluno, articulado às escalas regional, nacional e mundial?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			

15. A obra apresenta relações espaço-temporais que possibilitem ao aluno compreender a formação do espaço geográfico?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
16.A obra apresenta discussão de diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países, sem discriminar ou tratar negativamente os que não seguem o padrão hegemônico de conduta da sociedade ocidental, evitando visões distorcidas da realidade; e a veiculação de ideologias antropocêntricas e políticas, ou ambas?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
Síntese do conjunto:			

IV – Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social			
17. Está isenta de preconceitos ou indução a preconceitos, relativos às condições regionais, econômico-sociais, étnicas, de gênero, religião, idade, ou outra forma de discriminação?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
18. Está isenta de publicidade de marcas, produtos ou serviços comerciais, bem como de doutrinação religiosa ou política e respeita o caráter laico e autônomo do ensino público?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
19. Está isenta de preconceito e estereótipo em relação à imagem da mulher, considerando sua participação profissional e em espaços de poder, por meio do texto escrito, das ilustrações e/ou das atividades propostas?	Não	Sim	
		S	P

Argumentar e justificar			
Exemplificar			
20. Promove positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos, além de considerar seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcam a formação do espaço geográfico brasileiro?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
21. Promove positivamente a imagem de afro-descendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
22. Incentiva e apoia práticas pedagógicas voltadas para o respeito e a valorização da diversidade, dos princípios da sustentabilidade, da cidadania ativa, da defesa dos direitos humanos e da tolerância?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
Síntese do conjunto:			

VI – Ilustrações

27. São claras, precisas e de fácil compreensão e exploram as várias funções que as imagens podem exercer no processo educativo, estimulando a curiosidade e motivando o educando?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			

28. Reproduzem adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
29. A escala é utilizada corretamente para representar os fenômenos tratados?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
30. As legendas dos mapas e demais ilustrações são adequadas e claras, sem excesso de informações a serem identificadas?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
31. As ilustrações são acompanhadas dos respectivos créditos e locais de custódia? Gráficos, tabelas e mapas fazem referência às fontes e datas e possuem títulos? Indica-se corretamente a autoria?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
Síntese do conjunto:			

VII – Manual do Professor

32. Explicita os objetivos da proposta didático-pedagógica efetivada pela obra, bem como os pressupostos teórico-metodológicos por ela assumidos?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			

33. Faz uma reflexão acerca da Geografia como saber científico e da Geografia escolar em face das transformações teóricas e metodológicas que ocorreram no Brasil nos últimos trinta anos?	Não	Sim		
		S	P	
Argumentar e justificar				
Exemplificar				
34. Apresenta orientação teórico-metodológica coerente com a linha de pensamento geográfico que fundamenta a obra?	Não	Sim		
		S	P	
Argumentar e justificar				
Exemplificar				
35. Orienta o professor a desenvolver conceitos e conteúdos a partir dos conhecimentos prévios dos estudantes?	Não	Sim		
		S	P	
Argumentar e justificar				
Exemplificar				
36. Explicita ao professor a utilização do mapa como fonte de informação e registro de suas informações e leituras?	Não	Sim		
		S	P	
Argumentar e justificar				
Exemplificar				
37. Contêm orientações didático-pedagógicas que permitam o desenvolvimento dos conteúdos, atividades e exercícios, visando à articulação entre cada volume da coleção, bem como visando à articulação dos conteúdos do(s) livro(s) com outras áreas de conhecimento, especialmente, das áreas afins da Geografia, como História e Ciências?	Não	Sim		
		S	P	
Argumentar e justificar				
Exemplificar				

38. Possui proposta e discussão sobre avaliação da aprendizagem e sugere diferentes formas de avaliação, adequadas à proposta pedagógica da obra e aos diferentes anos de escolaridade?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
39. Sugere bibliografia diversificada que contribua para a formação continuada do professor sobre os temas natureza e sociedade, bem como sobre suas relações, e a forma de tratamento deles na sala de aula?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
40. Contém propostas de atividades individuais ou em grupo, dentre as quais se destacam a leitura da paisagem, o trabalho de campo e o uso de novas tecnologias, adequadas à concepção didático-pedagógica adotada na obra e aos diferentes anos de escolaridade à que se destina?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
Síntese do conjunto:			

VIII – Aspectos gráfico-editoriais e projeto do livro			
41. Apresenta organização clara, coerente e funcional, do ponto de vista da proposta didático-pedagógica?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			

42. O papel utilizado e a impressão permitem boa legibilidade, sem gerar visão confusa com a impressão do verso da página? Proporciona boa legibilidade do texto (desenho e o tamanho da letra, o espaço entre letras, palavras e linhas, bem como o formato e as dimensões dos textos na página)?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
43. Há estrutura hierarquizada de títulos e subtítulos? O texto principal é impresso em preto? Os textos complementares estão identificados adequadamente, evitando-se sua confusão com o texto principal?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
44. Apresenta texto isento de erros de revisão e/ou de impressão?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
45. Contém leituras complementares de fontes reconhecidas e atualizadas, coerentes com o texto principal, que acrescentam novas visões de maneira pertinente e adequada? São indicadas corretamente suas fontes?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
46. O sumário reflete corretamente a organização interna da obra (organização dos conteúdos e atividades propostas) e permite a rápida localização das informações nela contidas?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			

42. O papel utilizado e a impressão permitem boa legibilidade, sem gerar visão confusa com a impressão do verso da página? Proporciona boa legibilidade do texto (desenho e o tamanho da letra, o espaço entre letras, palavras e linhas, bem como o formato e as dimensões dos textos na página)?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
43. Há estrutura hierarquizada de títulos e subtítulos? O texto principal é impresso em preto? Os textos complementares estão identificados adequadamente, evitando-se sua confusão com o texto principal?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
44. Apresenta texto isento de erros de revisão e/ou de impressão?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
45. Contêm leituras complementares de fontes reconhecidas e atualizadas, coerentes com o texto principal, que acrescentam novas visões de maneira pertinente e adequada? São indicadas corretamente suas fontes?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
46. O sumário reflete corretamente a organização interna da obra (organização dos conteúdos e atividades propostas) e permite a rápida localização das informações nela contidas?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			

47. Possui glossário isento de erros conceituais ou contradições com os textos?	Não	Sim	
		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
	Não	Sim	
48. A obra está isenta de repetição excessiva de conhecimentos já abordados, considerando as características inerentes ao processo de ensino e de desenvolvimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental?		S	P
Argumentar e justificar			
Exemplificar			
Síntese do conjunto Coleção Impressa:			

AVALIAÇÃO DVD – CONTEÚDO MULTIMÍDIA		
49. Estrutura da obra DVD: Indicar as partes componentes do DVD do aluno e do DVD do professor (a partir do menu fazer descrição sumária dos conteúdos dos objetos educacionais).		
50. Nos objetos educacionais digitais há estrutura hierarquizada de títulos e subtítulos? O texto e as atividades principais, assim como os textos e atividades complementares estão identificados adequadamente, evitando-se confusão?	NÃO	SIM
Argumentar e justificar		
Exemplificar		
51. Os objetos educacionais digitais respeitam à legislação, normas e diretrizes para o ensino fundamental de nove anos?	NÃO	SIM
Argumentar e justificar		
Exemplificar		

52. Os objetos educacionais digitais apresentam coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos?	NÃO	SIM
Argumentar e justificar		
Exemplificar		
53. Apresenta correção e atualização de conceitos e informações?	NÃO	SIM
Argumentar e justificar		
Exemplificar		
54. Na Coleção de DVD, os objetos educacionais digitais contidos em cada conteúdo multimídia são complementares e estão articulados ao conteúdo dos volumes impressos, tanto no que diz respeito ao Livro do Aluno quanto ao Manual do Professor?	NÃO	SIM
Argumentar e justificar		
Exemplificar		
55. Os conteúdos e atividades dos livros impressos permitem, independentemente dos conteúdos multimídia, a efetivação autônoma e suficiente da proposta didático-pedagógica da coleção?	NÃO	SIM
Argumentar e justificar		
Exemplificar		
56. A Coleção de DVD está isenta de repetição excessiva de conhecimentos já abordados, considerando as características inerentes ao processo de ensino e desenvolvimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental?	NÃO	SIM
Argumentar e justificar		
Exemplificar		

57. No Manual do Professor e no Livro do Aluno estão indicados as páginas e os conteúdos multimídia que poderão ser utilizados em cada unidade ou seção?	NÃO	SIM
Argumentar e justificar		
Exemplificar		
58. Os objetos educacionais digitais contêm sugestões de leituras, sites ou outros recursos complementares de fontes reconhecidas e atualizadas, coerentes com o conteúdo principal, que acrescentam novas visões de maneira pertinente e adequada? São indicadas corretamente suas fontes?	NÃO	SIM
Argumentar e justificar		
Exemplificar		
59. Há observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social?	NÃO	SIM
Argumentar e justificar		
Exemplificar		
Síntese final do DVD – conteúdos multimídia:		
Justificar a avaliação do DVD		

Avaliação final da Coleção Impressos e DVD	
	Exclusão (EX)
	Aprovação (A)
	Aprovação condicionada à correção de falhas pontuais (AFP)
Justificar a avaliação	